

# **MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS – AÇÕES DE ENVOLVIMENTO EM CAUSAS COMUNS**

**Pedro Francisco Rodrigues Pais Duarte**

**Tese de Doutoramento em Sociologia da Cultura, do  
Conhecimento e da Educação**

**Fevereiro de 2019**



**MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS – AÇÕES DE  
ENVOLVIMENTO EM CAUSAS COMUNS**

**Pedro Francisco Rodrigues Pais Duarte**

**Tese de Doutoramento em Sociologia**

**Fevereiro de 2019**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, especialidade em Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Educação, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor José Manuel Vieira Soares de Resende

Apoio financeiro do Instituto Politécnico de Viseu através de Bolsa de Doutoramento no âmbito do PROFAD 2009 (Despacho 69/2009 de 28 de setembro).



## [DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas  
no texto, nas notas e na bibliografia.

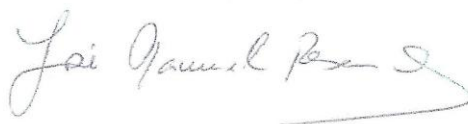
O candidato,



Lisboa, 4 de fevereiro de 2019

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a  
designar.

O orientador,



Lisboa, 4 de fevereiro de 2019





*À memória da minha mãe e do meu pai.*



*Nos países democráticos, a ciência do associativismo é a mãe das ciências; dos seus progressos dependem os progressos de todas as outras.*

Alexis de Tocqueville (2007, p. 605)



## AGRADECIMENTOS

A tese para doutoramento aqui apresentada, foi paralelamente eivada ao longo do período da sua elaboração, por manifestações de forte incentivo e apoio, amizade e solidariedade para que um trabalho desta envergadura fosse empreendido para a obtenção dos melhores sucessos científicos e académicos. Perante tais demonstrações de afeto, resta-me agradecer de forma plena a todos aqueles, que de forma diferenciada, mas autêntica, contribuíram para a sua efetiva realização.

Agradeço ao Professor Doutor José Manuel Vieira Soares de Resende, meu orientador científico, todos os conhecimentos que me transmitiu desde o curso de doutoramento, onde me lecionou um seminário e que, no decorrer do mesmo, me incutiu um maior gosto pela sociologia, assim como também todos os ensinamentos de índole mais geral ou específica da sociologia pragmática no acompanhamento da tese, pelo seu permanente incentivo e pela sua plena disponibilidade para que, de uma forma pedagógica, esclarecesse todo o tipo de questões.

O nosso relacionamento não se cingiu apenas aos conteúdos meramente académicos, pois conseguimos, a partir daí, estabelecer uma relação de amizade franca, sadia e de confiança, da qual lhe estou extremamente agradecido, pois mesmo em momentos mais difíceis, com a perda do meu pai e da minha mãe, esteve sempre presente com o seu apoio. Obrigado Professor.

A todos os colegas do coletivo da sociologia pragmática, que com as nossas periódicas reuniões, permitiram que de forma científica pudéssemos discutir um vasto conjunto de *papers* por nós elaborados, contribuindo desta forma para que, com as suas reflexões críticas sobre os mesmos, nos fosse possibilitado abrir novos olhares sociológicos sobre determinados domínios que vieram engrandecer este trabalho de investigação.

Aos dirigentes das associações Quercus, Abraço e Apelo que permitiram, desde o primeiro momento, que as organizações das quais são responsáveis participassem neste estudo, pronunciando-se sobre o mesmo como uma pesquisa extremamente

criativa no que ao associativismo concerne, deixando sempre presente uma grande curiosidade e expectativa quanto aos resultados posteriormente a obter.

Aos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo pela sua colaboração, ao disponibilizarem-se para serem entrevistados, os quais através de muita compreensão e articulação acordaram comigo as melhores datas e horários para que, com as suas narrativas, me fosse permitido recolher um acervo inestimável de dados sobre os seus motivos para militarem e se envolverem nas causas / questão em análise.

À Professora Doutora Carmem Gouveia, pela sua prestimosa colaboração na revisão geral do texto da tese.

Ao José Luís Ferreira, pela ajuda incansável no trabalho que teve na retificação da formatação de toda a tese e inerente gravação dos dados em CD.

Ao Instituto Superior Politécnico Viseu, pelo apoio financeiro através de Bolsa de Doutoramento no âmbito do PROFAD.

Por último, a todos os elementos da minha família pelo apoio e incentivo que sempre me manifestaram em todos os momentos, nomeadamente a minha mulher Odete Branquinho, a minha irmã Isabel Duarte, destacando particularmente os meus filhos Afonso Duarte e Joana Duarte.

# **MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES ASSOCIATIVAS – AÇÕES DE ENVOLVIMENTO EM CAUSAS COMUNS**

Pedro Francisco Rodrigues Pais Duarte

## **RESUMO**

As transformações ocorridas durante o período da modernidade, aliada à emergência da sociedade civil, contribuíram para a renovação do espaço público em Portugal.

Esta renovação, é marcada pelo desenvolvimento de uma consciência crítica e prática coletiva, que só é possível num Estado de direito democrático, onde exista liberdade de expressão e de opinião para debater de forma contraditória e autónoma o «bem comum». Assistimos, pois, a uma alteração das sensibilidades individuais e coletivas, que de uma forma permanente investem de forma ativa em diferentes cenários relacionados com situações entendidas como injustas e moralmente indignas, como seja no domínio do ambiente, do VIH/Sida e do luto.

As preocupações políticas e sociais com as questões ambientais, apresentam um quadro histórico relativamente recente em Portugal, consequência de fatores de ordem política e cultural que marcaram indelevelmente a tardia edificação de uma consciência ambientalista, culminando na constituição das primeiras organizações de defesa e proteção do ambiente.

O sentimento de vulnerabilidade, associado às vítimas de VIH/SIDA, é um dos fatores promotores de diferentes manifestações e interpretações críticas de denúncia e ação pública pelas associações ligadas a esta doença, em virtude das respostas indiferenciadas de carácter universalista que o Estado tendencialmente produz.

O luto, contrariamente às questões relacionadas com o ambiente e a Sida, apresenta uma determinada invisibilidade social no domínio do debate e da discussão política, não deixando, porém, de incorporar uma significativa expressão pública no plano dos sentimentos e das emoções.

Para os voluntários entrevistados que militam nestas causas / questão, os motivos do seu envolvimento estão associados a práticas de cidadania na defesa de um «bem comum», os quais se inscrevem num conjunto diversificado de princípios, valores e sentimentos que estão subjacentes às suas ações em situação.

Nas narrativas de ação voluntária, as controvérsias, as denúncias, as disputas, as operações críticas e as diferentes formas de protesto confeccionadas, constituem-se como

formas de ação que dão corpo a objetivos de compromisso coletivo e de diferentes sentidos de justiça.

Por um lado, constata-se diferentes regimes de envolvimento na ação como expressão da controvérsia pública, em que o desacordo pressupõe diferentes gramáticas justificativas e, por outro lado, o envolvimento em «agapè» elaborado em torno do «dom», em que é necessário haver acordo, pauta-se por ações desinteressadas de proximidade e familiaridade cujo desejo de dar caracteriza as relações de amor filial ou de amizade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos sociais, movimentos associativos, controvérsias, disputas, motivos, envolvimento, regimes de ação, sentido de justiça, «bem comum».





# **ASSOCIATIVE MOVEMENTS AND MOBILIZATIONS - INVOLVEMENT ACTIONS IN COMMON CAUSES**

Pedro Francisco Rodrigues Pais Duarte

## **ABSTRACT**

The transformations that occurred during the period of modernity, together with the emergence of civil society, contributed to the renewal of the public space in Portugal.

This renewal is marked by the development of a critical conscience and collective practice, which is only possible in a democratic State with the rule of law, where there is freedom of expression and opinion to debate in a contradictory and autonomous way the "common good". We are therefore witnessing a change in individual and collective sensitivities, which in a permanent way actively invest in different scenarios related to situations seen as unfair and morally unworthy as in what relates to environment, HIV / AIDS and mourning.

Political and social concerns with environmental issues present a relatively recent historical situation in Portugal, as a consequence of political and cultural factors that indelibly marked the late construction of an environmental conscience, culminating in the constitution of the first organizations of defence and protection of the environment.

The feeling of vulnerability, associated with HIV / AIDS victims, is one of the factors promoting different manifestations and critical interpretations of denunciation and public action by the associations dealing with this disease, due to the undifferentiated universalist responses that the State tends to produce.

Mourning, differently from issues related to the environment and AIDS, presents a certain social invisibility in the area of debate and political discussion, but it does not fail to incorporate a significant public expression in the area of feelings and emotions.

For the volunteers interviewed who militate in these causes, the reasons for their involvement are associated with citizenship practices in defence of a "common good", which are part of a diverse set of principles, values and feelings that underlie their actions in situation.

In the narratives of voluntary action, controversies, denunciations, disputes, critical operations, and the different forms of protest are constituted as forms of action that represent the objectives of collective commitment and of different senses of justice.

On the one hand, there are different regimes of involvement in action as an expression of the public controversy in which disagreement leads to different grammatical

justification, and on the other hand, the involvement in “agape”, elaborated around the "gift", in which it is necessary to exist agreement, is guided by disinterested actions of proximity and familiarity whose desire to give characterizes the relations of filial love or friendship.

**KEYWORDS:** Social movements, associative movements, controversies, disputes, motives, involvement, regimes of action, sense of justice, "common good".



# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPITULO I: DAS TONALIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIETAIS: UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE O OBJETO À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA SOCIOLÓGICO .....</b>	<b>18</b>
I.1. Dos intuitos da investigação .....	18
I.2. Delimitação do objeto de estudo .....	27
<b>CAPITULO II: PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO, METODOLOGIA .....</b>	<b>42</b>
II.1 Sistematização inicial do processo metodológico .....	42
II.2. Campo de recolha de dados .....	44
II.2.1. Quercus - Associação nacional de conservação da natureza.....	45
II.2.2. Associação Abraço.....	45
II.2.3. Associação Apelo.....	46
II.3. Configuração metodológica da investigação .....	47
II.3.1 A investigação qualitativa .....	47
II.3.2. Instrumentos de recolha de dados.....	49
II.3.2.1 A revisão bibliográfica .....	49
II.3.2.2. As entrevistas aos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo .....	51
II.3.2.3. O guião de entrevista.....	53
II.4. Procedimento de amostragem e recolha de dados.....	54
II.4.1. A seleção dos voluntários entrevistados.....	54
II.4.2. A efetuação das entrevistas .....	56
II.4.3. Precauções ético-metodológicas .....	59
II.5. Tratamento dos dados e análise conexa .....	60
II.6. Sociografia dos voluntários entrevistados .....	65

<b>CAPITULO III: DAS EMOÇÕES, AFETOS, PAIXÕES E SENTIMENTOS INDIVIDUAIS, À MOBILIZAÇÃO E CONFEÇÃO DE CAUSAS E COLETIVOS CONSTITUÍDOS.....</b>	<b>71</b>
III.1. O Voluntariado como expressão de ações de mobilização e envolvimento .....	71
III.2. Emoções e modos de ação coletiva: do sofrimento à distância às suas consequências na forma de agir .....	81
III.3. Das emoções à ação coletiva: das lógicas da compaixão à solidariedade .....	87
<b>CAPITULO IV: MAPEAMENTO DAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA.....</b>	<b>98</b>
IV.1. Movimentos sociais e análises sociológicas conexas .....	98
IV.2. Movimentos sociais e mobilização associativa em Portugal – Como situações injustas e indignas edificam formas de mobilização e ação coletiva.....	112
<b>CAPITULO V: FORMAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA: O CASO DO AMBIENTE .....</b>	<b>123</b>
V.1. Dinâmicas capacitantes e atuantes nas causas ambientais.....	123
V.1.1. A consciencialização pública da proteção e defesa do ambiente .....	123
V.1.1.1 Do espaço internacional ao espaço nacional .....	123
V.1.1.2. Algumas abordagens sobre a ação ambientalista.....	126
V.2. Pela conservação da natureza: a génese do movimento em torno da recuperação da floresta às causas ambientalistas mais genéricas – o lugar da publicitação da causa...	130
V.3. Narrativas das formas de se mobilização e envolvimento enquanto voluntário na QUERCUS .....	144
V.3.1. Da génese da constituição da QUERCUS – da proteção da natureza .....	147
V.3.2. Da visibilidade da ação associativa às sinergias com os envolvimento com os média .....	151
V.3.3. A importância que os voluntários dão à QUERCUS enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social. ....	155

V.3.4. Os mundos políticos da Quercus: das dissensões internas às disputas junto ao Estado .....	160
V.3.4.1. Quando a profissionalização dos quadros e das fontes de financiamento são objeto de disputa interna na associação .....	160
V.3.4.2. De mãos dadas com o Estado ou radicalizar a vigilância na atuação deste quando o <i>bom</i> ambiente está em causa?: as ambiguidades nas relações com o Estado .....	166
V.3.5. Da (in) visibilidade das disputas como expressão das controvérsias.....	172
V.3.6. Das gramáticas da mobilização e envolvimento dos voluntários na organização .....	177

## **CAPÍTULO VI: FRAGILIDADES E VULNERABILIDADES DO CORPO: DINÂMICAS EM TORNO DO VIH/SIDA ..... 183**

VI.1. O VIH /SIDA no contexto associativo português.....	183
VI.2. Narrativas das formas de mobilização e envolvimento enquanto voluntário na ABRAÇO .....	185
VI.2.1 A ABRAÇO enquanto associação de informação e de prevenção do VIH/SIDA.....	185
VI.2.2. A comunicação Social como mecanismo de utilidade para a divulgação da ação da ABRAÇO .....	191
VI.2.3. A importância que os voluntários dão à ABRAÇO, enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social. ....	196
VI.2.4. As especificidades dos conflitos / disputas desenvolvidas na ABRAÇO, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa (Estado) e os sentidos de interpretação dos voluntários sobre os mesmos. ....	201
VI.2.5. Mecanismos /meios utilizados pela ABRAÇO nos diferentes tipos de disputas /controvérsias. ....	208
VI.2.6. Gramáticas da mobilização e envolvimento dos voluntários na organização ABRAÇO.....	211

## **CAPÍTULO VII: FORMAS DE EXPRESSÃO DE SI ATRAVÉS DA PERDA: O LUTO E AS SUAS CONFIGURAÇÕES PÚBLICAS..... 218**

VII.1. Narrativas das formas de mobilização e envolvimento enquanto voluntário na APELO .....	223
---	-----

VII.1.1 Da génese da constituição da Apelo – Apoio ao luto.....	223
---	-----

VII.1.2. Da visibilidade associativa às sinergias com os envolvimento com a comunicação social .....	230
--	-----

VII.1.3. APELO enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social: perspetivas dos voluntários ..	235
---	-----

VII.1.4. Os mundos políticos da Apelo: das controvérsias internas às disputas junto do Estado .....	241
---	-----

VII.1.5. Diferentes tipos de mecanismos e meios utilizados pela APELO nas disputas /controvérsias. ....	249
---	-----

VII.1.6. Das gramáticas de mobilização e envolvimento dos voluntários na organização APELO.....	253
---	-----

## **CAPÍTULO VIII: CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA E DOS SENTIDOS DA (IN)JUSTIÇA: REGIMES DE ENVOLVIMENTO NAS MODALIDADES DE MOBILIZAÇÃO..... 259**

VIII.1. Gramáticas de motivos e de envolvimento conexos .....	259
---	-----

VIII.2. Construção da crítica e dos sentidos de (in) justiça pelas narrativas dos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo .....	270
--	-----

VIII.2.1. Motivos para militar em causas / questão .....	272
--	-----

VIII.2.2. Formas de envolvimento nas associações .....	286
--	-----

## **CONCLUSÃO..... 300**

## **BIBLIOGRAFIA ..... 313**

## **APENDICE I..... 329**



## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro I</b> - Procedimentos da Investigação: entrevistas aos voluntários da Quercus ....	57
<b>Quadro II</b> - Procedimentos da Investigação: entrevistas aos voluntários da Abraço ....	57
<b>Quadro III</b> - Procedimentos da Investigação: entrevista aos voluntários da Apelo .....	58
<b>Quadro IV</b> - Categorias e subcategorias de análise das entrevistas aos voluntários da Quercus / Abraço e Apelo .....	63
<b>Quadro V</b> - Sociografia dos voluntários da Quercus por: género; idade, habilitações literárias e profissão .....	65
<b>Quadro VI</b> - Sociografia dos voluntários da Abraço por: género; idade; habilitações literárias e profissão .....	67
<b>Quadro VII</b> - Sociografia dos voluntários da Apelo por: género; idade; habilitações literárias e profissão .....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS

AP	Áreas Protegidas
AVSO	Associação das Organizações Voluntárias
BLV	Bancos Locais de Voluntariado
CEE	Comunidade Económica Europeia
CES - UC	Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra
CNAIV	Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários
CNPV	Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CVP	Confederação Portuguesa do Voluntariado
ICS – UL	Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa
FEA	Fundação Eugénio de Andrade
FNVS	Federação Nacional do Voluntariado em Saúde
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não-governamental para o Desenvolvimento
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
VIH / SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

# INTRODUÇÃO

A investigação que aqui se apresenta, para a obtenção do grau académico de Doutor, é produto de um olhar sociológico sobre a centralidade da eclosão do fenómeno relacionado com os movimentos sociais e as mobilizações associativas conexas nas sociedades contemporâneas, como tem sucedido de forma mais significativa a partir do sec. XIX, configurando-se deste modo bastante representativo de expressões diversificadas de denúncia e protesto por parte da sociedade civil, dando corpo a uma difusão de repertórios de ação coletiva que historicamente, e ao longo do tempo, têm vindo a incidir em múltiplas esferas do espaço público.

Destarte, com a sociologia dos movimentos sociais foi-se desenvolvendo um vasto conjunto de trabalhos científicos consagrados à ação coletiva contestatária, enquadrando tendências metodológicas e analíticas inerentes às diferentes temporalidades e contextos sociais. A sua amplitude inicia-se no século XX com o conjunto das teorias do comportamento coletivo (*collective behavior*) de matriz funcionalista, passando pela teoria de mobilização de recursos, pela teoria dos novos movimentos sociais, culminando na teoria dos quadros de referência (*frame theory*), cujos instrumentos e metodologias por todas elas utilizados, sendo algumas delas comuns, se constituíram como uma condição indispensável à emergência desta área da sociologia.<sup>333</sup>

A panóplia de movimentos sociais que temos conhecimento e que se desenrolaram em diferentes países nos dois últimos séculos, desde o movimento operário, ecológico, estudantil e feminista, que maior visibilidade social tiveram na sua altura, entre outros, e aqueles a que assistimos presentemente de ordem maioritariamente política e social, como por exemplo o caso dos coletes amarelos (*gilets jaunes*) em França, têm causas e motivações diversificadas.

Em todas estas formas de manifestação pública, verificam-se por parte dos sujeitos envolvidos expressões de indignação, revolta e de denúncia relativamente a situações que consideram injustas no quadro dos movimentos em que militam, de forma mais ou menos pontual ou contínua exigindo alterações (algumas de cariz estrutural) e reparações por parte dos poderes políticos. Estas causas em que os sujeitos se envolvem, enquadram na sua larga maioria a defesa de determinados valores tais como a

dignidade, a justiça e a equidade, a fraternidade, a instrução, a tolerância, a democracia, o bem-estar, a solidariedade, a igualdade, a proteção da natureza e a paz entre outros, que ao não serem respeitados ou simplesmente ignorados ou maltratados podem estar a pôr em causa aquilo que, para eles, será um bem-comum a preservar ou edificar.

Os motivos do envolvimento dos sujeitos nas causas que defendem estão relacionados com as suas competências reflexivas em relação aos outros (crítica-denúncia) e as ações por si desenvolvidas, ou seja, os modos de avaliação em relação a si próprios. As suas experiências em diferentes contextos de ação e os acontecimentos com os quais se confrontam submetem-nos a capacidades de julgamento, concomitantemente ao desenvolvimento de determinadas operações críticas. Deste modo, os sentidos e os significados dados pelos sujeitos às situações indignas e que denunciam, advêm da sua capacidade interpretativa e de argumentação, podendo estes serem considerados como formas de ação, consubstanciadas em gramáticas de razões que os orientam para formas de mobilização.

As formas de crítica, denúncia e indignação enquadram por parte dos sujeitos (algumas vezes inseridos em coletivos associativos a que as causas que defendem deram posteriormente origem) diversas formas de ação, que passam por manifestações, reuniões, placards, desfiles, ocupações, interpor ações em tribunal, abaixo-assinados ou petições, sendo a grande maioria delas ajustadas às situações.

A investigação para doutoramento que aqui se apresenta sob o título “Movimentos e Mobilizações Associativas – Ações de Envolvimento em Causas Comuns” é o resultado de um processo metodológico que se inscreve no âmbito da sociologia compreensiva, cuja preocupação incide nos acontecimentos e na valorização dos significados.

Admitindo, como motivação de partida para a sua realização, compreender os motivos pelos quais os sujeitos se envolvem na defesa de determinadas causas, assim como as razões que os levam posteriormente a constituir coletivos organizados para a defesa das mesmas, faz com que consubstanciem estas duas questões como centrais para o culminar deste desiderato científico.

O conjunto bastante extenso de fenómenos sociais e de organizações que sobre eles trabalham em Portugal é de uma enorme dimensão, como se deve depreender. Neste sentido, determinadas causas / questão foram selecionadas para esta pesquisa em

virtude da sua dimensão e visibilidade ou invisibilidade social. Os domínios bastante distintos que esta investigação aborda, visam permitir ter uma compreensão sobre se os motivos e as formas de envolvimento dos sujeitos, bem como a constituição de coletivos na defesa dessas causas / questão, apresentam no quadro da sociologia pragmática, pontos de confluência ou de divergência, permitindo ao investigador inferir um conjunto de conclusões que dará certamente um contributo no que aos movimentos associativos, formas de envolvimento na ação e seus motivos associados pelos sujeitos concerne.

O ambiente, o VIH/Sida e o luto, são as áreas que esta pesquisa aborda, tendo sido realizado o estudo empírico com a colaboração dos militantes voluntários da Quercus, Abraço e APELO. Convém salientar que estes diferentes contextos sociais organizacionais proporcionam aos sujeitos, a militar em determinadas causas / questão, um nível de reflexividade específico relacionado com o bem a defender.

Relativamente ao ambiente, comumente aceite como um bem comum a preservar, eleva enquanto causa a defender o foco das atenções para Fóruns Mundiais nos quais se celebram acordos políticos internacionais, que devendo ser respeitados pelos países signatários (o que em relação a alguns países não acontece, desvinculando-se mesmo desses acordos). De aspetos transversais e globalizados como as questões associadas à poluição ou ao aumento da temperatura global, até a aspetos de ordem mais interna como o tratamento de águas e esgotos, os resíduos urbanos e industriais, as energias renováveis, o ordenamento do território, a conservação da natureza e biodiversidade, reflete a amplitude das questões relacionadas com o ambiente, convocando e motivando de formas diversas os sujeitos de uma sociedade, onde exista um mínimo de massa crítica, a informarem-se e participarem em ações de caráter cívico de proteção e conservação da natureza.

Outra causa que mobiliza os sujeitos em algumas organizações (fundamentalmente a partir dos anos 80, pois é um fenómeno ainda relativamente recente) para ações de prevenção, acompanhamento, tratamento e inclusão social é o VIH/Sida. Trata-se de uma doença que continua a representar um conjunto de desafios que se colocam, em primeiro lugar, à própria sociedade civil que sente a doença na primeira pessoa e, em segundo lugar, ao conjunto de políticas sociais que tiveram e vão tendo que ter paulatinamente em linha de conta as especificidades desta doença (apesar

de já muito ter sido considerado e negociado com o Estado como centro das decisões políticas).

Os voluntários, cujas motivações para militar nesta causa podem ser distintas de acordo com ser ou não ser portador da doença, confrontam-se de forma imediata com o sofrimento que esta provoca nos doentes (sofrimento pessoal no caso dos seropositivos). Sendo unicamente militantes, a sua relação com os seropositivos está enquadrada no domínio da ética e dos seus princípios como o sigilo, ou seja, o “segredo” em resguardar aquela identidade por “medo” em virtude de que uma exposição pública conduz (como conduziu em alguns casos) a situações de estigma e de estereótipos associados, fazendo com que os utentes da organização se constituam como um público de ficção (Bruno Latour, 2012). Os voluntários infetados com a síndrome do VIH são possuidores de um sofrimento em direto e não distanciado, impossibilitando-os muitas vezes de pensar o seu futuro de forma consistente, pois no âmbito das suas relações sociais, vêm muitas vezes em função dos sinais exteriores que a doença apresenta (magreza, palidez, olhos encovados) o seu direito de reserva ameaçado, perdendo em relação às outras pessoas a sua autenticidade (identidade autêntica), ou seja, a verdade de si mesmos enquanto pessoa. Evidenciamos também, algumas questões em torno da vulnerabilidade do corpo enquanto objeto de transformações físicas e psicológicas.

A terceira área em que incide esta investigação é o luto, enquanto questão e não como causa. Questão, porque deve ser interpretada como uma perplexidade ou problema que se apresenta aos indivíduos desde que o homem existe e que configura formas culturais distintas de com ele se confrontar. O luto, contrariamente às causas supracitadas, pode-se desde já depreender que é um problema que apresenta uma certa “invisibilidade social” na medida em que, para o homem e para as sociedades contemporâneas, o consumo, o culto do corpo, o bem-estar e o aumento da esperança média de vida, fazem com este problema não seja, por um lado, prioritariamente muito discutido e alvo de diferentes fóruns de reflexão (como sucede por parte dos poderes públicos em que não faz parte da sua agenda política) e, por outro lado, que até há relativamente pouco tempo a sociedade portuguesa não tivesse constituído organizações que trabalhassem diretamente com as pessoas enlutadas.

Os sujeitos, que militam no âmbito desta questão, tiveram na sua grande maioria experiências familiares ou próximas de situações de luto, o que os mobilizou e motivou a envolverem-se e trabalharem como voluntários, configurando concomitantemente

sentimentos que resvalam para algum egoísmo, não consciente, na medida em que os seus relatos e as situações de casos análogos que vão ouvindo servem para de alguma forma os apaziguar na sua dor, podendo servir parcialmente como uma terapia. Os outros voluntários que não vivenciaram de perto momentos de luto pela perda de seres íntimos apresentam sentimentos altruístas, no sentido da *Dádiva* (Mauss, 2011) de entrega ao outro, não com isto querendo dizer que os primeiros também não o façam e sintam da mesma maneira.

Os motivos para militar em causas / questão vão ser analisados nesta pesquisa de acordo com o quadro teórico da Sociologia Pragmática de Luc Boltanski e de Laurent Thévenot, o que não impede contudo de podermos dar uma primeira perspectiva muito significativa de Danny Trom (2001) relativamente a esta matéria no âmbito do estudo que realizou sobre a gramática de mobilização e os vocabulários de motivos, que nos permitirá abrir o campo de análise que posteriormente será trabalhado pelos autores acima referenciados.

Assim, os sujeitos no seu exercício de militância podem apresentar, no que aos motivos concerne, diferentes entradas no espaço da ação coletiva: *Coordenação*, em que cada sujeito contribui de forma diferente para um fim comum, submetendo-se a uma mesma regra, em interação e adotando uma perspectiva de reciprocidade; *Intenção*, (partilhada) pois visa o comum, onde os indivíduos articulam a ação, podendo apresentar duas versões opostas, a individualista, eu / nós, para um fim comum (intencionalidade comum), ou holística (totalizante); *Semântica* da ação coloca as questões de coordenação, composição e agregação entre parêntesis, pelo que não considera as condições de identificação de um sujeito prático, mas antes sujeitos práticos que fazem parte de um coletivo imbrincados nas suas formas de vida, ou seja, os diferentes mundos que habitam.

A gramática dos motivos possui dispositivos de atenuação da responsabilidade e mantém uma identidade normal, assegurando desta forma a recondução de uma ordem normativa. A ação motivada configura o contexto apropriado e está relacionada com o movimento e o estatuto do sujeito. Para Mills (segundo Trom, 2001), o motivo assegura a passagem de uma teoria da linguagem a uma pragmática da ação, pois, por um lado, a ação é situada, ocasional e contextualizada e, por outro lado, a ação em situação é concebida como sendo uma relação de determinação recíproca. É através dos motivos

que as condutas das pessoas são qualificadas e inteligíveis, pois é no ato de qualificação e de justificação que a ação emerge como ação individual.

Enquadrado por estas reflexões sistematizantes de alguns aspetos relacionados com os motivos que conduzem a formas de ação em situação e envolvimento dos sujeitos, a maioria das vezes em coletivos organizados, e tomando como referência as duas questões centrais supracitadas, elaborou-se a questão de partida desta investigação.

A questão inicial da qual se parte para a pesquisa foi a seguinte: Porquê, e de que forma, os sujeitos se mobilizam em torno da defesa de determinadas causas / questões, como o ambiente, o VIH/SIDA e o luto e como é que estas se estruturam em formas de ação pública?

Esta investigação tem como objetivos centrais compreender, explorar, analisar e fornecer dados e uma análise sociológica de estilo pragmático; conhecer, através das suas gramáticas justificativas, os motivos de mobilização e envolvimento dos sujeitos em contexto associativo, e quais os valores e sentimentos que eles convocam no âmbito das suas ações em cada uma das causas / questão em que militam; identificar o enquadramento da constituição das associações, as formas de mobilização que estas utilizam e o conjunto de ações que desenvolvem para denunciar publicamente situações por elas consideradas como injustas ou indignas.

Elaborou-se uma abordagem a partir dos modos de ação dos voluntários e suas significações justificativas compreendidas através da análise das narrativas pessoais sobre os motivos por eles invocados para militar em organizações na defesa de bens comuns ou sem si mesmo.

Destaca-se, no entanto, nesta matéria que o nosso país apresentava em 2002 (Delicado), segundo alguns estudos efetuados sobre o voluntariado, uma percentagem bastante inferior de participação neste tipo de exercício de cidadania em comparação com a média europeia. Os fatores que mais contribuíam para este registo estavam ligados fundamentalmente a um regime autoritário que politicamente governou durante um longo período de tempo e que era bastante rígido na legitimação e reconhecimento no que às formas de associativismo concerne. Associado a este fator outros como uma cultura cívica incipiente, a não preponderância de formas de socialização familiar que conduzissem os sujeitos a este tipo de atividades, as próprias especificidades do mercado laboral em Portugal, os aspetos sociodemográficos de que se destaca o baixo



nível das qualificações académicas, a fraca participação das classes média e média-alta, fatores que vão condicionar a existência de um voluntariado de base organizacional e laico.

Apesar deste quadro não muito abonatório, relativamente à mobilização atualmente para a militância associativa na forma de voluntariado, referenciamos apesar de tudo como certo o pressuposto que os voluntários entrevistados para esta investigação são detentores de uma postura crítica composta por uma determinada capacidade reflexiva e de um sentido de justiça. Consideramos também que estes militantes possuem o conjunto de competências essenciais para justificarem a sua posição argumentativa relativamente às atividades que desenvolvem. Pressupomos deste modo, nas suas competências de avaliação de situações e de fazer julgamentos, assim como nas suas capacitações na assunção de posições que permitam tecer críticas e simultaneamente denunciar situações que, para cada um deles, não se enquadram no domínio do justo.

Destarte, perante o supra referenciado, partimos para algumas questões que nos permitirão clarificar as razões motivacionais que os sujeitos nas suas exposições narrativas apresentam como forma de justificação para militar em causas /questões.

Que formas o voluntariado apresenta no que respeita ao tempo semanal e diário que tem que ser disponibilizado pelos militantes? Que controvérsias e disputas internas entre os elementos de uma mesma organização podem ser despoletadas de acordo, por um lado, com as decisões de ação a desenvolver e, por outro lado, com as responsabilidades que estão inerentes aos papéis que cada voluntário desempenha na sua organização? Que emoções podem estar associadas para conduzir os sujeitos ao exercício de uma atividade enquanto voluntário? Que influências ou conjunto de influências externas ao sujeito os canalizará para ações coletivas de tipo associativo?

Para explicar a construção analítica dos nossos argumentos e dos resultados decorrentes desta investigação que efetuámos, dividimos a presente tese de doutoramento em oito capítulos.

Assim, no *primeiro capítulo* vamos dar a conhecer e problematizar o quadro de análise inicial sobre o objeto de estudo e a correspondente formulação do problema sociológico.

Apresentamos o que vai ser estudado no âmbito da trilogia das causas / questão selecionados (Ambiente, VIH/SIDA e Luto), dando relevo aos constrangimentos, disputas, controvérsias («*forme affaire*», Boltanski, 1990) e conflitos associados, aos domínios de visibilidade e invisibilidade que corresponde a cada um na sociedade portuguesa e as formas de denúncia pública efetuadas pelas organizações que investem em cada um destes domínios. Explicamos a nossa proposta de compreensão sobre as formas de constituição e de mobilização das associações implicadas em cada um dos domínios de ação no espaço público, enquanto plataformas legítimas de crítica, em relação a determinadas situações consideradas injustas. Neste sentido referenciamos a necessidade de nos debruçarmos sobre o quadro teórico-concetual dos movimentos sociais e como os coletivos, que se constituem na sua decorrência, se enquadram numa lógica de ação coletiva, em que cada um possui de maneira bem definida e delineada os seus objetivos e roteiros de reivindicações e de reclamações. Esclarecemos também a quase obrigatoriedade de analisar o papel das organizações na sociedade civil como contraponto do papel e da ação do Estado e do Poder Político, pois as primeiras apresentam a tendência de se envolverem em contextos problemáticos que, em momentos mais críticos, as situações denunciadas podem compor objetos conflituais geradores de oportunidades e concomitantemente instrumentos de inclusão dos sujeitos através de convergências ou acordos. Acrescente-se, o realce que se dá à caracterização das sociedades contemporâneas (ocidentais) que, pelo seu pluralismo, (in) tolerância, (in) aceitação do que é diferente e singular, tem reflexos na concetualização plural do que é o bem comum.

Apontamos igualmente a necessidade de explicar e concetualizar os motivos e formas de envolvimento dos indivíduos nos diferentes contextos de militância, nomeadamente as representações, trajetórias, repertórios de ação e disposições, ou seja, o conjunto de modalidades práticas que enformam o seu envolvimento no espaço público.

Especificamos o leque de disciplinas que contribuirão para a construção do objeto de estudo, assim como alguns estudos e trabalhos multidisciplinares e investigações no âmbito da Sociologia Pragmática.

Expomos também os eixos de análise relativos ao processo de escolha / seleção das organizações que fazem parte do estudo, nomeadamente: a transversalidade e a especificidade das causas / questão em todas as sociedades; a expressividade como cada

associação se constituiu; a existência de um número bastante significativo de sujeitos que se envolvem e participam nas atividades das respectivas organizações; o peso social e político que as controvérsias e disputas promovidas pelas associações detêm no nosso país; a dimensão das controvérsias e disputas existentes no foro interno de cada uma delas e a representação mediática das causas.

O *segundo capítulo* é destinado à explicitação da construção empírica e analítica da pesquisa, referenciando as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica que dão a sustentabilidade aos procedimentos e às técnicas.

Caracteriza-se neste capítulo a população de voluntários das três organizações (Quercus, Abraço e APELO), os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise dos dados recolhidos a partir da utilização do programa informático MAXQDA para fazer a leitura de teor qualitativo dos mesmos. A pesquisa qualitativa desconstrói o objeto de estudo na medida em que tem em atenção e coloca em evidência a diversidade de perspetivas dos indivíduos relativamente aos significados singulares que cada sujeito dá a uma determinada causa, constituindo-os desta maneira em significados plurais para causas coletivas que propõem atingir um bem comum.

Explanaremos no que aos métodos utilizados concerne, que o presente trabalho de investigação adotou uma determinada orientação metodológica adequada aos objetivos definidos e à natureza do próprio objeto de estudo, alicerçada em pressupostos ontológicos e metodológicos no sentido de atingir o conhecimento desejado. Para este desiderato, tomámos por base as narrativas expressas nas entrevistas feitas aos voluntários, que revelam uma diversidade de gramáticas de sentidos, significados e sentimentos em relação aos seus motivos para militar e se envolverem em causas, cujas disposições e envolvência de forma em situação visam chegar ao justo através do injusto.

Evidencia-se que, em virtude de nesta investigação o modelo de análise teórico concetual se enquadrar na sociologia pragmática, a «metodologia de estilo pragmático» centra-se basicamente na forma como o guião das entrevistas foi construído. O resultado da escolha dos eixos temáticos adveio das conversas exploratórias que foram realizadas com alguns voluntários das associações selecionadas. Salientamos também as ocorrências resultantes das próprias entrevistas, do modo como os entrevistados consideraram algumas das questões levantadas, as suas dúvidas e inquietações.

Referimos também que, devido a não ter sido possível considerar e compaginar toda a documentação das organizações, demos importância aos seus estatutos, planos e projetos em desenvolvimento. Em virtude do parco acervo documental, decorrente de dificuldades várias no seu acesso, fomos mesmo assim recolhendo identicamente alguns elementos úteis para o delineamento e construção do guião da entrevista.

O *terceiro capítulo* é consagrado à correlação sobre como as emoções, afetos, paixões e sentimentos individuais podem motivar e mobilizar os indivíduos na defesa de determinadas causas / questão, conduzindo-os e envolvendo-os em organizações como voluntários, permitindo-lhes dessa forma utilizar os mecanismos de ação coletiva que cada uma delas dispõe, para denunciar publicamente situações por si julgadas e referenciadas como indignas ou injustas, tentando por essa via alterar ou corrigir problemas que dizem respeito a toda a sociedade.

Como este estudo incide sobre a análise dos motivos dos sujeitos para defender determinadas causas e, concomitantemente, para militar como voluntários na decorrência dos seus julgamentos do que concebem como injusto ou indigno na sociedade, apresenta-se nesta parte da tese o que concetualmente deve ser entendido como voluntário de acordo com algumas definições de organizações internacionais.

Destacamos assim, segundo alguns estudos efetuados por: Jorge Vala, Manuel Vilaverde Cabral e Alice Ramos, 1999; Ana Delicado, 2002; e Mauro Serapioni 2013, a regulamentação do exercício do voluntariado (direitos e deveres), assim como, por um lado, o aumento nas últimas décadas do número de Organizações Não Governamentais que enquadravam atividades de voluntariado no espaço nacional, contrapondo-se, por outro lado, com as baixas percentagens de participação da população portuguesa nesta atividade cívica.

Fazemos, de acordo com os estudos citados, uma breve caracterização sociográfica dos voluntários enquadrados no voluntariado formal, pretendendo-se igualmente dar a compreender as razões das dificuldades de automobilização dos cidadãos nacionais para o voluntariado, entrecruzando simultaneamente as diferentes gramáticas de motivação (Mills, 1940) que conduzem os sujeitos a associar-se de forma voluntária em processos de automobilização onde os propósitos singulares e coletivos se interligam e os sujeitos atuam como partes de um coletivo, acionando formas de coordenação de ação cujas finalidades são comuns (Trom, 2001).

Desenvolvemos então o que pode ser o busílis dos motivos para militar como voluntário, uma perspectiva heurística de contributos analíticos sobre os afetos, sentimentos, paixões e emoções que se apresentam nos sujeitos como pilares das diferentes formas de motivação e envolvimento, em relação à multiplicidade de formas de sofrimento humano, materializado como nova categoria científica (dor física ou psicológica como resultado de situações de saúde, morte, miséria social e económica, migrações, refugiados) e percebido pelos indivíduos de acordo com a distância espacial em que estão perante o facto vivenciado ou observado. Consequentemente, correlacionamos determinados fatores como a visibilidade ou a (in) visibilidade mediática dos factos e do sofrimento que lhe está adstrito, com questões como o distanciamento e o envolvimento em que as exigências morais face ao sofrimento convirjam para o imperativo de ação (Boltanski, 1993; Resende, 2009, 2017; Breviglieri, 2012; Simmel, 2013).

As categorias emocionais que abordamos são a compaixão, paixão, piedade e a solidariedade (Chevalier, 1992; Haroche, 1992; Alberoni & Veca 2000; Arendt, 2001; Smith, 2002; Durkheim, 2013), sendo que todas elas, algumas com maior expressão em determinados tempos históricos e lugares, estão contidas em julgamentos, podendo-se assim compreender como a emoção ligada a formas de avaliação permite a constituição de coletivos (Livet & Thévenot, 1993).

No *quarto capítulo* delineamos uma reflexão em torno dos quadros teórico-conceituais sobre ação coletiva e movimentos sociais, para que se possa compreender na sua diversidade o nível de formas de ação conjunta (como projeto voluntário, os quais permitem verificar os motivos dos sujeitos para se mobilizar em causas), assentando os movimentos sociais numa dimensão cultural responsável pela construção de identidades e de universos simbólicos (Neveu, 2008).

Destacamos inicialmente o conceito de movimento social (cujas mudanças operadas mais recentemente estão associadas aos movimentos “alter-globalização”), bem como o conceito de ação coletiva, os quais se complementam e entrecruzam, no âmbito de um paradigma compreensivo das sociedades modernas de relações sociais complexas.

Posteriormente, é feita uma breve historiografia no quadro dos estudos sociológicos dos movimentos sociais que incide com o seu início ligado aos primeiros movimentos operários e socialistas do século XIX, passando pelos movimentos

ambientalistas, feministas e estudantis das décadas de 60 e de 70 do século XX (coincidente com a *modernidade liberal alargada/tardia/reflexiva* (Wagner, 1996), para a partir da década de 90 até atualidade, a ser feita uma análise crítica sobre os “paradigmas dominantes” no que concerne às abordagens macroestruturais dos movimentos, centrando-se agora mais em contributos científicos de nível microssocial, não deixando estes todavia de continuarem a ser condicionados pelos seus enfoques (Nunes, 2014).

Os quadros teórico-concetuais sobre movimentos sociais, vão-se temporalmente constituindo de acordo com a forma como os movimentos se apresentam e evoluem nas sociedades, marcando-os igualmente os enquadramentos académicos que os foram influenciando e dando corpo. Assim, destacam-se quatro grandes correntes, cuja preponderância científica se manteve até aos anos 80 do século XX: as teorias do comportamento coletivo (*collective behavior*) de matriz funcionalista está ligada à Escola de Chicago (Park, Le Bon, Tarde e Blumer); posteriormente e com a eclosão da defesa de causas como os direitos cívicos, feministas, universitários e ecologistas quer nos Estados Unidos quer na Europa, surge o paradigma da teoria da mobilização de recursos, cujos postulados da teoria económica clássica, racionalidade do ator e fatores de participação são por ela adotados (Olson, Oberschall, Crozier, Friedberg, Neuman e Morgenstern); um outro paradigma é a teoria dos novos movimentos sociais (NMS), em que os movimentos são geradores de novas identidades e valores sociais (Touraine, Melucci, Pizzorno, Habermas e Offe); por último temos a teoria dos «quadros» (*frame theory*), apoia-se na estrutura conceptual da Escola de Chicago, centra-se na compreensão dos quadros de referência em que está envolvida a ação influenciando os sujeitos quer na construção social da realidade, dos problemas, assim como as representações e os valores que vão, segundo esta *frame perspective* (assim designada pela renovação das teorias de ação), influenciar o pensamento e a ação dos atores. Esta teoria foi desenvolvida por Erving Goffman, sendo posteriormente feita uma singular remodelação por David Snow. Esta teoria critica os paradigmas anteriores, nomeadamente e de forma mais acintosa a teoria de mobilização de recursos.

Como se pode depreender, na decorrência dos movimentos sociais, é comum nas sociedades constituírem-se organizações (mobilização associativa) que vão dar sentido às reivindicações desses movimentos. Apresentamos, pois, ainda neste capítulo, a mobilização associativa em Portugal no sentido de compreender os comportamentos da

sociedade civil e do Estado perante determinadas preocupações públicas, ou seja, a constituição das associações que convocam nas arenas públicas um ou vários bens comuns a preservar.

Inicialmente concetualizamos associativismo, para posteriormente se explicar enquanto atividade centenária no nosso país as suas diferentes conceções ligadas intimamente a diferentes configurações e estruturas em concordância com fatores de ordem política, económica, cultural e religiosa.

Referimos também que o enquadramento corporativo das organizações operárias faz parte da estratégia política do Estado Novo, cujos pilares da estrutura político-social (Princípios Gerais da Constituição da República Portuguesa, o Estatuto do Trabalho Nacional e Previdência Social Portuguesa) eram fundamentais para tentar disciplinar o movimento operário e lutas económicas conexas, mas que, com o quadro político democrático resultante do 25 de Abril e a entrada de Portugal na CEE, estão mais que reunidas as condições para a emergência e evolução exponencial das associações em diferentes domínios no nosso país.

O *quinto capítulo* é consagrado ao movimento associativo ambientalista em Portugal e recai fundamentalmente na análise dos motivos para militar nesta causa e as formas de envolvimento dos voluntários na Associação Quercus (estrutura organizacional de mobilização coletiva), utilizando para esse efeito um conjunto de narrativas dos voluntários desta associação, recolhidas através das entrevistas que lhes foram sendo efetuadas (com utilização de um guião previamente estruturado) em diferentes cidades do país onde esta organização está implementada.

Começamos contudo, por apresentar alguns aspetos relacionados com as dinâmicas políticas internacionais que vieram influenciar todo o processo político e associativo em relação às questões ambientais em Portugal, realçando contudo os baixos níveis de participação e preocupação da população nacional que estão associados a três fatores: tardio colapso da sociedade rural; processo internacional pouco coincidente com a nossa realidade e um sentido desfavorável nas culturas públicas à preocupação ambiental (Smith, 2008). Destacamos também alguns aspetos mais relevantes relativos às iniciativas quer de carácter associativo, quer de índole política, tecendo simultaneamente um eixo de referência entre os aspetos do espaço internacional com os do espaço nacional.

Posteriormente, referenciamos algumas abordagens sobre a ação ambientalista (Sachs, Hajer, Jamison e Ulrich Beck) para que seguidamente entremos na compreensão da génese histórica da Quercus (princípios e objetivos) enquanto associação vocacionada inicialmente para a conservação da natureza e que, com o passar dos anos, desenvolve o alargamento das áreas temáticas em que intervém (reforço de estruturas, aumento do número de recursos humanos e financeiros), ganhando progressivamente maior capacidade de intervenção e de visibilidade no espaço público.

Ilustramos também, pelas narrativas dos voluntários envolvidos neste tipo de militância, quais os meios e mecanismos de atuação utilizadas pela organização nos conflitos, controvérsias e disputas com o Estado / Empresas, não descurando igualmente os contornos internos das controvérsias e as putativas configurações de acordo, meios e mecanismos de atuação da associação com as formas de mobilização e envolvimento dos indivíduos como voluntários.

O *sexto capítulo* exporá historicamente o VIH/Sida no nosso país e quais foram, desde o surgimento desta doença, os motivos invocados pelos sujeitos para se mobilizaram e envolveram em ações voluntárias inicialmente de teor meramente preventivo na Associação Abraço.

Destacamos assim a historiografia da Abraço, para em seguida fazer uma retrospectiva de como a sociedade civil em Portugal se mobilizou e acompanhou as diferentes fases da doença. Assim, o VIH/Sida era considerado como uma doença circunscrita a determinados grupos (homossexuais), passando a ser analisada como doença com repercussões globais e finalmente deixa de ser considerada doença terminal para ser considerada doença crónica, tendo cada uma destas fases uma resposta adequada pela sociedade portuguesa a cada uma delas, nomeadamente: mobilização pela ausência de políticas públicas; promoção de agendas de discussão que permitissem promover as primeiras respostas no âmbito da informação e da prevenção; e, por último, as organizações da sociedade civil até aí constituídas a desenvolverem uma ação competitiva e de alternativa aos serviços públicos oferecidos pelo Estado (Lopes, 2000).

Especificaremos o processo que conduziu à criação da Associação Abraço, os seus princípios e objetivos, e de como desde a sua génese começou a desenvolver uma ação preventiva, a qual passou a deter um mediatismo pela sua quase permanente exposição nos órgãos de comunicação social (televisão), contribuindo no entanto dessa forma para o esclarecimento da opinião pública, denunciando ao mesmo tempo as



diferentes formas de estigmatização e de exclusão a que os sujeitos infetados estavam a ser sujeitos.

Apresentamos também as narrativas dos militantes envolvidos neste tipo de organização (recolhidas através de entrevistas com a utilização de um guião, efetuadas na Abraço de Lisboa e do Porto), seguindo deste modo uma linha de coerência analítica plasmada nos objetivos definidos desta pesquisa, destacando que tipo de meios e mecanismos são acionados pela Abraço nas controvérsias, conflitos e disputas com o Estado, incidindo igualmente sobre os contornos das controvérsias internas e as possíveis configurações de acordo, e quais os mecanismos e meios de ação da associação com os dispositivos de mobilização e envolvimento dos sujeitos como voluntários.

O *sétimo capítulo* incidirá na abordagem da questão do luto e nos motivos que os sujeitos nas suas narrativas citaram para militar nesta questão e as formas de como se envolveram enquanto voluntários na Associação APELO (que se distribui geograficamente pelo território nacional em Capelos), não deixando contudo de realçar que a maioria destes militantes já tinham na sua vida uma situação de luto pela perda de um ser íntimo, possuindo desde logo uma familiaridade de experiências (Thévenot, 1999).

Começamos por definir conceitualmente como se deve entender o luto e de como este sentimento de perda, que se constitui no indivíduo, incorpora duas dimensões que se interligam (o tempo e a memória), sendo um processo que, de acordo com alguns autores, pode apresentar fases diferenciadas (Silva, 2004, Rebelo, 2014).

Exploramos seguidamente este sentimento do enlutado, através do levantamento de uma questão que visa compreender se este sujeito em sofrimento se pode apresentar como uma vítima que será recoberta por uma determinada compaixão.

Na linha expositiva dos dois últimos capítulos damos a conhecer as narrativas dos indivíduos envolvidos na APELO, organização vocacionada para o acompanhamento de pessoas em luto e que contribui para o acomodamento das tensões, situando-se entre o compromisso cívico e o que se liga a uma ancoragem local ou pessoal (Thévenot, 1999). As entrevistas foram efetuadas aos voluntários dos diferentes Capelos (Pombal, Coimbra, Aveiro e Porto), utilizando o mesmo guião que foi aplicado nas associações Quercus e na Abraço, destacando-se da mesma forma com a colheita de dados as

disputas, conflitos e controvérsias, assim como as possíveis controvérsias de foro interno, os meios de ação utilizados por esta organização para a mobilização e envolvimento dos sujeitos a militar nesta questão.

O *oitavo capítulo* centrar-se-á no estudo da construção da crítica e dos sentidos de (in) justiça por parte dos voluntários das três associações que fazem parte desta pesquisa no que concerne aos seus motivos, regimes de envolvimento e modalidades de mobilização.

Destarte, confeccionaremos analiticamente a desconstrução dos sentidos de (in) justiça relatados pelos voluntários nas diferentes áreas de militância, utilizando para o efeito o quadro teórico da sociologia pragmática.

Para tal desiderato, destacamos os *diferentes motivos para militar enquanto voluntário* e as *formas de envolvimento nas causas / questão e nas organizações* onde desenvolvem a sua ação, como as duas principais categorias de análise desta investigação, para além de tentar compreender os seguintes aspetos relacionados com a sua mobilização: a perspetiva de como interpretam a constituição e os objetivos da associação a que pertencem; o enquadramento da organização na sociedade portuguesa nos domínios político, económico e social (como forma de entender a maneira como percebem a nossa sociedade e os seus valores); o tipo de conflitos, disputas e controvérsias que são desenvolvidas pelas associações, quer no domínio externo, quer no domínio interno; os mecanismos e meios que são utilizados pelas organizações no sentido de permitir convergências ou acordos e a importância que atribuem à comunicação social, como mecanismo de utilidade para a ação e simultaneamente de visibilidade no espaço público.

Destacaremos, deste modo, os modos de avaliação que os voluntários utilizam em relação a si próprios (ações por eles desenvolvidas) e relativamente aos outros (crítica – competência reflexiva) de acordo com as expressões de indignação (enquadrada por um determinado quadro emocional) (Boltanski, 1990, Livet e Thévenot, 1993).

As ações que desenvolvem de forma justificada, e que são legitimadas por referência à defesa de um bem comum ou um princípio de justiça, serão objeto de análise no âmbito das economias de grandeza (Boltanski & Thévenot, 1991) na medida em que cada sujeito, nos diferentes modos de ação em situação que desenvolve, pode enquadrar-se em determinadas *cités* (inspirada, doméstica, opinião, cívica e industrial)

que são modelos que consubstanciam um imperativo de justificação (gramáticas argumentativas) que as pessoas utilizam em situações de controvérsia, disputa, crítica e denúncia, estando associada a cada uma das *cités* uma determinada grandeza. A “grandeza” não está associada à “condição” de pequeno ou grande das pessoas, mas à adequação desta classificação dos seres em disputa, assim como a prova e respetivo reconhecimento público. Simultaneamente os militantes podem habitar em diferentes mundos comuns (inspirado; doméstico; opinião; cívico; mercado e industrial) detendo cada um destes mundos um princípio superior comum que se constitui como modelo de ajustamento, podendo, no entanto, os sujeitos habitar em mundos diferentes em concordância com a situação, permitindo-lhes transitar de um mundo para outro ou posicionar-se em mais do que um, para poder vir a obter um acordo durável. Os mundos são uma extensão das *cités*, cuja particularidade passa por conter os objetos e os dispositivos que permitam confrontar para a prova da realidade os princípios de justiça.

Entrecruzaremos com o que no parágrafo anterior foi exposto, por um lado, os regimes pragmáticos de ação: as «disputas em justiça» – ação justificada; «disputa em violência» – ação em força; «justeza» – ação ajustada e o «agapè-amor» - ação desinteressada (Boltanski, 1990) e, por outro lado, os regimes de envolvimento na ação (Thévenot, 2006), de modo a que se possa dotar toda a análise, no que ao objeto concerne, de uma complementaridade científica equilibrada no quadro da sociologia pragmática.

Na parte final desta tese de doutoramento, explanaremos na conclusão uma síntese exhaustiva dos resultados obtidos de acordo com os principais eixos de análise definidos no nosso objeto de estudo e posteriormente desenvolvidos, não deixando, no entanto, de tecer algumas reflexões relativas a toda a esta temática que possam contribuir para novas abordagens científicas.

# **CAPITULO I: DAS TONALIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIETAIS: UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE O OBJETO À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA SOCIOLÓGICO**

## **I.1. Dos intuitos da investigação**

Pretendemos estudar, a partir da perspectiva dos voluntários em instituições ligadas ao ambiente, VIH/SIDA e ao luto, os motivos e as formas como se mobilizam e envolvem os indivíduos, bem como desconstruir analiticamente as formas de ação pública das organizações no espaço público, perante determinadas preocupações individuais e coletivas, associadas à defesa de determinadas causas<sup>1</sup> e questões<sup>2</sup>. As causas e a questão em análise recaem em diferentes domínios tais como: o ambiente, em que se compaginam questões ligadas aos mecanismos de defesa, prevenção e promoção ambiental, bem como ao ordenamento do território e políticas conexas que, de forma mais ou menos direta, recaem sobre esta esfera; o VIH/SIDA, cujas consequências físicas e sociais da doença manifestam configurações distintas de vulnerabilidade do corpo e que associadamente se apresentam de forma visível ou invisível, dando origem a políticas de saúde específicas, nem sempre consensualmente aceites devido à necessidade de um tratamento e acompanhamento mais humanizado em instituições dotadas para o efeito; o luto, que se constitui como um problema em consequência de diferentes tipos de perda e cujas formas de expressão são de ordem variável, com implicações no campo da saúde mental e física, o que convoca uma atenção cuidada e especializada que até há bem pouco tempo não tinha expressão na sociedade portuguesa. Esta trilogia das questões públicas ou não supra expostas, constituiu-se pela

---

<sup>1</sup> Sociologicamente deve-se entender causa como algo que é confeccionado pelos sujeitos partindo de razões ou motivos que os mobilizam para a defesa de um conjunto de interesses (individuais ou coletivos) pela eminência ou consequência de um eixo problemático, pressupondo associadamente uma atividade ou prática social de envolvimento, operacionalizada pela disponibilização de competências e recursos em favor dela, ou seja, enquanto conjunto de disputas em torno de um processo (Boltanski, 1990; Fillieule, Mathieu & Péchu, 2009).

<sup>2</sup> Questão não deve ser percebida nesta pesquisa numa perspectiva meramente concetual de ordem sociológica, mas antes como uma perplexidade ou problema que se apresenta aos indivíduos.

manifestação significativa no espaço público dos constrangimentos, disputas e conflitos a elas associados, bem como pela diversidade dos seus contextos problemáticos. Os domínios de visibilidade e de invisibilidade destas causas / questionamentos estão associados, por um lado, às formas de denúncia pública efetuadas pelas associações (visibilidade mediática em relação às questões ambientais e do VIH/SIDA) e, por outro, à tipologia específica da questão (invisibilidade à volta dos problemas do luto), sendo conveniente salientar que a invisibilidade pública do luto deve-se fundamentalmente à opacidade e aos tabus criados pela sociedade, apesar de desde sempre terem existido sentimentos de sofrimento e dor, decorrentes dos diferentes tipos de perda e que, somente na última década, se constituíram em Portugal estruturas de apoio e ajuda especializada neste campo.

Propomo-nos desenvolver uma pesquisa sobre as formas de mobilização dos indivíduos em cada uma destas duas causas (ambiente, VIH/SIDA) e questão (luto), os contornos do seu envolvimento associativo, os valores e sentimentos subjacentes às suas ações, a disponibilidade para militar enquanto voluntário, bem como os papéis que desempenham na estrutura, partindo da gramática por eles utilizada.

Propomo-nos igualmente desenvolver uma pesquisa que permita compreender as formas de constituição e de mobilização das associações implicadas nestes domínios de ação, enquanto plataformas que visam dar expressão, visibilidade e legitimação no espaço público às causas / questionamentos supracitados, que decorrem de processos resultantes de movimentos sociais / associativos e de ações coletivas. Determinar, ainda, as formas que estas adotam na ação pública de denúncia e conflito, que orientações utilizam e como se enquadram, na produção e reformulação de políticas específicas, as suas relações com o poder político e com o Estado, verificando igualmente eventuais disputas que se processam no interior de cada uma das organizações.

Trata-se, pois, de analisar as formas de mobilização associativa decorrentes das indignações e preocupações individuais e coletivas geradas por determinados movimentos sociais que transitam no espaço público a várias temperaturas - cujas ações correspondentes foram preponderantes para a formação atuante de plataformas concertadas que deram corpo à defesa de causas / questionamentos que, sem esta constituição organizativa, se tornariam mais frágeis e menos visíveis no espaço público. Para tal, parece-nos determinante debruçarmo-nos na análise teórico-conceitual dos movimentos sociais (com graus de visibilidade diversa) e das lógicas de ação coletiva,

na medida em que se pretenderá entender de que forma as organizações associativas se constituem perseguindo objetivos bem definidos pelo seu coletivo, assim como os roteiros de reivindicações e reclamações. A constituição dos movimentos sociais e a ação coletiva no espaço público, por um lado, e, por outro, a forma como se mobilizam e organizam as plataformas associativas, corporizando múltiplas formas de ação pública de acordo com planos por elas determinadas, constituem-se como dois eixos complementares para a compreensão do todo complexo que envolve as causas / questionamentos em análise. Por outras palavras, procurar-se-á abordar e analisar os movimentos sociais enquanto espaços de modalidades de coordenação de ações relacionados e implicados em diversos objetos em disputa, cujos correspondentes formatos de organização institucional, apresentam dispositivos e instrumentos de denúncia pública, perante questões que suscitam controvérsias, dúvidas e inquietações.

Da íntima ligação entre o desenvolvimento das sensibilidades na sociedade atual e o associativismo de causas / questões, decorre um renovado interesse em torno dos sofrimentos individuais e coletivos, problemas sociais de esfera comunitária, verificáveis em diferentes formas de manifestação, podendo apresentar olhares diferenciados consoante o quadrante político ou o sentir coletivo. Nesta pesquisa, o ambiente, VIH/SIDA e luto apresentam-se como domínios de investimento político organizacional e de mobilização individual, requerendo a respetiva e correspondente contextualização e caracterização das instituições selecionadas, bem como o quadro teórico de análise sobre os principais pressupostos individuais de envolvimento, perante as causas / questão em análise. Para tal, desenvolvemos, em primeiro lugar, uma caracterização centrada nos processos históricos das instituições, evidenciando simultaneamente as suas mais significativas ações de denúncia e conflito na esfera pública e, em segundo lugar, traçar os contornos da mobilização dos sujeitos às respetivas causas / questão. O objetivo passará, pois, por articular as especificidades das matrizes institucionais com o *corpus* teórico (entrecruzado com as lógicas de mobilização individual às causas / questão) relativo ao ambiente e correspondentes capacitações (individuais e coletivas), às fragilidades do corpo e as correlativas vulnerabilidades ao VIH/SIDA, e ainda às formas de expressão de si através da perda no âmbito do luto.

Desta forma, o estudo do envolvimento associativo dos indivíduos, permite clarificar os sentidos, as formas de mobilização e de militância individual em cada uma

das causas (representações, trajetórias, repertórios de ação e disposições<sup>3</sup>), ou seja, as modalidades práticas que caracterizam o envolvimento das pessoas no espaço público, as diferentes formas, cada vez mais variadas, de fazer coletivo e formas concretas de se associar, cruzando e analisando para esse efeito as ações plurais dos sujeitos através das propostas teóricas dos «regimes de envolvimento» na ação de Thévenot (2006) e das tipologias de envolvimento de Ion, Franguiadakis e Viot (2005), configurando-se estas últimas nos modos “pragmático”, passando pelo “mediático”, até ao envolvimento de cariz mais universal que ultrapassa largamente a esfera ou dimensão mais local.

Também é nosso propósito determo-nos sobre o objeto luto que, não tendo a mesma expressão pública que as outras duas causas, não deixa de se constituir como plataforma coletiva – Apelo – de autoajuda que importa analisar com alguma atenção pelo contraste que expressa, quer em relação à Quercus, quer em relação à Abraço. Torna-se, pois, fundamental determinar como é que, a partir de um conjunto de perplexidades e indignações, incidentes em quadrantes de vária ordem que os indivíduos enfrentam no espaço público, podem estes promover ou incluir-se em movimentos sociais, mais ou menos definidos, cujas ações coletivas, enformadas institucionalmente, relativamente a determinadas causas / questões, dão expressão em arenas múltiplas.

---

<sup>3</sup> As disposições devem ser compreendidas, neste estudo, como o conjunto das motivações (objetivas e conscientes, assentes em gramáticas de motivos) que os sujeitos apresentam para militar nas diferentes causas e não no âmbito do conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, em que as disposições estão interiorizadas e incorporadas no sujeito numa dimensão quase postural fazendo parte de sistemas “duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente «reguladas» e «regulares» ...” (2001, pp. 61-62; 2002a, pp. 163-164; 2002b, p. 88). Para este autor as disposições sistemicamente conjugadas e interiorizadas tendem, de acordo com Corcuff, “a propensões para perceber, sentir, fazer e pensar de uma certa maneira [...] a maior parte das vezes de forma não consciente”, podendo estas ser duráveis, pois independentemente da modificação das disposições no decorrer das nossas vivências “elas estão fortemente enraizadas em nós e tendem por esse facto a resistir à mudança, revelando assim uma certa continuidade na vida de uma pessoa”, sendo também transponíveis porque “as disposições adquiridas no decurso de determinadas experiências (familiares, por exemplo) têm efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo); são um primeiro elemento de unidade da pessoa” (2001 p. 40). Para Accardo (1989), este conceito permite articular dois estados da mesma realidade, o social (estruturas externas) e o individual (estruturas internas, que pressupõe uma determinada subjetividade).

A questão de partida que orientou a nossa pesquisa<sup>4</sup> foi então a seguinte: Porquê, e de que forma, os sujeitos se mobilizam em torno da defesa de determinadas causas / questões, como o ambiente, o VIH/SIDA e o luto e como é que estas se estruturam em formas de ação pública? Por outras palavras, que conjunto de motivos podem ser referenciados para justificar a mobilização dos sujeitos em forma de voluntariado nas Associações /O.N.G. em torno de bens (comuns ou em si mesmo) ligados às causas do ambiente, VIH/SIDA e questão do luto, no âmbito da produção social das controvérsias e disputas no espaço público, entre o Estado e a sociedade civil<sup>5</sup>? Estamos perante a constituição de novas formas de «laço social», em que a individuação serve de base à criação do «nós», em que novos modos de vida em sociedade, realização pessoal e liberdade individual se harmonizam tal como o respeito pelo outro e pelos interesses do coletivo? Que formas de mobilização e de ação pública (de graus controversos distintos no domínio interno de cada uma das organizações) podemos estar em presença patrocinadas por instituições associativas na defesa das suas causas / questão no espaço público?

Esta criação do «nós», de matizes descontínuas, pode ser o produto de um processo de individuação que contempla, entre outros aspetos, as competências morais e sociais dos sujeitos na eleição, engrandecimento e dignificação de «bens»<sup>6</sup>, que entendem como «comuns», investidas possivelmente com as diferentes formas de

---

<sup>4</sup> Segundo Campenhoudt, L.&, Quivy, R. (1992, pp. 97–99), ao partirem da premissa cientificamente requerível que todas as investigações assentam num determinado enquadramento teórico, referem que a pergunta de partida deve ter uma “orientação específica”, ser clara e precisa.

<sup>5</sup> Pode entender-se por sociedade civil como o “conjunto de instituições, organizações e comportamentos situados entre o Estado, o mundo empresarial e a família. Especificamente inclui, organizações voluntárias e não lucrativas de diferentes espécies, instituições filantrópicas e de economia social e movimentos políticos, formas de participação social e compromissos na esfera pública e os valores e padrões culturais a eles associados” (ISTR, 2000, cit. por Coutinho, 2003, p. 199). De acordo com Silva (2002, p. 352-353), tem existido por parte de algumas teorias sociológicas, que incidem a sua análise na estratificação social, classes sociais, infraestrutura/superestrutura, Estado e liberalismo, uma perspetiva recorrente sobre a “contradição e distinção entre sociedade civil e Estado” na qual se estabelece uma separação dos diferentes tipos de poder correspondentes às dimensões económica, social, jurídica e política.

<sup>6</sup> Deve-se a Tomás de Aquino (séc. XIII) a noção filosófica de «bem comum», que nos remete para a relação entre o (s) indivíduo (s) e a comunidade, destacando-se a proteção da sociedade, em termos de manutenção da sua unidade, impedindo a desagregação social, enformado no cumprimento das normas sociais vigentes. Atualmente, esta questão prende-se com o interesse público. Nesta pesquisa, a noção de «bem comum» será reinterpretada a partir de outras noções como natureza, ambiente, seres vulneráveis (doentes seropositivos) e “tempo do luto”.



envolvimento que os indivíduos, no âmbito da sua ação no espaço público, vão estabelecendo com as plataformas organizacionais.

Neste trabalho, pretende-se, pois, para além da dimensão motivacional dos sujeitos para a defesa de determinadas causas / questão sob a forma de voluntariado, analisar igualmente o papel das organizações da sociedade civil (Associações) em contraponto com a intervenção do Estado e do Poder Político. Este aspeto, em concreto, consubstancia-se pelo facto de as organizações da sociedade civil, na sua ação de disputa na arena pública, estarem sujeitas, direta ou indiretamente, a novas formas de regulação no jogo das controvérsias, estando inerente ao próprio espaço público “um princípio regulador que fornece uma descrição das condições que devem ser satisfeitas ao nível da organização do poder político do Estado e da sociedade, para que elas possam ser qualificadas de democráticas” (Cottureau & Quéré, 2003, p. 371).

Nesta linha de análise, infere-se que o associativismo e as ações voluntaristas correspondem a plataformas com feixes coordenadores, com extensões variadas emergentes na sociedade civil, tendentes a se envolverem contextos problemáticos, que em determinados momentos críticos, os problemas denunciados podem constituir objetos conflituais geradores de oportunidades e serem também instrumentos facilitadores da inclusão dos sujeitos, a partir de convergências, acordos mais estáveis ou mais precários. As ações que dali despoletam são igualmente portadoras dos princípios de regulação emanados pelo Estado, dando origem a novas formas de regulação respeitantes a jurisdições culturais, que podem mudar segundo a natureza dos modelos de governança estatal.

Estas formas de manifestação coletiva traduzem, segundo Boltanski (1993, p. 101), uma indignação (enquadrada por um determinado quadro emocional) que geralmente culmina em diferentes formas de denúncia (suportada pelo equilíbrio entre a emoção subjetiva e as causas objetivas).

Para Boltanski e Thévenot (1991), os modos de avaliação em relação a si próprios (ações por si desenvolvidas) e relativamente aos outros (crítica – competência reflexiva), enquadram-se na capacidade de julgamento que os sujeitos manifestam sobre e em diferentes contextos de ação, das suas experiências, dos acontecimentos que os confrontaram, cujas ocorrências levantaram problemas, que foram sujeitas a determinadas operações críticas. Neste sentido, quer a capacidade interpretativa, quer a capacidade discursiva e de argumentação dos sujeitos, devem ser consideradas como

formas de ação, pois são simultaneamente produtoras de sentidos e de significados que constituem gramáticas de razões / motivos<sup>7</sup> (Trom, 2001) para as suas mobilizações.

A atual diversidade de formas de manifestar indignação e denúncia decorre da complexidade estrutural das sociedades, cada vez mais abertas e plurais. As sociedades contemporâneas (principalmente as ocidentais) caracterizam-se, deste modo, pelo pluralismo, pela heterogeneidade social, pela (in) tolerância, pela (in) aceitação das diferenças e das singularidades, o que se reflete também na definição plural do que é o bem comum.

É perante este conjunto de aspetos que muitas das atuais Associações e O.N.G.'s se constituíram em torno de novos problemas sociais e segundo lógicas específicas de determinadas causas comuns, como experiência de solidariedade quotidiana, apresentando-se estas sob a forma visível de movimentos cívicos estáveis e resistentes à dissolução, uma vez que possuem estruturas consubstanciadas por um conjunto diversificado de recursos humanos, materiais e institucionais.

É na procura de bens (como a preservação da vida), na defesa de novas causas e de problemas comuns, que preocupam as comunidades e as pessoas, como o ambiente, o VIH/SIDA e o luto, entre outros, despertando uma determinada consciência social mobilizadora de solidariedades com o próximo, que de forma organizada se constituem as associações e O.N.G.'s que diretamente se relacionam com as questões referidas, como espaços de formação, facilitadores da expressão e capacitação para a cidadania.

Para a construção do nosso objeto de pesquisa, recorreremos não apenas a perspetivas sociológicas da Sociologia dos Movimentos Sociais, Sociologia da Saúde, Sociologia do Corpo, Sociologia do Ambiente e Sociologia das Emoções, mas também a outros contributos teórico-conceituais nomeadamente: a Filosofia Política e Moral na análise de questões sobre a esfera pública / valores / sofrimento; a Antropologia na análise sobre a dádiva; e a História no domínio das instituições / associações. Utilizámos também estudos e trabalhos multidisciplinares sobre o voluntariado e, em particular, o voluntariado em Portugal, assim como investigações no âmbito da

---

<sup>7</sup> Os motivos, de acordo com Trom que se inspira no livro *A Imaginação Sociológica* de Wright Mills, devem ser vistos em primeiro lugar como “pretensões à validade normativa, consubstanciados aos envolvimento nas ações” (...) e entendidos como “razão de ação, aparecendo articulados a uma gramática específica conferindo um estatuto particular às performances designadas por mobilizações” (2001, pp. 100-101).

Sociologia Pragmática. Pretendemos, assim, conjugar diferentes domínios específicos do saber sociológico, bem como de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas para além da Sociologia (Filosofia/Antropologia/História).

No domínio específico em que esta pesquisa se insere, não foram encontradas análises sobretudo de carácter qualitativo para o contexto português, cruzando sujeito – privado (individação), interação – comum (envolvimento / militância), sociedade – público (esfera pública / Estado – sociedade civil). O contributo para o problema em análise assume evidentemente um carácter exploratório, podendo e devendo ser posteriormente objeto de um estudo mais intensivo e aprofundado. A investigação de algumas das questões aqui equacionadas promove o levantamento de novas interrogações, pelo que, só através de um trabalho contínuo sobre esta problemática, pode permitir a inerente consolidação dos conhecimentos nesta matéria.

Relativamente à «metodologia de estilo pragmático», esta centra-se fundamentalmente na forma como o guião das entrevistas foi construído. Os eixos temáticos escolhidos resultaram de conversas exploratórias havidas com alguns voluntários que trabalham nas associações selecionadas. Destacamos também ocorrências resultantes das próprias entrevistas, da maneira como os entrevistados encararam algumas das questões levantadas, as suas dúvidas e inquietações.

Não tendo sido possível tomar em consideração toda a documentação das associações, demos relevância aos seus estatutos, a alguns planos e projetos. Da análise documental, parca em virtude da dificuldade no seu acesso, colhemos igualmente elementos úteis para a construção do guião da entrevista.

Assim, coloca-se em evidência todo o conjunto de procedimentos e abordagens metodológicas correspondentes às respetivas etapas (delimitação do campo de pesquisa; definição de práticas e a constituição da amostra; a construção e aplicação dos instrumentos de recolha de dados e o tratamento e interpretação dos dados), que procuramos justificar em relação às diferentes opções e quadros de análise em função de todo o conjunto dos nossos objetivos, traçados a partir da construção do objeto de investigação.

No que concerne à explanação e discussão dos resultados, sob o título geral – Construção da crítica e dos sentidos da (in) justiça: regimes de envolvimento nas modalidades de mobilização, o modelo de análise elaborado pretende, por um lado,

descrever a diversidade de práticas dos núcleos de coerência diferenciados (universos de referência e territórios de sentido) e, por outro lado, compreender a dinâmica de construção da legitimidade (regimes de envolvimento na ação e níveis de julgamento e de prova). Ou seja, desenvolve-se uma sistematização analítica específica em relação a cada uma das causas / questão (organizações inseridas no estudo), utilizando para esse efeito as gramáticas justificativas de motivos utilizadas pelos voluntários (repertórios de ação em disputa ou estados de paz «agapè» - construção da crítica e do sentido de justiça), no âmbito dos diferentes regimes de ação, de envolvimento e mobilização, de acordo com os mundos plurais<sup>8</sup> em que os sujeitos se movem no âmbito dos vários contextos de ação voluntária. Promovemos assim, uma análise centrada na sociologia pragmática sobre os modelos de ação face às causas / questão. Dando realce às competências e operações críticas dos entrevistados para esta pesquisa, naquilo que diz respeito à construção operativa da crítica feita pelos sujeitos nas formas e modalidades do agir, o nosso propósito é o de desenvolver uma reflexão a partir dos motivos<sup>9</sup> e sentidos dados por estes, quer às práticas ligadas aos conflitos, disputas, denúncias de injustiças, gerados por controvérsias relacionadas com o ambiente, VIH/SIDA e sobre as solidariedades relativamente ao Luto (domínio externo da instituição), quer às práticas conexas às políticas institucionais (domínio interno).

---

<sup>8</sup> Em *De la Justification: les économies de la grandeur*, Boltanski e Thévenot (1991) propõem um modelo de justificações composto por seis *citès* (tomando os autores como referência seis obras), existindo em cada uma delas uma gramática argumentativa própria (a que corresponde um princípio político de grandeza) que enquadra formas de bem comum legítimas: *citè* inspirada a partir da obra *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho, cuja grandeza é adquirida pelo acesso a um estado de graça em relação com um princípio superior (exterior); *citè* doméstica tendo por base *A Política* de Bossuet, em que a grandeza depende da posição de lugar na hierarquia; *citè* de renome desenvolvida a partir do livro *Leviatã* de Hobbes, cuja grandeza das pessoas depende inteiramente da opinião dos outros; *citè* cívica a partir da obra *O Contrato Social* de Rousseau, que se caracteriza pela criação laços entre as pessoas mediatizados pela vontade coletiva (geral) e cujo princípio de grandeza recai no abandono do estado particular (privado); *citè* comercial tendo por base *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em que os laços são assegurados pela livre circulação de bens raros e submetidos aos apetites de todos, a grandeza vinculada à aquisição de riquezas em que o interesse individual se sobrepõe ao coletivo; e a *citè* industrial baseada na obra *Sistema Industrial* de Saint-Simon, cuja grandeza depende da eficácia que determina as capacidades profissionais.

<sup>9</sup> Genericamente estes voluntários parecem envolver-se a partir daquilo que Dany Trom (2001, pp. 99-134) conceptualizou de gramáticas de motivos. Podendo estas compaginar gramáticas de motivos alicerçados em indignação ou em gramáticas de motivos de denúncia. Verifica-se que há aqui um exercício, que se inicia com as razões da indignação, as quais posteriormente se organizam em razões da denúncia. Apesar da possível distinção que se possa fazer entre indignação e denúncia, é preciso conhecer as condições que fazem passar da indignação à denúncia, ou como a indignação faz operar a denúncia (Boltanski, 1993, pp. 91-116).

Em termos gerais, propomo-nos a refletir e discutir a centralidade das causas (ambiente, VIH/SIDA) / questão (luto), de acordo com os cenários e contextos institucionais que a elas estão ligados, assim como os conflitos, disputas e solidariedades inerentes às controvérsias e sensibilidades geradas, cujas dimensões, quer na esfera pública (relação sociedade civil – Estado), quer na esfera interna das organizações (relação entre sujeitos de ação voluntária) se prendem com formas diferenciadas de interpretar a sociedade e os seus valores, ou formas diferenciadas de pensar as instituições representativas dessas causas / questão. Procuramos analisar cada uma das dimensões relacionadas com a mobilização e envolvimento relacionando-as com as características específicas de cada uma das causas / questão defendidas. Propomo-nos também, através da Sociologia Pragmática, fazer uma análise do entrecruzamento entre os domínios privado/sujeito, comum/interação e público/sociedade civil.

## **I.2. Delimitação do objeto de estudo**

Partindo de um exercício sobre o processo de definição da problemática desta investigação confrontando-o com o material empírico, decorrente do trabalho de campo realizado, pretendemos neste capítulo apresentar os diversos momentos da construção do objeto. Assim, dando-se início à pesquisa exploratória, verificou-se que os dados de uma parte da realidade que pretendíamos estudar, relacionada com a população alvo, não correspondiam, quer pela sua natureza, quer pela sua insuficiência, às premissas base que tínhamos definido para este estudo, apresentando-se deste modo pouco consistentes e simultaneamente localizados nas margens do previamente delineado. Perante esta perplexidade científica, foi a partir da inter-relação entre teoria e prática, ou seja, das leituras efetuadas e do material recolhido, que se foram redefinindo novas linhas de análise que decidimos desenvolver. A abordagem e exploração dessas linhas de problemática esteve também diretamente relacionada com o posicionamento que as mesmas detinham no espaço plural da visibilidade e da invisibilidade no espaço público, no que às disputas e sensibilidades sociais concerne.

Inicialmente o nosso projeto pretendia analisar, em termos comparativos, as formas de mobilização dos sujeitos em determinadas causas que fossem representativas

socialmente, portanto visíveis à opinião pública e, simultaneamente, diferissem de acordo com os contextos de envolvimento institucional. Neste intuito, havíamos selecionado inicialmente três instituições nomeadamente a A-CAM (Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados – I.P.S.S.) ligada às questões da sinistralidade, Associação Abraço (O.N.G) relacionada com o VIH/SIDA e a Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza – O.N.G.A.) vinculada ao ambiente, as quais apresentavam simultaneamente os requisitos de visibilidade mediática e disputa pública relacionados com o espectro das controvérsias inerentes às causas em que cada uma destas organizações se incorporava. Cada uma destas organizações, apresentava, na fase inicial da nossa investigação, um conjunto diversificado de disputas públicas (em curso ou anteriores), que nos davam previamente algumas garantias de poder fazer uma recolha de dados, quer sobre as incidências da sua ação institucional no espaço público, quer sobre os sujeitos que delas faziam parte e, portanto, nelas estavam envolvidos depois de se terem mobilizado para as correspondentes causas.

Porém, após as nossas entrevistas preliminares, optámos por substituir um dos nossos eixos de análise previamente definidos, no que às organizações diz respeito, relacionado com a A-CAM. Tal facto não se prendeu com aspetos ligados à ausência ou nula atividade associativa desenvolvida no âmbito das controvérsias e disputas no espaço público pois, pelo contrário, constatámos na pesquisa exploratória documental (jornais diários) que esta organização apresentava um vasto conjunto de iniciativas e tomadas de posição públicas, o que, portanto, e neste sentido, se conjugava plenamente no nosso estudo. O fator impeditivo, que nos remeteu para esta decisão, esteve relacionado com o escasso ou muito reduzido número de membros que participavam nas atividades associativas com o estatuto de voluntário<sup>10</sup>, o que não nos permitia, por um lado, ter uma perspetiva representativa do teor das mobilizações e envolvimentos dos sujeitos nos fatores inerentes a esta causa específica, e, por outro lado, impedia-nos de poder estabelecer uma análise comparativa entre causas relativamente às motivações para a mobilização, militância e ação coletiva. Este fator conjugado com a falta de representatividade nacional em termos geográficos pela A-CAM (Delegações /

---

<sup>10</sup> Na entrevista efetuada ao Presidente da A-CAM, constatou-se que, para além dos elementos constitutivos dos órgãos sociais desta organização e dos associados, o número de sujeitos envolvidos de forma ativa em atividades desta associação deveria situar-se entre as cinco e as dez pessoas, acumulando algumas delas cargos diretivos.

Núcleos), em comparação com as outras organizações, reforçou ainda mais a nossa decisão de a retirar da pesquisa.

Consequentemente, o processo de redefinição do quadro das organizações para a pesquisa, que teve por base leituras efetuadas e informações recolhidas, culminou com a opção final de selecionar a Associação APELO que tem como objetivo central “ajudar pessoas, famílias e comunidades em luto” (APELO, 2013). A justificação desta escolha está ligada à verificação de que esta associação reunia as premissas necessárias para esta pesquisa, nomeadamente estar ligada a uma questão de significativa expressão pública, neste caso concreto no plano dos sentimentos e das emoções, ser capaz de gerar em torno de si diferentes tipos de mobilização e envolvimento com expressão no domínio institucional, possuir um conjunto significativo de voluntários que permitisse medir as qualidades das motivações e dos envolvimento, bem como os correlacionados regimes de envolvimento na ação, a sua dispersão geográfica em termos de CAPELOS distribuídos pelo território nacional, como também a relativa invisibilidade pública institucional (contrariamente ao verificável nas outras organizações selecionadas), fator que se configurava de extrema importância, porque desde logo nos permitiria confrontar a preponderância dos fatores de visibilidade e invisibilidade institucional e a importância relativa destes fatores no domínio das representações na esfera pública. Esta alteração não implicou uma reestruturação da problemática, nem do respetivo modelo de análise.

Após esta substituição, delimitámos assim o quadro das organizações e correlacionadas população-alvo (voluntários das associações) que ficaram agregadas à nossa investigação, a supracitada Associação APELO e as Associação Abraço e Quercus.

A Associação Abraço tem, como objetivos centrais, prestar “apoio a pessoas infetadas e afetadas pelo vírus do VIH/SIDA”, “prevenção da infeção” e “luta contra a discriminação e defesa dos direitos das pessoas infetadas” Abraço (2013).

Foi escolhida para fazer parte da nossa pesquisa devido a estar ligada à defesa de uma causa que preocupou muitíssimo a sociedade portuguesa aquando das primeiras manifestações do seu surgimento em meados dos anos oitenta, originando consequentemente e de forma natural uma elevada exposição pública em torno desta doença. Deteve um mediatismo desde a sua constituição inicial, não só pelas razões supracitadas, nos órgãos de comunicação social, nomeadamente a televisão,

contribuindo de forma indelével para o esclarecimento da opinião pública acerca das especificidades clínicas e sociais (incluindo a denúncia de formas de exclusão dos doentes infetados). Um outro critério para a escolha desta organização, prendeu-se com o facto de ter sido uma das primeiras organizações nacionais a desempenhar este tipo de iniciativas no âmbito desta doença.

A sua constituição está ligada a formas de reação de um grupo de pessoas, relativamente à forma indigna e pouco humanizante como os doentes com o vírus da Imunodeficiência Humana eram cuidados no meio hospitalar (quer na forma da relação pessoal, quer na relação terapêutica) quando a doença inicialmente foi clinicamente diagnosticada e tratada em Portugal. Esta organização passou então a desenvolver um conjunto de ações públicas de denúncia, travando neste sentido algumas disputas, nomeadamente com o Estado em virtude de este ser o responsável pelo Sistema Nacional de Saúde, relacionadas com a dignificação humana do tratamento das pessoas infetadas com o vírus do VIH/SIDA. Estas ações, que apresentaram quase sempre uma forte componente mediática na Televisão e nos Jornais, permitindo por esta via uma visibilidade pública acrescida, tiveram desde logo a capacidade de alertar a sociedade civil para a problemática e, conseqüentemente, conseguir a adesão de pessoas que se disponibilizaram<sup>11</sup> a militar na Abraço como voluntárias para a defesa desta causa.

Outros fatores justificativos que motivaram a escolha desta instituição estão relacionados com a abrangência nacional que esta organização possui através de Delegações Regionais e de Núcleos nas principais cidades do país, assim como o considerável número de voluntários que nela participam, consubstanciando formas de mobilização e envolvimento no plano das disputas e controvérsias no domínio da Saúde em termos gerais e das Políticas de Saúde Pública e medicamentosa de maneira mais específica, apresentando desde logo a possibilidade de permitir desenvolver inferências analíticas quanto às formas de organização e ação pública no que à instituição diz respeito, como também interpretações relativamente às controvérsias internas e externas em que se envolvem os sujeitos que delas fazem parte.

---

<sup>11</sup> Esta disponibilidade deverá ser entendida, na maioria das situações, como uma entrega pessoal (em tempo e esforço) no sentido da «*dádiva*» dada por Marcel Mauss (2011), à defesa de uma determinada causa a partir de uma gramática de motivos, que assentam em fatores interpretados como indignos, injustos ou ainda atentatórios do «bem comum».



A terceira instituição selecionada foi a Quercus. Esta associação desenvolve uma ação em torno dos objetivos de “conservação da natureza e dos recursos naturais”, assim como da “defesa do ambiente em geral numa perspectiva de desenvolvimento sustentado” (Quercus, 2013). Os critérios da sua seleção para este estudo, recaíram em fatores idênticos comparativamente à Associação Abraço, nomeadamente a sua visibilidade mediática e também por se constituir como uma das organizações ambientais mais antigas em Portugal. A Quercus teve a sua origem na congregação de um conjunto de pessoas procedentes de diferentes associações ambientais (Martins, 2005, p. 31) (demonstrando uma reafirmação da continuação do ativismo associativo ligado à causa da defesa do ambiente por parte dos seus fundadores), denotando desde logo que a matriz da sua constituição esteve ligada a processos de diversas disputas e controvérsias internas em diferentes associações, nomeadamente o Projeto Setúbal Verde, o Grupo de Estudo e Proteção da Floresta Autóctone de Portalegre e os Amigos da Terra. A estas disputas e controvérsias estiveram ligados os representantes iniciais desta organização, manifestando, nos diferentes encontros que foram realizando, a necessidade da criação de uma Associação Nacional com ativismo que respondesse aos anseios dos ecologistas descontentes com o *status quo* da situação pouco expressiva que as organizações ligadas ao ambiente detinham à época.

Este fator apresenta-se também como bastante relevante para a pesquisa, na medida em que o funcionamento quotidiano das organizações reflete, por um lado, as formas muito específicas de mobilização e de envolvimento dos sujeitos que nelas participam e, por outro lado, revela também controvérsias internas sobre a definição ou redefinição das linhas políticas a seguir pelas organizações, ou ainda sobre os contornos que as disputas externas que as organizações desenvolvem podem assumir, existindo assim a possibilidade de estas situações assumirem contornos extremos de processos de cisão ou rutura. A Quercus, ao vivenciar este tipo situações fraturantes no seu percurso histórico, pois na década de noventa ocorreu internamente um processo de cisão que culminou com o afastamento de alguns elementos fundadores, originando em consequência e simultaneamente alguma estagnação e dificuldades na recomposição do elenco diretivo (Martins, 2005, p. 35), reforça também a justificação desta escolha.

A opção final por selecionar estas três organizações para a nossa investigação, prende-se com os seguintes argumentos justificativos:

- A transversalidade e a especificidade das causas / questão no conjunto das sociedades mundiais que cada uma das três instituições selecionadas representa. Este fator configura, por um lado, uma dimensão universal das causas / questão e, por outro lado, projeta não só o conjunto de sentimentos e emoções que originam, tais como, solidariedade perante o sofrimento e a dor, compaixão, preservação da vida, defesa e proteção da natureza, empatia e partilha social, como também a amplitude das mobilizações subsequentes através de formas de envolvimento mais distanciadas ou de proximidade (em função do território dos atores);

- A forma como cada associação se constituiu (em particular a Abraço e a Quercus). Apresenta-se como expressiva, pelo modo como os sujeitos reagiram perante determinadas situações latentes ou manifestas, interpretadas como atentatórias do «bem comum», indignas ou injustas, mobilizando-os para a constituição de coletivos que permitem defender na esfera pública cada uma destas causas. O processo de estruturação destes coletivos é representativo de uma das dimensões da ação coletiva, no sentido de que uma pluralidade de atores age em conjunto num projeto voluntário vinculado a uma intenção de cooperação numa sociedade civil, cujos indivíduos são livres de se associar para fazer sociedade (Neveu, 2008, p. 6; e Ion, 2012, p. 11). Numa lógica diferente de fazer coletivo (que importa também analisar) a Associação APELO expressou, no seu processo inicial, uma maneira específica e concreta do apego ao íntimo (individual) pelo problema público (a iniciativa partiu exclusivamente do seu primeiro presidente), revelando assim uma dimensão de cidadania participativa, pois refletiu na sua composição institucional uma preocupação individual pelo «bem em si mesmo: a dor de quem morre que é alguém do foro familiar»;

- Existência de um número significativo de indivíduos e a forma como se envolvem e participam nas atividades das organizações com o estatuto de voluntário, animados por um conjunto de motivações para ações comuns no plural, (Thèvenot, 2014), efetuadas de maneira livre, desinteressada e responsável, comprometidos no sentido de poder ajudar a defender determinadas causas / questão. Esta forma de disponibilidade de militar nestas causas / questão, compreende por parte dos sujeitos uma entrega e um envolvimento, que podem ser entendidos como um meio de abordar e procurar resolver os problemas considerados, mesmo que parcialmente, como também de terem a possibilidade de poderem fazer ouvir a sua voz no espaço político em nome de uma determinada visão de um bem público.

Estas formas de se mobilizarem e envolverem responsabilmente, subentendem competências críticas de denúncia para com situações que entendem como injustas ou humilhantes para a dignidade dos seres humanos. Os princípios e os dispositivos críticos que configuram a mobilização coletiva, são valores e mecanismos que as organizações conjugam, para que estes sejam um domínio reconhecido socialmente.

- O peso social e político que as disputas e controvérsias públicas promovidas pelas organizações detêm no país, possuem uma dada espessura temporal. Quando as organizações desenvolvem diversas formas de ação de denúncia firme que vão desde as manifestações, petições, ações em tribunal, boicotes, campanhas de opinião, reuniões com grupos parlamentares ou membros do governo, produz-se uma arena específica e singular de conflito social que expressa um apelo ou uma reivindicação na procura permanente de uma resposta a um ou a um conjunto de problemas que fundamentalmente as causas incorporam no seu historial.

- O volume de controvérsias e disputas internas existentes nas instituições, acionadas pelos atores voluntários comprometidos com as causas / questão em que as respetivas organizações estão envolvidas. Estas surgem fundamentalmente através de processos de discussão e conflito sobre a redefinição de objetivos, políticas e medidas a seguir, nos quais os sujeitos utilizam um conjunto de gramáticas justificativas, no sentido de poder ser possível ajustar ou delinear, através dos seus argumentos, as linhas de ação de intervenção pública. As disputas e as controvérsias internas configuram-se como um elemento importante de análise nesta pesquisa, na medida em que se torna indispensável verificar se existem conexões entre estes conflitos internos e os contornos posteriores que as disputas na esfera pública podem vir a apresentar. Por outro lado, torna-se também conveniente avaliar se essas controvérsias e disputas podem ser potenciadoras de dissidências ou possíveis cisões, o que nos remete para a esfera de uma possível quebra de fidelidade perante as instituições e as causas / questão, interpretada como vetor de relações existentes que se mantêm entre os elementos, através do sentimento do dever e hábito mecânico (Simmel, 2013, p. 570).

- A representação mediática de algumas das causas que estas organizações representam (ambiente – Quercus, VIH/SIDA – Abraço) em diferentes órgãos de comunicação social. Este tipo de divulgação, que na fase inicial incidia nas controvérsias e disputas públicas (mais ou menos radicais) que as associações acionavam, nos últimos anos recai fundamentalmente sobre as ações de sensibilização,

prevenção e campanhas de angariação de fundos. Neste sentido, e no que diz respeito à Quercus, podemos destacar, entre muitos exemplos, a luta para travar e sensibilizar as populações contra a coíncineração de Resíduos Industriais Perigosos nas cimenteiras de Souselas (Cimpor) em Coimbra e do Outão (Secil) em Setúbal, assim como a sua ação de sensibilização “Transgénicos Fora” para o fomento de uma agricultura sustentável direcionada para a proteção de biodiversidade. Relativamente à Abraço, destacamos algumas das ações por si desenvolvidas com visibilidade mediática nomeadamente: a campanha nacional em algumas das praias portuguesas de Lisboa e do Porto, cujos objetivos estavam direcionados para o rastreio e prevenção do VIH, fazendo testes rápidos, distribuição de Kits e preservativos; mais recentemente (2018), o lançamento na comunicação social de uma campanha desenvolvida por esta associação, visando diminuir o estigma associado a VIH tendo como mensagem "Todas as pessoas que tomam os antirretrovirais diariamente conforme prescrito, e que conseguem manter uma carga viral indetetável, não têm risco de transmissão sexual do vírus para um parceiro com VIH negativo".

A importância da representação mediática nesta pesquisa centra-se em dois domínios de análise: perceber em que medida esta exposição pública foi determinante na produção, alteração (parcial ou total) de políticas públicas diretamente relacionadas com cada uma destas causas; verificar se os modos de mobilização e envolvimento dos voluntários nas instituições foi uma forma de resposta a toda a informação divulgada, despertando diferentes sensibilidades junto destes atores.

A visibilidade pública que as causas obtiveram, adveio da capacidade de construir o «comum» através dos resultados potencialmente obtidos nas diversas controvérsias e disputas, devendo estes ser interpretados como proporcionais aos recursos, capacidades e provas que os atores coletivos convocaram na maneira de refazer um mundo comum. De forma inversa a possível invisibilidade das questões por uma menor ou nula mediatização das mesmas (luto – APELO), poderá estar relacionada ao facto de a vida se defrontar com a morte, o que nas sociedades de modernidade tardia (Giddens, 2001) centrada na individuação do sujeito, se potencie mais os valores ligados à vida, à sua preservação e manutenção duradoura, sonegando em contraponto a

morte e o luto<sup>12</sup> a ela associado. Importa, pois, analisar também a invisibilidade da questão – luto, na medida em que esta (in) transparência poderá condicionar negativamente, por um lado, formas mais extensivas de militância voluntária e, por outro lado, a acessibilidade pública à organização.

Deste modo, o luto como realidade concreta, deverá ser interpretado como objeto de ação de forma idêntica a outros objetos que contrariamente detêm uma visibilidade social e política totalmente diferente. A sua defesa, por organizações como a Apelo, enquanto questão de relevante importância transversal a toda a sociedade, apesar de alguma invisibilidade pelos motivos acima descritos a que é relegado, não existe numa sociedade paralela, de certa forma oculta em que determinados assuntos ou problemas não são alvo de debate ou de discussão política porque são desagradáveis e incômodos, no âmbito de uma sociedade que valoriza de forma significativa os bens materiais e a qualidade de vida (Foucart, 2003, pp. 231 - 232).

Com a explanação que se segue, colocaremos em destaque os contornos do modelo de análise deste estudo, no qual utilizaremos primordialmente, um quadro teórico-conceitual centrado na abordagem da sociologia pragmática desenvolvida por Luc Boltanski e por Laurent Thévenot, sem esquecer os contributos produzidos por Daniel Cefaï. Dotaremos assim esta pesquisa de uma determinada coerência analítica e que simultaneamente permitirá demonstrar, ao longo do processo de exposição da problemática, o seu adequado ajustamento ao objeto sociológico constituído.

A análise a que nos propomos parte do pressuposto de que, num mesmo contexto e na confeção de uma certa situação, podem coexistir regimes de ação diferenciados. Destarte, incidirá, pois, na abordagem dos fenómenos sociais e numa arquitetura de sentidos, a partir de uma interpenetração e não justaposição tipológica dos mundos ou das *cités* retirados dos estudos de Luc Boltanski e Laurent Thévenot entre os regimes de ação, privilegiando a capacidade de ajustamento dos atores sociais a diferentes situações da vida em sociedade. Um regime de envolvimento da ação pressupõe a existência de um conjunto de princípios de coordenação<sup>13</sup> entre os

---

<sup>12</sup> O Luto compreende diferentes tipos de perda como a «morte» (a forma com que mais comumente é identificado), «divórcio», «amputação de um membro», «perda de imagem pública» ou ainda a «perda de expectativas de afeto» (nascimento de um filho portador de uma deficiência), (APELO, 2013).

<sup>13</sup> Cada sujeito, contribui de forma diferente para um fim comum, submetendo-se a uma mesma regra, em interação e adotando assim uma perspetiva de reciprocidade (Trom, 2001, p. 101).

diferentes atores, entre atores e objetos, possuindo conseqüentemente um complexo obrigatório de dinâmicas próprias. Ou seja, esta capacidade (competência) de se ajustar / coordenar, é efetuada através dos compromissos (acordos), que os atores estabelecem no âmbito das ações coletivas e que lhes permite, por um lado, interpretar as situações em que estão envolvidos (julgamento em situação) e, por outro lado, desenvolver operações críticas baseadas em justificações fundamentais, isto é, moral e politicamente aceitáveis, credíveis, que merecem a confiança dos outros – criticados ou audiência que assiste ao acontecimento disputado, e que nele não toma parte ativa. Os acordos (umas vezes mais precários, outras vezes menos precários) consubstanciados em gramáticas são, em caso de desacordo ou denúncia de injustiça, um fator de mobilização e inerente formação de uma causa coletiva (Boltanski, 1990, p. 21; Thévenot, 1990, pp. 39-69 e Nachi, 2010, pp. 20-43).

Como expressão da controvérsia pública ou causa polêmica designada por Boltanski como «forme affaire» (1990, p.20), o desacordo, pressupõe diferentes gramáticas<sup>14</sup> justificativas correspondentes aos fundamentos em que se baseiam os sujeitos nas operações críticas desenvolvidas, os quais atribuem ou conferem prova que fundam as formas de justificação das suas interpretações, mobilizando para o efeito os objetos que serão os mediadores das formas de ação com esse fim. As causas «affaire» representam e são confeccionadas como formas de protesto ou de denúncia na esfera pública com expressão na sociedade civil, através da mobilização de gramáticas políticas do laço social e de compromisso coletivo, que resultam de diferentes sentidos de justiça (princípios de justiça) que foram postos em causa intermitentemente ou continuamente.

As causas coletivas constituem-se, assim, como uma forma de análise dos conflitos e disputas de ordem social e ideológica e, neste sentido, devem também ser analisadas de acordo com os seus contextos sociais, históricos e políticos que permitem a sua constituição. As gramáticas que as sustentam baseiam-se num vocabulário de motivos que só é aceitável e reconhecível se este se apresentar contextualmente incluído. Assim, ter em atenção os mementos e tempos da sua formação e desenvolvimento é vital para que se retirem as ilações analíticas.

---

<sup>14</sup> Segundo Boltanski (1990, p.21), a gramática utilizada por quem protesta contra determinadas injustiças, possui e incorpora os constrangimentos que estiveram na sua origem e que afetam os sujeitos.

Em sentido oposto às disputas por justiça que as causas «affaire» podem representar através de múltiplas formas de protesto ou denúncia, Boltanski (1990, pp. 18 - 21) apresenta também como expressão dos estados de paz, a noção de «agapè»<sup>15</sup>, que se constitui como um regime de ação<sup>16</sup>. O «agapè», elaborado em torno da noção de «dom»<sup>17</sup>, caracteriza-se por ações desinteressadas de proximidade e familiaridade, onde existe uma ausência de prova, de desejo, exceto o desejo de dar (dádiva gratuita de si ao outro), e em que é necessário haver acordo pois é este que caracteriza as relações de amor filial ou de amizade. O «agapè» incorpora-se como um dos regimes de envolvimento de ação delineados pelo autor onde se inscrevem também os regimes, as «disputas em justiça» – ação justificada; «disputa em violência» – ação em força; «justeza» – ação ajustada e o «agapè-amor» - ação desinteressada. Estes regimes de ação cruzam-se em composições entre acordo / desacordo, equivalência / não-equivalência, apresentando-se o «princípio de equivalência», como uma noção chave da arquitetura do modelo das economias de grandeza<sup>18</sup> desenvolvido por Boltanski e Thévenot (1991).

---

<sup>15</sup> Conceito (do grego *agápé*) que traduz «afeição, amor fraternal; amor divino; raramente, amor, paixão» (Machado, 1977, p. 139), estando sempre associado a práticas filantrópicas e altruístas. Acrescente-se ainda e segundo Anders Nygren, analista da obra de Lutero, que no seu livro *Eros e Ágapé* (1971, como citado em Alberoni & Veca, 2000, p. 24), refere o amor como tendo duas concepções, uma originária do grego *eros* e uma outra surgida com o advento do cristianismo através de São Paulo, o *ágapé*, mas que apesar de ambas traduzirem amor não se devem confundir. O *eros* traduziria uma aspiração, um desejo, referindo-se a algo que se sente como valor, ligando desta forma amor e valor. O *eros* medeia a relação entre o divino e o humano, em que o amor pertence exclusivamente aos humanos porque age para vontade e valor do sujeito. A amizade é o modelo do amor grego “Um amigo que não retribua o amor, que se comporte mal em relação a nós, já não merece a nossa amizade” (Alberoni & Veca, 2000, p. 26). Em sentido oposto, o *ágapé* apresenta o amor de Deus para o homem de forma indistinta (amor pelo próximo) aceitando tudo como a recusa e a ingratidão, em virtude de que o cristão, mesmo fazendo bem, não deve fazer em seu próprio benefício e sim de forma espontânea sem qualquer motivo subjacente (Alberoni & Veca, 2000, pp. 27-28).

<sup>16</sup> O termo *regime*, é empregue por Boltanski, no sentido de fazer evidenciar as especificidades das gramáticas, das ações e dos estados mais significativos de uma pessoa ou situação (2010, p. 80). Partindo da premissa que as relações sociais frequentemente se pautam pelo desacordo, estes regimes de ação compreendem entre si formas de articulação que permitem aos sujeitos operações críticas ou de justificação.

<sup>17</sup> Na asserção conceptual de *Dádiva* desenvolvida por Marcel Mauss. A este respeito Ricoeur refere que o carácter unilateral da generosidade do *agápe* “parece refutar por antecipação a ideia de reconhecimento mútuo na medida em que a prática generosa do dom, ao menos em sua forma “pura” não requer nem espera uma dádiva em retribuição” sobressaindo, no entanto, uma “ideia de reconhecimento simbólico” e comporta em si um desejo o de dar (2006, pp. 234-238).

<sup>18</sup> A “grandeza” não está associada à “condição” de pequeno ou grande das pessoas, mas a adequação desta classificação dos seres em disputa, assim como a prova e respetivo reconhecimento público (Boltanski & Thévenot, 1991, pp. 270-274; Boltanski, 1993, pp. 16-17)

No que diz respeito a Laurent Thèvenot (2006) este alarga os regimes de envolvimento da ação, para além das controvérsias e disputas no foro do espaço público. Discutindo com pormenor as limitações de uma sociologia dos problemas públicos, este sociólogo francês inscreve, na matriz dos regimes de envolvimento de ação, a ação em plano e a ação de proximidade que, por vezes, apresenta dimensões de familiaridade. A par destas formas de agir, Thèvenot não deixa de salientar que nos envolvimento em plano e proximidade, as ações convenientes (Thévenot, 1993), também as atravessam e cruzam. São ações habituais que se ajustam aos investimentos atuantes que se afastam das regras e normas padronizadas nas esferas públicas e que são decisivas para as disputas justas assentes no princípio de elevação em generalidade, estando ao invés ligadas às questões das funcionalidades dos projetos individuais e das políticas de proximidade em proximidade. Finalmente Nicolas Auray, nos seus estudos sobre a circulação da informação disponível nas novas tecnologias de informação e comunicação propõe que se entre em consideração com o regime de envolvimento exploratório.

No que concerne aos regimes de justificação, desenvolvidos por Boltanski e Thévenot (1991), os princípios gerais de equivalência a que os indivíduos recorrem, no âmbito das suas operações de justificação das suas ações críticas, provém de uma pluralidade de mundos de referência. Esta sociologia pragmática encontra pontos de convergência quer na sociologia compreensiva de Max Weber, quer no interacionismo simbólico de Erving Goffman, Howard Becker e Anselm Strauss, quer ainda no pragmatismo americano de Pierce, William James e John Dewey. Esta proposta analítica pauta-se por clarificar as diferentes gramáticas argumentativas utilizadas pelos sujeitos na defesa de um bem comum disputado sujeito a acordo, mais ou menos sólido e estável. O tipo de acordo e as modalidades de cooperação da ação são aspetos fundamentais para perceber, por um lado, qual a gramática política em que se baseiam quer os sujeitos, quer algumas das associações supracitadas que existem atualmente na sociedade portuguesa e, por outro lado, as novas práticas sociais por elas desenvolvidas, enformadas pelos princípios da solidariedade e participação.

Com a utilização dos diferentes «regimes de envolvimento» na ação propostos por Thévenot (2006), que se enquadram na sociologia dos regimes de envolvimento, procuramos caraterizar as diferentes formas de envolvimento dos indivíduos nas causas / questão e nas organizações que as representam, de acordo com as formas plurais de



julgamento executadas em situação, ou seja, nos diversos momentos e contextos de coordenação das suas ações, num processo permanente entre o particular e o geral. Podem os sujeitos procurar coordenar a sua ação com a de outros, fazendo-o através de diferentes «modos de entrada» nessa mesma ação e onde a avaliação e os sentidos atribuídos pelos sujeitos relativamente às suas próprias ações em termos de conveniência varia em função do seu envolvimento num dos três regimes como atrás foi mencionado.

É a partir desta proposta, que Thévenot identifica três diferentes regimes de envolvimento na ação (os quais variam entre um modo de envolvimento mais íntimo e pessoal e um espaço de constrangimentos convencionais típicos da esfera pública, mais geral e racional), que analisamos e caracterizamos de acordo com os modos de conduta dos indivíduos face às causas / questão e organizações enquadradoras. Segundo este autor, estes regimes de envolvimento, assentam num eixo que vai do singular ao geral, a saber: o *regime «familiar»* incorpora um envolvimento íntimo em que existe uma coordenação da pessoa consigo própria e com o seu contexto de proximidade em termos de objetos; o *regime de «plano»* congrega um projeto mais racional de acomodação a um objetivo previamente delineado, solicitando uma maior extensividade das relações entre os seres em presença, na medida em que vai para lá do círculo das solidariedades construídas pelo uso íntimo; e o *regime «público»* que é o regime de maior generalidade na forma como os indivíduos julgam e coordenam as suas ações em situações específicas, apresentando-se a justificação em apoio às operações críticas enquanto princípio de grandeza no conjunto das economias de grandeza tratadas em comum com Boltanski. Estes «regimes de envolvimento» na ação diferenciam-se de acordo com o julgamento feito pelo indivíduo em situação, pela forma de coordenação conveniente à mesma num eixo de gradações de generalidade das relações entre os seres e objetos em presença (2006, pp. 102 - 107).

O quadro teórico de Boltanski e Thévenot implica que se analisem as modalidades pelas quais os indivíduos em situação desenvolvem julgamentos sobre a sua conduta, no sentido de a coordenarem com as exigências que reconhecem nessa mesma situação ou de convocarem, eles próprios, exigências de coordenação sobre outros<sup>19</sup>, no quadro do regime de envolvimento de ação sobre justo / injusto. E as

---

<sup>19</sup> Por exemplo, quando exigem uma *reparação* por um ato ou omissão cometidos por outro sujeito.

referidas economias de grandeza assentes em princípios superiores de equivalência e da importância das provas, objetos ou símbolos, estão sujeitas aos princípios da humanidade comum dos seres em disputa e da ordem hierárquica.

A partir da questão colocada por Cefai (2007), em que se pretende saber porque se mobilizam as pessoas, também nós pretendemos inventariar, a partir dos testemunhos pessoais recolhidos junto dos voluntários nas três associações (Quercus, Abraço, APELO), as formas de mobilização que podem estar presentes. Procurámos assim compreender as expressões de reivindicação, protesto, crítica ou de denúncia, que são possivelmente a personificação de sentimentos de injustiça, indignação e de controvérsia em diferentes domínios relativamente a questões interpretadas como injustas relacionadas com cada uma das causas (ambiente, VIH/SIDA), bem como com as afinidades / partilha de sentimentos e emoções relacionadas com a questão do luto. Demandamos também em simultâneo elencar, através dos mesmos instrumentos metodológicos, as formas de envolvimento, tomando como base de referência os princípios de solidariedade, de preservação da vida, de defesa e proteção da natureza. Cada um dos princípios de justiça, que decorre da atividade crítica dos indivíduos, remete para diferentes significações relativamente à consciencialização ambiental e posicionamentos mais pró-ecológicos, vulnerabilidades e fragilidades do corpo, bem como aos estados emocionais decorrentes dos diferentes tipos de perda.

Se o nosso propósito inicial, que se manteve enquanto elemento central da pesquisa, era a análise das formas de mobilização e envolvimento dos sujeitos nas causas – questão, assim como as expressões na esfera pública pelas instituições que as representam, afigurou-se igualmente pertinente ajuizar os diversos fundamentos justificativos enunciados pelos entrevistados (voluntários das associações), tal como as críticas e as sensibilidades evidenciadas face a situações consideradas como indignas ou injustas. Partimos assim do pressuposto que os voluntários que militam nas causas / questão em que recai a pesquisa, possuem uma postura crítica, reflexividade e um sentido do justo, competências essenciais no exercício de justificação para a defesa de uma determinada posição argumentativa perante as atividades que desenvolvem e às dos outros, ou seja, pressupomos e cremos nas suas competências para avaliar situações, fazer julgamentos, assumir posições e enunciar críticas ou denunciar injustiças.

Para além da análise das justificações enunciadas e dos argumentos valorizados dos registos argumentativos dos voluntários, que nos remetem para disposições e

composições de compromisso sempre plurais, quisemos também explorar os argumentos produzidos pelas associações (Quercus, Abraço, APELO), tomando como base de análise documentos oficiais, publicações periódicas, notícias na comunicação social escrita e os respetivos portais na internet.

## **CAPITULO II: PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO, METODOLOGIA**

### **II.1 Sistematização inicial do processo metodológico**

Expomos neste capítulo, dados referentes a uma caracterização de um conjunto de elementos estruturantes de âmbito metodológico<sup>20</sup> para que se compreenda o processo adotado nesta pesquisa. Assim, foram definidos os critérios relativos à escolha das organizações, (vide o ponto I.2 do I capítulo - Delimitação do objeto de estudo), campo de recolha de dados, nomeadamente a Quercus, Abraço e APELO, nas quais foram recolhidos os dados para esta investigação, bem como a caracterização estrutural das associações e correspondente população de voluntários em estudo, através de elementos sociográficos e toda a estratégia metodológica utilizada, nomeadamente o tipo de pesquisa, instrumento e processo de recolha de dados, método de seleção dos participantes voluntários nas três organizações e os procedimentos ético-metodológicos aplicados.

A confrontação, a perplexidade e dúvidas associadas com que se deparou o investigador relativamente a movimentos sociais e associativos e correspondentes comportamentos ou situações sociais ligadas a determinadas causas, deu origem a um conjunto mais ou menos vasto de questões que dizem respeito aos atores envolvidos, seja a nível coletivo ou individual, constituindo-se estes fatores como determinantes para uma reflexão que se apresenta como preponderante no delineamento do seu objeto de pesquisa, originando simultaneamente, ao longo de todo o processo de investigação, uma permanente e necessária reflexão acerca das abordagens a desenvolver no âmbito do procedimento de construção teórico, bem como este também permitiu

---

<sup>20</sup> O carater multidimensional, devido à sua natureza que a metodologia apresenta, dificulta o exercício de elaborar com total precisão uma definição. Genericamente, é-lhe atribuída uma pluralidade de sentidos nomeadamente – morfológico, teórico, e técnico, elementos constituintes da sua composição.

Porém, a metodologia deverá ser entendida de acordo com os princípios e pressupostos que a enformam, quanto à forma de desenvolver uma investigação.

consubstanciar, de forma adequada e ajustada, o conjunto dos dados colhidos na componente empírica.

Enquadrado por estas reflexões, torna-se pertinente relembrar a questão orientadora da nossa pesquisa (devidamente enquadrada analiticamente no ponto I.1. deste trabalho designado por, “Dos intuitos da investigação”): porquê, e de que forma, os sujeitos se mobilizam em torno da defesa de determinadas causas / questões, como o ambiente, VIH/SIDA e o luto e como é que estas se estruturam em formas de ação pública? Concomitantemente, formulámos um conjunto de questões orientadoras para esta investigação, as quais recaindo em outros eixos de análise, consubstanciam e complementam plenamente o objeto de estudo delineado: que formas de mobilização e de ação pública (de graus controversos distintos no domínio interno de cada uma das organizações) podemos estar em presença, patrocinadas por instituições associativas na defesa das suas causas / questão no espaço público? Estamos na presença da constituição de novas formas de «laço social», em que a individuação serve de base à criação do «nós», em que novos modos de vida em sociedade, realização pessoal e liberdade individual se harmonizam, tal como o respeito pelo outro e pelos interesses do coletivo?

No seguimento da recapitulação da questão primordial e da exposição do conjunto de questões complementares que enformam o nosso objeto de estudo, apresenta-se, pois, de curial importância científico-metodológico, fazer a sistematização dos objetivos gerais deste trabalho que passam por: conhecer, através das suas gramáticas justificativas, os motivos de mobilização e envolvimento associativo dos indivíduos, os valores e sentimentos conexos subjacentes às suas ações em cada uma das causas (ambiente, VIH/SIDA) e questão (luto) em que militam; compreender os contornos da constituição, da mobilização das associações e as ações coletivas que estas confeccionam para denunciar, no espaço público, situações por elas consideradas como injustas ou indignas.

## **II.2. Campo de recolha de dados**

De acordo com as questões suscitadas e enunciadas anteriormente, o trabalho empírico desta pesquisa tinha que abranger organizações que defendessem determinadas causas em áreas distintas (como anteriormente já foi referido), pois só desse modo, nos permitiu compreender se os motivos de militar e as formas de ação e de envolvimento dos atores voluntários nelas implicados, consubstanciavam modalidades de coordenação na ação, enquadradoras de especificidades concretas associadas às áreas que as englobam.

O campo (espaço) geográfico do presente estudo realizou-se em diferentes cidades do nosso país nomeadamente: Lisboa, Porto, Coimbra, Pombal, Aveiro e Guarda, pois é nestas cidades que se encontram localizadas as estruturas institucionais que permitiram ao investigador poder recolher os dados para análise. Pretendeu-se com esta diversidade geográfica, verificar se, por um lado, existia uma política comum em termos territoriais no espaço nacional de atuação por parte de cada uma das associações, podendo desta forma, eventualmente aportar algumas vantagens do ponto de vista analítico, ou se, por outro lado, essa atuação era adaptada às circunstâncias das especificidades problemáticas associadas às vicissitudes espaciais onde estavam instalados as suas diversas Delegações (Abraço), Núcleos (Quercus) e Capelos (Apelo).

Quanto às instalações que estas associações possuem nos diferentes territórios, apresentaram grandes disparidades no que concerne ao espaço edificado por elas ocupado, dependendo se eram arrendadas, cedidas por alguma entidade ou se faziam parte do próprio património. A distribuição e divisão de gabinetes pelos voluntários, prendia-se geralmente com algumas das atividades específicas por eles efetuadas, nomeadamente para atendimento das pessoas que procuravam estas associações e que tinham que ter algum resguardo para conversas em privado devido ao seu teor bastante sensível (Apelo, Abraço), consultas de estomatologia (Abraço Lisboa – consultórios devidamente apetrechados), como também espaços para formação (Conselheiros do luto – Apelo), para desempenho administrativo e de arquivo quer documental, quer de outro tipo de materiais.

Relativamente às distâncias que o investigador teve que efetuar entre as diferentes e cidades onde estavam situados os diversos Núcleos (Quercus), Delegações

(Abraço) Capelos (Apelo) e a hercúlea capacidade de agendamento com os voluntários para a efetivação das entrevistas, teve como consequência temporal que este tipo de trabalho específico fosse realizado durante um ano, dividido em períodos de quatro meses por organização e com intervalos de cerca de um a dois meses para a sua sistematização e ordenação, com o intuito de que posteriormente as entrevistas fossem devidamente transcritas e inseridas no programa MAXQDA para tratamento e análise.

Pelo exposto, o campo de recolha de dados teve lugar em três organizações distintas no que aos seus objetivos de atuação concerne e que passamos a caracterizar de forma bastante sucinta.

### **II.2.1. Quercus - Associação nacional de conservação da natureza**

Esta organização estatutariamente é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) e foi criada em outubro de 1985, em Braga. Desenvolve uma ação em torno dos objetivos da conservação da natureza e dos recursos naturais, assim como da defesa do ambiente numa perspetiva de desenvolvimento sustentado. Está estruturada em Núcleos Regionais, tendo uma implementação no território nacional que lhe permite estar presente e intervir em diferentes zonas do país. Estes Núcleos estão distribuídos pelas dezassete (17) seguintes regiões: Algarve; Aveiro; Beja e Évora; Braga; Bragança; Castelo Branco; Coimbra; Guarda; Lisboa; Litoral Alentejano; Madeira; Portalegre; Porto; Ribatejo e Estremadura; São Miguel (Açores); Setúbal; Viana do Castelo; Vila Real e Viseu, situando-se o total de voluntários entre os 150 e os 160, sendo o número de elementos de cada um deles de ordem variável.

### **II.2.2. Associação Abraço**

Esta associação constitui-se como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) (sem fins lucrativos), e goza também do estatuto de Organização não Governamental para o desenvolvimento (ONG), tendo sido fundada em dezembro de 1991.

A sua missão e os objetivos que implementa no âmbito da sua ação passam por dar “apoio a pessoas infetadas e afetadas pelo VIH/SIDA, ou seja, seropositivos e respetivas famílias e ainda prevenir a infeção pelo VIH/SIDA, através da investigação informação e sensibilização, do auxílio médico, psicológico, sociológico, jurídico, e da promoção de iniciativas de apoio no trabalho ou em situações sociais precárias”. Visa também promover a autonomia e a individualidade da pessoa, bem como atuar de forma integrada na defesa dos direitos e sobre os fatores de exclusão social, lutando contra a discriminação e o estigma.

Os valores que esta associação persegue são os seguintes: solidariedade; respeito e igualdade de oportunidades; reconhecimento e valorização da individualidade; não discriminação; responsabilidade social; integridade e transparência (<https://abraco.pt/>, recuperado em 7 de agosto de 2017).

A Abraço, tem presentemente quatro (4) delegações nas cidades de Lisboa, Porto, Setúbal e Funchal, tendo atualmente cerca de 100 voluntários, sendo que 80% deles são regulares e os restantes 20%, fazem pontualmente algumas ações para as quais são chamados (nomeadamente atividades de informação e divulgação) e que ocorrem variavelmente duas a três vezes por ano.

### **II.2.3. Associação Apelo**

A associação Apelo foi fundada no ano de 2004 na cidade de Aveiro.

Possui como objetivos apoiar a pessoa em luto, intitulando-se como uma instituição baseada na colaboração solidária e voluntária de pessoas em luto, cujos técnicos de diferentes áreas (conselheiros do luto) visam promover o auxílio ao enlutado.

As áreas fundamentais em que desenvolve a sua ação de intervenção são: o apoio direto às pessoas e familiares em situação de luto; formação, ensino e pesquisa sobre o luto (saliente-se os diversos Congressos organizados “O Luto em Portugal”); divulgação do tema “Os afetos: construção, manutenção e perda” e a cooperação interinstitucional.



(<https://www.spn.pt/Protocolo/associacao-apelo-apoio-a-pessoa-em-luto>, recuperado em 9 de agosto de 2017).

Esta associação, encontra-se estruturada em Capelos e está presente em 5 (cinco) cidades: Aveiro, Porto, Coimbra, Pombal e Estremoz. Conta com cerca de 60 voluntários, onde a sua grande maioria são conselheiros do luto<sup>21</sup>.

## **II.3. Configuração metodológica da investigação**

### **II.3.1 A investigação qualitativa**

Para que uma investigação seja exequível é indispensável estabelecer limites, e “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação” Lakatos (1990, p.27), devendo-se portanto identificar os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Em termos de técnicas de observação sociológica e de recolha de dados, são utilizados diferentes dispositivos de forma complementar, permitindo assim uma análise mais aprofundada do objeto de estudo. É de sublinhar, no entanto, que a utilização das técnicas de recolha de dados deve ser ponderada de acordo com as exigências da própria pesquisa. Salienta-se também que as diferentes técnicas, apesar da sua especificidade e funcionalidade próprias, devem ser trabalhadas de forma articulada e complementar.

A presente investigação tem por base de análise uma metodologia de cariz qualitativo, a qual se inscreve no âmbito dos paradigmas compreensivos<sup>22</sup>. As vantagens metodológicas para esta autora, inscrevem-se num conjunto de várias ordens: “ordem epistemológica” para que se possa entender os comportamentos sociais através das ações dos atores (pois dá ênfase à ação social dos indivíduos na criação das estruturas

---

<sup>21</sup> Para se ser conselheiro do luto, tem que se fazer uma formação específica e especializada que é ministrada pela própria associação Apelo.

<sup>22</sup> De acordo com Guerra, a utilização das “perspectivas compreensivas é, sobretudo, a sua orientação para a identificação das práticas quotidianas e das emergências de novos fenómenos sociais, [...] Não estamos perante indivíduos isolados pelo individualismo metodológico, mas perante atores que agem tendo em conta a perceção dos outros e balizados por constrangimentos sociais que definem intencionalidades complexas e interativas” (2006, p. 9).

sociais); “ordem ética e política”, para que se percebam e se consigam analisar “as contradições e os dilemas” que se inscrevem em cada uma das sociedades; de “ordem metodológica”, pois é considerado um “instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da ação” (Guerra, 2006, pp. 7- 10).

Também a este respeito Boudon refere que a aplicação dos métodos qualitativos na análise de fenómenos complexos terá mais pertinência e eficácia do que a aplicação dos métodos quantitativos, pois, em sentido oposto, o método quantitativo de ordem funcionalista compagina-se mais com uma utilização de teor marcadamente estatístico e sobre o qual recai recorrentemente. Por outro lado, o autor explica que os “resultados da aplicação dos métodos qualitativos são mais convincentes apesar do seu custo” pois permite a análise em contexto da situação do objeto de estudo (1969, p.117).

Destarte, a pesquisa dever-se-á inscrever numa análise sociológica que deverá “estar centrada no sentido que lhe é dado pelo (s) ator (s) que orienta (m) os seus comportamentos num contexto de racionalidades variadas em interação com os outros” (Guerra, 2006, pp. 7- 10).

Este tipo de pesquisa permite ao investigador analisar e refletir sobre as ações em situação concreta desenvolvidas pelos voluntários nas associações, pois o nível da proximidade com os atores e as gramáticas por eles utilizada (valorização dos significados), faz com que a análise qualitativa forneça indicadores muito pertinentes sobre os mesmos, assim como as formas de motivação e envolvimento nas ações que desenvolvem<sup>23</sup>, enquanto o método quantitativo não o permite.

Permite também, e no caso desta investigação em concreto, perceber e compreender os motivos de entrada dos sujeitos num determinado tipo de militância, na defesa de uma causa ou questão, para além dos modos ou regimes de envolvimento nas ações, na aceção dada por Thévenot (2006), desenvolvidas enquanto voluntários numa determinada organização, não descurando os contextos em que se situam.

---

<sup>23</sup> Para Trom (2001), a gramática dos motivos (utilizada na presente investigação) possui dispositivos de atenuação da responsabilidade e mantém uma identidade normal assegurando, desta forma, à recondução de uma ordem normativa; ou seja, de acordo com este autor, a ação motivada configura o contexto apropriado e tematiza-se num movimento do estatuto do agente. Para Mills (citado por Trom), “o motivo, assegura a passagem de uma teoria da linguagem a uma pragmática de ação, pois se, por um lado, a ação é situada, ocasional e contextualizada, por outro lado, a ação em situação é concebida como sendo uma relação de determinação recíproca” (2001, p.101).

Neste sentido, esta investigação consubstancia uma simultaneidade interpretativa no que às ações desenvolvidas pelos sujeitos concerne. Assim, apresenta-se, por um lado, a interpretação que é dada pelo investigador sobre as ações por estes efetuadas no quadro da sociologia pragmática, a qual é feita a partir de uma posição privilegiada, pois é o detentor do conjunto das perspectivas dos vários atores (uma espécie de visão panorâmica) (Boltanski, 1990) e, por outro lado, a análise individualizada que é feita pelos sujeitos voluntários sobre as suas próprias ações em situação, nas quais colocam de forma concreta o seu investimento, bem como o vocabulário de motivos por eles utilizado para as descrever.

Pelo exposto, poderemos referir que esta pesquisa enquadra-se numa «metodologia de estilo pragmático», incidindo fundamentalmente na forma como o guião de entrevista foi construído. Os seus eixos temáticos foram o produto de conversas exploratórias realizadas previamente com alguns voluntários das organizações selecionadas.

### **II.3.2. Instrumentos de recolha de dados**

Metodologicamente nesta investigação, optou-se pela utilização de alguns instrumentos de recolha de informação que permitissem dar complementaridade analítica a esta pesquisa nomeadamente: a revisão e análise não só da bibliografia geral e específica ajustada ao objeto de estudo, como igualmente alguma literatura (textos / folhetos sobre VIH/Sida, determinantes ambientais e rituais de luto) que o investigador utilizou e que extravasam em parte o foro científico concreto previamente delineado, para além, e de importância significativa, da realização de entrevistas aos voluntários das associações.

#### **II.3.2.1 A revisão bibliográfica**

Esta pesquisa requereu um conjunto de leituras bastante vasto nos diferentes domínios da construção e análise do objeto de estudo.

Destarte, o investigador teve de forma inicial aprofundar conhecimentos sobre as problemáticas acerca do ambiente, VIH/SIDA e o luto. Para a abordagem destas causas / questão no âmbito do movimento associativo português, teve também que compreender a correlação que entre o quadro teórico dos movimentos sociais e ação coletiva tinha possível expressão na forma de constituição destas organizações, assim como os diferentes motivos que poderiam conduzir ao envolvimento dos sujeitos de forma voluntária.

No âmbito do processo de revisão bibliográfica, a análise qualitativa apresenta uma dupla função. A função de permitir compreender e explicar os dados, quer durante a sua colheita, quer ainda posteriormente poder-se avaliar, analisar e correlacionar os dados entre si, permitindo desta forma a elaboração de formulações teóricas e o estabelecimento de categorias, possibilitando uma melhor e ajustada organização de todos os dados.

Assim, em termos de leituras gerais e específicas norteadas pelo objeto de estudo, o investigador recorreu não apenas das diversas perspetivas sociológicas da Sociologia dos Movimentos Sociais (Danny Trom, Daniel Cefaï, Pascale Laborier, Alain Touraine, Olivier Fillieule, Isabelle Sommier, Pierre Livet, Louis Quéré) como também da Sociologia da Saúde (Nicolas Dodier), Sociologia do Corpo (José Resende, Dominique Memmi, Isabelle Queval, François Singly), Sociologia do Ambiente (Ulrich Beck, Sylvie Ollitrault, John Hannigan, Luísa Schmidt), Sociologia das Emoções (Laurent Thévenot, Adam Smith, Olivier Fillieule), Filosofia e Filosofia Política (Paul Ricoeur, Hannah Arendt) e Antropologia (Marcel Mauss). Foram igualmente utilizados nesta pesquisa alguns estudos e trabalhos multidisciplinares sobre o voluntariado em Portugal (Mauro Serapioni, Ana Delicado, Manuel Villaverde Cabral) e investigações no domínio da Sociologia Pragmática (Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Marc Breviglieri, Stavo-Debauge).

Convém ainda salientar que o conjunto dos diversos trabalhos produzidos pelos diferentes autores enunciados, tem vindo a promover análises de grande amplitude em relação às modalidades de coordenação das ações (regimes de ação), na medida em que estas pressupõem um conjunto de princípios entre os diferentes atores e entre atores e objetos, num complexo de constrangimentos e de dinâmicas próprias, permitindo-nos equacionar quais os motivos, formas de mobilização e de envolvimento que utilizam de

acordo com as causas que defendem, nomeadamente em sociedades democráticas, plurais, complexas e multifacetadas como a portuguesa.

#### **II.3.2.2. As entrevistas aos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo**

Em termos de técnicas de observação sociológica e de recolha de dados, pretendeu-se utilizar diferentes dispositivos de forma complementar, permitindo assim uma análise mais profícua do objeto de estudo. É de sublinhar, no entanto, que a utilização de diferentes técnicas de recolha de dados deve ser articulada de acordo com as exigências da própria pesquisa. Salienta-se também que as diferentes técnicas, apesar da sua especificidade e funcionalidade próprias, devem ser trabalhadas de forma articulada e complementar, daí que nesta pesquisa fosse utilizada para análise, para além das entrevistas, alguns documentos fornecidos pelas associações (brochuras, revistas e panfletos).

No sentido de se aceder às respostas que respondessem às questões centrais levantadas pelo nosso objeto de estudo, ter-se-ia que ouvir os voluntários da Quercus, Abraço e Apelo. Deste modo, as narrativas recolhidas permitiram ao investigador reunir um conjunto de informações sobre o funcionamento interno e externo das associações. Permitiram igualmente obter registos relativos quanto ao seu posicionamento em relação aos motivos da sua adesão a cada uma das causas / questão que os levou a militar com intensidades diferenciadas, associadas a formas de envolvimento, cujos regimes possibilitaram compreender os diferentes sentidos de justiça no julgamento em situação que cada um deles detinha. A este propósito Guerra menciona que “as primeiras análises são geralmente descritivas e empíricas” não descurando, contudo, o “interesse da análise descritiva como primeiro nível de abordagem do funcionamento da vida social”. A autora refere ainda que:

uma descrição aprofundada do objeto social que não considera apenas o seu valor facial, mas também interroga desde logo a diversidade de lógicas e interesses dos atores sociais, a configuração interna das relações sociais e das relações de poder em que o objeto está imerso, as tensões e os processos de reprodução e produção societal (2006, p. 37).

A metodologia em que nos baseámos, foi uma metodologia centrada nas narrativas (em que o instrumento foi a entrevista semi-estruturada) sobre os contornos de adesão e defesa de situações consideradas injustas ou indignas em relação ao bem comum, assim como aos movimentos de formação de coletivos, cuja ação em situação visa denunciar no espaço público um conjunto de controvérsias, utilizando para o efeito um leque bastante variado de mecanismos e de instrumentos.

Destarte, após o contacto com as associações / O.N.G.'s e respetiva autorização para a realização do estudo empírico, desenvolveu-se a colheita dos dados utilizando como instrumento de recolha a entrevista semi-estruturada, seguindo um guião previamente estruturado (vide apêndice I).

A este propósito, Bardin refere que “o recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito «qualitativo», é indispensável em entrevistas de inquérito”, adiantando que, de acordo com as narrativas e com a sua «profundidade», estas podem ser entrevistas não-diretivas (uma a duas horas) ou entrevistas semi-estruturadas (ou semi-diretivas) “com plano, com guia, com grelha”, que são mais breves e “devem registadas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador)” (2013, p. 89)

A entrevista é uma técnica que se caracteriza pela utilização dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana, ou seja, é uma conversa durante a qual o entrevistador procura ter acesso a informações mais detalhadas que de outra forma poderia não ter conhecimento. A diferença entre a entrevista e uma mera conversa é a existência de uma finalidade pré-estabelecida, em que se pretende a recolha de informação útil ao objetivo do estudo. Na aplicação desta técnica pressupõe-se a existência de uma troca em que o entrevistado exprime as suas perceções, interpretações e experiências; e o entrevistador, através das suas questões, facilita essa expressão. Para além de tudo isto, possibilita ao investigador captar uma diversidade de dados relacionados com aspetos do quotidiano social, político e económico, evidenciando-se como uma técnica muito eficaz, pois permite igualmente aprofundar dados sobre o comportamento humano, ser flexível no sentido de possibilitar ao entrevistador reformular as perguntas no sentido de clarificar o seu significado, conseguir captar simultaneamente o tom de voz, a ênfase dada às respostas e a postura corporal do entrevistado, não necessitando que este saiba ler ou escrever.

O tipo de entrevista que se adotou, como já foi supracitado, foi a entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada ou semi-diretiva é a que mais se adequa ao método qualitativo, na medida em que possibilita aos indivíduos inquiridos exprimirem-se com maior liberdade possível, dentro do esquema de entrevista previamente elaborado pelo investigador, configurando-se, segundo Ghiglione (1993, p. 69), como uma técnica de recolha de dados menos diretiva. Esta técnica caracteriza-se por um equilíbrio entre um certo grau de abertura da entrevista e o seguimento de questões concretas.

O papel do investigador passa fundamentalmente pela orientação e encaminhamento da entrevista, de tal forma que esta cumpra os objetivos propostos no âmbito da sua investigação.

#### **II.3.2.3. O guião de entrevista**

O que se poderá considerar como preponderante na construção do guião é a “clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” (Guerra, 2006, p. 53), ou seja, a elaboração do guião deve ter em linha de conta os objetivos que resultam da problematização (objeto de estudo) e suas questões conexas.

O guião foi estruturado como um documento que serviu de fio condutor à entrevista. Foram, na medida do possível, utilizadas algumas regras básicas na sua aplicação, no sentido de poder implicar os entrevistados a colaborar de forma plena às perguntas que foram sendo efetuadas. Deste modo, evitámos fazer perguntas controversas ou de foro pessoal no início da entrevista, optando por perguntas mais generalistas, tentando simultaneamente fazer sentir ao respondente que ele se encontra num papel de informador, contribuindo assim significativamente para o inquérito. Como a entrevista deve ter um processo e um decurso normal, também se evitou fazer perguntas mais complexas no início e no fim da entrevista, pois, poder-se-ia correr o risco de que estas fossem recusadas, optando nós por fazer no final as perguntas mais sensíveis ou delicadas, procurando concomitantemente transitar de forma natural de um modelo de referência para outro sem ser de forma abrupta.

## **II.4. Procedimento de amostragem e recolha de dados**

Como foi já referenciado anteriormente, a escolha das associações Quercus, Abraço e Apelo, para esta investigação, pautou-se fundamentalmente pela diferenciação das problemáticas públicas que defendem e, concomitantemente, pelo conjunto de questões públicas que se confeccionam e apresentam em graus de maior ou menor manifestação significativa no espaço público dos constrangimentos, disputas e conflitos a elas associados, assim como pela diversidade das suas configurações problemáticas, assumindo por essa via um nível diferenciado de visibilidade / invisibilidade. A visibilidade e a invisibilidade destas causas / questionamentos e a forma como as respetivas associações tecem as suas formas de atuação, permitem extrair um conjunto de interpretações analíticas relacionadas com a capacidade que cada uma delas coloca na sua defesa e os respetivos resultados dos objetivos por elas definidos.

Deste modo, as entrevistas efetuadas nas associações, incidiram especificamente nas pessoas que militam como voluntários, pois esse estatuto para além de as descomprometer com vínculos laborais, permite poder deixar transparecer que a sua ação está exclusivamente comprometida com a defesa de uma causa / questão, para a qual se mobilizaram de forma reflexiva e consciente, sem recurso a qualquer tipo de pressões ou de questões de ordem material, possibilitando ao investigador, através das suas narrativas, compreender sociologicamente os verdadeiros sentidos e significados do seu envolvimento.

Realizaram-se no total das três associações 66 entrevistas. Quercus 25 entrevistas, Direção Nacional (7), Núcleo de Lisboa (5), Núcleo de Coimbra, (4), Núcleo da Guarda (5), Núcleo de Aveiro (4); Abraço 20 entrevistas, Delegação de Lisboa, (11), Delegação do Porto (9); e Apelo 21 entrevistas, Capelo de Coimbra (6), , Capelo de Aveiro (5), Capelo de Pombal (6) e Capelo do Porto (4).

### **II.4.1. A seleção dos voluntários entrevistados**

De acordo com Pires, as investigações de cariz qualitativo compõem o seu “corpo empírico de forma não probabilística” em que a “amostra não se constitui por



acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar” (citado em Guerra, 2006, p. 43).

As entrevistas efetuadas nas três associações efetivaram-se em concordância com os critérios de uma amostra intencional. Os entrevistados participantes nas entrevistas foram selecionados de acordo com o critério de ser voluntário, excluindo deste modo os profissionais / colaboradores. A colheita dos dados visou ser o mais equitativa possível, ou seja, no âmbito de critérios de representatividade e diversidade quer ao nível organizacional (pelos diferentes territórios), quer ao nível dos voluntários que lhes estavam adstritos.

O critério para o número de entrevistas a efetuar (não dominado pelo pesquisador) recaiu, em primeiro lugar, em assegurar a disponibilidade dos voluntários em colaborar nesta investigação como entrevistados (que após contacto telefónico se explicaram os objetivos da pesquisa). Em segundo lugar, conseguir fazer o maior número de entrevistas em cada uma das organizações (as entrevistas foram quase sempre realizadas num gabinete em privado), no sentido de permitir obter um conjunto de dados mais ou menos similar, para que o investigador pudesse posteriormente analisar os resultados recolhidos através do quadro da sociologia pragmática, onde os sentidos de resposta dados pelos voluntários podem apresentar algumas conformidades no que concerne aos motivos para militar e envolver-se em causas comuns. Por último e em terceiro lugar (após contactos prévios com as respetivas direções), não foram definidas quotas de amostragem tendo em conta, por um lado, os objetivos da pesquisa e, por outro lado, a interpretação que foi dada à figura de voluntário para cada uma das associações foi a mesma, ou seja, a inexistência de uma razão para definir quotas para variáveis como o género, idade ou profissão, porque o que se objetivou foi compreender os motivos que os voluntários apresentavam para militar e se envolver nas causas / questão.

Estas associações, cuja caracterização já foi anteriormente efetuada, estão implementadas no nosso país em diferentes regiões de acordo com a capacidade que cada uma delas detém de conseguir reunir condições para a sua implementação territorial (voluntários e instalações). Assim, a Quercus constituída por diferentes núcleos, é a que está mais representada territorialmente no panorama nacional, seguida pela Apelo, com Capelos em alguns distritos e, por último, a Abraço que se confina às cidades de Lisboa, Porto e Funchal. O número de voluntários e colaboradores destas

organizações é de ordem variável, na medida que muitos dos voluntários fazem apenas algum trabalho temporário, sendo por esse facto difícil contabilizar de forma precisa o número de pessoas que com elas trabalha. Podemos, no entanto, acrescentar que a Quercus, devido à sua maior dimensão, é a associação que mais voluntários possui.

Ainda sob o ponto de vista metodológico e no que às associações concerne, convém salientar, segundo Pires, que a seleção dos Núcleos (Quercus), Capelos (Apelo) e Delegações (Abraço), seguiu o tipo de amostragem não probabilística por escolha racional (citado em Guerra, 2006, p. 44), tendo o investigador o cuidado se preservar a regra da representatividade relativamente a todas as associações. Assim, e de acordo com a *regra da representatividade* segundo Bardin “a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo” (2013, p. 123).

#### **II.4.2. A efetuação das entrevistas**

Posteriormente a todo o processo de elaboração do instrumento de recolha de dados (guião de entrevista) e dos contactos efetuados com os voluntários a entrevistar (amostra intencional, utilizando os critérios supracitados) convém salientar que, para a realização das entrevistas nas três organizações, o investigador teve que percorrer um vasto conjunto de distâncias quilométricas entre as várias cidades, requerendo para o efeito uma disponibilidade temporal muito significativa (um ano), tendo em atenção os seguintes fatores: contactos previamente efetuados e a harmonização das agendas para as deslocações, coordenação de horários com os diferentes voluntários e disponibilidade, ou falta dela, para poderem colaborar com esta pesquisa.

Como se pode, pois, constatar, e pelos motivos invocados, o critério de uma acessibilidade adequada, em termos de proximidade do local de residência do investigador às organizações, não foi um critério tido em linha de conta. Assim, como se pode verificar pela distribuição das Delegações / Núcleos ou Capelos por diferentes cidades do nosso país, poderia este fator vir a constituir-se como um obstáculo (o que não foi o caso) para a concretização do critério da representatividade organizacional. Para a concretização deste critério, optou-se por fazer uma seleção de acordo com uma

amostragem não probabilística por escolha racional de acordo com: distâncias a percorrer e por organizações que se encontram sediadas nas mesmas cidades.

Os Quadros I, II e III, apresentam sistematizadamente os procedimentos no que concerne à recolha de dados por entrevista aos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo.

### Quadro I

#### Procedimentos da Investigação: entrevistas aos voluntários da Quercus

Direção Nacional e Núcleos	Critérios de seleção	Voluntários da Quercus
Seleção da amostra	Ser voluntário da Quercus, independentemente do género, idade ou profissão	Foram excluídos todos os profissionais / colaboradores da Quercus
Informação / consentimento	Contactos efetuados com os Presidentes dos Núcleos no sentido de calendarizar a realização das mesmas	Todos os entrevistados se disponibilizaram a responder dando a sua permissão para a gravação em áudio.
Entrevistas	Foram realizadas de forma isolada em sala própria pelo investigador e de acordo com o guião elaborado.	As entrevistas foram gravadas pelo investigador. Cada entrevista teve a duração média de 20 minutos. A entrevista com a Presidente da Assembleia Geral foi a mais longa, durou 2h30m.

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

### Quadro II

#### Procedimentos da Investigação: entrevistas aos voluntários da Abraço

Direção Nacional e Núcleos	Critérios de seleção	Voluntários da Abraço
Seleção da amostra	Ser voluntário da Abraço, independentemente de ser portador de HIV/SIDA, do género, idade ou profissão	Por razões de pertinência analítica foram incluídos alguns voluntários colaboradores por serem portadores de VIH/SIDA

Direção Nacional e Núcleos	Critérios de seleção	Voluntários da Abraço
Informação / consentimento	Contactos efetuados com os Presidentes das duas Delegações no sentido de calendarizar a realização das mesmas	Uma manifesta permissão pelos voluntários para responder às questões utilizando a gravação em áudio.
Entrevistas	Foram realizadas de acordo com o guião elaborado, em sala própria disponibilizada pela Abraço	As entrevistas tiveram uma duração média de 20 minutos.  A entrevista com maior duração (2 horas) foi com a Presidente da Abraço

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

### Quadro III

#### Procedimentos da Investigação: entrevista aos voluntários da Apelo

APELO / Capelos	Critérios de seleção	Voluntários da Apelo
Seleção da amostra	Ser voluntário da Apelo, independentemente do género, idade ou profissão.	Foram incluídos para além dos voluntários, alguns profissionais devido a serem diretores técnicos de Espaços do Luto
Informação / consentimento	Após contactar os responsáveis de cada Capelo foi agendada a realização as entrevistas com os voluntários disponíveis	Após o consentimento dos voluntários, as entrevistas foram gravadas em áudio.
Entrevistas	Os diferentes Capelos disponibilizaram um espaço para que fossem feitas as entrevistas, resguardando desta forma o trabalho a realizar pelo investigador de acordo com o guião elaborado.	Cada entrevista teve a duração média de 20 minutos. Excetuando o Presidente da APELO, cuja duração da entrevista ultrapassou 1 hora

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

Nestes três quadros, apresentam-se os procedimentos da investigação relativamente: aos critérios de seleção dos entrevistados; informação e consentimento e a forma como foram preparadas e decorreram as entrevistas nas associações.

#### **II.4.3. Precauções ético-metodológicas**

Os procedimentos desta investigação tiveram sempre presente os princípios éticos e metodológicos que cientificamente são exigíveis numa pesquisa.

Deste modo, foi entregue aos responsáveis de cada uma das associações um pedido de autorização passado pelo meu orientador científico, Professor Doutor José Resende, a solicitar a realização da pesquisa, nomeadamente a realização de entrevistas e a cedência de toda a documentação possível (estatutos, atas de reuniões, relatórios de atividades e publicações que tivessem emitido).

Da parte das organizações, existiu uma abertura plena a este pedido. Foram fornecidos os contactos dos dirigentes dos diferentes Núcleos / Delegações e Capelos para que se pudesse encetar a calendarização das entrevistas. Este procedimento tornou-se mais minucioso em virtude de, em várias situações, ter de contactar diretamente com os voluntários, levando a uma desmultiplicação do tempo gasto para definir as datas para a sua efetiva concretização. Acresce esclarecer que a maioria dos documentos, apesar de terem sido pedidos, não nos foram facultados, excetuando os estatutos e algumas publicações.

As entrevistas foram efetuadas em espaços reservados, cedidos pelas organizações, evitando deste modo alguns possíveis constrangimentos relativamente à verbalização de determinados assuntos sensíveis, nomeadamente relacionados com possíveis disputas internas nas associações, ou relacionados com situações de doença (seropositivos), permitindo aos voluntários privacidade.

Todos os voluntários entrevistados, foram informados no início que a entrevista iria ser gravada em áudio, mas que a utilização dos dados seria unicamente para uso científico, salvaguardando a confidencialidade dos mesmos, sendo por isso solicitada a sua autorização.

Os resultados alcançados no final deste procedimento metodológico, devem-se fundamentalmente ao ambiente de confiança que se estabeleceu entre todas as partes envolvidas (dirigentes, voluntários e pesquisador), em que o rigor e o zelo colocado nas relações estabelecidas, aliado ao permanente cuidado ético que enformou todo este processo, permitiu ao investigador um valioso contributo dos entrevistados, quer ainda à competência do instrumento utilizado para a recolha das informações que se desejavam colher.

## **II.5. Tratamento dos dados e análise conexa**

Para todas as entrevistas realizadas que foram feitas aos voluntários das organizações e posteriormente trabalhadas de acordo com os objetivos desta pesquisa<sup>24</sup>, utilizou-se como recurso para o seu tratamento o programa informático de análise qualitativa MAXQDA 11 (que funciona como um gestor de base de dados), que depois de inseridas foram trabalhadas pelas seguintes categorias: motivos; mobilização / envolvimento.

O programa informático MAXQDA, utilizado nesta pesquisa, serve fundamentalmente para a análise de dados qualitativos, permitindo uma codificação que nos deixou tratar e fazer uma sistematização dos dados introduzidos, permitindo consubstanciar os resultados obtidos em operações analíticas com informação em formato digital.

A análise de conteúdo<sup>25</sup> que este programa permitiu realizar com os dados recolhidos e nele inseridos, de acordo com o objeto de estudo, visou a compreensão das narrativas dos voluntários entrevistados, não se devendo, portanto, depreender a sua quantificação. O processo analítico incidiu no “tratamento das entrevistas em

---

<sup>24</sup> Compreender porque se mobilizam as pessoas para a defesa de determinadas causas / questão, perceber as motivações invocadas pelos voluntários para militar nas associações, entender as formas de envolvimento dos sujeitos nas ações em situação, tomando como referência os princípios de solidariedade, de preservação da vida e de defesa e proteção da natureza.

<sup>25</sup> Segundo Guerra, “a análise de conteúdo tem uma *dimensão descritiva* que visa dar conta do que nos foi narrado e uma *dimensão interpretativa* que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular regras de inferência” (2006, p. 62).

profundidade” no âmbito dos “paradigmas de análise compreensiva e indutiva” onde existe “lugar para uma grande capacidade de interpretação, ou inferência, por parte do investigador” (Guerra, 2006, p. 61).

O elevado número de entrevistas em profundidade de que dispusemos, permite-nos inferir a adequação da análise de conteúdo relativamente ao nosso objeto de estudo e ao instrumento de recolha de dados utilizado, pois possibilitou-nos fazer análises comparativas através da elaboração de tipologias e categorias.

As sessenta e seis (66) entrevistas realizadas aos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo foram todas integralmente transcritas<sup>26</sup> para o programa Word, perfazendo um total de setecentas e nove (709) páginas.

Após o investigador ter efetuado uma primeira leitura de todas as entrevistas já inseridas no software do MAXQDA, este programa facilitou a forma como os dados foram manuseados para a criação de categorias e subcategorias, permitindo uma transversalidade na análise das mesmas.

Este processo informático implicou a criação de um “Projeto” e a respetiva personalização do programa onde são inseridos os ficheiros externos (entrevistas). No *Sistema de Documentos* foram colocados todos os elementos a analisar, sejam textos, relatórios, folhas de cálculo, imagens, ficheiros de áudio ou ficheiros de vídeo. Após esta operação o *Sistema de códigos* (que funciona de forma semelhante ao *Sistema de Documentos*, permitiu estabelecer diferentes níveis, de acordo com as especificidades das questões levantadas pelo objeto de estudo), possibilitando ao pesquisador criar códigos (que se podem colorir de forma diferente) ou (categorias) com a finalidade de codificar toda a informação que é exibida em termos de resultados numa “janela” que apresenta os *Segmentos Extraídos*, viabilizando a pesquisa de contexto através de uma categoria principal do sistema informático, designada por *Categorias Descritivas*. Este item informático serviu fundamentalmente para resumir as respostas facultadas a determinadas questões. Codificou-se em cada uma das entrevistas as respostas facultadas, sendo criado posteriormente um novo conjunto de códigos de índole analítica que redunda numa definição e nas correspondentes subcategorias. Da operacionalização destas categorias, procurou-se segmentos de entrevistas relacionadas

---

<sup>26</sup> De acordo com Guerra, “no contexto de entrevistas em que os entrevistados falam na primeira pessoa, a transcrição deve ser integral e fiel ao que foi dito” (2006, p. 69).

com essas entradas, tendo nós encontrado múltiplas entradas a serem consideradas numa única categoria.

Todo este processo cibernético permitiu ao investigador extrair resultados extremamente significativos que foram utilizados para posterior sistematização e análise no contexto das questões inerentes ao objeto de estudo da tese.

Segundo Bardin, “a utilização de programas informáticos para tratamento de dados, permite apurar a contagem por frequência sobre a ponderação ou a distribuição das unidades de registo”. Dever-se-á, segundo esta autora, fazer uma preparação dos textos, ou seja, definir quais são as unidades a codificar, permitindo dessa forma “tornar mais operacionais procedimentos de análise automática das unidades de contexto” (2013, pp.24 -25).

O tratamento e correspondente análise das entrevistas enquadrou-se, conforme já foi descrito, no âmbito do paradigma da análise compreensiva, cuja análise de conteúdo, tendo por base os conceitos utilizados nesta pesquisa, permitiu formular um conjunto de inferências que se puderam extrair das narrativas dos voluntários.

Em suma, as entrevistas foram categorizadas por tipologias categoriais e subcategoriais, ordenando e organizando os dados de forma eficaz, fazendo realçar os aspetos mais significativos das mesmas, permitindo assim uma melhor compreensão e análise do objeto de estudo.

Apesar do elevado número das entrevistas, o programa permitiu encontrar e agregar regularidades, denotando paralelamente diferenças e semelhanças nas respostas inscritas nas diferentes narrativas. Todo este processo possibilitou ao investigador fazer uma análise comparativa das respostas no que concerne ao “investimento de forma”<sup>27</sup> que cada voluntário faz nas associações, nomeadamente as suas motivações para militar e expressões de mobilização.

---

<sup>27</sup> Thèvenot define investimento de forma, como a imobilização de uma relação reprodutível, não material, mas uma articulação necessária entre a implementação dos instrumentos e as operações de conformação implicadas pela sua operação.



## Quadro IV

### Categorias e subcategorias de análise das entrevistas aos voluntários da Quercus / Abraço e Apelo

Categorias	Subcategorias
Motivos para militar em causas / questão	Consciência cívica Defesa de um bem comum A causa em si mesma Proteger a natureza / ambiente Defesa da vida Dar sentido à vida Solidariedade Fazer voluntariado Influência pelo contexto Dever e direito de participar Altruísmo
Formas de envolvimento nas Associações	Participação em manifestações Subscrever petições /abaixo assinados Ações de informação / sensibilização Ações de prevenção e divulgação Formação a novos voluntários Palestras / conferências Reuniões com órgãos políticos Interposição de ações em tribunal Denunciar situações nos meios de comunicação social Participar na elaboração de boletins

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

Do ponto de vista metodológico, convém salientar que não foi possível tomar em consideração toda a documentação das associações, constituindo-se, no entanto, o material a que tivemos alguma dificuldade ao seu acesso, um contributo válido para melhor compreender estruturalmente as organizações selecionadas e que foram os seguintes:

Legislação (decretos-lei, portarias), que permitiu verificar o enquadramento jurídico de cada uma delas, assim como orientações governamentais no plano político, no âmbito das áreas em que cada uma delas se insere;

Estatutos e regulamentos internos, foram alguns dos documentos analisados em algumas destas associações possibilitando ao investigador analisar algumas das linhas internas de orientação da ação política destas associações geralmente emanadas pelas suas direções, muitas vezes após algum debate interno em assembleias gerais;

Os recortes de jornais e panfletos analisados “in loco” nas organizações, contribuíram embora que de forma superficial para esta pesquisa como material demonstrativo das ações concretas levadas a efeito pelas organizações e suas modalidades específicas, apresentando sob o ponto de vista analítico uma utilidade diferenciada relativamente aos estatutos e aos regulamentos internos, pois constituíram-se como formas objetivas de luta e de reivindicação das diferentes causas / questão que sempre defenderam. O arco temporal a que correspondem estes documentos, nomeadamente os critérios de recolha e visualização, visaram fundamentalmente destacar aqueles com maior relevo na sua história factual de disputa e de debate público e político referentes a diferentes períodos da existência das associações.

Para finalizar a análise do tratamento dos dados recolhidos, podemos referenciar que o questionário tem em relação à entrevista a vantagem de permitir amostras mais extensas e que, segundo Ghiglione (1993), poderá apurar determinadas grandezas absolutas e relativas para caracterizar uma população (pp. 116, 117).

Porém, apesar de no âmbito da Sociologia Pragmática também se poder utilizar este instrumento de recolha de dados (como é o caso do questionário por cenários, frequentemente utilizado em várias pesquisas), no caso concreto desta investigação, este só seria aplicado de acordo com a formulação de diferentes cenários da pesquisa e inscrever-se-ia numa lógica evolutiva de complementaridade metodológica, ou seja, da passagem de uma fase qualitativa (entrevista), para uma fase quantitativa, onde se poderia inferir estatisticamente um conjunto de valores que poderiam permitir a verificação das hipóteses formuladas. Mas como esta pesquisa está enquadrada numa metodologia compreensiva de análise qualitativa e analisada segundo os quadros teóricos da sociologia pragmática, descartámos desde logo a possibilidade da sua possível utilização.

Os dados que foram sendo recolhidos, tiveram uma amplitude bastante abrangente de acordo com a dimensão estrutural de cada uma das associações englobadas neste estudo. Como já anteriormente foi referenciado quanto ao modo de seleção das mesmas e tendo em linha de conta o nosso objeto de estudo, demos

preferência a selecionar pessoas voluntárias que desenvolviam um trabalho nas associações, cujo estatuto era ser meramente voluntário (o que se compaginou na sua totalidade), pois os modos de militar e de se envolver em determinadas causas poderá ser consubstancialmente diferente do trabalho desenvolvido por profissionais / colaboradores, quer pelos objetivos e motivos que cada sujeito detém, podendo ser determinantes consequentemente nas funções exercidas e modos de as efetuar, quer ainda pela disponibilidade em termos do tempo gasto, até fora dos dias normais de trabalho convencionados (sábados e domingos) que os voluntários despendem para a sua ação nas causas que pretendem ver defendidas em cada uma das três organizações selecionadas, cujo teor, relativamente aos seus objetivos são de cariz muito distinto.

## II.6. Sociografia dos voluntários entrevistados

Como anteriormente já tínhamos feito referência, a seleção da amostra dos voluntários nas associações foi de tipo intencional no sentido de dar coerência aos objetivos definidos no objeto de estudo, bem como se optou por fazer uma seleção das organizações de acordo com uma amostragem não probabilística por escolha racional, para que existisse também uma representatividade organizacional.

Do conjunto das entrevistas feitas em profundidade, sociograficamente verificou-se que as características objetivas da população em estudo apresentavam algumas semelhanças e algumas diferenças relativamente a algumas das categorias analisadas: género, idade, habilitações literárias e condição perante o trabalho.

### Quadro V

#### Sociografia dos voluntários da Quercus por: género; idade, habilitações literárias e profissão

Instituição	Género	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
QUERCUS	Feminino	45	Licenciatura	Investigadora
	Masculino	46	Licenciatura	Professor
	Feminino	68	Licenciatura	Reformada

Instituição	Género	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
	Feminino	38	Mestrado	Farmacêutica
	Masculino	37	Licenciatura	Engenheiro do Ambiente
	Feminino	51	Licenciatura	Técnica Recuperação Animais
	Feminino	62	Licenciatura	Professora
	Feminino	57	Doutoramento	Professora
	Masculino	52	Mestrado	Professor
	Masculino	52	Licenciatura	Desempregado
	Masculino	61	Doutorado	Professor
	Masculino	54	Licenciatura	Desempregado
	Masculino	54	Doutoramento	Empresário
	Masculino	52	12º Ano	Administrativo
	Masculino	49	Licenciatura	Técnico Sup. Hig. e Seg. no Trabalho
	Masculino	42	11º Ano	Informático
	Masculino	49	Licenciatura	Técnico de Vendas
	Masculino	46	12º Ano + CET	Funcionário CM Loures
	Feminino	50	Mestrado + MBA	Gestora
	Feminino	29	Licenciatura	Desempregada
	Masculino	31	Licenciatura	Estudante
	Feminino	33	Mestrado	Empresária
	Masculino	35	Licenciatura	Engenheiro Florestal
	Feminino	49	10º Ano	Delegada Comercial
	Feminino	35	Licenciatura	Formadora

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

Na Quercus, de um total de 150 voluntários, efetuamos 25 entrevistas (16,7%) em profundidade. Os intervenientes neste estudo são 14 homens (56%) e 11 mulheres (44%), verificando-se aqui alguma paridade relativamente à representatividade de género que pode ser representativa da totalidade dos sujeitos a militar nesta associação. As idades destes voluntários varia entre os 33 e os 68 anos, sendo que a sua maioria se

situa na faixa etária entre os 35 e os 55 anos. Denota-se que a sua maioria (84 %) possui uma formação superior, sendo residual o número de voluntários com o ensino secundário ou a sua frequência. No que concerne à condição perante o trabalho, três voluntários (12%) encontram-se na situação de desemprego e um é reformado, existindo neste grupo uma variedade de profissões que exigem qualificação académica nomeadamente professores, gestores, engenheiros florestais ou do ambiente.

## Quadro VI

### Sociografia dos voluntários da Abraço por: género; idade; habilitações literárias e profissão

Instituição	Género	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
ABRAÇO	Feminino	63	12º Ano	Relações públicas
	Feminino	34	Licenciatura	Psicóloga
	Feminino	37	Licenciatura	Gestora de projeto
	Feminino	56	9º Ano	Aposentada / Pensionista
	Feminino	37	12º Ano	Desempregada
	Masculino	48	Licenciatura	Professor
	Feminino	38	12º Ano	Desempregada
	Masculino	56	Doutoramento	Tradutor / Interprete
	Masculino	37	Mestrado	Médico
	Feminino	32	12º Ano	Desempregada
	Masculino	33	12ºAno	Abraço/Colaborador
	Feminino	44	Licenciatura	Técnica de emergência médica INEM
	Masculino	77	4º Ano	Reformado
	Masculino	53	12º Ano	Publicitário
	Masculino	49	Licenciatura	Engenheiro de Sistemas
	Feminino	74	9º Ano	Reformada
	Masculino	73	Curso Comercial (9º Ano)	Reformado

Instituição	Gênero	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
	Feminino	73	Curso Comercial 9º Ano	Reformada
	Feminino	52	Licenciatura	Engenheira Florestal
	Masculino	23	11º Ano	Estudante

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

De um total de 100 voluntários na Abraço, realizámos em profundidade 20 entrevistas (20%). Os participantes que colaboraram nesta pesquisa 9 são homens (45%) e 11 são mulheres (55%), existindo uma quase igualdade de género quanto ao número de voluntários que deram o seu contributo a este estudo com as suas narrativas. Verifica-se, no entanto, uma grande amplitude em relação às idades, entre os 23 e os 77 anos, situando-se o seu maior número na faixa etária entre os 35 e os 56 anos. Quanto às habilitações literárias, a maioria (60%) possui apenas formação equivalente ao ensino secundário ou à sua frequência. Quanto à condição perante o trabalho, 5 voluntários (25%) encontram-se em situação de reforma, destacando ainda 3 pessoas na condição de desemprego (15%), ou seja 40 % dos voluntários não exerce uma atividade profissional. Engenheiro é a profissão mais representativa, sendo de salientar ainda um voluntário que é estudante.

## Quadro VII

### Sociografia dos voluntários da Apelo por: género; idade; habilitações literárias e profissão

Instituição	Gênero	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
APELO	Feminino	30	Mestrado	Psicóloga
	Feminino	33	Mestrado	Trabalhadora Call Center
	Feminino	34	Mestrado	Desempregada
	Feminino	30	12º Ano	Estudante
	Masculino	38	Licenciatura	Desempregado
	Feminino	34	Mestrado	Psicóloga

Instituição	Género	Idade	Habilitações Literárias	Profissão
	Feminino	37	Licenciatura	Advogada
	Feminino	36	Licenciatura	Advogada
	Feminino	35	Licenciatura	Advogada
	Masculino	62	Doutoramento	Professor
	Feminino	40	Licenciatura	Dir. Exec. Espaço do Luto
	Masculino	41	Doutoramento	Psicólogo
	Masculino	56	Doutoramento	Professora
	Feminino	31	Mestrado	Estudante
	Feminino	39	Licenciatura	Psicopedagoga
	Feminino	46	Licenciatura	Psicóloga
	Feminino	34	Licenciatura	Comercial
	Feminino	35	Mestrado	R.V.C. / Coimbra
	Masculino	24	11º Ano	Estudante
	Feminino	51	Licenciatura	R.V.C. Pombal
	Masculino	53	12º Ano	Empresário

Fonte: elaboração própria, entrevistas aos voluntários

Na Associação Apelo, com um total de 60 voluntários, conseguimos entrevistar em profundidade 21 pessoas a militar nesta questão (35%). Do conjunto dos participantes nesta investigação 6 são homens (30%) e 15 são mulheres (70%), inferindo-se neste caso a maior representatividade do género feminino, possivelmente em virtude da questão em que estão envolvidos e que defendem. A idade destes voluntários situa-se entre os 24 e os 62 anos, estando mais representados na faixa etária entre os 34 e os 41 anos, destacando-se nas três associações como aquela que apresenta uma média de idades mais jovem. A sua grande maioria (86%) detém uma formação superior, possuindo o restante o número de voluntários 3 (14%) formação equivalente ao ensino secundário ou à sua frequência. No que concerne à condição perante o trabalho, 5 voluntários (24%) são psicólogos, seguindo-se os advogados e os estudantes com mais representatividade.

Em suma e para finalizar esta análise sociográfica do universo de voluntários da Quercus, Abraço e Apelo (310), convém salientar que colaboraram com esta pesquisa 66 indivíduos (21%), dos quais 37 (56%) são do género feminino e 29 (44%) correspondem ao género masculino. Quanto às idades destes militantes, estas variam entre os 23 e os 77 anos, ou seja, uma amplitude de 54 anos entre o mais novo e o mais idoso, cuja maior expressividade está situada na faixa etária entre os 34 e os 56 anos. As qualificações académicas destes voluntários, correspondem a uma média organizacional de (66%) com o ensino superior e de (44%) com habilitações equivalentes ao ensino secundário ou à frequência deste. Relativamente à condição perante o trabalho aparecem os psicólogos, advogados, estudantes, reformados, desempregados, professores, gestores e engenheiros florestais e engenheiros ambientais como mais representativos.

Se compararmos estes dados deste estudo, com os que destacaremos no próximo capítulo sobre alguns estudos realizados em Portugal sobre o voluntariado, podemos inferir que: o voluntariado, contrariamente apresenta um maior nível de qualificação académica, sintonizado com novas áreas de motivação, como é o caso do ambiente; em relação à distribuição por género, verifica-se uma tendência de continuidade em relação a uma representação mais acentuada das mulheres; igualmente, como apuramos neste estudo, a maioria exerce uma profissão, existindo todavia ainda uma percentagem significativa de voluntários em condição de reforma, apesar de um número muito significativo de jovens militantes.



# **CAPITULO III: DAS EMOÇÕES, AFETOS, PAIXÕES E SENTIMENTOS INDIVIDUAIS, À MOBILIZAÇÃO E CONFEÇÃO DE CAUSAS E COLETIVOS CONSTITUÍDOS**

## **III.1. O Voluntariado como expressão de ações de mobilização e envolvimento**

Apresentamos sinteticamente algumas tendências atuais relativas ao voluntariado em Portugal, como ponto inicial de enquadramento da análise teórico-conceitual dos movimentos sociais e dos movimentos associativos, enquanto ação estrutural e estruturante das formas de mobilização e envolvimento em análise nesta pesquisa, que permitem também reforçar o plano justificativo da escolha do nosso objeto de estudo, assim como fundamentam as linhas de problematização a desenvolver.

Segundo Habermas, a sociedade civil incorpora:

Uma rede mais ou menos espontânea, de associações voluntárias, organizações e movimentos sociais capazes de transformar problemas sociais (provenientes das esferas da vida privada) em reações amplificadas para a esfera pública, o que implica que a estrutura comunicativa orientada para o entendimento mútuo em que se baseiam (e que desenvolvem e reproduzem) seja a responsável pela sua organização interna marcadamente igualitária e inclusiva. [...] As associações voluntárias e movimentos sociais, isto é, a esfera da formação da opinião pública informal, geram ‘influência’, a qual é transformada em ‘poder comunicativo’ através dos filtros procedurais que são as eleições políticas (Silva, 2002, p. 163).

É também no contexto atual da reinstalação da ideologia liberal, que emerge um novo tipo de associativismo, em que as novas práticas sociais enformadas pelos

princípios da solidariedade e participação cívica, dão espaço à mobilização dos cidadãos, a qual se materializa muitas vezes sob a forma de trabalho voluntário em “associações formais e não formais” ancoradas nos direitos humanos, edificando-se como “modo cultural alternativo”, ou seja, espaços que permitem a “expressão pessoal e exercício da cidadania ativa [...] para o desenvolvimento” (Fernandes, 2003, p. 171).

Assim, como consequência do conjunto de mudanças operadas na sociedade portuguesa, o exercício da atividade de voluntário passou a incorporar de forma mais efetiva, os princípios norteadores das principais organizações mundiais ligadas ao voluntariado, passando esta a ser regulada através de critérios normativos reconhecidos internacionalmente, permitindo deste modo estabelecer uma compreensão plena do que é ser voluntário.

Existem, pois, alguns conceitos sobre voluntariado de acordo com as organizações que as emitem. A *International Association for Volunteer Effort*, emitiu em 2001 (Ano Internacional dos Voluntários), a Declaração Universal sobre o Voluntariado, baseada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, definindo o voluntariado como uma:

Decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais, baseada na participação ativa, do cidadão na vida das comunidades que, por sua vez contribui: para a melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade, para dar resposta aos principais desafios da sociedade [...] e enquadrado numa ação, ou num movimento organizado, no âmbito de uma associação (Serapioni, 2013, p.30).

A AVSO (Associação das Organizações Voluntárias) distinguiu desde logo o voluntariado de serviço voluntário. Assim, para esta organização internacional, voluntariado deverá ser compreendido como uma “prática que integra as noções de *volunteering*, *bénévolat* e *ehrenemant*, e que pode ser praticado de forma regular, ocasional, em *part-time* ou em *full-time*”, enquanto que por serviço voluntário entender-se-ão “as atividades de carácter específico, realizadas a tempo inteiro e por um período de tempo determinado” (Serapioni, 2013, p.30).

Por sua vez o Centro Europeu de Voluntariado, descreve o voluntariado como uma “atividade que ocorre em diferentes contextos, nos quais se incluem atividades de âmbito informal, como é o caso da ajuda aos vizinhos, e de âmbito formal”, devendo paralelamente o voluntário estar segurado (cuja cobertura deverá incidir em situações de acidente, saúde e contra terceiros), assim como deverá ter formação para o exercício da atividade (Serapioni, 2013, p.30).

Por último, destacamos uma Decisão do Conselho da União Europeia de 2009, na qual declarou o ano de 2011 como o Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Ativa, e que apesar de reconhecer aprioristicamente a diversidade de conceitos e de noções existentes nos diferentes contextos nacionais apresenta as “atividades de voluntariado” como “Todos os tipos de atividade voluntária, formais, não formais ou informais, realizadas por vontade própria do interessado, por sua livre escolha e motivação e sem fins lucrativos” Serapioni (2013, p.31).

Pela sua importância e relevância para esta pesquisa, destacamos as motivações individuais como a procura do bem comum e a gratuidade como pontos comuns e transversais a este conjunto de conceitos sobre a atividade de ser voluntário.

O aumento a que se tem assistido nas últimas décadas relativamente ao número de associações e ONG<sup>28</sup> (s) (Organizações Não Governamentais) que enquadram atividades de voluntariado, contribuiu para a necessidade de se regulamentar o seu exercício no espaço português, dando assim origem a que o Conselho de Ministros, na sequência da Lei nº71/98 de 3 de Novembro<sup>29</sup>, efetivasse através do Decreto-Lei nº 389/99 de 30 de Setembro, os direitos e deveres do voluntário e constituísse no mesmo diploma o CNPV (Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado) (Artigo 20º), que é um organismo público e cujos principais eixos de intervenção passam pela coordenação, promoção e qualificação desta atividade. Paralelamente, surgem as “plataformas nacionais de organizações promotoras de voluntariado”, em que se inclui a CVP (Confederação Portuguesa do Voluntariado), a FNVS (Federação Nacional do Voluntariado em Saúde), a Plataforma das Entidades de Voluntariado Missionário, a

---

<sup>28</sup> As ONG's são organizações do terceiro sector, que desenvolvem uma ação em determinados domínios (ambiente, defesa dos Direitos Humanos, saúde ligada ao VIH /SIDA, educação, etc...), visando colmatar a ineficiência ou ausência de políticas por parte do Estado.

<sup>29</sup> Lei que define as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Plataforma Portuguesa das ONGD, congregando todas elas diversas organizações de voluntariado, visando a intensificação do papel do voluntariado na sociedade portuguesa e contribuindo, por esta via, para o desenvolvimento da cidadania. Para além destas estruturas federativas e congregadoras, constituíram-se também os BLV (Bancos Locais de Voluntariado), e outras organizações de apoio ao voluntariado, como a Cruz Vermelha Portuguesa, Bombeiros Voluntários, para além de outras instituições presentes há mais tempo no espaço português (Serapioni, 2013, p.159-189).

No entanto, e de acordo com o Estudo Europeu de Valores de 1999 (promovido pelo ICS e coordenado por Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos), Portugal apresentava uma percentagem de apenas 16% de sujeitos que efetuavam voluntariado social comparativamente à média europeia nesta data (37,6%) e a outros países do espaço europeu (Delicado, 2002, pp. 128-129)<sup>30</sup>. Os fatores que explicam os baixos níveis de participação da população portuguesa nas atividades voluntárias prendem-se com os seguintes fatores: “uma democracia tardia [...] consequências de um longo período de regime autoritário que proibia a maior parte das formas de associativismo”; a “persistência de uma cultura cívica incipiente” característica de um país semiperiférico (Delicado, 2002, p. 129); o peso da socialização familiar na adoção de práticas de voluntariado, o que conduz a que a mudança entre gerações seja ténue (Wuthnow, 1991, como citado em Delicado, 2002, p. 130); as especificidades do mercado laboral português, com uma elevada taxa de emprego feminino em regime de tempo integral, os aspetos “sociodemográficos que se prendem com baixas habilitações literárias da população portuguesa e diminuta proporção das classes média e média-alta, que condiciona a participação num voluntariado pós-industrial, de base organizacional, qualificado e laico, com novas áreas de motivação (ambiental, empresarial e cultural) ” (Amaro, 2002b, como citado em Amaro, 2002a, p. 9), assim como também as próprias “caraterísticas do terceiro setor” que não estão delineadas de forma a “encorajar a participação” (Delicado, 2003, p.238).

---

<sup>30</sup> Saliente-se que esta fraca percentagem de participação da população portuguesa em atividades voluntárias está em sintonia com as taxas que outros países do Sul da Europa apresentam (Espanha, Grécia e Itália), em contraponto com as elevadas taxas de participação das populações dos países do Norte da Europa (Holanda, Dinamarca, Finlândia e Áustria como os mais representativos) (Serapioni, 2013, p.62).

Os dados sobre a participação da sociedade portuguesa no voluntariado revelam igualmente uma tendência de diminuição, pois em 1990 o envolvimento neste tipo de atividades era de 19%, em 2002 situava-se nos 13%, em 2007 baixou para 12% e só em 2011 parou esta propensão em termos de decréscimo percentual e estabilizou segundo os últimos estudos nos 12% (Serapioni, 2013, p.64).

O estudo de Caracterização do Voluntariado Português promovido pela CNAIV (Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários) coordenado por Ana Nunes de Almeida e João Ferrão e também desenvolvido por Ana Delicado do ICS – UL (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) em 2002, destacava os seguintes dados relativamente às instituições do Terceiro Setor<sup>31</sup>: 34% não acolhiam voluntários (por razões que poderiam ir desde a “Ausência de voluntários disponíveis” até uma “Avaliação negativa dos voluntários” (Delicado, 2002, p. 133); 27% tinha apenas voluntariado de direção; 39% tinham voluntariado de execução e destas 50% selecionava os seus voluntários através de procedimentos por elas instituídos. No que concerne aos voluntários, este estudo evidenciava que, dos cerca de 70 mil que desenvolviam este trabalho (maioritariamente em Associações de Bombeiros Voluntários, IPSS e Associações Juvenis), 25% eram voluntários ocasionais, 75% participava em ações pelo menos uma vez por mês, 53% dedicavam do seu tempo entre 5 a 10 semanais, 61% demonstrava uma propensão a fazer voluntariado por um período

---

<sup>31</sup> O terceiro sector por definição é constituído por associações sem fins lucrativos. Estas, segundo os dados de um estudo comparativo desenvolvido e iniciado em 1990 pela Universidade John Hopkins e recaindo numa primeira fase em sete países (Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia de um conjunto de 37 em 2005), encontram-se circunscritas por quatro principais critérios, a saber: são organizações formais; são privadas e independentes, ou seja, separadas do poder governativo (podendo no entanto existir um financiamento público), devendo definir e delinear as suas próprias regras de direção permitindo, deste modo, decidir de forma autónoma, não estando portanto sujeitas ao controlo por qualquer outra “instância exterior”; não distribuem lucros aos membros ou aos seus dirigentes (os quais, na sua existência, deverão ser revertidos ao serviço do seu objeto social) e, por último, distinguem-se pelo elevado nível de participação voluntária. Acrescenta ainda este estudo que estas organizações não devem ter uma orientação, nem política, nem religiosa, excluindo desta forma as “associações culturais, as congregações religiosas e os partidos políticos” (Laville, 2010, pp. 190-191; Monteiro, 2004, pp. 157-158). De acordo com Laville, algumas interpretações teóricas, referem que este sector deveria ser designado por “sector quaternário”, para permitir distinguir este novo sector dos “sectores primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços)”; porém, torna-se conveniente referir que esta designação, vem no seguimento da interpretação de que o primeiro sector é constituído pelo Governo e o segundo sector incorpora as empresas privadas. Este autor destaca ainda a ideia que, o terceiro sector é influenciado pela “configuração americana de um sector com uma discriminação positiva em favor da filantropia” e da não distribuição dos lucros. Assinalando contrariamente que, a economia social incorpora as cooperativas e mutualidades, proporcionando uma distribuição ou apropriação de benefícios realizados, estando estes, contudo, sujeitos a determinados limites (2010, pp. 189-223).

superior a dois anos, uma percentagem quase idêntica de voluntários na distribuição por género (uma representação um pouco mais acentuada das mulheres nas IPSS e uma quase maioria de homens nos Bombeiros Voluntários), 17% tinha menos de 20 anos (explicável pela sua participação em organizações juvenis), 64% eram casados (com filhos ainda a residir na casa dos progenitores), apresentando desta forma, por via deste fator, uma tendência a “um maior sentido de responsabilidade social e a tomar contacto com mais instituições” (2002, p. 172), 54% exerce uma profissão, 19% são reformados, 16% detinham à época diplomas de cursos superiores e 33% tinha menos que o 2º ciclo.

Para Delicado estes dados respeitantes ao voluntariado formal<sup>32</sup>, apresentam concomitantemente uma diversidade de motivações para a decisão de fazer voluntariado, tais como, e em primeiro plano, pela afirmação do desejo de ajudar os outros, a satisfação e a felicidade decorrentes da ação de ajudar os necessitados, num segundo plano de motivações, surgem a ocupação de tempos livres, a promoção da sua própria saúde, o estabelecimento de relações de amizade e convívio social, a aquisição de conhecimentos e competências, a obtenção de prestígio e reconhecimento na sua comunidade (2002, p. 128).

Neste sentido Delicado refere:

A pertença a associações é tomada geralmente como um indicador do grau de coesão de uma sociedade (uma forma organizada de promover a ligação e a cooperação entre os membros de uma sociedade) e da vitalidade da sua cultura cívica (mesmo tomando como referência as associações sem cariz político, atendendo a que a participação permite a entrada em redes de sociabilidade que facilitam não só a aquisição de informação como o desenvolvimento de competências de debate e influência sobre as decisões coletivas) (Vala, Cabral & Ramos, 2003, pp. 236-238).

---

<sup>32</sup> Segundo Delicado, o voluntariado formal é “realizado em instituições do terceiro sector, na área da solidariedade social” (2002, p. 128) e o informal (desenvolve-se no âmbito da ajuda a familiares e vizinhos). O voluntariado formal engloba duas formas de voluntariado: voluntariado de direção (obrigatório em termos legislativos no âmbito da constituição estrutural das Associações, devendo a ação destas ser regulamentada por estatutos próprios) e o voluntariado de execução.

Como se pode inferir no decurso dos dados apresentados pelos estudos supracitados e comparativamente com a média europeia, Portugal apresenta os mais baixos valores de voluntariado independentemente dos tipos de organização comparativamente com a média europeia (exceto países católicos da Europa do Sul), cujos fatores explicativos podem estar ligados a: “Uma democracia muito tardia, que se seguiu a quarenta e oito anos de regime autoritário, onde a participação associativa fora do controlo direto do Estado era proibida”; uma incipiente cultura cívica mesmo já em pleno período de democracia, justificável com os “baixos níveis de confiança interpessoal, de satisfação e sensação de controlo sobre a vida”; a forte possibilidade de falta de disponibilidade para fazer voluntariado estar relacionada com as “condições materiais de existência” limitando os putativos voluntários ao seu tempo disponível e à energia que poderiam despende, registando-se no entanto, paradoxalmente, que “uma parte significativa da participação é realizada por indivíduos empregados”; as motivações para a participação enquanto voluntários podem também estar relacionadas com a “a falta do exemplo familiar” geracional no âmbito do processo de socialização primária e, por último, a sociedade civil portuguesa, que assegura uma boa parte das funções do Estado e tendo também em linha de conta as “características do nosso terceiro sector”, não se orienta ou está capacitada para “encorajar a participação” (Delicado, 2003, p. 236 – 238).

Perante tais resultados do voluntariado em Portugal, convém também salientar a perspetiva de Monteiro, quando refere:

No centro das tensões fundamentais da modernidade: como núcleo importante do que se entende por sociedade civil enquanto unidades de agrupamentos organizados, na base do consentimento voluntário entre cidadãos e fora do controlo direto do Estado; por consequência, como parte de um movimento no seio do qual se contrapõe aos mecanismos de regulação universal impostos pelo Estado, uma outra qualidade da relação entre indivíduos livres orientada por valores simbólicos como os do altruísmo e da solidariedade (2004, pp. 296 – 297).

Perante este conjunto de motivações ou gramáticas de razões, no dizer de Dany Trom (2001), que segue Mills, poder-se-ia referir de acordo com Thévenot que “a

proximidade ao outro se elabora na familiaridade de experiências vizinhas”, podendo as associações contribuir para o “acomodamento das tensões entre o compromisso cívico e o que se prende com uma ancoragem local ou pessoal” (1999, p. 7), não obstante um conjunto de críticas e denúncias acerca da qualidade desses laços.

Ao estarmos perante a constituição de outras formas de «laço social», em que o individualismo serve de base à criação do «nós», do fazer a comunidade como menciona Stavo-Debebaugé (2014), outros modelos de vida em sociedade, realização pessoal e liberdade individual conjugam-se e compõem-se, assim como o respeito e responsabilidade<sup>33</sup> para com o outro e ambos pelos interesses do coletivo. Tais conjugações e composições não dispensam tensões e problemas, havendo por isso um vai e vem entre a estabilidade das vinculações em face a plataformas comuns e as dissensões que, em certas ocorrências e momentos, podem conduzir a separações.

Mais recentemente em 2013, outro estudo sobre a caracterização do voluntariado em Portugal promovido pela FEA (Fundação Eugénio de Andrade) e desenvolvido por Mauro Serapioni, Sílvia Ferreira e Teresa Lima do CES - UC (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), acrescenta para a compreensão desta temática, um conjunto de dados também muito significativos e relevantes, na medida em que reforçam alguns dos parâmetros do estudo anterior sobre o voluntariado formal e apresenta igualmente valores sobre o voluntariado informal ou de proximidade. Destaca-se assim que apenas 12% da população portuguesa desenvolvia atividades de voluntariado de forma regular ou ocasional, baixando drasticamente esta percentagem para apenas 3% os que o faziam de forma regular (31% na Holanda, situando-se a média europeia nos 11%). Somente 2,2% desenvolvia em média uma vez por mês voluntariado de proximidade, não conseguindo desta forma compensar o baixo nível participação de voluntariado formal que se situava nos 3,7%.

---

<sup>33</sup> Ricoeur (1995) apresenta o princípio de responsabilidade através da solidariedade, a qual vai permitir desenvolver uma consciência coletiva que trará consigo uma determinada reflexividade no plano social. Segundo este autor, é pelo outro que se é considerado responsável. Este princípio de responsabilidade poderá igualmente ser interpretado como estando eivado de um certo sentido ético (tendo por referência a ética Kantiana), cujo compromisso pressupõe “compreender em conjunto liberdade e autonomia por um lado, e dever e imperativo por outro”, ou seja, sobressai a primazia da ideia do dever como um imperativo categórico que, por sua vez, está associada a uma “atenção ao outro” que é independente da experiência que o sujeito tem com ele. Isto é, devem-se fazer as “coisas”, deve-se “agir” por puro dever (Knoch, 2003, p. 9).



Esta última investigação apresenta por outro lado a configuração das novas tendências da tipologia do voluntário (população reformada e jovem), as quais compreendem uma duplicidade no sentido da ação. Destarte, temos um trabalho a ser feito por pessoas que após a sua idade de reforma desenvolvem uma ação voluntária que lhes permite estar ocupados, ter sentimentos de utilidade e confiança, enquadrando-se este no âmbito do envelhecimento ativo. A outra nova tendência passa pelo voluntariado jovem (promovido pelo Instituto Português da Juventude) integrando jovens entre os 18 e os 30 anos no sentido de estimular a cidadania e o “crescimento pessoal e humano proporcionado por espaços não formais de educação” (Serapioni, 2013, p. 201).

Se analisarmos as referências que o estudo supra faz à ação voluntária de tipo informal, no âmbito do quadro dos «regimes do próximo» (Thévenot, 1999 e 2001a), esta poderá basear-se num compromisso pessoal, centrado numa experiência intimista, que remete para ações individuais e interações locais, cujo reconhecimento pluridimensional do sujeito da ação enquanto pessoa independente, autónoma e completa, é compatível com a adesão aos movimentos coletivos e a sua definição como membro de grupos. Neste sentido, para além dos movimentos associativos que se orientam no sentido do bem comum, é, pois, também necessário considerar as associações concebidas especificamente para integrar outros modos de compromisso, pessoais ou de proximidade, a nível local, que estão aquém das exigências do bem público (Thévenot, 2001b).

Nesta linha de análise, o associativismo e o voluntariado social podem ser referenciados como mecanismos emergentes na sociedade civil, tendentes ao reforço da inclusão e coesão social, na medida em que funcionam como um fator gerador de oportunidades e simultaneamente um instrumento facilitador da integração dos cidadãos, por via do seu envolvimento, podendo, no entanto, esta sua ação ser portadora de princípios de regulação emanados pelo Estado, dando origem a novas formas de regulação.

Dever-se-á ainda realçar a preocupação com a realização dos «bens», como condição da vida em sociedade, por oposição à procura individual do bem particular (que poderá também convocar diversas formas de grandeza) que advém da capacidade que os indivíduos possuem de se interrogarem sobre o sentido e os princípios da sua existência individual e coletiva e de desenvolverem uma consciência crítica e reflexiva

acerca das responsabilidades inerentes à vida em sociedade e das tarefas que lhe são imputadas, tanto a nível público como privado.

É, pois, no âmbito de uma mobilização cívica e política, que em Portugal o voluntariado social tem vindo a traduzir de forma individual e coletiva o princípio de defesa «de bens» (em que os sujeitos se orientam por determinados valores de ordem simbólica, tais como o altruísmo, a solidariedade, a reciprocidade e o intercâmbio) centrando-se mais, nas últimas décadas, nas áreas ecológica, artística e cultural.

Convém porém salientar que apesar de os dados estatísticos apresentarem baixos níveis de participação da população portuguesa nas atividades voluntárias, comparativamente a outros países europeus, podendo possivelmente representar prospectivamente uma diminuição significativa de indivíduos a fazer atividades de cariz voluntário, o que levaria de acordo com Monteiro, a que existisse uma “tendência da sociedade atual para se estruturar em torno de dois polos fundamentais, o Estado e o mercado, remetendo o universo associativo (e a sociedade civil em geral) para funções residuais à margem das grandes questões (e tensões) que configuram” a sociedade portuguesa. Opostamente o autor refere que existe uma variedade de indícios contrários para que tal não suceda, mantendo-se o associativismo voluntário no “centro de novas dialéticas” (2004, p.297).

Se interligarmos os diversos pontos de análise sobre os movimentos associativos e a emergência de novas formas de associação, encontramos-nos perante uma questão primordial em torno de diferentes gramáticas de motivação (Mills, 1940) que conduzem os atores a associar-se de forma voluntária, em processos de automobilização, onde as intenções singulares e coletivas se entrecruzam fazendo com que os indivíduos atuem como partes de um fazer coletivo, acionando formas de coordenações de ações que perseguem fins e finalidades comuns (Trom, 2001) que estão sujeitos a um trabalho em prol do acordo. O estabelecimento do acordo, o seu grau de estabilidade e as modalidades de cooperação da ação são ingredientes fundamentais para perceber, por um lado, em que gramáticas políticas<sup>34</sup> e morais se baseiam os movimentos associativos

---

<sup>34</sup> As gramáticas políticas expressas pelas associações estão relacionadas, na grande maioria das vezes, com a defesa de um determinado bem comum, utilizando para atingir esse objetivo, os mecanismos ou instrumentos associativos disponíveis para a sua amplificação no espaço público (Thévenot, 1999).

destacados neste estudo, e, por outro lado, qual a transformação que vai ocorrendo ao longo do tempo.

Este tipo de ações contribui, em muitas situações, para o surgimento de novas organizações em que a “identificação das causas e motivos está regulada por constrangimentos semânticos que pesam no processo de publicitação das ações coletivas” (Cefaï, 2001, p. 77).

### **III.2. Emoções e modos de ação coletiva: do sofrimento à distância às suas consequências na forma de agir**

Partindo de uma perspectiva heurística, apresentamos agora alguns dos contributos analíticos sobre os afetos, sentimentos, paixões e emoções, que permitem aos atores face às suas formas e modalidades do agir, desenvolver um processo cognitivo, de como estes (em articulação com as motivações mencionadas nos estudos sobre o voluntariado em Portugal atrás referidos) se podem apresentar como pilares, isto é, referências que dão suporte às diversas formas de mobilização e envolvimento dos sujeitos em análise, bem como nas variadas configurações históricas dos movimentos sociais e movimentos associativos em geral, e aqueles selecionados para este estudo.

Deste modo, o enquadramento em que se revestem, ou se revestiram algumas das formas de mobilização e envolvimento, têm por base, de forma recorrente, a diversidade das expressões que o sofrimento humano envolve, nomeadamente desde a dor física ou psicológica como consequência de situações de saúde, morte (com causas diferenciadas, como o terrorismo, catástrofes, acidentes de vária ordem, guerras, etc.), miséria social e económica, migrações / refugiados, entre outras de ordem mais abrangente, como as que estão ligadas às questões ambientais. Alguns dos movimentos sociais que surgiram na sequência de algumas destas situações e que obtiveram maior visibilidade pública, foram os seguintes: os movimentos operários; movimentos feministas; movimentos ecológicos; movimentos dos precários e desempregados; movimentos de migrantes; movimentos de justiça global e antiglobalização; movimentos de indignados, etc.

Tomando como referência a premissa de que qualquer dos casos deste conjunto de situações é produtor de um determinado tipo de sofrimento, este será mais ou menos acentuadamente percebido pelos sujeitos de acordo com a distância espacial em que se encontram do facto observado (proximidade – face a face com a situação ou distanciamento geográfico da mesma), e das experiências que recolhem dos acontecimentos por estes vivenciados (Quéré, 2006). No entanto, para além da maior ou menor visibilidade que lhe está associada, em função do espaço que medeia o observador e o facto em si mesmo, ou que lhe é dada pela comunicação social, permite, por um lado, que possam ser estabelecidos processos de um envolvimento (apesar de poder ser um envolvimento distanciado no espaço) e, por outro lado, o desenvolvimento de diferentes tipos de emoções e sentimentos experienciados pelas pessoas relativamente ao(s) outro(s) que sofre(m). O sofrimento pode, pois, apresentar-se como possuidor de determinadas configurações expressivas, resultante de situações localizadas, como as que são objeto de análise neste estudo, quer em planos de dimensão individual, exemplos do VIH/SIDA e do luto, quer em planos mais coletivos e universais respeitantes às questões ambientais.

Em alguns destes acontecimentos, quem assiste e quem está a ser assistido, ou quem sobre o qual está a ser infligido o sofrimento, podem em momentos da sua ocorrência manifestarem aquilo que Michael Pollak designou como “identidade magoada” (Pollak, 1994). Ora a “identidade magoada” é justamente qualificada por condutas e comportamentos que expressam sentimentos de dor e sofrimento, que ultrapassam os esmagamentos físicos ou vicissitudes dessa dor objetivada no seu corpo de carne e osso. Por vezes essa dor é sentida no silêncio, ou em posturas circunspectas, tão discretas, tão omissas ou tão escondidas, que as exteriorizações dos sentimentos, das emoções não se mostram aos outros. São os sujeitos que administram em modalidades de coordenação consigo próprios essa dor íntima.

É perante este tipo de cenários que surgem determinados sentimentos de injustiça, indignação, e mesmo, fúria ou revolta resultantes de acontecimentos e experimentações mais radicais, de sentimentos de comoção, de choque, quer em relação àquilo que lhes aconteceu como seres humanos, maltratados e/ ou humilhados, quer em relação àquilo que aconteceu a outros que lhes são próximos, familiares ou amigos, quer ainda a objetos ou símbolos que lhe são marcantes como representantes de uma comunidade humana a que pertencem de pleno direito, e que está a ser fustigada por

erros humanos que dão lugar a todo o tipo de controvérsias públicas com as quais se identificam e manifestam o desejo e a vontade de aderir a determinadas causas. É dessa adesão titubeante ou decidida que se abrem possibilidades de confeção de causas investindo em formas (Thévenot, 1986) de protesto ou de denúncia na esfera pública, através da mobilização e convocação de gramáticas políticas do laço social e de compromisso coletivo, dentro das quais os sujeitos adotam as mais ajustadas no âmbito do quadro da pluralidade dos regimes de ação de que dispõem nos contextos e nos quadros da sua historicidade. A ação coletiva que posteriormente vai emergir engloba, de acordo com Cefaï (2009, p. 258-259), uma publicitação dessa ação, com o intuito de a dotar de sentido, fazendo «aplicar as formas» que, sem a sua existência a sua publicidade, perdiam significado: vocabulários de motivos; gramáticas de falar em público, retóricas e narrativas. Na verdade, sem os dispositivos atrás mencionados, as inquietações e medos, dúvidas e incertezas não encontravam condições para passar destas intuições a intenções e destas últimas a gramáticas de razões trabalhadas por linguagens, narrativas intrigantes, corpos doutrinários credíveis e socialmente aceitáveis.

A maior visibilidade do sofrimento, e tudo o que ele implica em termos de ações individuais e coletivas, tem-se revelado preponderante para a sua constituição como categoria fenomenológica para as ciências sociais a partir dos anos noventa do século XX, em virtude do interesse que tem despertado em termos sociais, políticos e científicos (Albuquerque, 2011, p. 230). A materialização do conceito de sofrimento como nova categoria científica, verifica-se quando autores como Luc Boltanski (*La Souffrance à distance – Morale humanitaire, médias et politique*), Pierre Bourdieu (*La Misère du Monde*), Jean Foucart (*Sociologie de la Souffrance*), Christophe Dejours (*La souffrance en France. La banalisation de l'injustice sociale*) ou Emmanuel Renault (*Souffrances Sociales. Philosophie, psychologie et politique*), entre outros, elegem o sofrimento e as suas diferentes configurações como objeto de estudo das suas análises sociológicas ou filosóficas.

Esta visão mais alargada do sofrimento é uma consequência da divulgação que sobre ele tem sido feita de forma recorrente pelos diversos meios de comunicação à escala global (televisão, rádios, jornais e internet), exibindo algumas vezes uma dimensão “teatralizada” do mesmo. Neste processo, é-lhe conferido simultaneamente uma determinada universalidade e desenvolvido paralelamente um processo de

proximidade e distanciamento entre, por um lado, aquele que assiste (espetador), que manifesta apoquentações de várias temperaturas ou se mostra (in) diferente, e, por outro, o sofrimento visível que o outro sente, aquele que vivencia a dor, a miséria, a desgraça ou o mal. O primeiro não o experiencia – o caso, o acontecimento – de forma direta, congregando e superando ou não, no tempo e no espaço, as diferentes expressões individuais ou coletivas que ele manifesta no momento em que assiste ao acontecido.

Reúnem-se conseqüentemente, desta forma, as condições possíveis para se constituir uma relação humana de tipo sentimental (independentemente de não existir ou poder vir a existir uma reciprocidade na relação), ultrapassando “as condições do tempo e do lugar” (Simmel, 2013, p. 624), só possível nas relações que se inscrevem no âmbito de uma intensidade sensível, contrariamente às relações de carácter meramente objetivo e impessoal como as de negócio. Segundo Simmel, sob o ponto de vista da totalidade das relações recíprocas sociais, poderá existir uma escala, cujos critérios definirão a tipologia da relação. Neste sentido, o autor questiona qual “a dose de proximidade ou de distanciamento no espaço, a socialização de formas e de conteúdos dados, suporta ou requer?” (2013, p. 625).

Neste contexto, surge assim a figura do espectador (que é puro porque é independente da cena que observa) (Boltanski, 1993, pp. 48-52). Porém, sendo sensível ao que lhe é dado a observar, ao ponto de se sentir afetado pelo sofrimento dos outros, apresenta uma dimensão emocional de “simpatia”<sup>35</sup>, tal como referia também Smith na sua *Teoria do Sentimentos Morais*<sup>36</sup>. Para Boltanski, “as exigências morais face ao sofrimento convergem com efeito para um imperativo: o de ação” (1993, p. 9), ou seja, o imperativo ético-moral de agir, perante as diversas formas de sofrimento, é um envolvimento de compromisso com a ação, podendo desta forma ser inscrita a figura do espectador no quadro de um processo de ida e vinda entre o envolvimento e o distanciamento, dando eventualmente lugar à mobilização dos sujeitos a militar em

---

<sup>35</sup> Convém realçar que, para Smith, a distância muito raramente é explicitada, porque ela é incorporada pelo autor “no embate da situação do face a face” (Boltanski, 1993, p. 61).

<sup>36</sup> Esta teoria, para Smith, deveria ser tratada como uma “modelização das relações morais entre pessoas, cuja ordem política incorpore a referência à piedade” (Boltanski, 1993, p. 61). Enquadra-se, pois, esta teoria, na designada política da piedade, defendida por Rousseau em meados do século XVIII e caracterizada por Hannah Arendt (1988, 2001). Distingue-se daquilo que Boltanski paralelamente designa por uma política da justiça, que assenta num *modelo de cité* apoiado numa teoria da justiça, a qual deverá estar dotada de um sentido comum de justiça (1993, pp. 15-16).

causas / questões que possam contribuir para o apaziguamento de um determinado tipo de sofrimento, mesmo simbolizado em alguém (ou alguns) que é (ou são) intruso (s), que se intromete (m) na tranquilidade da sua vida, que passa a ser consumida justamente pela causa em que ele ou eles estão envolvidos.

A leitura da sociologia dos movimentos sociais, nomeadamente a abordagem que a sociologia pragmática desenvolve, apresenta-se com grande relevância teórica no âmbito do contexto supra, pela maneira como explana e enquadra as diversas formas de mobilização e envolvimento dos sujeitos, partindo do princípio concetual de ação coletiva como uma “arquitetura móvel de contextos de sentido” (Cefaï, 2009, p. 257). Esta incorpora emoções, afetos, sentimentos e paixões que se apoiam num julgamento ético-axiológico, iniciado por Michael Walzer na sua obra *As Esferas da Justiça*, na qual desenvolve uma avaliação ética dentro das ordens de julgamento, das ordens de grandeza e das suas economias trabalhadas por Boltanski e Thévenot (Livet & Thévenot, 2003, p. 436) e os regimes de envolvimento na ação de Thévenot (2006).

Desta forma, para Thévenot, as emoções, suas expressões e categorias, parecem deter um “papel a desempenhar em todas as situações coletivas, coordenando intenções, em particular nas discussões coletivas, nas ações mobilizadoras coletivas, ou ainda nos conflitos coletivos” (1995, p. 148). Este autor, ao estabelecer uma relação comparativa entre as «estruturas valorativas» das emoções e a estrutura das ordens de grandeza, deixa entender que existem formas de envolvimento emotivo passíveis de avaliação, que se repercutem na variedade dos regimes de coordenação coletiva, contrariando em certa medida o que refere Sommier<sup>37</sup>.

No sentido de interpretar as emoções, Livet e Thévenot elaboraram uma categorização do domínio emocional. Assim: os afetos devem ser entendidos como “modos cognitivos primários [...] que selecionam certos dispositivos orientados para a ação” dotados não mais do que de uma “pseudo-intencionalidade”, na medida em que não se pode supor a existência de diferentes graus de afetividade; por sua vez, os sentimentos já podem ser intencionais quando “conseguem atribuir às ações da situação interna ou externa as qualidades dos afetos”, sendo por outro lado difundidos os

---

<sup>37</sup> De uma maneira geral e segundo Sommier (2009, p. 197), “os sociólogos [...] empregam estes termos não distinguindo nem a intensidade nem a duração para qualificar o conjunto dos estados afetivos”.

humores indiferenciadamente, quando esta atribuição não se efetiva; as emoções são conscientes sem serem reflexivas, e têm a sua origem na “requalificação do afeto pelo sentimento”, focalizando-nos o afeto no seu contributo para a coordenação das “reações internas (estados) e externas (comportamentos)”<sup>38</sup>; por último, as paixões são sentimentos duráveis no tempo (2003, pp. 428-429). Esta categorização das emoções pode ser complementada com a tipologia que foi elaborada por Akoum e Ansart<sup>38</sup>, no âmbito da sociologia dos movimentos sociais (que tem o mérito de integrar trabalhos de outras disciplinas), permitindo, desta forma, efetuar uma análise comparativa entre um domínio mais individual e um domínio mais coletivo.

No sentido de ficarmos com uma perspetiva mais complementar sobre esta matéria, podemos referenciar, de acordo com James Jasper (citado em Cefaï, D. & Trom, D., 2001, pp.140-141), que as emoções mudam lentamente e proporcionam o motivo, a tonalidade e o canal da ação coletiva e que, para além das suas qualidades adverbiais, estão indissociáveis dos nossos actos de perceção e de julgamento. O autor distingue, por um lado, as emoções reativas como a indignação, cólera ou compaixão como respostas de envolvimento momentâneas, geralmente ligadas a pequenos acontecimentos, e, por outro, as emoções afetivas que se constituem como os laços mais fortes e duráveis com o mundo. Politicamente a confiança apresenta o mesmo nível de importância que o amor e o ódio, pois promovem a modelização das nossas preferências e estabelecem simultaneamente a ligação aos outros cidadãos. Entre estes dois registos, o autor situa os humores que ultrapassam os contextos específicos, podendo a esperança, o cinismo e a resignação terem um papel fundamental na legitimação dos regimes políticos ou ainda na confrontação ou rebelião. Num outro sentido estão as «emoções partilhadas», que se constituem no âmbito do protesto coletivo já mobilizado e organizado e que poderão passar pela expressão de indignação contra decisões dos poderes públicos passíveis de serem interpretadas como lesivas ou odiosas. Por último, o autor refere as «emoções recíprocas» que incorporam os membros de um coletivo e de

---

<sup>38</sup> Para Akoum e Ansart (1999 como citado em Fillieule, Mathieu & Péchu, 2009, pp. 197-198), afeto deve ser entendido como a «dimensão subjetiva dos estados psíquicos elementares de extrema dor até ao prazer intenso», sentimento como as «reações afetivas de longo prazo de duração, positivas ou negativas envolvidas na socialização, motivação e construção de ações coletivas», paixão como a «afetividade intensa que se manifesta por comportamentos coletivos criativos ou destrutivos de energias mobilizações, atitudes inacessíveis à razão» e emoção como a «excitação viva e limitada no tempo, acompanhada de manifestações psíquicas e culturais diferenciadas segundo o contexto social».



outros coletivos no sentido de estabelecimento de alianças. Convém ainda sublinhar, de acordo com James Jasper, que formas de interpretação divergentes ou contraditórias entre os sujeitos de um coletivo relativamente aos objetos de denúncia e de reivindicação podem originar a transição de emoções recíprocas para formas de amor privado, podendo conduzir à saída do indivíduo do movimento.

O recurso às emoções parece-nos prometededor. Deverá permitir a especificação do sentido frequentemente metafórico de conceitos usados atualmente nas teorias da ação coletiva, mostrando-nos como estes reenviam concretamente para determinadas operações: como a «oportunidade política» encoraja a mobilização, como um «quadro de injustiça» ressoa nos públicos, como os movimentos passam da coesão à desintegração voltando com alguma dificuldade a unificar-se. A verdadeira força destes «mecanismos de causalidade», são provenientes em parte das emoções que eles implicam (Cefaï, D.& Trom, D., 2001, p.142).

Pelo exposto, podemos dizer que o sofrimento humano pode ser interpretado como um elemento potenciador de toda a ordem de afetos, sentimentos, paixões e emoções, constituindo-se assim como um dos fatores geradores de envolvimento emocional e de mobilização dos indivíduos, como forma de reação ao espetáculo por si apresentado em múltiplos cenários. As suas diferentes expressões e manifestações efetuadas, quer pelo que sofre, quer pelo que assiste, foram consubstanciando permanentemente processos de ajustamento, como consequência de novas configurações e transformações que foram ocorrendo no domínio político, cultural e religioso nos diversos contextos sociais.

### **III.3. Das emoções à ação coletiva: das lógicas da compaixão à solidariedade**

Assim, num primeiro plano de análise da conjugação entre o sofrimento humano e as categorias emocionais, abordaremos a compaixão, passando posteriormente pela

piedade e culminando na solidariedade, como formas de expressão emocional em relação às diversas situações de sofrimento e promotoras de dinâmicas de ação individuais ou coletivas.

A compaixão<sup>39</sup>, historicamente entendida como uma capacidade instrumental legitimadora das ações públicas, traduzindo virtudes republicanas como essência das virtudes políticas<sup>40</sup> (Arendt, 2001, p.91), incorpora uma determinada capacidade de sofrimento com e pelos outros (co-sofrimento). Porém, com a evolução dos comportamentos de sociabilidade (inerentes ao conceito de civilidade) a partir do século XVI, vai passar a existir uma diversidade de interrogações sobre a compaixão. No entanto, a sociabilidade, ao inscrever-se num quadro de virtudes sociais, promoveu um conjunto de questões com uma finalidade política em torno dos fundamentos da sociedade, da natureza humana e da ideia de humanidade, procurando redescobrir as regras do direito natural a partir dos princípios fundamentais da natureza humana (Haroche, 1992, p. 13).

As concepções de natureza humana traçadas por Smith e por Rousseau circunscrevem duas perspectivas de compaixão<sup>41</sup>. Por um lado, Smith<sup>42</sup> refere que o homem é portador de dois princípios; o amor de si e o interesse pelo outro, sendo, no entanto, a simpatia que é sentida pelo sofrimento mais universal, comparativamente a outras simpatias como a alegria, e que apesar da sua dimensão excessiva (sofrimento), ainda podemos nutrir por ele alguma solidariedade (2002, p. 51). Por outro lado, Rousseau apresenta a compaixão como categoria política, onde dois princípios

---

<sup>39</sup> A compaixão deve ser interpretada como uma disponibilidade, vocação e abertura, ou seja, uma disponibilidade afetiva para com outrem. De acordo com Lipovetsky (2010), atualmente nas sociedades ocidentais assistimos a uma filantropia mediática que tem, como consequência, o altruísmo deixar de estar “associado a um dever obrigatório” onde “já não estamos perante o dever-fazer imperioso” como o “imperativo lancinante da obrigação moral”, desobrigando os indivíduos das ações de entreatajuda (2010, pp. 153-157).

<sup>40</sup> Para Arendt, a compaixão pelos miseráveis apresenta-se, no processo histórico da Revolução Francesa, sob a alçada das lógicas políticas de Robespierre, como o dínamo dos revolucionários, cujas leis deveriam ser promulgadas “em nome do povo francês”, através da vontade do próprio povo (Arendt, 2001, p. 92).

<sup>41</sup> Saliente-se que o projeto de educação moral e política nos séculos XVII e XVIII apoia-se, fundamentalmente, numa certa concepção de natureza humana defendidas por Smith e por Rousseau ou nas regras do direito natural.

<sup>42</sup> Este autor apresenta a compaixão no quadro das paixões sociáveis, ou seja, aquelas que despoletam uma simpatia, vista como adequada ou agradável (Smith, 2002, p. 32).

primordiais decorrem do direito natural e dos deveres para com o outro; o cuidado de si e a compaixão<sup>43</sup>.

Robespierre e Rousseau, ao isolarem a razão no decurso do pensamento dos seres humanos, concluem que esta interferia com o desenvolvimento da paixão e consequentemente com a compaixão pois, para eles, a razão coartava a natureza humana no sentido de não permitir que esta se pudesse identificar com aqueles que sofrem, tornando desta forma os homens egoístas (Arendt, 2001, p. 97). A este propósito, é de realçar o que nos diz Smith, quando refere “Acima de tudo, frequentemente lutamos para inibir a nossa simpatia pelo sofrimento alheio. Sempre que não estamos sob o olhar do sofredor, tentamos para nosso próprio bem suprimi-la o mais possível ...” (2002, p. 52).

A compreensão da compaixão como uma emoção ou um sentimento permite configurar e perceber que, enquanto a paixão corresponde a uma capacidade de sofrimento, a compaixão conjuga uma capacidade de sofrimento com os outros (co-sofrimento), correspondendo por sua vez o sentimento da piedade “à paixão da compaixão” (Arendt, 2001, pp. 98-107).

A compaixão foi-se constituindo, assim, como uma noção chave da civilização republicana, cuja natureza política exigiria e alimentaria as reivindicações de igualdade e de solidariedade (Haroche, 1992, pp. 12-19).

Nesta linha de análise, podemos referenciar segundo Albuquerque (2011, pp. 228-229) que a piedade combina uma consciência do intolerável ou do inadmissível, implicando uma interpolação entre uma lógica da indignação e uma lógica de sentimento. Deste modo, contrastando com a solidariedade, a piedade não faz distinção entre a “fortuna e a desgraça, o forte e o fraco”, não podendo porém existir “sem a presença da desgraça” / sofrimento, que para a solidariedade é o que a faz despertar, mas “não é guiada por ele”, porque “inclui o forte e o rico não menos que o fraco e o pobre”, ou seja, a solidariedade pode ser vista como um “princípio que pode inspirar e

---

<sup>43</sup> Rousseau perspetiva que, através da compaixão, se desenvolve uma verdadeira e autêntica comunicação entre os seres humanos no decurso de uma “reação humana mais natural ao sofrimento dos outros” (Arendt, 2001, p. 97).

guiar a ação; a compaixão é uma das paixões e a piedade é um sentimento” (Arendt, 2001, p. 108).

A solidariedade por sua vez, intrinsecamente ligada a ideias de honra<sup>44</sup>, dignidade<sup>45</sup> ou grandeza, embora tivesse evoluído e sido despoletada pelo sofrimento, não é, segundo Arendt, guiada por este sentimento. Esta ideia é reforçada com o que acima foi referenciado por Arendt e Smith, quando se expressaram quanto à inibição e identificação com o sofrimento humano por parte de quem presencia esse mesmo sofrimento. Deste modo, surge com alguma naturalidade a questão de tentar perceber o que domina e envolve os sujeitos para a ação, que designam de solidária, quando estão perante quadros de sofrimento humano.

A solidariedade assim apresentada poderá ser entendida como um facto que faz parte da essência social do ser humano, a que corresponde um dever delineado no princípio de solidariedade. Arendt interpreta-a como o princípio inspirador e orientador para a ação, pois a “compaixão é uma das paixões” e a piedade<sup>46</sup>, tal como já referimos anteriormente, é um sentimento (2001: 108).

A economia pressupõe solidariedade. Também a política pressupõe solidariedade. A comunidade social não pode nascer de um pacto. Não existe um contrato social à Hobbes ou à Rousseau. A solidariedade nasce do hábito, do amor, da paixão. Nasce dos movimentos como irmandade, entusiasmo, dedicação. Apresenta-se como amor pátrio, confiança num partido, militância por uma causa, por um ideal. É a partir desta matéria fluida, ardente, deste dogma emocional que surge o pacto, a organização, o partido, o Estado.

---

<sup>44</sup> Solicitar a outrem qualquer tipo de auxílio é honrar, “porque é sinal de que na nossa opinião ele tem poder para ajudar. E quanto mais difícil é o auxílio, maior é a honra” (Hobbes, 2008, 78).

<sup>45</sup> Para Hobbes, a dignidade é a importância pública que é dada a um homem, cujo valor lhe é atribuído pela república (2008, 78).

<sup>46</sup> A piedade contrasta com a solidariedade no sentido em que a primeira “não olha a fortuna e a desgraça, o forte e o fraco da mesma forma; sem a presença da desgraça a piedade poderia não existir”, enquanto a segunda “embora possa ter sido despertada pelo sofrimento, não é guiada por ele e inclui o forte e o rico não menos que do que o fraco e o pobre” podendo desta forma parecer “fria e abstrata” (Arendt, 2001, p. 108).

O pacto transforma esta solidariedade em empenho, em norma. O pacto toma a solidariedade como herança, torna-se o seu tutor e o executor racional. (Alberoni & Veca, 2000, pp. 87-88).

Apreendida como ideologia nos finais do século XIX, a solidariedade implicou uma nova representação do vínculo social e político, provocando simultaneamente uma alteração nos modos e nas formas de gestão do social e de intervenção pública.

O surgimento da solidariedade como um discurso ritual interpõe-se na verificação e julgamento de valor, ciência e ideologia, práticas sociais e políticas públicas, consciência subjetiva e determinações objetivas, sedimentando o seu domínio no discurso político dos séculos XVIII e XIX, contrapondo-se com o termo caridade, interpretado como uma “fraqueza do estado, de um insidioso retorno do religioso”<sup>47</sup> (Haroche, 1992, p. 11).

Contrariamente às concepções de caridade numa ótica filantrópica ou humanista, a solidariedade neste período histórico apresenta-se como um sentimento de compaixão, oscilando entre a simpatia<sup>48</sup>, reflexo de um subtil equilíbrio entre o eu e o outro, e o amor ao próximo.

Primordialmente, a solidariedade apresenta duas concepções; a “organicista” defendida por A. Comte, que a concebe como expressão de uma interdependência objetiva resultante da pertença ao mesmo organismo, e a “relacional” de P. Leroux que expressa um sentimento de pertença à coletividade (contrária ao tipo humanista), ao configurar-se como um sentimento e não como paixão, inscreve-se na subjetividade pessoal e na objetividade de certos princípios da organização social e política.

Para além destas duas concepções, a solidariedade apresentou-se como um tema que despertou de uma forma continuada diversificadas abordagens: o “socialismo” analisa-a como um valor vazio tendo como objetivo restabelecer os laços sociais

---

<sup>47</sup> Enquanto a igreja trabalha intensamente no âmbito da “questão social”, surge uma nova geração de liberais decorrente da crise teológica e eclesiástica, os “protestantes extremistas” aderentes à causa republicana, que vão contribuir para uma nova “moral laica” (Chevallier, 1992, p. 6).

<sup>48</sup> A nossa solidariedade por qualquer paixão pode ser designada por simpatia (Smith, 2002, p. 8). A este propósito, Hobbes refere que “A tristeza perante a desgraça alheia chama-se Piedade, e surge ao imaginarmos que a mesma desgraça poderia acontecer a nós mesmos. Por isso chamada de Compaixão, ou, na expressão atualmente em voga, Simpatia” (Hobbes, 2008, p. 54).

destruídos e pôr fim à dominação e exploração; para o “mutualismo” a solidariedade deverá ter proveniência na sociedade desenvolvendo mecanismos de proteção social; enquanto que o “solidarismo”<sup>49</sup>, o qual se enquadra entre o socialismo e o liberalismo, desenvolveu medidas concretas sobre os fundamentos da solidariedade, como as grandes leis da assistência do princípio do século (Chevallier, 1992, p. 6).

Durkheim faz a distinção entre duas formas de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Estas duas formas de solidariedade correspondem a duas formas diferentes de organização social. As sociedades designadas de “arcaicas” são sociedades de solidariedade mecânica (solidariedade por semelhança) onde os indivíduos se distinguem pouco uns dos outros, ou seja, apresentam “semelhanças sociais” porque experienciam os mesmos sentimentos (sentimentos comuns ou coletivos), partilhando também os mesmos valores (Durkheim, 2013, pp. 46, 47, 49, 71). Em sentido oposto, nas sociedades onde surge a moderna divisão do trabalho, a solidariedade designada por orgânica seria a antítese da anterior. Esta forma de solidariedade, para o autor, caracterizava as sociedades modernas, nas quais os indivíduos já não são semelhantes, mas diferentes, exercendo cada um deles uma função própria (por analogia com os órgãos do ser vivo) incorporando uma falha, consubstanciada na anomia, ou seja, na possibilidade de existir uma desagregação social, consequência da multiplicidade inerente. Nestes dois tipos de sociedades, a consciência coletiva apresenta igualmente diferenças; enquanto nas sociedades arcaicas cobre a maior parte da existência individual, nas sociedades orgânicas existe uma margem maior de interpretação individual dos imperativos sociais (Durkheim, 2013, pp. 81, 92, 97).

A solidariedade não é somente de ordem mecânica, nem se reduz a um mero dispositivo instrumental; antes de ser uma política, revela a ordem dos sentimentos. Consiste em procurar o bem dos outros, opondo o altruísmo ao desejo que é, segundo Smith (2002), o motor da ordem comercial.

Referência incontornável na construção e conceptualização das políticas sociais, a solidariedade luta contra os dispositivos de exclusão social, sendo concebida de uma

---

<sup>49</sup> Doutrina que defende a prática da solidariedade, devendo ser entendida como o oposto quer ao individualismo quer ao coletivismo.

forma extensiva, constituindo-se como um valor em crescendo e integrando-se como um eixo permanente dos discursos e das políticas.

Convém colocar ao lado de medidas de solidariedade, desenvolvidas sob o impulso do estado, as múltiplas iniciativas provenientes da sociedade civil (Chevallier, 1992, pp. 6-7) com expressão coletiva, através das diferentes associações que defendem determinadas causas de forma solidária para com os outros que podem ser portadores de algum tipo de sofrimento, sendo estes por vezes visibilizados e entendidos como vítimas.

A este propósito, convém ainda salientar que a solidariedade atual apresenta-se também como uma decorrência evolutiva da piedade para a compaixão<sup>50</sup>, centrada em grande parte nos pressupostos constituintes de uma sociedade, apelidada por Erner, como uma “sociedade de vítimas”, dando lugar à construção da categoria social de vítima<sup>51</sup>, consequência de um sistema que se construiu em torno deste conceito (2006, p. 17).

Perante a ideia supra, é conveniente desconstruir concetualmente o que é uma “vítima” e uma “sociedade de vítimas”, para podermos compreender e situar estas definições dentro da lógica expositiva sobre o sofrimento humano.

O conceito de “vítima” é uma construção social que “designa toda a condição percebida como insuportável para a nossa época. Dor física, sofrimento social ou psicológico, ligado ou não a um traumatismo...”, por “sociedade de vítimas” (para o autor o conceito incorpora alguma ambiguidade) configura o pequeno grupo de indivíduos reunidos pelo seu sofrimento, que a sociedade acolhe (Erner, 2006, pp. 10-11).

---

<sup>50</sup> A piedade dá lugar à compaixão em resultado da transposição das sociedades religiosas para as sociedades laicas e democráticas, pois onde nas primeiras a piedade tinha como expressão a caridade, nas segundas, em virtude de os homens verem os outros como iguais a si mesmos, o sofrimento destes promovia um sentimento de compaixão pela dor do seu semelhante.

<sup>51</sup> Para Erner, apesar de nada *a priori* predestinar as pessoas nos seus sofrimentos heterogéneos, com histórias e percursos de vida distintos, todas elas na nossa sociedade atual são tratadas de igual forma, dando assim lugar ao nascimento da sociedade das vítimas, onde o olhar do outro joga um papel determinante na sua definição, pois não existem normas biológicas ou psicológicas que permitam distinguir / definir as suas características (2006, p. 17).

Esta categoria social assim definida apresenta as vítimas como possuidoras de um estatuto próprio, específico e sobre as quais recai, quase sempre, um sentimento de compaixão que está por vezes na génese de O.N.G's e associações que transportam consigo uma certa opinião pública consentânea com o quotidiano do sofrimento. É esta conjugação objetiva que constitui a “sociedade das vítimas” (Erner, 2006).

Após esta abordagem, impõe-se desde já uma questão: poder-se-ão apresentar os indivíduos, cujo sofrimento é motivado pelas alterações climáticas e decorrentes impactos ambientais, ou pela infeção por VIH, ou ainda pela perda de um ser íntimo, como vítimas?

Se assim as definirmos, devemos desde já referenciar que a análise de Erner (2006) sobre as vítimas é redutora, pois apresenta-as como objeto das diversas formas de ação, não consubstanciando, para o exercício reflexivo, as devidas competências que lhes estão associadas e que são por elas invariavelmente acionadas na defesa de um «bem comum» (Boltanski, 1990). A este respeito, Ricoeur (1995) refere que, ao tornar-se fonte de moralidade, “o «outro» é promovido ao estatuto de objeto de cuidado”, na justa medida da sua visível ou aparente “fragilidade e vulnerabilidade”.

E é no seguimento das notas deixadas por Ricoeur que Breviglieri chama a atenção para a necessidade de a Sociologia Pragmática entrar em linha de conta com situações onde atores vulneráveis, justamente pelas experiências que envolvem a sua vulnerabilidade, suspendem, evitam ou mesmo recusam agir, não demandando pelos seus direitos ou não reclamando pelas injustiças a que se encontram submetidos. Assim acontece, por exemplo, quando “os laços afetivos familiares são desfeitos” e, estando enfraquecida esta primeira garantia do ser como poder ser, “o social é posto em causa porque o investimento no mundo e na existência, e porque o envolvimento a partir do comum, são questionados no limite do que eles exigem do homem”. Neste sentido, “a manutenção de si é tão menos assegurada, quando se desfaz o espaço afetivo e material do espaço do habitado, quanto as estruturas antropológicas do espaço coletivo são mais individualizantes e autonomistas, menos protetoras e sustentáveis” (Breviglieri, 2012: 43). Os limites capacitantes dos atores, que experienciam ocorrências de radical dor e sofrimento, permitem que consideremos o espaço habitado, nas arenas públicas ou no espaço mais familiar, como questão a ter em consideração na análise de regimes de envolvimento que requerem pacatez, ou mesmo encobrimento de qualquer espécie de



publicitação. Isto é por hábito acontecer quando os espaços públicos não são tidos como confortáveis, como contextos onde a garantia e a proteção de si, mesmo não estando de todo sob ameaça, suscitam dúvidas e inquietações entre os seres que experimentam ou vivenciam em circunstâncias, umas com consequências mais efêmeras, outras com efeitos mais prolongados, portadoras de sofrimento físico e/ou emocional. No limite destas experiências os seres recusam participar, isto é, não se dispõem a uma exposição no espaço público (Resende, 2009, 2017).

Assim, nesta linha de raciocínio e na sequência da questão anterior, impõe-se a seguinte pergunta: que tipo de competências, regimes de ação e de envolvimento são acionados pelos atores vulneráveis, em que cenários e qual o fim último? Convém, porém, salientar desde logo que a figura conceitual de “vítima” de Erner é aqui substituída pela figura de vulnerável.

Na pesquisa aparece associada aos indivíduos na figura da sua pessoa (Karsenti, 2006), que se constituem ou como atores capacitantes ou como atores indisponíveis a participar por não deterem recursos para essa mobilização ou por não estarem dispostos a se envolverem em espaços concebidos como inóspitos ou povoados por seres e objetos que se lhes apresentam como inquietáveis, isto é, suscetíveis de experiências desconfortantes. No primeiro caso, estes podem envolver-se, participando, mas assumindo lugares de não destaque no espaço público, resguardados dos olhares dos outros, particularmente, de quem assiste virtualmente ao espetáculo do sofrimento. Manifestam-se então de maneira mais simbólica, na constituição de comités de defesa e de denúncia pública, através da distribuição de panfletos ou de atos públicos de insubordinação menos visível ou de transgressão de determinados regulamentos (Boltanski, 1990, p. 323), ou na subscrição de petições públicas.

São formas capacitantes que evitam uma exposição prolongada no espaço público, acionando ações capacitárias de esquiva, fugidias, ou mesmo de evitamento, escapando à fixação dos olhares de terceiros. Hesitam ou não se decidem a comparecer nos momentos mais efervescentes dos movimentos organizados pelas associações às quais se encontram ligados, justamente porque temem pela sua imperícia na colocação da voz, por exemplo, como veículo para tornar audíveis as suas reclamações, denúncias, protestos. Outros não aparecem ou não comparecem às convocatórias; não respondem aos apelos de mobilização. Resguardam-se não por razões ligadas à despolitização das

suas convicções, ou como consequência da alienação. Não estão presencialmente em manifestações ou em outras movimentações públicas porque sentem o lado desconfortável do espaço, que é para eles concebido como inabitável. Outros ainda sentem a repulsa de o seu ser, do seu corpo, ser objeto de intervenção pública, ou pela enfermidade nele espelhada, ou por um outro motivo que pretendem ocultar recorrendo ao segredo (Simmel, 2013).

A resposta a esta pergunta é apresentada através dos dados recolhidos junto dos voluntários das organizações selecionadas nesta investigação (Quercus, Abraço e APELO), e permite-nos compreender quais os fatores que estão subjacentes à sua mobilização ou não (concebida como exposição ao público) para o desenvolvimento de uma ação voluntária para com aqueles que têm um determinado tipo de sofrimento e que, em alguns casos, é partilhado por eles.

A pertinência da compreensão das lógicas subjacentes ao conjunto de mobilizações e disputas, associadas às causas e problemas comuns desta pesquisa, torna possível retirar ilações objetivas junto das organizações associativas, que de diferentes modos se constituíram e avaliaram uma questão ou causa pública, podendo ter suscitando por vezes conflitos no âmbito dos seus projetos de concretização (Thévenot, 2001b).

A relação que pode ser estabelecida entre vítima *versus* injustiça, em que alguém ou um grupo pode ser percebido como sofrendor de uma ação vista como não justa, deve ser clarificada no âmbito de todos os processos de compaixão social e de vitimização, podendo, no entanto, esta correlação estar na origem de uma outra, vitimização *versus* humanismo, em que o homem é o centro da atenção e de cujo sentido do humano da análise decorrerá uma putativa ação correspondente.

Destarte, perante o exposto, poderemos começar a perspetivar a solidariedade como algo que vai ter, eventualmente ou não, implicações diretas na ação dos indivíduos de uma determinada sociedade no sentido de se mobilizarem, quando perante o sofrimento humano se indignarem e puderem denunciar publicamente através de instrumentos e mecanismos apropriados, por si constituídos e ajustadamente acionados.

Perante o supracitado, a solidariedade poder-se-á considerar como um bem só passível de ser obtido e atingível através da ação individual dos sujeitos que fazem parte

de uma sociedade. O acto de ser solidário é um valor em si mesmo, que assenta numa convicção, estando implícito o respeito pelo outro, o cumprimento de um dever e que só será alcançável através da conjugação e da composição, num vai vem entre agir e refletir. Como valor moral, a solidariedade tem que ser experimentada e não simplesmente percebida ou apreendida. É por isso que a solidariedade, enquanto expressão política, exprime também questões morais e normativas.

As formas de solidariedade assumidas socialmente podem estar presentes nos diferentes registos de envolvimento individual dos voluntários que integram organizações ligadas à defesa de causas como o VIH/SIDA, ambiente e às questões relacionadas com o luto. Esta linha de análise será retomada quando nos debruçarmos na interpretação dos regimes de envolvimento dos voluntários, no quadro da sociologia pragmática, decorrentes do estudo efetuado nas diferentes organizações em que recai esta investigação.

## CAPITULO IV: MAPEAMENTO DAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA

### IV.1. Movimentos sociais e análises sociológicas conexas

Neste capítulo, vamos sistematizar as especificidades dos movimentos sociais, cuja definição se reveste de grande complexidade, para que sejam compreendidos na sua diversidade ao nível das formas de ação conjunta como projeto voluntário, que assentam numa dimensão cultural responsável pela construção de identidades e de universos simbólicos, constituindo-se como um mecanismo de protesto e de expressão do descontentamento ligado a sentimentos de injustiça, em que se manifestam convergências entre uma pluralidade de individualidades e intenções múltiplas de cooperação (Neveu, 2008, p.p. 6-7).

Destarte, para uma melhor e mais completa compreensão deste exercício expositivo das atuais disposições de mobilização no espaço nacional e de acordo com o atrás referido, configura-se-nos como extremamente importante que incidamos antecipadamente o nosso enfoque, ainda que de forma não exaustiva, sobre os principais paradigmas que a sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva tem desenvolvido.

A que nos poderemos estar a referir quando nos confrontamos com um objeto de estudo como é o caso dos movimentos sociais? Apesar da diversidade e complexidão analítica que os paradigmas teóricos atribuem aos movimentos sociais, devemos numa primeira abordagem desconstruir o conceito, ainda que de uma forma minimalista segundo Cefai:

Um movimento social é uma ação coletiva que é dirigida por um desejo de promover o bem público ou de um mal público a evitar, e dá-se combatendo os opositores, a fim de tornar possíveis os processos de participação, e redistribuição ou de reconhecimento [...] não se limitam às reivindicações particularistas, mas à pretensão de alcançar bens que sejam benéfico para muitos, senão

para todos. São animados por um desejo de liberdade política ou de justiça social, de igualdade de oportunidades e de luta contra a indecência da redistribuição das riquezas ou de reconhecimento das diferenças (2007, p. 15).

No decurso da pertinência da análise dos movimentos sociais, a qual se nos apresenta como um fator fundamental que nos permitirá conhecer paralelamente os contornos da ação efetuada por estes, torna-se, pois, necessário compreender e explicar conceptualmente a ação coletiva. Segundo Neveu, esta apresenta diferentes dimensões que se situam entre “uma ação conjunta como projeto voluntário”, que se manifesta pela “agregação dos comportamentos individuais sem intenção de coordenação”, e uma “ação concertada em favor de uma causa”, que se expressa como uma “ação conjunta intencional [...] dentro de uma lógica de reivindicação, de defesa de um interesse material ou de uma «causa» ” (2005, pp. 6-10). Para Cefaï, esta desenvolve-se através de “[...] toda a tentativa de constituição de um coletivo mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que procuram alcançar um objetivo partilhado, em contextos de cooperação e de competição com outros coletivos” (2007, p. 8).

Para o mesmo autor, (Cefaï, 2007, pp. 8-14), alguns dos pressupostos subjacentes à sua análise remetem-nos para a identificação da ação coletiva como uma «ação conjunta» ou uma «ação concertada», que implicará por parte dos sujeitos envolvidos uma determinada «vontade», «consciência» e «razão» e a necessidade de saber de que tipo são essas suas intenções minimamente conscientes e racionais, como também a necessidade de definir se a temporalidade e o espaço que ocupam as ações coletivas se circunscrevem ao «aqui e agora» ou se correlacionam com acontecimentos de outros espaços e tempos distintos, em que estão implicados outros «coletivos» com relações variáveis de «cooperação» e de «competição».

Tomando este referencial conceptual como ponto de partida desta nossa análise, podemos referenciar que o estudo sociológico dos movimentos sociais está indelevelmente associado aos primeiros movimentos operários e socialistas dos finais do século XIX, como atores principais de um sistema de ação histórica das sociedades industriais do ocidente, cujos conflitos sociais estiveram eminentemente centrados num processo de luta na defesa de direitos laborais e económicos (distribuição dos rendimentos) e principalmente de contestação social contra a sociedade capitalista (Touraine, 1965, p. 284). Poder-se-á ainda acrescentar, de acordo com Nunes, que a

reflexão, o debate e a análise sobre movimentos sociais foi apresentando outro tipo de importância, distanciando-se um pouco daquelas que eram assumidas nas décadas de 60 e de 70, para a partir da década de 90 até atualidade ser feita uma análise crítica sobre os “paradigmas dominantes” no que concerne às abordagens macroestruturais dos movimentos, centrando-se agora mais em contributos científicos de nível microssocial, não deixando estes todavia de continuarem a ser condicionados pelos seus enfoques (Nunes, 2014).

Ao longo dos últimos anos, e segundo (Jasper, 2012) à medida que as diferentes análises se movem de uma vertente macroestrutural para uma mais microcultural (citado em Nunes, 2014, p. 133), as análises do significado conceptual de movimento social e de novas propostas sobre a sua definição parecem ir perdendo centralidade nas abordagens sobre os movimentos sociais. Um debate importante é se estas tendências poderão estar, por um lado, a construir caminhos de análise que transformam as abordagens tradicionais da noção de movimento social ou se, por outro, a utilização da sua terminologia conceptual estará a ser preterida na análise dos processos de ação coletiva contemporâneos.

As mudanças operadas no conceito de movimento social estão indelevelmente enquadradas pelos debates consagrados aos movimentos “alter globalização”. Pois neste sentido e de acordo com (Jasper, 2012; McDonald, 2004, 2006 e Goodwin, Jasper e Poletta, 2000) (citados em Nunes, 2014, p. 141),

O objetivo principal destas reflexões não é o de analisar os fatores macroestruturais que explicam o surgimento dos protestos, mas evidenciar o estudo das “microfundamentações” da ação política e social. O seu propósito não é tanto perspetivar os movimentos sociais como os principais atores da transformação social e cultural ou como as mudanças nos sistemas políticos institucionais os influenciam, ou ainda distinguir o “movimento social” de outras formas de protesto, mas sobretudo sublinhar a importância da *afirmação da subjetividade identitária e da expressão da identidade individual*, das *redes ou dos compromissos individualizados*, ou das

*emoções* no desenvolvimento da ação coletiva contemporânea, características que, quando enfatizadas no estudo dos movimentos sociais, parecem ser contraditórias com o atributo de “coletivo” que normalmente lhes está associado.

Estas formas de mobilização coletiva, que contribuíram em certa medida para o engrandecimento da construção da ordem social, poderão simultaneamente ter minimizado os constrangimentos a elas associados, em virtude do resultado da amplitude e complexidade das transformações sociais ocorridas em vários domínios das sociedades, dando lugar a diferentes análises sociológicas à luz do Projeto Imaginado de Modernidade<sup>52</sup> (Duarte, 2008). Contextualizado geograficamente na Europa Ocidental, este contempla, segundo Wagner (1996), a análise de vários períodos desde o final do Antigo Regime/Época das Luzes até à contemporaneidade (*modernidade liberal restrita* - século XVIII a XIX; *modernidade organizada* – século XIX a 1960; *modernidade liberal alargada / tardia / reflexiva* – 1960 à atualidade).

O paradigma da modernidade decorre das vivências num mundo marcado por acentuados processos de mudança de cariz tecnológico, que vão influenciando significativamente as relações sociais dos indivíduos, originando tensões, conflitos, divisões e roturas sociais, convocando, por um lado, os indivíduos a “controlar” de uma forma melhorada os seus destinos e, por outro, proporcionar a construção de “calendários de vida” que podem consubstanciar-se em diferentes formas de ação coletiva, enformados sob o domínio da reflexividade (Giddens, 2001, pp. 75-79).

Convém, no entanto, sublinhar que, no decurso desta análise da modernidade proposta por Giddens, a “questão social” muitas vezes interpretada como a “questão operária” (Touraine, 2000, p. 284) em virtude das suas características, vem promover de forma mais intensa na arena social do século XIX, um maior número de iniciativas

---

<sup>52</sup> A Modernidade pode entender-se “como o equivalente tosco de mundo industrializado”, apresentando este conceito duas dimensões; o industrialismo, visto como o “eixo institucional da modernidade” referente “às relações sociais implicadas no uso generalizado da energia mecânica e das máquinas nos processos de produção” e o capitalismo enquanto “sistema de produção de mercadorias que implica tanto mercados concorrenciais de produtos quanto a mercadorização da força de trabalho” (Giddens, 2001, p. 13).

visando uma coletivização da ação de disputa por justiça<sup>53</sup> em torno de um «bem comum».

A afirmação da “questão social” entre o século XIX e os anos sessenta, presente já nas sociedades pré-industriais, e que traduz o movimento das classes trabalhadoras em luta pelos direitos de liberdade e igualdade, é “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e tenta conjurar o risco da sua fratura.” Constitui-se como um “desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade” na prossecução de uma existência como “um conjunto ligado por relações de interdependência” (Castel, 2006, p. 25-26).

Esta situação de certo modo insolúvel, que as sociedades alicerçadas na troca da força de trabalho experimentam<sup>54</sup>, origina situações de miséria, pauperismo, indigência, desmoralização em massa, resultantes das contingências da degradação da condição do trabalho assalariado, não tendo estes trabalhadores formas de proteção contra os riscos sociais, pois para além da referida força de trabalho nada possuíam para troca.

A “questão social” ao apresentar uma proporcionalidade preocupante para a sociedade configura-se, porém, como a parte de um todo ligado às condições de existência das populações, em que foram simultaneamente “agentes e vítimas da revolução industrial” (Castel, 2006, p. 25).

Os comportamentos de indigência e vagabundagem (já existentes anteriormente a este período), agravados com o desenvolvimento da sociedade liberal (onde parece haver uma rutura entre a “ordem jurídico-política” – enformada nos direitos dos cidadãos – e a “ordem económica”), vão desenvolver um clima de tensão social, colocando em risco este tipo de estrutura societal.

Este “hiato”, entre o domínio político e o domínio económico, vai possibilitar determinar de uma maneira mais concreta o domínio do “social” (convém salientar que a determinação do social é anterior), que se situa na conjugação do desdobramento dos dois primeiros domínios, tornando-se a “questão social” como “a questão do lugar que

---

<sup>53</sup> As «disputas por justiça» configuram-se em cenas da vida nas quais as pessoas, em desacordo, se apoiam em diferentes princípios de justificação para argumentar o seu ponto de vista e eventualmente encontrar a forma de um acordo legítimo em que o fundamento do sentido de justiça é a referência a uma humanidade comum e o reconhecimento do bem comum (Boltanski e Thévenot, 1991, pp. 182-183).

<sup>54</sup> Fazendo o autor possivelmente uma alusão às novas configurações da sociedade salarial, que decorrem de uma metamorfose da “questão social” original (Castel, 2006, p. 25-26).



as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial” (Castel, 2006, pp. 25-26).

A resposta à questão social passou pela organização de um leque de “dispositivos” visando a integração destes trabalhadores, nomeadamente uma certa regulação da “manutenção da organização do trabalho” e da “mobilidade dos trabalhadores” (Castel, 2006, p. 26).

Esta iniciativa é também sustentada, ao longo deste período até à década de sessenta (tempo do movimento operário), por associações de índole diversa, tais como: mutualidades; cooperativas de produção e consumo; coletividades de cultura desporto e recreio; sindicatos e partidos de classe, e sobre a qual vai configurar a “base da sociedade salarial moderna”, que emerge do desenvolvimento de um conjunto de proteções anteriores e que culmina em fortes sistemas de proteção social, garantidos pelo Estado Social.

Estas primeiras manifestações de ação coletiva centradas na distribuição dos rendimentos e na segurança, que sociologicamente se enquadram num paradigma de cariz essencialmente político, irão dar lugar a outras formas de expressão coletiva.

No sentido de interpretar e explicar as formas da ação coletiva, foram-se desenvolvendo diferentes quadros teóricos dos quais destacamos quatro grandes correntes com maior preponderância científica até aos anos 80 (Vide Fillieule & Péchu, 1993; Guerra, 2006; Cefai, 2007; Neveu, 2008).

Em primeiro lugar, surge o conjunto das teorias do comportamento coletivo (*collective behavior*) de matriz funcionalista, que apresentaram uma grande diversidade de enunciados científicos para compreender e clarificar as formas de associação e mobilização de acordo com os fundamentos macrossociológicos ou psicossociológicos em que se apoiavam.

Ligadas à tradição da escola de Chicago, onde Park e Blumer aparecem como os seus maiores representantes, estas teorias incidem inicialmente a sua análise numa “clarificação das mobilizações através de uma psicologia da frustração social, tendo em conta o poder explosivo das aspirações e dos desejos frustrados”, através dos estudos sobre a «psicologia da multidão», onde o comportamento coletivo é explicado através dos conceitos de «contágio» e «imitação» (Neveu, 2008, p. 37-38). Tarde e Le Bon

apesar de não pertencerem à Escola de Chicago, antecederam e influenciaram com as suas teorias esta Escola Americana.

Tarde desenvolveu estudos de psicologia social centrados na questão de uma sociedade de imitação, dos quais se destaca a ideia que “os públicos são fruto da escolarização e alfabetização das multidões” (Cefaï, 2007, p. 57), desenvolvendo a este respeito um sistema de contradições de carácter entre públicos e multidões, estabelecendo as “bases para uma abordagem interacionista tanto do comportamento coletivo como da opinião pública” (Cefaï, 2007, p. 57)

Le Bon constitui-se como o “principal divulgador dos temas da mentalidade primitiva das multidões” (Cefaï, 2007, p. 55) que, segundo ele, apresentavam uma “incapacidade de razão e de julgamento” (Cefaï, 2007, p. 55) devido à sua «unidade mental» e «inconsciência hipnótica». Poderá ser considerado como um autor de referência dentro deste grupo de teorias, pois grande parte dos seus conceitos foram utilizados por outros autores, nomeadamente Taine e a sua “conceção pessimista da natureza humana como resultado de um darwinismo desencantado” (Fillieule & Péchu, 1993, p. 36) e por Tarde com a “ideia de aplicar as leis da sugestão hipnótica aos comportamentos da multidão” (Fillieule & Péchu, 1993, p. 36).

Sendo Park um dos primeiros autores a utilizar o termo «comportamento coletivo», considerava a mudança social como resultado da ação desse tipo de comportamento, definindo-o como “esses fenómenos que exprimem de maneira mais evidente e elementar os processos pelos quais as sociedades se desintegram e reduzem aos seus elementos constitutivos e os processos pelos quais estes elementos são ligados novamente em novas relações para formar novas organizações e novas sociedades” (Burgess & Park, 1921, como citado em Fillieule & Péchu, 1993, p. 42), para ele quer a opinião pública, quer o comportamento coletivo “foram as figuras gémeas da comunidade na tomada de decisões” (Cefaï, 2007, p. 79).

Blumer surge numa fase ulterior deste grupo de teorias, fiel à perspectiva de Park, do qual tinha sido seu aluno, apesar de aplicar o “princípio do comportamento de multidão a uma lógica de «contágio»” (Neveu, 2008, p. 38), passa de uma “conceção da «irracionalidade» dos comportamentos da multidão ao reconhecimento da influência da cultura nas formas de mobilização” (Guerra, 2006, p. 62), efetuando assim uma relevante análise teórico-concetual entre multidão e público, pois para este autor:

[...] face a uma situação problemática os indivíduos têm perspectivas divergentes de definição e de resolução envolvendo-se em discussões sobre o conflito sobre a forma de o analisar e resolver. Estes indivíduos não obedecem a uma regra antecipadamente prescrita pela sociedade, eles não imitam de forma mecânica como um rebanho (multidão) e não convergem espontaneamente das suas escolhas pessoais (massa). (Cefaï, 2007, pp. 54-60).

Para Cefaï (2007), estas discussões ou debates entre indivíduos originam, através da transmissão de ideias e emoções, a constituição de «correntes de opinião» sempre ameaçadas por lobbies ou «grupos de interesse» que tentam manipular a opinião pública através de diferentes formas de propaganda. Neste sentido, estas «correntes de opinião» devem ser interpretadas como públicos distintos em que cada um deles conjuga e partilha entre os seus elementos um conjunto de opiniões minimamente comuns sobre determinadas problemáticas.

Apesar de todos os contributos destes autores para as teorias do comportamento coletivo, estas são atualmente pouco representativas nos estudos da ação coletiva em virtude do “estatuto de marginalidade que dão às formas de organização coletiva” (Guerra, 2006, p. 64).

Posteriormente, com o eclodir de movimentos sociais organizados, nos Estados Unidos e na Europa, na defesa de causas como direitos cívicos, universitários, feministas e ecologistas, aparece um novo paradigma designado por teoria da mobilização de recursos (TMR), que “adota os postulados da teoria económica clássica sobre a racionalidade do ator e sobre os fatores de participação” (Fillieule & Péchu, 1993, p. 78), conjugando três perspectivas de acordo com a evolução temporal que este quadro teórico foi definindo e sistematizando sobre a ação coletiva, tais como a teoria dos jogos, a racionalidade económica da lógica da ação coletiva (paradoxo de Olson) e a racionalidade estratégica, de onde se destacam Oberschall, Crozier e Friedberg. O ponto unificador destas três abordagens é o “tratamento da atividade dos movimentos sociais como ideologicamente legítima e resultante de comportamentos voluntários e intencionais” (Fillieule & Péchu, 1993, p. 79), cujo compromisso dos sujeitos com as «organizações de movimento social» tem como sentido obter «bens coletivos indivisíveis», pois “antecipam utilidades subjetivas ou de benefícios privados como

resultado das suas ações” (Cefaï, 2007, p. 213). Por sua vez, as «organizações de movimento social» desenvolvem ações no sentido de conferir novos bens aos seus clientes, numa arena pública interpretada como um mercado em que existe uma «indústria do movimento social» (Cefaï, 2007).

A teoria dos jogos (Von Neuman e Morgenstern) afigura uma determinada importância para a análise e compreensão da ação coletiva, na medida em que define a ação do sujeito como sendo racional e útil para o mesmo, enquadrando-se na ideia de que a decisão da ação dos sujeitos não se realiza num “vazio social, mas num ambiente racional e transacional, de difícil previsão” (Guerra, 2006, p. 67).

A racionalidade económica da lógica da ação coletiva, produzida por Olson, conjugou o raciocínio económico da teoria dos jogos com contributos de natureza sociológica e de ciência política nas abordagens em termos de «escolha racional», distinguindo a racionalidade individual da racionalidade coletiva, da qual decorre consequentemente uma descontinuidade sociológica entre ação individual e ação coletiva, destacando os limites da decisão e realçando a perversidade da inexistência de interação entre os sujeitos com o «dilema do prisioneiro» (Cefaï, 2007; Guerra, 2006).

Partindo da «racionalidade do ator», Olson colocou em evidência na sua análise o interesse individual do sujeito, o qual na maioria das situações adota uma estratégia de «ticket gratuit», ou seja, mesmo tendo interesse na obtenção de um determinado benefício, não se associará nem agirá coletivamente (num determinado grupo com finalidades e objetivos claramente definidos na prossecução de um «bem comum»), deixando que outros os façam por si, usufruindo também e, deste modo, dentro de uma lógica de «consumidor egoísta», de um bem fruto da ação desenvolvida pelos outros, que recairá ou estará disponível sobre e para todos os elementos de um grupo<sup>55</sup>.

Perante este quadro de ação individual, convém, no entanto, determinar a perspetiva de Olson sobre os possíveis cenários da relação entre sujeito e organização, quando refere:

---

<sup>55</sup> A este propósito, para Olson e de acordo com Ferreira, Marques, Peixoto e Raposo (1996 p. 169), um grupo “não é necessariamente uma entidade orgânica, isto é, a existência de um grupo não implica que tenha de existir uma associação ou qualquer outro tipo de organização que represente os seus interesses. Por exemplo, os consumidores são um grupo, pois têm um conjunto de interesses comuns [...]”.

Atingem-se metas puramente pessoais e individuais, de forma mais rápida e geralmente mais eficiente, pela ação individual, não organizada. Não se justifica, obviamente, uma organização, se a ação individual não organizada pode servir os interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que a organização [...]. Porém, quando um determinado número de indivíduos tem um interesse comum ou coletivo – quando todos partilham uma única proposta ou objetivo – a ação individual e não organizada [...] não terá capacidade para avançar minimamente para o interesse comum ou, pelo menos, não terá capacidade para o fazer adequadamente (1998, p. 7).

Uma outra teoria designada por abordagem estratégica foi desenvolvida por Crozier e Friedberg. Estes autores comungam na “natureza racional da ação humana”, em que a ação coletiva é interpretada como uma “construção social” e, nesse sentido, o indivíduo age dentro de uma determinada liberdade” independentemente dos “constrangimentos do sistema” e, por conseguinte, o sujeito detém uma “racionalidade limitada”. Essa limitação, para a autora, inscreve-se em três ordens de razão, a saber: “age no contexto de um sistema de ação que não conhece integralmente; não domina os impactes provocados pela sua ação; e está sujeito aos constrangimentos que advêm do próprio sistema de ação” (Guerra, 2006, p. 70).

Um outro paradigma da ação coletiva é a teoria dos novos movimentos sociais (NMS), que incidem fundamentalmente nas questões da cultura, da identidade e da autonomia (direitos humanos, ambiente).

Esta teoria é fundamentada teoricamente por um vasto leque de autores, nomeadamente Touraine, Melucci, Pizzorno, Habermas e Offe.

Segundo Touraine (1965), o paradigma do conjunto das questões ligadas ao mundo industrial e operário, que originaram os primeiros movimentos, encontra-se atualmente numa fase de crescimento e de mudança acelerada. Assim, para o autor, as transformações que foram sendo operadas na parte industrializada do mundo tiveram repercussões nos movimentos sociais, pois estes estavam ainda desfasados, ou seja, um pouco atrasados em novas formas de produção e de organização. Porém, verifica-se que,

nos dias de hoje, existem na mesma medida muito mais ideias e mais condutas novas no que concerne às práticas técnicas e culturais, como na ação coletiva. Convém salientar que Touraine define movimento social como um binómio que incorpora simultaneamente um conflito social e um projeto cultural. Este conceito inclui uma diversidade de crenças e orientações, ajustando também determinados princípios como a identidade, oposição e totalidade (1994). Os (NMS) para Touraine centram atualmente a sua ação na defesa de uma igualdade cultural em sociedades onde impera uma determinada desorganização social, concomitantemente com problemas associados à destruição e degradação ambiental (1999).

Segundo Melucci (2000), os movimentos sociais devem ser entendidos como sendo uma especificidade fenomenológica ligada a classes sociais, implicando na sua ação um determinado conflito, solidariedade e uma rotura com o sistema.

Claus Offe (1985) faz uma análise centrada numa alteração ou desenvolvimento relativamente ao paradigma político dominante nas sociedades, especificando que, inicialmente, este incidia fundamentalmente na segurança e na distribuição dos recursos e, posteriormente (onde se incluem os Novos Movimentos Sociais), o paradigma recai em aspetos relacionados com a autonomia dos cidadãos e com a sua identidade.

Para este autor, existe, da confrontação entre o paradigma da mobilização de recursos e o paradigma dos novos movimentos sociais, quatro categorias diferenciais entre elas, no que concerne aos atores, reivindicações, valores e modos de ação. Assim, enquanto que, segundo o paradigma da mobilização de recursos relativamente aos atores, estes não agem com os interesses do grupo, podendo chegar ao conflito, nesta matéria os atores socioeconómicos (NMS) não agem da mesma forma. No que concerne às reivindicações, o paradigma da mobilização de recursos defende o crescimento económico-social e o controle social, enquanto que os (NMS) utilizam a defesa dos direitos humanos e a preservação da paz. No que aos valores diz respeito, o primeiro paradigma enquadra-se em valores de consumo e progresso material, o que, por sua vez e relativamente aos (NMS), estes centralizam-se na autonomia e identidade dos sujeitos. Por último, quanto aos modos de ação, o paradigma da mobilização de recursos consigna os seus interesses em constituir organizações formais e de intermediação pluralista, o que antagonicamente é defendido pelos (NMS), pois para eles as estruturas devem ser informais conjugadas com ações de protesto (Offe, 1985).

Para Neveu, esta teoria (NMS) enquadra-se numa dupla dinâmica de mobilizações modernistas. Uma primeira ligada aos “frequentes ataques aos segmentos mais arcaicos das instituições políticas e sociais (hospitais psiquiátricos, prisões, instituições judiciárias e legislação relativa à sexualidade e ao aborto”, a segunda, mais centrada sobre as questões das identidades (movimento verde, anti-imperialismo e a abertura de espaços, como sejam cafés, em algumas ruas, nomeadamente em Londres e em Paris) (2005, p.67).

Os novos movimentos sociais, segundo Guerra, são geradores de novas identidades e valores sociais, que se propõem a constituir “espaços de reconhecimento e representação, inventores de espaços de autonomia e de experimentação existencial”, gerando identidades coletivas e solidariedades diversas (2006, p.74).

Por último, apresentamos a teoria dos «quadros»<sup>56</sup>, também designada por *frame theory*<sup>57</sup>, que começa a ser desenvolvida por Erving Goffman na sua obra «*Frame Analysis*». Este autor apresenta críticas a todos os paradigmas anteriores, pois esses «quadros de referência» têm uma determinada influência nos sujeitos, cujas “formas de construção social da realidade do mundo”, nomeadamente os valores e as representações, “recaem sobre a ação e o pensamento” dos indivíduos. (Guerra, 2006, p. 82).

Para esta autora, são dotados de significação que lhes advém dos diferentes contextos de interação, permitindo-lhes compreender os fatores inerentes às formas de mobilização, não se circunscrevendo, antes pelo contrário, a princípios e a valores.

---

<sup>56</sup> Deve ser entendido como operações de «quadro» de acordo com Goffman, como “um dispositivo cognitivo e prático de organização de experiência social que nos permite compreender o que vem e participa”. Snow reintroduz no conceito de «quadro», no âmbito do que designa de *frame perspective*, uma dimensão «cognitiva», «simbólica» e «cultural» nos estudos que realiza sobre movimentos de ação coletiva. Os «quadros» “absorvem todas as atividades públicas de produção, de circulação e de receção de sentidos...enquadram o estatuto uniforme de «instrumentos» de «construção cognitiva» da realidade, desligando-se dos seus lugares de ação e de interação” (Cefaï, 2007, pp. 555 - 556).

<sup>57</sup> Este mais recente conceito ligado ao estudo dos movimentos sociais, designado por «*frame*», analisa os processos de alinhamento, os aspetos mais significantes e discursivos das interações “no interior dos movimentos, entre movimentos e de outros atores organizados (adversários, elites, ...públicos, movimentos contrários)” e no interior do campo / espaço em que se confrontam, contrastando com a análise tradicional dos movimentos como “portadores de crenças e de significações preexistentes, classicamente contextualizados em termos ideológicos”. No âmbito deste conceito, os movimentos sociais traduzem-se como «agentes significantes» que se encontram “ligados nas atividades de produção, manutenção e recondução do sentido para os seus parceiros, opositores e simpatizantes”, estando implicados numa «política de significação» (Snow, 2001, pp. 27-33).

Porém, o “trabalho de significação” apresenta uma dificuldade, na medida em que só pode ser analisado de acordo com uma “perspetiva estratégica” mais distante da *Frame Analysis* de Goffman e mais próxima da *Strategic Interaction* do mesmo autor, sendo que para Cefaï e Trom a *Frame Theory* aproxima-se mais da Teoria da Mobilização de Recursos do que pode aparentar. Assim, os “recursos simbólicos” parecem ser “acionados pelos líderes dos movimentos, numa lógica de organização dos meios para atingir os fins”, não deixando, contudo, na sua conceção instrumental de fazer diminuir o “interesse sociológico pelas interpretações e pelo sentido subjetivo dos atores nas suas mobilizações” (Guerra, 2006, p. 87).

Segundo Cefaï, Goffman tem na sua teoria uma vertente pragmatista, na medida em que esta “tem pouco a ver com a ideia de que os atores estratégicos utilizariam os instrumentos cognitivos para construir uma realidade social” (Cefaï, 2007, p. 559).

Deste modo, e tendo como referência os regimes de ação de Boltanski (1990), produz-se uma significação coletiva, agindo nos modos dos seus processos de enquadramento “como indivíduos, (...) acionando esquemas de interpretação do seu mundo de forma concertada” (Guerra, 2006, pp. 82 - 84).

O conceito de *Frame Analysis* foi retomado por Snow, no âmbito da sociologia da ação coletiva, dando origem a um vasto conjunto de investigações que a partir daí passaram a ser feitas, cujos quadros dominantes (*master frames*) estão intimamente ligados à análise de vários movimentos que se inscrevem num repertório de quadros, nomeadamente: “de justiça e de injustiça”; “de direitos cívicos”; “de pluralismo cultural”; “de justiça ecológica” e de “igualdade de oportunidades”, estando esta teoria, de acordo com Cefaï, orientada para uma estratégia teórica de «retorno à cultura», no âmbito da investigação sobre ação coletiva, fazendo regressar analiticamente a sociedade e o Estado, não descurando o conjunto das organizações e das “redes de defesa de uma causa pública” (Cefaï, 2001, p. 53).

Para Snow, os quadros enquanto definição incorporam também valores e crenças. Os valores recaem sobre a “igualdade, liberdade, justiça, direitos relacionados com a família etnicidade e propriedade, ... e as crenças com a avaliação da seriedade de um problema, de uma queixa ou de um conflito, a atribuição de relações de causalidade



ou de responsabilidade, ... o juízo da probabilidade sobre a eficácia de uma ação coletiva” (Cefaï, 2001, p. 55).

Gamson faz a distinção entre “quadros agregados”, “quadros de consenso” e “quadros de ação coletiva”, em que os primeiros incidem na sinalização de problemas sociais, os segundos visam a resolução dos problemas sociais numa lógica de coletivo e os terceiros subdividem-se em “quadros de injustiça”, onde denunciam e fazem queixa dos sujeitos ou organizações culpabilizáveis, e em “marcos de identidade”, que se pautam por uma relação conflituosa entre eles e nós. O autor acrescenta que as “funções das operações de enquadramento passam por definir uma situação como problemática e imaginar quais os meios para resolvê-la, por mobilizar os atores de um coletivo e justificar a sua posição aos oponentes”, ou seja, os sujeitos detêm capacidades de utilizar uma gramática justificativa e de usar os meios divulgação e comunicação mais adequados (citado em Cefaï, 2001, p. 55).

Snow, por sua vez, concebe o alinhamento dos quadros com as organizações, no âmbito de uma ação consciente e calculada por parte dos dirigentes associativos (chamando aqui o autor a atenção para uma possível linguagem utilizada pela Teoria da Mobilização dos Recursos) no sentido de mobilizar públicos que possam subscrever uma determinada linha ideológica ou um determinado alinhamento político, passando estas organizações a representar grupos de interesse ou de pressão através da mediatização das suas ações.

Algumas das dimensões que as dinâmicas de um movimento social podem apresentar, de acordo com Snow e Benford (citados em Cefaï, 2001, p. 58-59), são as seguintes: *frame bridging*, o movimento assume e articula problemas diferenciados, unificando os quadros de interpretação e de mobilização no âmbito de uma perspectiva programática; *frame amplification*, o movimento amplifica e clarifica os quadros, enquadrando as causas com valores que são potencialmente partilhados pelos sujeitos, denunciando os responsáveis pelas situações consideradas indignas ou injustas; *frame extension*, o movimento procura ampliar a sua plataforma de apoio através da integração de novos temas na sua gramática justificativa, ligando-os aos temas de reivindicação habitual; *frame transformation*, o movimento procura contrariar opiniões e juízos de valor com a difusão e justificação de novas práticas de ação, podendo aqui citar-se,

como exemplo, as discriminações de que os doentes seropositivos muitas vezes são alvo.

Segundo Cefaï (2001), poder-se-á fazer uma abordagem tripartida às operações de enquadramento. Assim, temos, em primeiro lugar, o enquadramento que se pode desdobrar em situações problemáticas quando uma causa influencia a opinião pública ou encontra detratores, o que quando tal sucede, somente a partir de uma análise rigorosa sobre as dinâmicas de crise é que as operações de enquadramento podem consubstanciar-se. Em segundo lugar, apresentam-se as operações de enquadramento de tipo dramatúrgico, aqui as ações coletivas são vividas como dramas públicos, tendo como pano de fundo cenários teatralizados (como exemplos temos as manifestações antinucleares e antiglobalização). Por último, temos uma abordagem narrativa sobre as operações de enquadramento, onde os relatos detêm um forte poder de configuração das ações (desenvolvidas ou a desenvolver) e das situações, ou seja, das ações em situação, em virtude do alcance da sua publicitação no espaço público, sendo conveniente salientar que a identificação das causas e dos motivos está regulada por restrições ou constrangimentos de ordem semântica, que poderão condicionar a publicitação das ações coletivas.

#### **IV.2. Movimentos sociais e mobilização associativa em Portugal – Como situações injustas e indignas edificam formas de mobilização e ação coletiva**

Após a análise dos quadros teóricos sobre os movimentos sociais, que referenciam alguns movimentos que foram determinantes para a compreensão da evolução da estrutura social atual, urge tentar compreender os comportamentos dos membros da sociedade civil e do Estado perante determinadas preocupações públicas e verificar em que medida a pluralidade de bens distintos à escala de um bem comum podem ser convocados pelos sujeitos nas arenas públicas (por exemplo, bens em si mesmo, como o direito à preservação da vida humana e da natureza). Ou seja, para perceber alguns dos contornos estruturantes dos atuais movimentos sociais, e mais particularmente dos movimentos associativos, torna-se pertinente analisar que

mecanismos e fatores históricos estão associados aos processos de constituição destes movimentos no espaço público.

Para uma compreensão e explicação inicial do que se deve entender por associativismo, recorreremos à etimologia do conceito. Assim, associativismo decorre das palavras associativo, associar e que deriva do latim «associāre», que tipifica “um sistema dos que se encontram unidos por um ideal ou objetivo comum, dos que pertencem a uma associação” (Casteleiro, 2001). Depreendemos, deste modo, que a prossecução de um fim comum, construído com base em quadros de uma ação coletiva na arena dos movimentos sociais e definida como “o conjunto de crenças e de significações orientadas para a ação...que inspiram e legitimam as atividades dos segmentos organizacionais de um movimento social” (Snow, 2003. p. 28), onde os indivíduos procuram dar resposta a um objetivo partilhado pelo coletivo.

O associativismo é uma atividade que, embora não tenha surgido na atualidade, é uma manifestação coletiva centenária que foi apresentando diferentes configurações e estruturas de acordo com fatores de índole política, económica, cultural e religiosa permitindo também que, no mesmo espaço-temporal, tal como sucede atualmente, exista uma convivência de diferentes conceções associativas: “tradicional ou revivalista”; “pragmática ou empresarial”; e “emergente” (nova tipologia) (Fernandes, 2003, p. 171).

Segundo Laville (2010), inicialmente o associativismo está intimamente ligado ao capitalismo (industrial) e a uma economia que dará lugar a uma dimensão solidária, contra a falta de dignidade dos cidadãos que são vítimas de exploração e à emergência da moderna democracia, em contraponto com a democracia grega, assente em critérios de justiça, liberdade e igualdade dos indivíduos consubstanciados pela cidadania, ou seja, a ação associativa encontra-se primordialmente ligada à complexidade e às interdependências entre as esferas política e económica. Para o autor, a socio-história das associações pode decompor-se em três períodos temporais, a saber: um primeiro tempo em que as criações associativas estão ligadas à instauração da democracia; num segundo período em que eclode o boom capitalista acompanhado por discriminações associativas; e um terceiro tempo coincidente com o alargamento da intervenção pública que vai permitir e induzir as integrações associativas.

Em síntese, podemos referenciar, de acordo com Laville (2010), que estes períodos incorporam respetivamente: a) *a democracia e as criações associativas* que incorpora o advento da economia política, os movimentos de emancipação e as associações como forma de reivindicação; b) *o capitalismo e discriminações associativas*, tempo no qual se assiste à invalidação das formas de organização popular, o pauperismo contra a igualdade (que opõe as autoridades nacionais às associações, desestruturando de forma prática e simbólica a economia moral tornando possível e concebível a moralização dos pobres) e a inflexão da filantropia (a eliminação de uma solidariedade pública no sentido de a substituir por uma solidariedade privada, incidindo o projeto filantrópico numa mudança amplificada por um sentido humanitário, em que os apelos endereçados aos poderes públicos passam a ser feitos junto de benfeitores notáveis), c) *o Estado Social e a integrações associativas*, período do surgimento da instituição do social (em que os direitos sociais vão progressivamente atenuar o profundo abismo entre os detentores do capital e os proletários), as diferenciações estatutárias (onde as lutas populares e as solicitações filantrópicas conduzem ao reconhecimento público das organizações, distinguindo cooperativas de mutualidades, estando as segundas vocacionadas para a função do socorro aos indivíduos em situações de doença, invalidez permanente ou morte) e, mais recentemente, a solidariedade democrática (a partir da segunda metade do século XX, coincidente com o fim da segunda guerra mundial<sup>58</sup>, em que em grande parte dos países, sobretudo na Europa, passa a existir uma generalização da proteção social como forma relevante de responsabilidade pública).

Uma outra perspetiva, esta mais específica de acordo com Tocqueville sobre as associações e o associativismo na sociedade americana, as associações nas suas formas de atuação sempre tiveram uma finalidade comum. Na análise comparativa que faz entre ingleses e americanos, refere que, para os “primeiros, a associação é um poderoso meio de ação, mas os outros parecem ver nela o único meio que dispõem para agir” (2007, pp. 602).

Este autor levanta uma questão deveras pertinente no sentido de se interrogar: se existe entre associações e igualdade uma relação necessária? Para ele, os cidadãos (nas

---

<sup>58</sup> A este propósito dever-se-á conferir o Tratado do Atlântico Norte.

sociedades democráticas) só conseguem conservar e deter poder se não se auxiliarem de forma livre, pois, apesar de serem independentes, são fracos na justa medida da sua incapacidade para empreender de forma isolada ou singular, podendo a independência que possuem ser posta em causa, correndo assim sérios riscos de a perderem se não se unissem para fins políticos com direito e gosto, acrescentando que “se não adquirissem o hábito de se associar na vida quotidiana, seria a própria civilização a ficar em perigo” (Tocqueville, 2007, pp. 602 – 603).

Para que, em sociedades democráticas, as associações detenham algum poder é necessário que os associados sejam em grande número. Contrapondo esta ideia do autor com os dados da realidade portuguesa que, mesmo tendo como referência a baixa participação em associações de voluntários associados como demonstram os estudos supracitados (Vala, Cabral & Ramos, 1999; Delicado, 2002; Serapioni, 2013), a simples participação neste tipo de organizações (mesmo sem ser de cariz político), é facilitadora de aquisição de informação, competências e influência sobre as decisões coletivas (Vala, Cabral & Ramos, 1999), o que demonstra já algum tipo de poder (não querendo entrar no conceito de poder desenvolvido por Max Weber, no âmbito da estratificação social / burocratização), o qual poderá influenciar, de forma mais ou menos incisiva, as decisões a tomar pela sociedade no seu conjunto.

Tocqueville interroga-se sobre se: o poder político poderia dar resposta à vastidão de empreendimentos executados pelos cidadãos? Ao que o próprio responde quando refere “o papel do poder social aumentará por isso progressivamente tornando-se a cada dia mais vasto em resultado dos seus próprios esforços”, reforçando o autor com esta ideia a importância que a sociedade civil detém de uma maneira geral e das associações de uma forma mais específica, acrescentando-se ainda que, se o governo saísse do seu espaço político para dar essas respostas de que a sociedade necessita, “estaria, involuntariamente a exercer uma tirania insuportável”, não devendo, por este conjunto de razões, agir sozinho (2007, pp. 603 - 604).

Esta perspetiva de Tocqueville faz sobressair a relevância das associações, pois, segundo ele, estas detém um poder que se vê, fala e escuta, e é também por estas razões que os sujeitos se procuram uns aos outros unindo-se, quando “concebem uma ideia ou um sentimento que procuram dar a conhecer e desenvolver” sendo potenciadoras, ainda que de forma artificial, da ação recíproca entre os sujeitos (2007, p. 604).

No sentido de termos uma compreensão complementar ao exposto sobre a dimensão sócio-histórica das associações, podemos, segundo Cefaï, Veiga & Mota, referir que:

Falar em associação não é somente focalizar os rituais e o imaginário, os universos simbólicos, as utopias cívicas e as denúncias públicas, mas estudar igualmente as formas sociais. As associações são *meios de sociabilidade e de socialização*: elas oferecem um observatório ideal a uma microsociologia das interações e das conversações. Permitem [...] ora ligando pessoas, ora impondo barreiras: elas aproximam e reatam, instituindo novos polos de existência coletiva [...] separam e muitas vezes excluem. Assim, as associações dissociam tanto quanto associam (2011, p. 13).

Após o exposto, uma pergunta pode e deve ser feita em torno de uma questão que nesta matéria se torna primordial. Como se constitui uma associação que tem na sua génese um movimento social que reivindique ou denuncie uma situação indigna ou injusta?

Cefaï, com o exemplo que relata sobre a associação *La Bellevilleuse*, permite-nos compreender a edificação de uma associação como consequência de um movimento de ação coletiva.

Assim, explica-nos que existem três fases essenciais para que tal aconteça. Em primeiro lugar um grupo de cidadãos indigna-se com a edificação, por parte da autarquia de Paris, de um muro que cerca lotes de um bairro com a justificação da deterioração dos edifícios e consequente demolição dos mesmos e posterior reconstrução, por uma sociedade de economia mista, mas tudo feito sem consulta pública. Como o processo, apesar de indigno para a opinião pública e o acesso ao tribunal chegaria certamente já demasiado tarde, esse grupo de cidadãos (proprietários e arrendatários) decidem criar uma associação, ou seja, um movimento de ação coletiva foi desenvolvido nesse bairro. Foram delineadas formas para a mobilização e recrutamento de sujeitos ativistas para que outras pessoas se envolvessem em defesa desta causa. Nesta primeira fase, desenvolveram-se negociações intensas com a

autarquia que rejeitava todas as propostas da associação, pelo que, consequentemente, os moradores mobilizados encetaram todo o tipo de protestos e reivindicações para publicamente denunciar a situação. A segunda fase destaca-se pela cooperação, onde a autarquia dá ordem para que se colaborasse com a associação, originando uma parceria, constituindo-se a associação *La Bellevilleuse* como um elemento central no âmbito dos projetos de planeamento urbano do bairro, passando, no entanto, e paralelamente, a existir alguma desmobilização por parte dos moradores em virtude de pensarem que já tinham ganho esta causa. A terceira fase é designada pelo autor como de especialização, pois após a aprovação do projeto por parte dos vereadores, a associação fica encarregada de tomar decisões, discutir propostas e propor soluções no âmbito do que estava consignado nos parâmetros do planeamento urbano. Cefaï destaca a primeira fase e o início da segunda como representativas no surgimento de uma arena pública, onde as indignações, tensões e denúncias estão latentes (2011, pp. 68 -69).

No que concerne ao contexto associativo português e às suas formas de constituição, podemos referir que sempre existiu uma certa tendência histórica para a materialização deste tipo de organizações, apesar de, em certos períodos, a plena liberdade de as instituir se encontrar democraticamente coartada ou condicionada. Porém, o que se verificava exteriormente pelo mundo e pela Europa relativamente a certos movimentos sociais, nomeadamente os novos movimentos sociais (NMS) que surgiram na Europa a partir dos anos sessenta na defesa dos direitos culturais ou de autonomia, vão ter uma expressão bastante significativa em Portugal, influenciando a sociedade civil mais esclarecida a mobilizar-se na defesa de determinadas causas. Os valores que lhes estavam subjacentes deram origem ao surgimento de novas associações, verificando-se desta forma um leque mais abrangente de organizações, cuja diversidade recaiu em associações que lutavam pelo “anticolonialismo, o antirracismo, a não discriminação entre homem e mulher, a defesa do ambiente e do património construído, a promoção e divulgação artísticas, assim como a cooperação com os países do Terceiro Mundo” (Fernandes, 2003, p. 169).

Verifica-se, pois, uma questão relacionada aos diferenciais de poderes entre os indivíduos e grupos sociais, que se manifestam na capacidade de reivindicação dos direitos e na defesa dos interesses. Os resultados destas disputas, em que se reclama justiça, dependem em parte da possibilidade de os indivíduos se conseguirem organizar em grupos de influência e de pressão.

É desde este período que se verifica um conjunto de “mudanças ao nível do crescimento acelerado do número de associações, da diversificação das necessidades e interesses”, associados aos problemas que preocupam a sociedade civil, bem como ainda ao “nível da organização e funcionamento visando poder possibilitar a intersubjetividade e a participação no seio das associações” (Fernandes, 2003, p. 169).

A este respeito, o autor refere que “a visibilidade da força de pressão da sociedade civil<sup>59</sup>, parcialmente possível pelos *média*<sup>60</sup> em afirmação através dos novos movimentos sociais<sup>61</sup>, opera a transição de um envolvimento traduzido por um voluntariado passivo<sup>62</sup>, existente até aquele momento nas diferentes formas de organização cívica, para a defesa de uma cidadania ativa” (Fernandes, 2003, p. 167).

Deste modo, torna-se importante analisar o papel das organizações da sociedade civil em contraponto com a intervenção do Estado e do Poder Político, pois as organizações da sociedade civil na sua ação de disputa na arena pública estão sujeitas, direta ou indiretamente, a novas formas de regulação no jogo das controvérsias, pois está inerente ao próprio espaço público “um princípio regulador que fornece uma descrição das condições que devem ser satisfeitas ao nível da organização do poder político do Estado e da sociedade, para que eles possam ser qualificados de democráticos” (Barril, 2003, p. 371).

---

<sup>59</sup> Tendo por base os estudos sócio-históricos relativos à emergência de um espaço público na Europa ocidental, múltiplos espaços públicos (onde são evocadas diferentes formas de publicitação do poder), tendem a coincidir com aquilo que atualmente é designado “por sociedade civil, ou seja, formas de organização política não estatais de cidadãos (associações, O.N.G)” (Barril, 2003, p. 364).

<sup>60</sup> Nos Estados, com um regime político democrático, cabe aos espetadores dos *média* “um papel preponderante na série de mediações que devem ser ativadas para fazer cessar ou atenuar o sofrimento à distância”, podendo constituir-se estas mediações como “uma resposta adequada à exigência da ação” (Boltanski, 2003, p. 269-270).

<sup>61</sup> Tal como o referenciado anteriormente, muitos dos movimentos sociais que surgiram nos finais do século XIX na Europa eram de cariz filantrópico e tinham inspiração cristã, como os «*settlements*» (organizações de voluntariado) e os centros sociais (*charities organizations societies*), enquanto instituições que procuravam dar corpo a uma estruturação racional da caridade” (Carvalho e Mouro, 1987, p. 32).

<sup>62</sup> A atuação do voluntariado tradicional baseava-se essencialmente no altruísmo e na boa vontade (frequentemente vinculado a instituições religiosas), e considerava que a formação devia incidir exclusivamente sobre os profissionais remunerados. Este tipo de voluntariado, disposto a suprir as carências do Estado, que praticava a beneficência, hoje não faz sentido, pois o voluntariado atual apresenta uma nova maneira de atuar, em que assume a deteção de necessidades e a reivindicação de soluções, obrigando-o a ser menos paternalista e a ter maior competência técnica e humana (Pinto, 2002).



Neste sentido, em Portugal, e recuando ao desenho que a “questão social” apresentava sob a forma de um antagonismo entre trabalhadores urbanos e rurais, por um lado, e as distintas frações da burguesia (industrial e latifundiária), por outro; é anterior à forma de Estado designado entre nós como Estado Novo, cuja edificação decorre entre 1933 e 1945, período em que emerge também a sua organização de proteção social, que assentava essencialmente sobre três pilares: Os Princípios Gerais da Constituição da República Portuguesa, o Estatuto do Trabalho Nacional e a Lei 1884 de 1935, que definia as bases da Previdência Social Portuguesa (Cruz, 1988, p. 38).

Estes pilares da estrutura político-social em que assentava o Estado Novo pretendiam, entre outras coisas, por um lado, dar um enquadramento corporativo às organizações operárias, criando ele mesmo os sindicatos, numa tentativa de disciplinar o movimento operário e reprimir as suas lutas económicas, e, por outro, como referia a Constituição (art. 41), promover instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade <sup>63</sup>.

Apesar de em Portugal o movimento associativo se afirmar desde meados do século XIX e se desenvolver com a República, a instauração do Estado Novo vai promover a ilegalização de partidos e sindicatos; o controlo através da fiscalização e inspeção das actividades culturais das associações, e particularmente das associações de classe, tornou-se uma realidade, enfraquecendo assim também desta forma o movimento sindical em virtude “da restrição das liberdades públicas e individuais”, bem como da “abolição do direito à greve” (Patriarca 1995, p. 19).

Verifica-se a sobrevalorização neste período das “actividades recreativas e desportivas em detrimento das actividades de educação cívica e da perspectiva emancipatória que animava a vida e o projeto das associações” (Fernandes, 2003, p. 169).

---

<sup>63</sup> É neste contexto social e político que a Liga da Acção Social Cristã (criada em 1907), norteando-se pelos princípios da Encíclica «Rerum Novarum», promove “a aproximação das classes segundo as normas da justiça e da caridade”, contribuindo para o surgimento até 1931 de muitas organizações, tais como “Círculos Católicos Operários, Juventude Católica Feminina, Conferências Vicentinas, Corpo Nacional de Escutas, Associação dos Médicos Católicos, Associação dos Juristas Católicos”, os quais irão constituir posteriormente a Acção Católica Portuguesa (Carvalho e Mouro, 1987: 65, 66). Esta linha de análise é coincidente e simultaneamente reforçada quando é referido que, a partir do reforço político de Salazar, “assiste-se, lentamente ao aparecimento de correntes católicas e nacionalistas que, dentro e fora das associações de classe, disputam a liderança à esquerda (Patriarca, 1995: 20).

Neste sentido, Tocqueville menciona que “os povos no seio dos quais é proibida a associação política, a associação civil é rara”, sendo que as associações civis, devido às suas formas de constituição estrutural, facilitam as associações políticas. O autor refere também que, “quando algumas associações são permitidas e outras proibidas”, torna-se por vezes difícil destrinçar umas das outras, fazendo com que os homens se abstenham de todas, constituindo-se uma “opinião pública que tende a considerar qualquer associação como um empreendimento espinhoso e quase ilícito” (2007, p. 611 – 613)

As condições de emergência das Associações em Portugal no pós 25 de Abril, associada à entrada de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia), estão indelevelmente ligadas em certa medida ao alargamento de cidadania no âmbito do binómio “trajetos pessoais com os organizacionais”, pois quer uns e outros vão permitir um conjunto de condições sociais, individuais, culturais e económicas que promoveram direta ou indiretamente os sujeitos a formas de motivação e de empenhamento para darem o seu contributo para a renovação de uma sociedade que tinha acabado de atravessar um processo de transição política (Martins, 2003, p.112).

Neste sentido, pode-se perceber esta ideia através dos responsáveis de algumas associações e ONG’s quando declararam:

Os dirigentes de associações como a Opus Gay, a CNJ e a Quercus declararam que o contexto de abertura de Portugal à Europa beneficiou a sua formação, através da contaminação de movimentos europeus já mais avançados na mobilização e reflexão das suas temáticas e na pressão das próprias entidades da UE, nomeadamente no âmbito do ambiente, para que se começasse a atuar em determinadas áreas com a participação ativa dos atores da sociedade civil. A Deco que aparecerá poucos meses antes do 25 de Abril, começou por ser espaço de participação de alguma forma controlado, mas ainda assim constituía uma possibilidade de exercício de cidadania num clima político ditatorial, que se agigantou em tempos democráticos (...), (Martins, 2003, p.112).

Com estas alterações de fundo no panorama político e social em Portugal, o associativismo ganhou um novo fôlego apresentando, a partir dos anos 90, contextos e perfis sociais bastante diferentes dos existentes anteriormente. Assim, passou-se para uma diversidade organizacional reveladora das formas de ação internas, mais resultante da maior ou menor complexidade estrutural de cada uma das organizações<sup>64</sup>, do que de uma aproximação ao “novo paradigma político” (Martins, 2003, p.109).

Algumas destas associações passam a desenvolver um trabalho de articulação em rede, adquirindo uma maior importância nacional e internacional, pois também se enquadram em processos que recaem sobre preocupações que são transversais quer no contexto nacional, quer internacional, integrando desta forma umas das “principais vertentes políticas da globalização”, onde as redes de apoio as impulsiona internacionalmente (Martins, 2003, p.109).

Os objetivos que elas definem para a defesa das suas causas e as ações coletivas correspondentes vão no sentido da publicitação das suas informações e ideias através não só dos meios de comunicação como os jornais, televisão, rádio, como também panfletos ou com a realização de conferências que permitem divulgar e difundir determinadas questões que são preocupantes e que devem ser do domínio público, para que a informação esclarecida possa promover nos cidadãos um apelo para a sua mobilização e respetivo envolvimento nas causas que defendem, vistas como indignas ou lesivas muitas vezes de um bem comum que a todos diz respeito. Este tipo de orientação da ação associativa, vai permitir dar uma maior visibilidade às questões no

---

<sup>64</sup> Segundo Laville, as associações podem inscrever-se em três áreas ou domínios de acordo com os seus objetivos e finalidades que perseguem. Assim, e de acordo com este autor, podemos distinguir nomeadamente: as organizações pertencentes ao *terceiro setor*, que se pode definir como não sendo de cariz “nem capitalista, nem estatal”, é um setor não lucrativo ou sem fins lucrativos, enquadrando deste modo as associações que não estão ligadas nem a empresas lucrativas nem à administração pública; organizações pertencentes à *economia social*, a qual tem uma abrangência superior ao terceiro setor, pois inclui cooperativas e associações mutualistas, caracterizando-se por uma restrita distribuição dos lucros aos provedores de capital, ou seja, o critério discriminatório recai nos “limites à apropriação privada dos benefícios realizados sobre a atividade”; e, por último, as organizações pertencentes à *economia solidária*, que partindo de uma reflexão sobre a economia social vai complementá-la, na medida em que, para além da dimensão económica, é reintroduzida uma dimensão política, podendo as ações coletivas desenvolvidas por estas associações serem designadas como sócio-económicas e sócio-políticas (2010, pp. 187 – 272).

espaço público<sup>65</sup>, o que sem estas iniciativas não teriam a maioria das vezes a capacidade, através das suas narrativas de denúncia e indignação, alertar e negociar com as entidades políticas responsáveis (revelador de independência em relação às instituições políticas) em determinados domínios, revertendo ou alterando situações consideradas injustas.

A este propósito da divulgação das situações consideradas injustas e como tal objeto de publicitação nos meios de comunicação social, Tocqueville refere que “só um jornal consegue transmitir simultaneamente um mesmo pensamento a mil espíritos diferentes” e que “se não existissem jornais, quase não haveria ações em comum”. Adianta igualmente que, para que uma associação tenha poder, deve ter o maior número de elementos possíveis; nunca por esse facto deverá dispensar um jornal, pois para este autor “existe uma relação necessária entre as associações e os jornais: os jornais fazem as associações, e as associações fazem os jornais” em que estes representam de certa forma as associações (2007, p. 607 - 610).

Verificamos, nesta investigação, que as associações por nós estudadas recorrem amiúde aos meios de comunicação para divulgar as suas ações coletivas, sendo os jornais um dos instrumentos privilegiados por elas utilizado com o intuito de permitir atingir os fins a que se propõem.

---

<sup>65</sup> Segundo Martins (citando Melucci e Avritzer), o espaço público cumpre várias funções: permite a formação de solidariedades, a apresentação pública de novas entidades e questões, a formação de redes informais de comunicação [...] (2003, p. 110).

## **CAPITULO V: FORMAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA: O CASO DO AMBIENTE**

### **V.1. Dinâmicas capacitantes e atuantes nas causas ambientais**

#### **V.1.1. A consciencialização pública da proteção e defesa do ambiente**

##### **V.1.1.1 Do espaço internacional ao espaço nacional**

A inauguração da “Década ambiental” em 1970 com o “Dia da Terra” e a Conferência de Estocolmo em 1972, constituíram-se como marcos referenciais (com algum simbolismo associado), influenciadores das políticas sobre o ambiente à escala mundial (Hannigan, 2009), assim como na maneira de analisar e refletir os problemas a ele associados.

Estas manifestações e eventos são o culminar de um vasto conjunto de ações coletivas relativas às preocupações sobre a defesa do ambiente como um bem comum a preservar. O reconhecimento político e a legitimação institucional da causa destas ações perpassaram para diferentes contextos políticos, originando uma reconfiguração ou mesmo o surgimento, em alguns casos, de políticas nacionais ambientalistas.

Em Portugal e segundo Schmidt (2008), um conjunto de três fatores foram impeditivos quer do êxito das políticas ambientais que no nosso país foram sendo adotadas, quer simultaneamente da “ressonância cívica” dessas mesmas políticas. Para a autora, o “tardio colapso da sociedade rural”, o desfasamento das políticas em comparação com o “processo internacional, cujas razões e estratégias coincidiam pouco com a realidade portuguesa” e “um sentido desfavorável à preocupação ambiental nas culturas públicas” nacionais, foram fatores que concomitantemente contribuíram para que as políticas ambientais não obtivessem até aos dias de hoje um bom desempenho, apesar do significativo desenvolvimento legislativo em parte devido “às dinâmicas

comunitária e internacional” e do surgimento de estruturas institucionais (Associações, O.N.G’S).

Naquilo que diz respeito aos níveis de participação e preocupação sobre as questões ambientais, a referida autora reforça ideias mencionadas anteriormente quando refere o seguinte:

“A pobreza da nossa cidadania ambiental resulta do afastamento propositado dos cidadãos relativamente à informação, ao conhecimento<sup>66</sup> e ao empenho nos valores do seu território e nas causas públicas que isso envolve. Regista-se aqui um desincentivo por vezes quase intimidatório «Não se meta nisso!». Mais recentemente, autoridades administrativas obrigadas por lei a colocar planos e projetos em discussão pública fazem verdadeiros «malabarismos» para não integrarem as propostas alternativas apresentadas pelos cidadãos” (2016, p. 385).

Apesar do destaque exposto nas vicissitudes sobre o contexto nacional, as primeiras manifestações de preocupação ambiental surgem com alguns estudos da comunidade científica sobre a «Proteção da Natureza». Destarte, constitui-se com alguma naturalidade a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) em 1948, primeira associação portuguesa de proteção à natureza, pela iniciativa do Professor Carlos Baeta Neves inspirado pelo repto de Sebastião da Gama, que para além de passar a desenvolver em termos institucionais dinâmicas de pesquisa sobre o ambiente, colabora com universidades e outras instituições científicas nacionais, contribuindo também para a criação de várias Áreas Protegidas (Schmidt, 2008).

Paralelamente a este conjunto de iniciativas, os acontecimentos internacionais como o Ano Europeu da Conservação da Natureza em 1970, implementado pelo Conselho da Europa, e a Conferência de Estocolmo em 1972, tiveram o mérito

---

<sup>66</sup> De acordo com alguns autores (Schmidt, L. Nave, J. & Guerra 2010, p. 17), “em Portugal continua a ministrar-se a educação ambiental (...) mais como um suplemento recreativo do que uma peça educativa forte. Apesar da enorme capacidade que ela tem de integrar as componentes cívicas, humanistas e científicas, não se lhe atribui o destaque que merece nem se aproveita o potencial que encerra”.

promover o desenvolvimento de algumas medidas internas tais como a legislação sobre a «Proteção da Natureza» (Lei 9/70), e a constituição da Comissão Nacional do Ambiente (CNA) em 1971, que elaborou o primeiro «Relatório Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente» em Portugal. Somente depois do 25 de Abril as medidas de proteção do ambiente e de conservação da natureza, tiveram um enquadramento “oficial específico” com a criação em 1974 da Subsecretaria de Estado do Ambiente, integrada no Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, e que se autonomizaram institucional e politicamente em 1990 com o surgimento do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (Schmidt, 2008).

A institucionalização e respetiva ação pública das associações ambientalistas ou organizações não-governamentais do ambiente nos finais dos anos setenta e início dos anos oitenta, tais como o Movimento Ecológico Português (MEP) (1974) e a sua sucessora Associação Portuguesa de Ecologistas-Amigos da Terra (1979), Quercus (1984), constituída por ativistas provenientes de diferentes associações ambientalistas e o GEOTA (1986) começaram a ganhar forma com o desenvolvimento do quadro legal supracitado (Pina, 2005; Schmidt, 2008) e de que se destaca alguns dos primeiros e principais diplomas legais, pois a lista seria extensa se a elencássemos até aos dias de hoje:

- Lei da Proteção da Natureza e dos seus recursos (Lei nº 9/70);
- Lei da Conservação da Natureza (1976);
- Reserva Agrícola Nacional (RAN – 1982);
- Planos Diretores Municipais (PDM – 1982);
- Reserva Ecológica Nacional (REN – 1983);
- Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT – 1983);
- Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº 10/1987);
- Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/1987);
- Lei da Avaliação de Impacte Ambiental (1990);

- Plano Nacional da Água e Planos de Bacia (1994);
- Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (1998);
- Rede Natura 2000; Programa Polis 2000;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (2001);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA – 2002);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2002, 2004, 2006);
- Programa Nacional de Política de Ordenamento de Território (2002, 2007);
- Plano Nacional das Alterações Climáticas (2002, 2004, 2006);
- Lei da Água (2005).

#### **V.1.1.2. Algumas abordagens sobre a ação ambientalista**

Apresentamos, seguidamente, algumas das abordagens sobre os processos relacionados com ação ambiental efetuadas por alguns autores, que compaginam perspetivas diferenciadas e até contraditórias entre si. Em virtude da natureza específica deste capítulo (compreender as formas de mobilização e de envolvimento dos portugueses em relação aos problemas ambientais), optámos por não incorporar nesta análise, por nos parecer excessivo, a sociologia dos movimentos sociais e mais concretamente a que incide sobre os movimentos ambientalistas.

Assim, podemos começar por referenciar que a ideia de desenvolvimento sustentável<sup>67</sup> constituiu-se como um princípio fundador da perspetiva da «modernização

---

<sup>67</sup> Em 1987, a *Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (UNCED) apresentou o documento *Our Common Future/Relatório Brundtland*: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

O relatório apela ao crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, ligando a superação da pobreza nos últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.



ecológica», que domina atualmente as gramáticas sobre o ambiente e que enforma as diferentes manifestações de ação, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais.

A este respeito Sachs refere que:

“um investimento no controlo da poluição poderá aumentar a produtividade dos trabalhadores ao diminuir doenças e o absentismo, sobretudo dos trabalhadores pobres que vivem nas zonas mais poluídas. O controlo da poluição realiza assim três objetivos: rendimentos mais elevados, mais justiça e sustentabilidade. Nestes casos, o desenvolvimento sustentável oferece *sinergias* e não contrapartidas, na busca da eficiência, equidade e sustentabilidade” (2017, p. 25).

Esta perspetiva propõe uma abordagem construtiva da crise ambiental contemporânea, baseada na mudança institucional e na atribuição à ciência e tecnologia modernas de um papel de mais elevada relevância na sua resolução. A emergência, na sociedade internacional, de uma racionalidade ecológica traduz mudanças significativas quer ao nível do discurso, quer das práticas políticas nas diferentes configurações institucionais.

Segundo Hajer (1996), estas mudanças podem ser interpretadas como um processo de “aprendizagem institucional” tendente à resolução das questões ambientais, tendo como tradução prática o conjunto de esforços de regulação transversal, na perspetiva permanente de integrar critérios ambientais nas grandes estruturas administrativas e burocráticas de âmbito nacional e internacional.

---

O desenvolvimento sustentável refere-se, assim, à relação entre desenvolvimento económico e ambiente e às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade presente e futura.

A aplicação do conceito à realidade requer uma série de medidas por parte do poder público, da iniciativa privada e o consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs.

Para Jamison (1996), o carácter internacional, profissional, competência técnico-científica e influência política, das organizações e redes de ecológicas nas esferas de decisão das políticas ambientais nacionais e internacionais, permite a emergência da ideia de um ecocorporativismo multinacional do ambiente, legitimando desta forma o conteúdo discursivo de uma «modernização ecológica».

Ulrich Beck, por sua vez, através da sua publicação de maior referência “*A sociedade de risco*”, coloca a questão ambiental como central para explicar a sociedade global. Contrariamente às anteriores abordagens, este autor deixa transparecer a tese de uma perspetiva anti construtivista e sistémica, cujo enfoque incide fundamentalmente na desconfiança das potencialidades da «comunicação ecológica»<sup>68</sup>.

O projeto de sociologia cosmopolita desenvolvido por este autor, à qual está inerente uma determinada reflexividade, onde a individualização não resulta de um processo voluntário, mas antes como decorrente de uma dinâmica institucional da segunda modernidade dirigida ao indivíduo e não ao grupo, revela que os novos riscos (nos quais se incluem os ambientais) permitem a criação de vários espaços de reflexividade, sendo que um deles enquadra a possibilidade da criação de novas formas de fazer política, que designa de “Sub-política”, onde poderá emergir uma cooperação de atores transnacionais fora das instituições representativas do Estado-Nação e o outro espaço possível é o da reflexividade como reflexo, que decorre da própria ação da sociedade do risco e que se estabelece de forma objetiva, não intencional, não envolvendo consciência nem ação política (Beck, 1997; Beck, 2008) .

---

<sup>68</sup> A comunicação ecológica vai incorporando um léxico terminológico atribuído em estudos efetuados sobre os conflitos de distribuição ecológica ou por ONG's ambientalistas, tais como: Racismo ambiental, Lutas tóxicas, Imperialismo tóxico, troca ecologicamente desigual, Dívida ecológica, Biopirataria, Internalização de externalidades internacionais, Poluição transfronteiriça, Ambientalismo indígena, Ambientalismo dos pobres.

Alain Touraine (1999) identifica os novos movimentos sociais (exemplos: *Contra a sida*, *Sem-abrigo*, *Sem-trabalho*, *Sem-papéis*) como tendo objetivos de ação e mobilização que visam o reconhecimento de direitos culturais, ou seja, por referência os “direitos do sujeito, aos direitos das minorias como aos da maioria que confere aos novos movimentos sociais” uma significativa importância, pois “trazem a contestação da ordem dominante, mas mais ainda a libertação das vítimas que eles conseguem, pelo menos em parte, transformar em atores de mudança social”. Em contraposição, o autor designa de movimentos clássicos, as ações coletivas muito associadas à reivindicação e defesa das condições laborais e salariais (1999). Sobre a designação de novos movimentos sociais, Daniel Cefaï (2007) refere que aparentemente é difícil de definir os critérios de definição, pois segundo o autor esta categoria vai-se alterando consoante é abordada por Touraine ou Meluci, Habermas (na perspetiva de ação em comunicação), Cohen e Arato (da sociedade civil), Offe ou Eder (das classes médias) ou e ainda por uma conceção neomarxista de regulação de Hirsch.

Podemos, pois, inferir através da sistematização supra, que, relativamente ao ambiente, existem diferentes e contraditórias concepções teóricas de análise sobre a ação, influência política, social e económica que recaem sobre este domínio. As primeiras abordagens teóricas apresentadas estão alicerçadas em fundamentos eminentemente construtivistas, a de Ulrich Beck assenta em pressupostos e princípios conceptuais de uma sociedade de risco global que devem permitir pensar e agir sobre o ambiente de uma forma reflexiva. Neste sentido e segundo Beck, (2008) tal desiderato só é possível através de uma ação coletiva integradora de um real interesse coletivo.

Ao invés, a nossa opção analítica recai por uma concepção de ação resultante de experiências múltiplas carregadas dos acontecimentos vividos pelos atores, que dão azo à produção de crenças normativamente orientadas que lhes possibilitam a vinculação a causas que lhes suscitam inquietações, preocupações e perplexidades de diversa natureza.

O paradigma da modernidade decorre das vivências num mundo marcado por acentuados processos de mudança de cariz tecnológico, que vão influenciando significativamente as relações sociais dos indivíduos, originando tensões, conflitos, divisões e roturas sociais, convocando, por um lado, os indivíduos a “controlar” de uma forma melhorada os seus destinos e, por outro, proporcionar a construção de “calendários de vida” que podem consubstanciar-se em diferentes formas de ação coletiva, enformados sob o domínio da reflexividade (Giddens, 2001, pp. 75-79).

Destarte, torna-se pertinente tentar perceber como os sujeitos e as organizações destas sociedades de modernidade tardia se posicionam, ou seja, como se envolvem e que ações desenvolvem na defesa deste tipo de desafios que os riscos ambientais lhes colocam de forma quase permanente.

Assim, no sentido de dar uma sequência compreensiva ao exposto, enunciamos agora algumas questões, centradas na ação individual e que simultaneamente permitem aferir alguns dos contornos da ação coletiva: porque se mobilizam os sujeitos na defesa dos problemas ambientais? Quais os conteúdos de sentido dessa participação, as suas formas e modalidades? Como é que os atores envolvidos ajuízam essa participação? Como é que, das inquietações e das curiosidades que estas promovem, os atores se

mostram capacitantes, envolvendo-se em conflitos na procura de plataformas de acordo?

De forma a podermos compreender o que este conjunto de questões suscita em termos de resposta, utilizaremos os dados das entrevistas efetuadas aos voluntários da associação ambientalista QUERCUS, os quais submeteremos analiticamente no quadro da sociologia pragmática de Boltanski e Thevenot, como anteriormente já havíamos referido.

## **V.2. Pela conservação da natureza: a génese do movimento em torno da recuperação da floresta às causas ambientalistas mais genéricas – o lugar da publicitação da causa**

A reconstituição do espaço público nas sociedades pós-industriais esteve associada às alterações nas gramáticas públicas (integração de um discurso ecológico), constituindo-se este fator como determinante na abordagem e respetiva tomada de decisões sobre questões coletivas e consequente processo de institucionalização do ambientalismo e do movimento ecologista.

Segundo Habermas, a emergência da área das políticas públicas do ambiente representa um novo tipo de interconexão que parece emergir entre a sociedade, representada pelas organizações de produção, e o governo, representado pelas organizações administrativas do estado moderno (Silva, 2002).

As organizações associativas dos movimentos sociais que lidam com bens públicos como o ambiente vão com a sua ação pressionando o estado na gestão desses bens públicos, os quais se vão transformando em objeto de políticas específicas que se tornam, por sua vez, alvo de contestação, disputa e conflitualidade, abrindo desta forma um lugar para a emergência de um novo sistema institucional.

Neste sentido e no âmbito da sistematização de alguns resultados estatísticos produzidos pelo INE relativos ao contexto nacional, Monteiro refere que:

“Os anos em que se inicia um decréscimo do número de associações sindicais são igualmente os anos de crescimento do movimento ambientalista e das associações que o representam. Evolui positivamente não só o número de organizações (de 83 em 1983, para 135 em 1998), mas de forma mais expressiva o dos seus associados (que passam de 99 538 em 1993 a 155 778 em 1998)” (2004, pp.161 -162).

Destarte, a institucionalização das organizações associativas do movimento social representa mais do que um simples acréscimo ao espaço político existente, pois envolve duas dimensões específicas de mudança estrutural.

A primeira é a profissionalização e a separação progressiva das organizações do movimento social mais ativas em relação à sua base de apoio, ou seja, o que se trata aqui é da representação do interesse público através de associações que hoje se assemelham mais a “atores corporativos especializados” que se representam a si próprios em nome de uma definição de «interesse público» e «bem comum» que, sendo a sua, surge muito legitimada em virtude da sua origem social e institucional, do seu específico peso científico ou cultural e do seu particular impacte político, podendo pois concluir-se que as organizações-movimento deixaram de ser movimentos sociais e antes «grupos de interesse público» (Eder, 1996).

A segunda mudança é a transformação do espaço institucional do controle social, que tende a passar do binómio estado-economia para uma nova situação relacional de carácter triangular estado-economia-sociedade.

A institucionalização do movimento ambientalista na forma atual de organizações não-governamentais do ambiente reflete, pois, a emergência de um campo inter-organizacional e de coordenação de atores coletivos deste tipo também visível na sociedade portuguesa, pese embora a notória contradição entre as fraquezas do movimento associativo no seu todo e a crescente influência política e social alcançada por uma elite de poucas organizações de âmbito nacional, cujas estratégias de comunicação pública e de mobilização social lhes permitiram um determinado

crescimento de acordo com as exigências e circunstâncias da sua própria institucionalização (Soromenho-Marques, 2005).

Nos idos anos 80 a floresta começa a ser objeto de questionamento. Um grupo de ativistas, que militavam já em associações ambientalistas, decidem constituir uma outra agremiação mais ampla e influente no domínio da conservação da natureza. Dedicando-se à recuperação da Floresta e Fauna geneticamente nacionais, os ativistas reunidos em torno deste domínio fundam em Braga a Quercus.

Na sua apresentação histórica, esta associação faz referência ao símbolo que a identifica desde o início da sua criação. Na sua raiz etimológica, Quercus especifica a classe a que pertencem os carvalhos, sobreiros e azinheiras, as árvores mais representativas das zonas florestais do País desde a sua primitiva fundação como comunidade política. O símbolo da folha de carvalho e a bolota reforçam esta identificação com a importância atribuída à defesa da floresta e à conservação da natureza, acirrando o foco na preservação das árvores que são constitutivas do ambiente florestal nacional.

A difusão das suas atividades e preocupações políticas, não só em torno da conservação florestal, mas também à volta da vida selvagem, feita pelo jornal da Quercus contribui decisivamente para que esta associação vá assumindo alguma notoriedade pública, particularmente ao nível regional, de Portalegre a Lisboa, de Lisboa ao Porto até ao núcleo fundador sediado em Braga. Os seus ativistas, juntando a sua voz e a sua força atuante, coligando-se com ativistas do Grupo para o Estudo e Proteção da Flora e Fauna do Alto Alentejo, fixado na cidade alentejana de Portalegre, mas igualmente com o Centro Ecológico de Lisboa, conseguem gradativamente fazer uma projeção mais ampla das suas inquietações ambientalistas. Com a saída de membros do centro ecológico de Lisboa e com a extinção do coletivo sediado em Portalegre, em 1987 nasce formalmente esta associação. E, desde o seu início, a estrutura organizacional estendeu-se em núcleos por diversos pontos do País, com maior expressão na região centro e norte. Paulatinamente dá-se a escalada da associação para o sul com a fundação do núcleo de Setúbal já na segunda metade dos anos 80 e nas décadas seguintes estendendo a sua malha para os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Se inicialmente o renome da associação está conectado com a conservação da natureza, ao longo do tempo os seus propósitos expandem-se a outros domínios abrangendo também a defesa dos recursos naturais, isto é, de questões ligadas a uma conceção mais alargada sobre o ambiente natural. Isto é, do seu foco original nas árvores e na floresta portuguesa, os ativistas do movimento começam a alargar as suas preocupações, a partir do limiar do século XXI, abrangendo assim a preservação dos animais selvagens em vias de extensão, como o lince, a cegonha branca, as aves de rapina, etc.; as bacias hidrográficas e a sua poluição, a questão da energia nuclear, a poluição das principais cidades portuguesas através do seu parque automóvel, o ruído, os resíduos sólidos urbanos, a biodiversidade, o desafio de reduzir ou eliminar o uso do plástico não reciclável, dos sacos às embalagens e às garrafas, a oposição aos transgénicos e à privatização dos recursos genéticos da alimentação, e as questões climáticas nas suas variadas extensões.

Ao comemorar em 2010 os 25 anos de existência desta associação, Susana Fonseca, presidente desta agremiação à época, faz um balanço das suas atividades e do alargamento das suas áreas de intervenção. Assim, pela pena desta dirigente damos conta que:

“desde a fundação em outubro de 1985 até hoje a Quercus conheceu amplas transformações internas e da sua capacidade de intervenção. De uma associação centrada nas questões da conservação da natureza (fazendo jus ao seu nome) foi alargando a novas áreas de intervenção dando espaço a áreas temáticas como os resíduos, os recursos hídricos, a energia, e alterações climáticas, entre outras.

Com o alargamento das áreas temáticas em que intervém, com o reforço de algumas das suas estruturas, com o aumento do número de grupos de trabalho e dos recursos humanos e financeiros disponíveis, a Quercus ganhou progressivamente uma maior capacidade de intervenção e, conseqüentemente, um significativo reconhecimento público” (Quercus Ambiente, 2009, p. 3).

Ainda no mesmo boletim, a partir de uma entrevista que concedeu à jornalista Susana Fonseca, avançou um conjunto de considerações sobre os projetos em curso. De acordo com o seu ponto de vista:

“a Quercus tem sempre procurado na sua intervenção ter abordagens diferentes. Nós temos uma abordagem de denúncia, mas também temos muito trabalho de base, quer para preparar essas denúncias, nomeadamente com propostas alternativas, quer nos projetos no terreno.

Por exemplo, projetos como o que está a desenvolver agora o CIR – Centro de Informação de Resíduos, de promoção da vermicompostagem. Na área da biodiversidade, como o projeto criar bosques, o trabalho com microreservas, os centros de recuperação de animais selvagens. Na área da energia, temos o projeto EcoCasa e EcoBrigadas, que levam a mensagem da ciência energética a muitas casas e a muitas pessoas. Temos ainda rúbricas como o Minuto Verde e um Minuto para a Terra que têm sido formas de divulgação, uma intervenção construtiva. E mais há...” (Quercus Ambiente, 2009, p. 5).

Na pegada do seu raciocínio adianta que as suas grandes preocupações como ambientalista:

“tem a ver com a questão do consumo e da pegada ecológica. Com o impacte que estamos a ter em termos ambientais e a forma como recorrentemente mantemos este sistema vigente grande parte dos problemas que nós temos decorrem desta nossa perspetiva de querermos sempre mais, de querermos consumir mais, ter mais recursos à nossa disposição. E tudo isto está dentro de uma lógica que não se coaduna com os limites do planeta” (Quercus Ambiente, 2009, p. 5).

Nesse sentido, este alerta deslocou a sua atenção para todo um conjunto de outros problemas agora incluídos naquilo que se pode nomear como críticas ao modelo de desenvolvimento económico, que assume características insuportáveis para a



conservação da própria terra. Por outras palavras, na voz da presidente da Quercus, a sustentabilidade da vida terrestre está dependente de alterações radicais do modelo de desenvolvimento económico, sem as quais não é possível garantir a prazo a sobrevivência das espécies, humana e outras. “Penso que este é o maior problema que nós temos. Depois há também as alterações climáticas. Que no fundo são um reflexo de um excesso de combustíveis, etc” (Quercus Ambiente, 2009, p. 5).

Do ponto de vista nacional:

“parece-me que o que se passa com o ordenamento do território é um dos nossos grandes problemas. O ordenamento do território entendido como a forma como olhamos para o território e percebemos ou não que há áreas que devem ser mantidas de forma estratégica. Aí, parece-me que Portugal não está a ir no bom caminho e não está a aproveitar da melhor maneira aquilo que tem em termos de recursos. Uma outra área, em que diria que há sinais muito contrários, é a área da energia. Sinais contrários por uma razão muito simples. Em termos de apostas em energias renováveis acho que Portugal está no bom caminho, mas temos, ao mesmo tempo, um conjunto de medidas que vão sendo implementadas e que vão exatamente no sentido contrário. Cada vez, por exemplo, queremos fazer mais autoestradas. Ao fim ao cabo temos medidas que se anulam. Talvez até mais do que falar de energia ou transportes, eu diria que um dos graves problemas que Portugal tem é a incoerência de políticas públicas” (Quercus Ambiente, 2009, p. 5).

Se as operações críticas se deslocam do planeta Terra no quadro da sua localização no universo para o País, os seus alertas fundam-se na tese de que a Quercus tem de dinamizar junto dos seus membros voluntários, mas também junto dos cidadãos portugueses, formas de envolvimento de ação para salvar o planeta e o País que passam por idas e vindas entre regimes de envolvimento da ação em plano – com o trabalho na construção de projetos de intervenção em áreas conexas a esta extensa zona de problemas, mas sem esquecer de investir no bom nome, na reputação e renome da organização, sem a qual não é possível manter a sua credibilidade, quer junto das

entidades públicas, quer junto dos seus parceiros e patrocinadores das causas que têm vindo a abraçar ao longo da sua história, quer ainda junto dos comuns cidadão nacionais. Com o propósito de manter a sua confiança junto do Estado e da comunidade política nacional, mas também para acompanhar as intervenções de outros movimentos ambientalistas internacionais, quer individualmente, quer em rede, a Quercus, desde a sua génese, mas sobretudo a partir do momento em que consolida a sua arquitetura interna, foca-se em investir concomitantemente, de um lado, na coesão interna dos seus membros voluntários, e, do outro lado, em uma reatualização permanente dos seus projetos de intervenção, nas suas campanhas e alertas.

Por exemplo, no número do seu jornal de maio/junho de 2009 o plano editorial centra-se em dar destaque a vários assuntos considerados pela Quercus de ordem de grandeza cívica e industrial. Se, por um lado, chama a atenção que a inclusão na paisagem das turbinas da energia eólica levanta problemas relativamente aos mamíferos e aos outros animais selvagens que ali habitam, como acontece com os morcegos, por outro lado, não é possível dar sustentação à energia se não houver a aposta nestas fontes de energia e na sua eficácia energética. Ora, para manter o mérito atribuído a estas outras fontes energéticas naturais e não combustíveis, a solução para este problema não passa por transformá-las em objetos descartáveis, mas, ao invés, a manutenção dos objetos técnicos que as fazem trabalhar, como são o caso das turbinas de geração eólica, têm de ser implantados na paisagem em zonas que não colidam com as deslocções migratórias dos morcegos, isto é, com as suas rotas habituais. Com esta tomada de posição sustentada por estudos levados a cabo por universidades estrangeiras, como acontece com um estudo divulgado pela universidade canadiana de Calgary, a Quercus não só clama pelas boas sinergias que o trabalho em rede entre universidades e entidades públicas e privadas permite fazer para implementar soluções técnicas e tecnológicas que visem melhorar o ambiente, como bem comum, como nomeia que estas soluções têm de tomar em consideração o próprio ordenamento do território, e assim não desfazer as possibilidades de garantir o habitat de classes de animais selvagens, como as aves e os mamíferos morcegos. Garantir a salvaguarda ambiental requer igualmente avaliar a salvaguarda dos animais que povoam o ambiente natural onde, neste caso, tais turbinas têm de ser construídas.

Na mesma publicação, outra notícia ganha destaque agora no âmbito dos efeitos nocivos causados pelo uso dos pesticidas. Faz notar a informação que a sua utilização

no trabalho agrícola desencadeia um conjunto de consequências nefastas tanto para quem as utiliza na agricultura, particularmente para os trabalhadores agrícolas, como para a biodiversidade, com a morte e desaparecimento de espécies selvagens, mas também para o envenenamento humano, com riscos para a saúde, entre outros aspetos. Se os produtos químicos como os pesticidas têm de ser banidos da produção agrícola, tal como regulamenta a União Europeia desde 1979, a alimentação saudável e ecológica também faz parte integrante dos propósitos desta organização. Assim, a sua promoção implica não só dar relevo à dieta mediterrânica, isto é, à roda dos alimentos que dela fazem parte, como impedir que na sua carta existam alimentos transgénicos.

Barrar o cultivo de produtos alimentares geneticamente modificados, requer o suporte de críticas fundamentadas por estudos científicos, não obstante as controvérsias que ainda proliferam no domínio das ciências biotecnológicas que as sustentam nos meios académicos, mas também nos seus efeitos, quer nas indústrias alimentares, quer sobretudo nas indústrias associadas às modificações genéticas das sementes, implicando a sua substituição por uma agricultura biológica, onde a cadeia natural do desenvolvimento dos produtos alimentares é reforçada em detrimento da intervenção dos produtos químicos, sejam pesticidas ou outros. É interessante observar que muitos dos conselhos dados por estas notícias não deixam de estar também sob a tutela de outros aconselhamentos proferidos por organismos internacionais ambientalistas com notoriedade pública universal, salientando a Greenpeace e SOS Oceanos. Inserir a Quercus nas conexões em rede com outras organizações historicamente ligadas ao domínio da defesa ambiental reforça a credibilidade e confiança dos alertas, dos projetos de intervenção, mas também das operações críticas desenvolvidas pelos militantes nacionais desta causa pública.

Em 2015, aquando da entrada na sua quarta década de existência, o seu presidente João Branco, dirige-se na peça editorial, sobretudo para dentro da organização, fazendo simultaneamente um apelo para o reforço da mobilização geral, no sentido da Quercus angariar mais sócios que militem nesta causa. E quais são as razões para essa mobilização geral? De acordo com o seu pensamento um dos “nossos principais objetivos é reforçar as estruturas regionais da Quercus. Queremos que os Núcleos Regionais tenham as condições financeiras e de recursos humanos para que possam desempenhar um papel ativo em prol do ambiente e da conservação da natureza nos territórios em que atuam”. Por outro lado, é também uma exigência robustecer “o

desempenho dos Grupos de Trabalho que já estão consolidados no seio da Quercus, como o Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza, o Grupo de Trabalho da Energia e Alterações Climáticas, de modo a que interajam com os Núcleos Regionais no desenvolvimento de atividades e projetos. Queremos consolidar Grupos de Trabalho ainda incipientes como o Grupo de Trabalho das Florestas, o Grupo de Trabalho da Água, o Grupo de Trabalho da Agricultura e o Grupo de Trabalho de Fotografia”.

É curioso salientar a importância dada ao trabalho dos militantes dedicados a fotografar peças e momentos ambientais considerados indispensáveis para dar peso, enquanto provas, às denúncias e às operações críticas que as acompanham no espaço público. Para além da fotografia constituir, com o trabalho técnico da revelação das películas, um dispositivo da memória histórica das suas atividades, as fotos são meios de prova que auxiliam todo o trabalho de justificação que é feito a propósito das campanhas pela preservação do ambiente, como bem público a enobrecer, mas também como referências que dão corpo aos regimes de ação de envolvimento, tanto na esfera pública como nos domínios mais organizacionais onde impera a fabricação dos planos de trabalho a empreender pelos seus militantes, voluntários ou profissionais.

Não totalmente satisfeito com a extensão da atuação geral da Quercus, o seu presidente apela, prometendo, à criação de “novos Grupos de Trabalho como por exemplo o Grupo de Trabalho dos Oceanos. Pretendemos, pois, ampliar as áreas de atuação da Quercus e para isso temos de contar com as estruturas profissionais que já temos e com os voluntários que já temos”. Num tom coloquial a chama da mobilização acentua-se, uma vez que no seu entender “temos de chamar para o seio da Quercus mais voluntários e mais profissionais de modo a cumprir as nossas tarefas e a nossa missão de forma eficiente e cabal”.

Se a economia de grandeza cívica, como vimos auxiliada em rede com os contributos do trabalho de pesquisa científica do lado da grandeza inspirada, é absolutamente vital para fundar a ordem de grandeza da reputação da ONG, o regime de envolvimento em plano, que possibilita a definição mais racional dos projetos e das áreas a intervir para prevenir más práticas que danifiquem a ecologia ambiental, só é viável se estas modalidades de agir estiverem articuladas com o mérito e a eficácia dos seus resultados. Neste sentido, estamos perante uma composição de regimes, que não descarta a ordem de grandeza industrial. Dar conta dos resultados aos públicos, isto é,

prestar contas aos públicos dos apoios financeiros ou outros que recebe, quer dos seus sócios, quer de entidades públicas e privadas, é outro dos instrumentos que a organização não pode de todo dispensar.

É, por isso, que para o João Branco:

a peça mais importante da estrutura da Quercus é o conjunto de todos os sócios. São os milhares de sócios anónimos espalhados por todo o país que fazem o corpo da Quercus e dão força à Quercus. Por isso é fundamental que a estratégia da Quercus passe por envolver todos os sócios nas tarefas e atividades que a Quercus desenvolve (Quercus Ambiente, 2015, p. 3).

Sem o alargamento da mobilização, sem a transformação dos sócios em uma “*classe*” organizada, uma totalidade irmanada pelos valores cívicos e republicanos, a causa ambiental tende a recuar na sua importância, na sua elevação na generalidade pela defesa do bem público, o ambiente saudável e sustentável.

Na senda do trabalho de denúncia que a publicação nos habitou, a questão dos efeitos de produtos bioquímicos não deixa de ser publicitada. Agora é o Glifosato que está no centro das atenções. Sendo o herbicida mais vendido em Portugal, afinal a sua utilização pode trazer malefícios à saúde pública, com a proliferação do cancro. Usando como fonte a OMS, nomeadamente a Agência Internacional para a Investigação sobre o cancro sediada em França, o articulista sustenta toda a sua tese sobre a necessidade de erradicar a sua utilização no País por causa dos seus efeitos nocivos agora tornados públicos. No seguimento desta notícia, amplamente sedimentada em provas veiculadas por aquela agência, o seu autor aproveita também para voltar a destacar os perigos dos alimentos transgénicos.

De acordo com fontes fiáveis, “mais de 80% das plantas transgénicas produzidas no mundo (sobretudo soja, mas também milho) foram geneticamente modificadas para receber aplicações de Glifosato. Isto significa um acréscimo adicional de resíduos deste herbicida na alimentação, aumento esse que se deve exclusivamente ao uso de OGM” (3). Sempre atentos a problemas desta natureza, cujos efeitos têm incidências extensíveis junto dos cidadãos, agora na figura de consumidores de produtos transgénicos à venda em supermercados, por exemplo, estas denúncias, na sua forma,

mas também no seu conteúdo, assumem tonalidades de dramatismo sem as quais os denunciadores temem pelo menor impacto junto dos públicos-alvo.

Num outro domínio a organização vira agora a atenção para a possibilidade de “ser licenciado no porto de Aveiro o posto de expedição de coque de petróleo (*petcoke*), um granel sólido derivado do petróleo”. De acordo com o alerta, “este combustível é considerado prejudicial para a saúde e ambiente. Nos últimos anos, a Administração do porto de Aveiro permitiu à CIMPOR este tipo de atividade nos seus terrenos, prescindindo da respetiva e obrigatória emissão de licença” (Quercus Ambiente, 2015, p. 7). Este pedido de licenciamento só foi feito em outubro de 2014, e até lá a empresa esteve a trabalhar sem o consentimento outorgado pelo Estado. De acordo com esta fonte:

“antes de efetuado o pedido, esteve a CIMPOR SA a operar mais de dois anos no porto de Aveiro, sem licenciamento e sem qualquer avaliação da qualidade do ar e do impacto ambiental nem adoção de medidas efetivas de mitigação na origem, nomeadamente durante as operações de carga e descarga a granel e a céu aberto.

Esta situação irregular, e sem nenhuma medida de mitigação, levou os habitantes da zona, no concelho de Ílhavo, a protestarem pelos prejuízos causados pelas poeiras e pelo receio de provocar danos na sua saúde. Mais do que uma vez a questão foi apresentada ao nível municipal, mas nunca se investigou a situação nem se encaminhou para as entidades fiscalizadoras competentes” (Quercus Ambiente, 2015, p. 7).

Dando direito às suas operações críticas e de denúncias, a Quercus junta nas notícias as provas dadas pelas experiências vivenciadas pelos habitantes daquela região. As poeiras libertadas pelas operações técnicas de carga e descarga daquele produto fazem parte da “gramática das razões” apresentadas pelos moradores que justificam não só apreensão, como também o mote como algo injusto porque injustificado.

Em outra notícia não tão habitual em publicações deste caráter, Ilídio Anastácio questiona-se que talvez “um espírito mais pragmático poderá equacionar o seguinte raciocínio:

“Não precisamos de teorizar para proteger o ambiente. Pese embora nos possa parecer uma postura aceitável, ou até mesmo extremamente razoável para alguns, o que lhe está subjacente, ou a sua fundamentação se quisermos, estará pelo menos parcialmente incorreta. Ainda assim, esclareçamos, que é por demais evidente que para proteger o ambiente não tenho necessariamente que teorizar. Posso simplesmente não deitar fora uma embalagem de plástico para o meio do campo ou aceitar o incómodo de ter um ninho de andorinhas na varanda. Mas nem sempre as coisas são tão simples. Senão vejamos: Quantas vezes faço uso do automóvel, quando poderia não o fazer optando por soluções menos poluentes? Quantas vezes como carne, sabendo que é excessiva a quantidade que consumo face ao que realmente necessito? Quantas vezes compro fruta exótica vinda do outro lado do planeta? Quantas vezes compro jornais e revistas quando poderia ler os mesmos periódicos em formatos digitais? Qualquer uma destas escolhas deixa uma pegada ambiental, mas correspondem a interesses. Aos meus interesses. Ora se estes colidem com o equilíbrio ambiental, julgo que terei de pensar verdadeiramente nisso. Terei de refletir. Terei de teorizar” (Quercus Ambiente, 2015, p. 9).

Em um espaço da publicação dedicado ao pensar, o articulista dá conta de gestos e de comportamentos que habitualmente as pessoas fazem e cujas decisões podem ou não contrariar os princípios políticos e morais associados à defesa do ambiente. E justifica a sua adesão aos exercícios de reflexão a que todos os bons cidadãos devem estar sujeitos, se os efeitos perversos das suas ações puserem em causa o bem público que é a conservação de um ambiente saudável e sustentável. Ora isto significa que, na esteira dos ensinamentos deixados por Michel Foucault (2006) no seu livro a *“Hermenêutica do sujeito”*, cuidar e estimar o ambiente vem na decorrência do cuidar e estimar-se a si próprio. Sem estes exercícios permanentes de reconhecimento de si próprio como ser que tem de tratar de si para depois poder tratar dos outros e dos objetos que povoam o ambiente, o espaço e seus territórios, a salvaguarda do bem ambiental pode ser posta em perigo.

Finalmente em 2017 o jornal da Quercus dá relevo ao caso dos incêndios em Portugal. O incêndio em Pedrogão Grande é alvo de denúncia, atribuindo aos sucessivos governos portugueses a responsabilidade da sua ocorrência. Entre as razões apontadas para o seu aparecimento, mas sobretudo à sua grande extensão territorial e aos efeitos provocados na perda de pessoas, pela morte, e na destruição da paisagem florestal, a publicação salienta a ausência, ao longo do tempo, da concretização de ações da parte das entidades públicas, nacionais e locais, no âmbito do ordenamento e gestão florestal. Recorda a notícia que “perante este cenário preocupante, a Quercus relembra os alertas que efetuou ao longo de muitos anos, aos sucessivos Governos, para a necessidade de serem aprovadas políticas públicas de longo prazo, promotoras da gestão sustentável da floresta, mas que infelizmente continuam sem ser aprovadas e implementadas.

Os incêndios florestais são considerados o maior problema ambiental no nosso País, contudo, o Governo continua sem implementar políticas públicas de longo prazo promotoras da gestão sustentável da floresta e do espaço rural, que tornem o território mais resiliente aos incêndios”. Sem o investimento público no domínio da mancha florestal, com incidência no reordenamento do território, a floresta está em perigo. Na falta de políticas e ações públicas “que promovam o investimento no mundo rural para manter as culturas, numa paisagem em mosaico mais resiliente aos incêndios, o país vai provavelmente continuar a assistir a tragédias sucessivas, que não podemos aceitar. O paradigma em vigor atualmente faz recair no Estado, ou seja, em todos nós, a responsabilidade e a fatura a pagar com estas tragédias, para alguns poucos lucrarem com as medidas que vão sendo aprovadas a jeito para proteger o seu negócio.

As alterações climáticas, que já se fazem sentir em Portugal, trazem desafios adicionais ao setor florestal, com a frequência crescente de situações climáticas extremas, como períodos prolongados de seca, que fazem aumentar ainda mais o risco de incêndio” (Quercus, Ambiente, 2017, p. 2). Este fenómeno com repercussões mediáticas nacionais e internacionais chocou as opiniões públicas, em particular os militantes da causa ambiental. Na verdade, a natureza inaceitável da inércia estatal no ordenamento do território, e, conseqüentemente, na adoção de medidas que visem modificar a desertificação territorial das áreas urbanas e rurais do interior, contribuem de forma decisiva para o aparecimento dos incêndios.



É certo que as alterações climáticas são causas e consequências para a arrebatamento do fenómeno. A bem da floresta e do território a notícia carrega na urgência no sentido de o governo não adiar mais a implementação de medidas públicas que operem alterações significativas na gestão territorial, mas também nas mobilidades geográficas, fazendo atrair a estes espaços abandonados ou com populações muito envelhecidas, novos contingentes populacionais com vista a dinamizar as suas atividades.

O questionamento sobre o território acentua o interesse da agremiação pela questão dos solos e, mais uma vez, pelo problema dos pesticidas, em particular pelo herbicida já referido anteriormente. De acordo com João Branco ainda presidente da Quercus:

“solos saudáveis desempenham funções essenciais no funcionamento dos ecossistemas, na segurança alimentar, na preservação da biodiversidade, e, entre outras, na mitigação do aquecimento global e adaptação às alterações climáticas. Além de fornecer o habitat para a biodiversidade que ocorre abaixo do solo, o próprio solo é essencial para a sobrevivência da maioria das espécies que ocorrem acima dele” (Quercus, Ambiente, 2017, pp. 2-3).

É assim que a associação organiza uma campanha destinada às autarquias. “Autarquias sem Glifosato/herbicida” é o mote da campanha. Esta visa sensibilizar os autarcas para que as ervas livres, cresçam naturalmente nos concelhos urbanos ou rurais, sem o apoio nefasto dos pesticidas e deste herbicida em particular.

A [ICE] “Stop Glifosato” é uma iniciativa europeia que tem o propósito de mobilizar os cidadãos deste continente para denunciarem a utilização indevida deste herbicida. Por intermédio desta petição:

“solicita-se à Comissão Europeia que proponha aos Estados membros a proibição do glifosato, que altere o procedimento de aprovação dos pesticidas e defina metas de redução obrigatória para a utilização de pesticidas a nível da UE. E ainda que proíba os herbicidas à base de glifosato, cuja exposição tenha sido associada ao cancro em seres humanos e tenha levado à degradação dos

ecossistemas; que garanta que a avaliação científica dos pesticidas para a aprovação regulamentar da UE se baseie apenas em estudos publicados, encomendados por autoridades públicas competentes em vez da indústria de pesticidas; e finalmente que estabeleça metas de redução obrigatória para a UE em relação ao uso de pesticidas, com vistas a alcançar um futuro sem pesticidas” (Quercus, Ambiente, 2017, p. 6).

Estes exemplos são lições políticas deixadas por este movimento organizado em prol da defesa do ambiente. Ao servir-se do boletim como plataforma pública para divulgar as suas atividades, os seus projetos, os alvos de intervenção com vista a denunciar os diferentes atentados contra o ambiente inóspito, isto é, não saudável e insustentável, a associação Quercus apresenta-se aos públicos e veicula, através das suas notícias, os seus juízos fundamentados que justificam as suas apreensões quer sobre o planeta Terra, quer sobre os territórios nacionais e europeus. Apoiando-se em resultados obtidos por estudos científicos, a publicação é o espaço ideal para fazer repercutir as suas vozes junto da opinião pública, mas em particular junto dos media, instrumentos fundamentais para fazer chegar junto das instituições estatais portuguesas e europeias as suas denúncias, as suas reclamações, em suma os seus sentidos do justo.

### **V.3. Narrativas das formas de se mobilização e envolvimento enquanto voluntário na QUERCUS**

No sentido de ilustrar tudo o que até aqui foi exposto ao nível das organizações interventoras no espaço público, com um papel ativo no desempenho de ações e realizações de âmbito político e também de análise científica dos problemas ambientais (definidos enquanto tal), caraterizamos a Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS).

Insiste-se que a escolha desta organização, em detrimento de outras associações ambientais que desenvolvem a sua ação no espaço nacional, recaiu fundamentalmente em dois critérios: o primeiro esteve relacionado com a representatividade territorial

desta associação, uma vez que esta constituiu, desde a sua fundação, um conjunto de Núcleos que cobrem na sua grande maioria o País.

O segundo critério, recaiu sobre a dimensão da visibilidade que esta associação detém no plano mediático, comparativamente a outras organizações congéneres (exemplo: o programa “Minuto Verde”, transmitido diariamente no canal público nacional RTP1), permitindo, desta forma, constituir uma opinião pública mais esclarecida e empenhada na defesa dos valores da proteção e conservação da natureza, através de comportamentos ambientalmente sustentados e podendo inerentemente conduzir as pessoas a processos de um envolvimento mais efetivo através da sua adesão enquanto voluntário a esta ou outra associação que defenda o ambiente como um bem comum preservar.

Como já foi referido, a associação é fundada a 31 de outubro de 1985 e apresenta um conjunto de princípios e objetivos, inscritos nos seus estatutos, que se foram renovando ao longo dos seus 32 anos de existência.

Princípios, objetivos ou fins da Associação:

- a) A proteção do Ambiente entendido este no seu sentido mais amplo;
- b) A promoção de soluções e alternativas baseadas no desenvolvimento sustentável;
- c) O fomento e a promoção de actividades de educação cívica, ambiental e científica;
- d) A elaboração de estudos de carácter científico, técnico, pedagógico e didático que contribuam para um melhor conhecimento e defesa dos valores do património natural e cultural;
- e) Alertar e apoiar os cidadãos e entidades nas vertentes técnica, científica e jurídica com vista à promoção de um melhor Ambiente.

Formas de atuação - A Associação cumprirá os seus objetivos, designadamente:

- a) Mantendo o diálogo e cooperação com todas as entidades, organismos, instituições e

- indivíduos envolvidos na definição e execução das políticas de Ambiente;
- b) Filiando-se ou participando na constituição ou mesmo na direção de organizações, com ou sem personalidade jurídica, nacionais ou internacionais, e com elas estabelecer todas as formas de cooperação consentâneas com os objetivos da Associação;
  - c) Promovendo debates, editando publicações e difundindo, através dos meios de comunicação social, informações, estudos e investigações sobre temas relacionados com os objetivos da Associação;
  - d) Recorrendo à via judicial com o objetivo principal de defesa do Ambiente;
  - e) Contratando serviços e recursos humanos com as adequadas qualificações;
  - f) Desenvolvendo atividades com recurso aos colaboradores da Associação e ao voluntariado;
  - g) Desenvolvendo estudos e projetos de forma autónoma ou em parceria;
  - h) Realizando os atos e os negócios jurídicos que se revelem necessários para a prossecução dos fins sociais.

Para Viriato Soromenho-Marques (2005), antigo Presidente desta associação, os princípios da QUERCUS significam “um considerável incremento do poder de argumentação e persuasão por parte da organização, das suas propostas, dos seus representantes, bem como um enriquecimento da qualidade do debate público sobre temas de ambiente e sustentabilidade”.

Neste sentido, apesar da intervenção em rede (participação em congressos e outros eventos) com outras organizações internacionais (permitindo debater novas ideias e novas formas de intervenção política, baseadas na análise e estudo científico do ambiente), a QUERCUS possuidora de Estatuto de «Associação Nacional» (pois como anteriormente foi referido possui diferentes núcleos no país: Braga; Porto; Aveiro; Viseu; Guarda; Coimbra; Lisboa; Setúbal, entre outros), não integra a organização federativa das associações ambientalistas, em virtude de todas as associações que incorporam esse organismo, deterem apenas um único voto independentemente da dimensão e representatividade que possuam enquanto organização. Poder-se-á depreender, com esta tomada de posição, a existência de uma possível disputa entre associações com os mesmos fins, pela ocupação não do espaço de intervenção, mas sim pela procura da capacidade de influência das decisões e tomadas de posição públicas.

Podemos seguidamente verificar, através da gramática utilizada por alguns dos seus voluntários fundadores e voluntários dirigentes, que o surgimento e desenvolvimento desta organização constituída especificamente para proteção e defesa do ambiente, esteve em certa medida dependente da cobertura mediática dos diferentes órgãos de comunicação social, quer para denunciar políticas públicas contrárias ou lesivas da proteção e preservação da natureza (matriz central dos seus objetivos), quer no sentido de influenciar através de campanhas e petições públicas as decisões políticas relativas ao ambiente. Ilustramos igualmente, pelos relatos dos sujeitos envolvidos neste tipo específico de mobilização, quais os meios e mecanismos de atuação utilizados pela organização nas disputas / conflitos com o Estado / Empresas. Finalmente, é também nosso propósito traçar os contornos internos das controvérsias e as configurações de acordo, meios e mecanismos de atuação da associação, com as formas de mobilização e envolvimento dos sujeitos enquanto voluntários.

### **V.3.1. Da génese da constituição da QUERCUS – da proteção da natureza**

*Gostava de voltar à questão da conservação da natureza porque ela é-nos muito cara, aliás, a génese da criação desta Associação foi exatamente para defender os valores naturais, da conservação da natureza, o próprio nome é disso a mais cabal razão. Agora, do ponto de vista da conservação da natureza, nós queremos ter dado algum contributo, em conjunto com outras associações com quem também trabalhamos, a Liga e o GEOTA, sempre que é oportuno trabalhamos, com a Liga também trabalhamos há muito tempo, com o GEOTA também, o GEOTA agora está um bocadinho mais parado, mas trabalhamos muito com a Liga. (Lurdes, 62 anos, Professora)*

Do trecho retirado à entrevista realizada ao voluntário da Quercus, destaca-se a inicial razão da criação da Associação enquadrada nos princípios da defesa e da conservação da natureza, assim como o trabalho em cooperação com outras

organizações ligadas às questões ambientais. O propósito conservacionista inicial dá azo a que se pense que, na sua génese, a ordem de grandeza aparece baseada na questão doméstica. É na fundação das raízes tradicionais do território, da manta florestal, do seu povoamento pelos animais selvagens que conduzem às primeiras iniciativas de um conjunto de voluntários, alguns já detendo experiências em movimentos anteriores. A coordenação de ações com outras associações que se sentem afetadas pela defesa da natureza territorializada é um outro fio que leva à mesma meada em uma primeira, e ainda redutora, conceção sobre o significado atribuído à causa ambientalista. Isto faz prova de um caminho interpolar realizado pelos precursores do movimento que, de um arco infinitamente curto de experiências sobre a natureza e a sua conservação, as vão alargar para outros questionamentos mais amplos ligados à mesma temática, mas agora ressignificada de ambiente.

*Acho que inicialmente, se voltarmos aos anos 80, a Quercus talvez tenha sido a 1ª associação ambiental em Portugal que tentou ter uma ação mais abrangente em termos nacionais, porque havia outros grupos mais locais com uma ação mais localizada. Por exemplo em termos históricos houve núcleos que tentaram, obviamente depois quando apareceu a Quercus, tentou ser um grupo mais homogeneizador como baluarte, digamos, daquilo que seria o movimento nacional ambientalista, mas é evidente que havia outras associações com um papel importante e a LPN tem conseguido manter-se ativa e bastante interveniente também. Portanto neste momento é capaz de não haver - a não ser pelo facto de ser mais visível, de ter mais sócios - não sei se poderá dizer que a Quercus lidera o movimento ambientalista nacional, mas sempre tentou fazer esse papel. Era uma questão de homogeneizar as coisas, de ser mais interventivo. Achava-se na altura, e eu estive de certo modo envolvido nessa altura, achava-se que para pressionar os governos e os ministérios, e estamos a falar na altura em que começou a aparecer o ministério do ambiente, achava-se que era importante não haver muitas vozes, haver só uma voz que fizesse alguma coisa. Nessa*

*altura apareceu como essa resposta de tentar englobar vários movimentos. (Jorge, 52 anos, Professor)*

Do ponto de vista do entrevistado, o seu olhar recai numa dimensão política sobre o justo em que as suas razões se fundam na tese de que a Quercus, desde o momento inicial da sua formação, teve o propósito de estender a sua ação a todo o território, mas de forma faseada. Contrariamente a outras associações que investem os seus propósitos políticos em territórios mais circunscritos, a extensão territorial concretizada pelos primeiros voluntários e dirigentes da Quercus torna possível e viável a sua transformação numa organização de âmbito nacional. Por outro lado, a ambição de cobrir todo o território de núcleos com esferas de autonomia no seu funcionamento, não descartando ações em rede com outras associações com fins similares, cria condições para elevar a sua ordem de grandeza de renome, quer junto dos *media*, quer junto de espetadores que acompanham o levantamento das zonas problemáticas, primeiro de teor mais conservacionista, para posteriormente se reatualizarem num alargamento da conservação natureza para a defesa do ambiente, que não se espera conservar em si, mas torná-lo habitável para seres humanos e não humanos, incluindo objetos a estes ligados e que conferem sentidos às suas ações e deslocações. Neste investimento em formas em que se baseiam as qualidades que as categorias vão detendo no início da sua história, as ações coletivas saídas das primeiras iniciativas de denúncia junto do Estado pressupõem convicções que deslizam para a ideia de unidade na ação, de modo a que as ressonâncias das suas vozes sejam escutadas pela espessura das suas queixas. Ao invés das associações mais pequenas e invisíveis, a Quercus lança-se na ambição de deter uma maior representatividade junto das instâncias estatais, particularmente o ministério do Ambiente a aparecer como área de intervenção pública.

*Eu já falei com muitas pessoas que estavam cá no início, mas não estive envolvida porque nessa altura eu tinha 10 anos, portanto desconhecia estas questões ambientais. De facto, aquilo que eu sei, e sei por falar com os meus colegas, o início teve muito a ver com a defesa das espécies autóctones aquando da plantação das grandes monoculturas –*

*pinheiros e principalmente eucaliptos – as movimentações iniciais teve muito a ver com proteger as espécies e com a conservação da natureza, com a tentativa de proteger as espécies. Aliás, o nosso nome tem a ver com a família dos carvalhos e, portanto, desde o início foi esse o tema principal. As pessoas ... algumas delas já pertenciam, tanto quanto eu sei, já pertenciam a outros grupos, grupos mais locais, e a própria Quercus ao longo dos tempos foi absorvendo outras associações de nível local, mas isso já passados talvez 10 anos da sua formação. Foi absorvendo várias associações ... o grupo Sol Verde, o grupo Lontra, foi apanhando ... em Portalegre penso, não me recordo do nome da associação, mas foi uma associação que foi convidada a fazer parte da rede da Quercus. Desde o início se procurou que houvesse uma rede espalhada pelo País, portanto nós nunca fomos uma associação, aliás nasceu no Norte não nasceu aqui em Lisboa ou na margem Sul, nesta região de Lisboa, mas nasceu no Norte e cresceu muito pelo interesse e capacidade, diria, em ter pessoas espalhadas pelo País e, portanto, ter os núcleos, o que nos permite hoje ter uma intervenção muito mais alargada e muito mais próxima dos problemas do que outras associações sediadas em Lisboa, ou noutro local, isso não interessa, mas que têm uma sede e um ou outro polo. Eu diria que as associações são todas diferentes. A Geota tem, ou tinha, associações locais que eram parceiras, mas nunca houve uma absorção da estrutura e nós absorvíamos. A Quercus é a única que tem uma rede mais alargada e desde o início procurou ter essa rede mais alargada. Essa integração de outras associações foi algo que foi acontecendo ao longo do tempo e as associações mesmo as locais foram-se apercebendo que poderiam ter mais capacidade de atuação inserindo-se nesta rede mais global.*

(Susana, 45 anos, Investigadora)

A ambição territorial da Quercus com a constituição dos seus núcleos, se lhe deu maior projeção em termos nacionais, não desfez os seus laços com o pendor conservacionista, alimentado pelos ideais que a sua luta estava destinada a fazer conservar espécies arbóreas que estavam implantadas nas manchas florestais, que traíam



a identidade antropológica dos territórios nacionais se fossem consumidas e substituídas por outras sortes de um género similar. Absorver em rede associações competindo na mesma esfera do justo foi acontecendo ao longo das primeiras décadas. A natureza do núcleo que enformou a sua orgânica primeira possibilitou evitar a centralização do movimento a Lisboa. A construção dos núcleos, ao descentralizar a atuação do movimento, faz com esta categorização se torne nuclear na sua identificação por comparação a outras ONG's.

### **V.3.2. Da visibilidade da ação associativa às sinergias com os envolvimento com os media**

*A importância é grande, sem dúvida. Numa democracia os meios de comunicação são a face visível de uma parte da verdade, porque não podemos esquecer que há sempre motivações ideológicas em qualquer meio de comunicação, portanto há a verdade e partes da verdade que nunca passam. A verdade consegue ser mais perceptível pelas pessoas através dos meios de comunicação, a verdade, o conhecimento, a cultura. A defesa do ambiente passa pela divulgação e pela educação. Os meios de comunicação são um modo de divulgar as questões de defesa do ambiente e de proteção e conservação da natureza, portanto é meio difusor de ideias. A televisão é extremamente importante, está presente em praticamente todas as casas. Programas como o “Biosfera” no Canal 2 são muito bem-feitos e têm grande validade, mas também o “Minuto Verde” que a Quercus produz e é emitido pela RTP. (Paulo, 52 anos, Desempregado)*

A visibilidade da ação da Quercus está dependente das coligações com os *media*. O uso da televisão, como suporte na difusão das mensagens que suportam as suas causas, confere-lhe força e representatividade no seu renome na esfera das opiniões, que

retoricamente se vinculam nas controvérsias quer sobre o teor conservacionista das suas teses iniciais, quer posteriormente às reactualizações que produz sobre o ambientalismo.

Segundo Schmidt, atualmente “(...) não se deve nem pode descurar a preponderância das instituições mediáticas, em especial a televisão, na produção cultural das sociedades modernas,” Referenciando ainda os “significados ambientais – sua seleção, transformação e circulação -, os *media* desempenham um papel determinante” (2003, p.55).

*Os media são, realmente, muito importantes para a divulgação dos projetos e também de outras questões que a Quercus trata, não só a nível ambiental, mas também noutros aspetos que envolvem questões sociais e sem esse apoio dos media seria muito difícil para a Quercus conseguir alertar, consciencializar, informar as pessoas de uma forma geral, a população em geral, apesar da Quercus também ter bons meios de divulgação, por exemplo, website e não só, também o Facebook e por aí fora. Isso só por si não é suficiente, porque chega apenas a uma pequena parte da população, enquanto que se, por exemplo, se certas coisas que a Quercus tratar forem realmente importantes, são todas importantes, mas aquelas assim mais importantes, que é por onde os media pegam, divulgarem por exemplo através do noticiário, em horário nobre e por aí fora, então a probabilidade de milhões de pessoas poderem estar informadas acerca dessas questões é muito maior, porque se não for dessa forma, dificilmente a Quercus consegue atingir tantas pessoas, não é? (Paulo, 42 anos, Informático)*

Nos tempos em que as suas temporalidades ganham a marca do urgente, do agora e já, do presentismo que acompanham os alertas e as suas dramatizações, o suporte da televisão e das imagens que recorrem ao imediato, daquilo que acaba de acontecer, cria as condições para essa embriaguez em relação à natureza decisiva deste

suporte comunicacional, ao qual se pode juntar as redes sociais que ganham expressão, mais hoje que outrora, pela Internet.

Neste relato de entrevista, registamos também a importância que é dada à comunicação social quer a nível ambiental, quer também social (águas, esgotos e respetivo tratamento, poluição, ordenamento do território, energias renováveis, resíduos urbanos, industriais e hospitalares), pois poderá permitir a consciencialização e consequente reflexão sobre este tipo de questões, potenciando simultaneamente formas de alertar a sociedade civil, como ainda possibilitar a divulgação de informação necessária e útil.

Este registo é reforçado por Schmidt, quando esta refere que:

”torna-se especialmente importante analisar a natureza do(s) discurso(s) produzido(s) sobre o ambiente - tal como se foi estruturando e assumindo. Sobretudo a dois níveis: (1) ao nível do *ambiente enquanto valor cultural a inculcar*; (2) ao nível do *ambiente enquanto discurso político eminente*” (2003, p. 61).

*É muito grande. Porque chega lá onde nós nunca conseguiríamos chegar. Chega às pessoas. A divulgação... e por isso acho que tem uma imagem que suplanta aquilo que a QUERCUS é. Porque aparece e os jornalistas quando querem uma opinião vão buscar a QUERCUS, mas isto também é a tal falta de as pessoas terem outras associações. A defesa do ambiente tem o Núcleo de Aveiro. Não há outra associação. É normal haver outras associações, mesmo mais pequenas, sejam até de bairro, de cuidar do jardim. Mas não há. E depois eles vão falar com quem? Falam com a QUERCUS. E então há boas relações nesse sentido. Se nós mandarmos uma nota de imprensa eles agarram. Mas isso é da pobreza, não há lá mais notas de imprensa! A imprensa regional lida com quê? O fulano que caiu e se aleijou... Se saiu uma nota de imprensa da QUERCUS e dizem “E isto é muito importante” e agarram logo naquilo. Para eles também é importante que haja*

*isso, senão não têm notícias para dar. Estamos a falar a nível local.* (João, 54 anos, Desempregado)

Os *media* também constituem públicos, e estão de certo modo ligados às audiências. Ora muitos dos acontecimentos que estão na base das suas reclamações ou denúncias têm reverberações variadas, junto do público que se desdobra em públicos. Ajuízam que o selo da Quercus credibiliza as mensagens, sejam quais forem as suas formas, suportes e conteúdos.

Segundo Schmidt, “no caso das questões ambientais, as associações ecologistas (...) constituem em geral, as fontes fundamentais dos *media*. Consequentemente, são «primeiros definidores» na construção das notícias e/ou programas.” (2003, p.86).

Verificamos, através dos relatos dos voluntários da Quercus, que a mediatização das suas atividades, dos seus programas, da sua agenda de alertas, etc., através dos órgãos de comunicação social (particularmente a televisão), tem sido fundamental para que vá conseguindo dar visibilidade pública às suas denúncias, que estão na base dos conflitos que são alimentados com empresas e entidades públicas nacionais e/ou estrangeiras. Estes não deixam de constituir, nomeadamente, os canais das diversas televisões, instrumentos vitais para apresentar injustiças no espaço público lesivas para o ser humano e simultaneamente fazer representar os contornos dos diferendos que têm com diversos intervenientes, nomeadamente atos coletivos ou individuais cujas consequências ponham em causa quer a conservação da natureza, quer a qualidade de ambiente bom, saudável e sustentável.

### **V.3.3. A importância que os voluntários dão à QUERCUS enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social.**

*Neste momento adquiriu uma importância de ser, talvez, uma das referências do movimento ambiental em Portugal. Tem garantido esse estatuto. Em termos económicos sei que já mobiliza um orçamento razoável, portanto já não é de todo desprezável, mas em termos políticos continua a ser um movimento que continua a influenciar de alguma forma alguma coisa que se faz em ambiente em Portugal. Mesmo ao nível dos órgãos executivos tem alguma capacidade de influência. Não foi sempre assim, mas tem adquirido esse estatuto. (Jorge, 52 anos, Professor)*

Destacamos, desta entrevista, a relevância política que a Quercus atualmente tem no panorama político português, pois o voluntário verbaliza não só a influência junto dos órgãos decisores da política ambiental por parte desta organização, pressupomos que através da sua ação e do seu discurso, assim como no espectro mais generalista, no que ao ambiente concerne, pois apresenta-se segundo ele como uma referência nacional em termos ambientais.

Neste sentido, para Schmidt, a importância do discurso sobre o «ambiente» constitui-se como:

*“um campo de representações da dimensão política dos problemas ambientais e, em particular, um suporte da sua integração à escala global. Com o ambientalismo não é só um novo campo de confronto social que se inaugura, é também uma visão conjunta do mundo e do relacionamento entre sociedades e naturezas que nele se processa.” (2003, p. 394).*

Na verdade, como Organização Não Governamental, e de acordo com o trecho da entrevista, a Quercus no desempenho da sua equipa dirigente, quer em termos dos

seus órgãos dirigentes, sejam quais forem os seus lugares orgânicos – ao nível central ou nos seus núcleos – quer em termos da sua representação junto dos sócios, dos voluntários e profissionais, aparece engrandecida na base da economia de grandeza cívica.

Esse engrandecimento cívico não surge de modo inaugural. Está assente nos roteiros que esta tem vindo a desenvolver nos seus itinerários de confrontos, discutindo a bondade das políticas e ações públicas definidas pelo Estado, pondo-as ou não em prática, mas também opondo-se a ações de má prática ambiental acionadas pelas empresas, ou ainda na contestação das políticas europeias, ou de alguns dos seus membros, no caso particular de Espanha, país que faz fronteira com Portugal. Por outro lado, os ganhos estatutários podem ser interpretados como enriquecimentos no plano da sua credibilização pública, na capacidade dos seus dirigentes, quer através das campanhas destinadas a angariar sócios, quer pelas tomadas de posição críticas junto de certos sectores da população portuguesa.

Assim, não é de descartar que as suas ações cívicas constituam experiências de sensibilização ambiental, modalidades de exercício de socialização política, junto das escolas, por intermédio de intervenções de educação ambiental, como ocorre por exemplo nas campanhas de separação do lixo, na poupança energética, na reutilização do vidro ou na eliminação dos plásticos. Num outro plano, os ganhos estatutários descritos como formas capacitantes de influenciar públicos também se comprovam nos empenhamentos dos seus dirigentes e porta-vozes no esclarecimento nos debates acerca da energia nuclear ou nas poluições nos estuários dos principais rios portugueses, como às vezes se anuncia pelos *media*, quando existem descargas feitas por empresas de celulose, da pasta de papel, ou quando, em virtude de acidentes marítimos, as águas e as praias ficam poluídas por causa do derrame de petróleo.

*Está relacionada de todas essas três maneiras em termos políticos sociais e económicos. Isso quer dizer que em termos económicos que muito daquilo que eu aprendi com o movimento ambientalista soube também, de alguma forma, transferir para a minha vida. Isso ajuda-me a sobreviver, às vezes, em termos de crise nestes tempos*

*complicados. Ser ambientalista é aprender a poupar. Poupar os recursos e aprender a ter uma vida um pouco menos contaminada pelas seduções da sociedade de consumo. Isso tem vantagens e desvantagens, no meu caso teve óbvias vantagens em alguns aspetos. Isto quanto às questões económicas. Quanto às questões sociais e se estou ou não relacionada com outras associações ambientalistas, pois eu conheço várias (...) do ponto de vista social sim eu tive esse envolvimento na luta, por exemplo contra a coíncineração e também foi um envolvimento motivado por razões pessoais uma vez que eu própria fiz a experiência de morar ao lado da incineração de resíduos hospitalares e sei do que estou a falar. Do ponto de vista político, pois fui algumas vezes aliciada por partidos políticos, mas nunca tive uma participação política que valha a pena referir como tal, a não ser esporádica e por via da escrita, porque houve uma altura em que de facto eu escrevi bastantes textos para a imprensa, nomeadamente imprensa local – Diário de Coimbra, O Figueirense – em que tratei em textos muito curtos questões ambientais, tive vários textos sobre a questão da incineração, talvez em 2003, 2004. Eu nem sei agora se foi essa a altura mais relevante ou não, portanto do ponto de vista político tive algum relacionamento. (Adelaide, 57 anos, Professora)*

Infere-se, do registo atuante desta voluntária da Quercus, que a sua participação na luta contra a coíncineração apresentou-se para ela como tendo uma dimensão social e também política, permitindo-nos deste modo uma interpretação que está relacionada com o travar de uma disputa que simultaneamente originou um conflito com a tutela do ambiente, na prossecução da defesa de um bem comum com implicações para as populações de Souselas e de Coimbra ao nível da saúde pública.

Para Schmidt, “os resíduos industriais perigosos (...) tiveram todo o tipo de destinos menos o que deveriam ter” nomeadamente “de os fazer coíncinerar” (Schmidt, 2016, p. 69). Esta situação levou a que não só as Associações ambientalistas, mas também as populações indignadas e insatisfeitas com estas decisões de teor

político/empresarial, que poderiam certamente vir a afetar a sua qualidade de vida, se mobilizassem e reagissem, catapultando essas controvérsias para o “palco das preocupações políticas e públicas” (Schmidt, 2003, p. 413).

As experimentações políticas enunciadas pela entrevistada tornaram possível o reconhecimento pessoal da importância da causa ambiental. A sua vinculação à associação ganha sentido pelo seu envolvimento em processos de luta política contra medidas tomadas pelo Estado em matéria de ambiente. Contrariando as teses de que a coincineração era a melhor medida técnica para eliminar os resíduos sólidos, a ambientalista assume a camisola da luta que impeça que a empresa cimenteira de Souselas faça esta operação. Clamando do ponto de vista moral, ao acionar em sua defesa a experiência de residente junto a um hospital que põe em prática a coincineração, pelos malefícios ambientais sentidos pelo seu próprio corpo, a militante pela causa ambiental faz prova que os ensaios, como práticas vividas em carne e osso, tornam possível a elevação da sua consciencialização política. E mostra-se, dando consequência às suas tomadas de posição pública, como disponível para trabalhar em prol da mobilização, para exercitar a sua militância nas lutas por um ambiente mais saudável e sustentável. Assegurando-se na convicção das virtudes republicanas da ordem de grandeza cívica, a voluntária estende a sua participação política com a publicação artigos de opinião em jornais como O Figueirense e o Diário de Coimbra.

*O terceiro setor em Portugal ao nível social é muito fraquinho. Tem pouca representatividade e, tirando associações que estão mais ligadas a atividades produtivas, acho que não está bem. Em termos políticos, também só quando há alguns interesses políticos dentro dessas organizações é que a coisa funciona senão, da experiência que eu tenho, os ministros acham que são os do contra e não são vistos como os que podem ajudar a... Um exemplo disso é o “monte” de dinheiro que havia da UE para projetos e nunca abriram, em termos do Ambiente, aquilo às associações, só abriram passado muitos anos. Era sempre a através do Ministério do Ambiente. Vinha tudo para eles e depois não conseguiam fazer as coisas. Só quando abriram as associações é que já havia outras*



*condições, já depois as associações, também, ainda não tinham criado infraestruturas e não tinham, digamos, o fundo de maneo para desenvolver os projetos e pronto a coisa complicou-se e a coisa ficou assim também muito mal. Portanto, a nível político, social e em termos económicos, fiz rodar algum dinheiro, mas também mais ligado às atividades produtivas. Porque essas Associações vão buscar dinheiro das quotas. Eu conheço uma que é a pessoa recebe x da agricultura, o sócio recebe x de subsídios e como a Associação lhe faz as papeladas todas, a pessoa paga mais ou menos uma percentagem. Ainda dá para gerar algum rendimento e para ter pessoas a trabalhar, pagas. Noutros campos é mais difícil. A QUERCUS também tem pessoas pagas a nível nacional, mas está muito dependente de greenwashing que são empresas que dão dinheiro, mas têm aquele interesse em ficar bem vistas. Há quinze anos atrás as empresas não davam dinheiro para o Ambiente e agora dão. Dão e querem. Andam atrás dos projetos.*  
(João, 54 anos, Desempregado)

Este voluntário apresenta-nos, por um lado, dois tipos de crítica política ligadas com o Estado e com as empresas. A primeira está relacionada com o tardio acesso, por parte do Estado, que possibilitasse a apresentação de candidaturas no domínio do ambiente pelas Associações ambientalistas e que permitisse a respetiva distribuição dos fundos consignados pela União Europeia para esta área concretamente. A segunda crítica prende-se com a forma como algumas das grandes empresas em Portugal, ao fazerem donativos e financiarem projetos de algumas organizações ambientais, o fazerem na ótica deste elemento da Quercus como forma de *greenwashing*, podendo utilizar muitas vezes, segundo nós, uma gramática de responsabilidade social, utilizando assim uma justificação muitas vezes da sua ação produtiva lesiva para o ambiente.

No que concerne à segunda crítica, Schmidt refere que se mantém atualmente em Portugal um “«secretismo» sobre as emissões das grandes unidades industriais que fazem autocontrolo e enviam os resultados à Agência Portuguesa do Ambiente (...), que

os trata depois globalmente, não sendo possível saber o que cada unidade industrial emitiu” (Schmidt, 2016, p. 131).

#### **V.3.4. Os mundos políticos da Quercus: das dissensões internas às disputas junto ao Estado**

##### **V.3.4.1. Quando a profissionalização dos quadros e das fontes de financiamento são objeto de disputa interna na associação**

*Discussão interna, isso e o facto de termos profissionais. Para algumas pessoas a Quercus não devia ter profissionais e devia trabalhar só com voluntários e depois não tinha tanta necessidade de ter tantas fontes de financiamento para pagar ordenados e todas as obrigações legais. Mas então a questão dos apoios é constante, ou seja, de 2 em 2 anos há uma grande confusão porque as pessoas querem voltar a debater esta questão do financiamento da associação. Nós temos sempre mantido, acho que isso é claro em termos de imagem pública, estamos sempre a ser acusados de tudo – se apoiamos, por vezes o governo é porque recebemos do governo, sei lá – agora internamente, para algumas pessoas a Quercus não devia receber dinheiro das empresas. E para nós era muito melhor não ter que recorrer a entidades privadas, para o financiamento. Não é que o diálogo não seja muito proveitoso, porque o é, ou seja, o facto de termos essa parceria com as empresas permite com muito mais facilidade chegar aos cargos máximos e conversar com eles e depois também nos permite conhecer o contexto que também é importante para a nossa atuação. Em Portugal, de facto os movimentos ambientais são extremamente, eu diria, moderados. Nós somos extremamente moderados na abordagem, até nas posições que enfim, basta comparar com Espanha por exemplo, não é? Grande parte das organizações espanholas, jamais entrariam em parcerias como nós*

*entramos, ou jamais defenderiam posições como nós defendemos. De facto, em Portugal, isto é a minha percepção, acho que somos de facto extremamente moderados. Portanto estas parcerias também ajudam...*

(Susana, 45 anos, Investigadora)

Infere-se, desta entrevista, que existem controvérsias internas dentro da Quercus, relacionadas fundamentalmente com os modos de financiamento da organização, como por exemplo os apoios provenientes das empresas, retirando no seu entender alguma capacidade legitimadora de reivindicação e de algum distanciamento no sentido de possibilitar uma ação mais independente, quando for necessário intervir ou denunciar determinadas questões relacionadas com essas mesmas empresas. Outra questão que parece fraturar a coesão interna prende-se com a questão da profissionalização dos quadros. Profissionalizar ou não eis uma questão interessante, uma vez que as vinculações associativas parecem não contar com uma adesão, a não ser que esta possibilite também a profissionalização de alguns dos seus membros.

De um outro lado, o alargamento das suas atividades e a multiplicação de projetos de intervenção só ganham eficácia com a assunção da ordem de grandeza industrial. A zona de tensão não se espelha só na prestação de contas sobre aquilo que se recebe e como o apoio financeiro é concebido e concedido. Também não se circunscreve àquilo que, a partir dele, é possível realizar em termos da concretização das campanhas a que se vinculam os membros dos núcleos e da direção central.

Retrata também, de um outro lado, as ambiguidades e as ambivalências nas relações tensionais entre as fontes de financiamento e a profissionalização com vista a executar determinados projetos. A eficácia naquilo que diz respeito à execução e aos resultados a que chegam a operacionalização dos projetos são a consequência de um problema mais fundo: se a associação devia receber fundos de empresas que querem ser representadas como “amigas do ambiente” e associadas a uma “economia do verde”, ou mesmo se devia receber fundos do governo que “vigiam” a bondade das suas práticas ambientais; e, como corolário, se alguns dos seus membros têm de se profissionalizar para executar os seus planos de trabalho.

Estas ambiguidades trazem, ao espaço Quercus, debates que ora mobilizam a ordem de grandeza cívica para criticar a ordem de grandeza industrial, ora o seu inverso. Por outro lado, estas duas ordens de grandeza, mas sobretudo a primeira, tendem a não se conciliar bem com o regime de envolvimento da ação em plano.

De acordo com um estudo efetuado por Rodrigues em 1995, o apoio material e financeiro que as Associações de Defesa do Ambiente obtinham e que lhes permitia desenvolver a sua ação, eram provenientes na sua grande maioria das quotas dos associados e dos apoios estatais (1995, p. 24). Atualmente, para além da manutenção destas duas fontes de financiamento para o funcionamento enquanto estrutura organizativa, surgem as empresas como modo de suportar os custos que permitam desenvolver determinados projetos.

*Há dois ou três anos houve disputas graves relacionadas com o financiamento, mas foram ultrapassadas e aprendidas algumas lições. Têm havido alguns lapsos, mas também têm havido algumas coisas interessantes. Há questões relativas à existência de funcionários ou não, há questões relacionadas com a transparência de funcionamento desses subprojectos da Quercus; tem acontecido que esses subprojectos realizam atividades dentro dos núcleos sem informarem esses núcleos e poderia haver uma maior cooperação, o núcleo podia arranjar voluntários para esses projetos e acaba por não acontecer. Há aqui uma certa dificuldade de relacionamento entre os núcleos regionais e os projetos e grupos de trabalho da Quercus, mas vai-se gerindo com maior ou menor dificuldade e as pessoas vão aprendendo com o passar do tempo, as pessoas vão aprendendo a lidar com isso (...) em termos de financiamento, em termos das relações internas entre estruturas e às vezes não são muito aprofundadas e há um certo desfasamento entre uns projetos em relação a outros, mas isso também é característico porque as pessoas também têm limites, têm limites de capacidade de trabalho e de estabelecer contactos, as próprias distâncias são um limite para estabelecer contactos, mas apesar de tudo hoje em dia a internet e o*

*ativismo cibernético tem um grande peso e facilita as coisas. É normal haver conflitos e haver disputas, nomeadamente numa organização como a Quercus porque as pessoas não são perfeitas, não é? As pessoas têm o seu lado bom e mau e as organizações têm o seu lado bom e o seu lado mau. Isto significa que o que é importante é tentar aprender com os erros e tentar melhorar sem deixar de ter uma participação pública interessante. (Paulo, 52 anos, Desempregado)*

No mesmo sentido do entrevistado anterior, é reforçada a ideia quanto às formas de financiamento da Quercus, mas que após algum debate e discussão interna foram retiradas algumas ilações sobre esta matéria, permitindo, de acordo com a nossa análise, que não desse origem a clivagens e a cisões dentro da organização. Tudo indica que as clivagens resultantes do financiamento e da ligação entre este e a formulação/execução de projetos requereu um trabalho minucioso de coordenação de ações entre equipas de dirigentes, voluntários e atores profissionalizados na causa ambiental. Este exigente exercício continuado de coordenação de ações, com expressões diversas, contribui para acalmar as discórdias, e como consequência, a firmarem-se plataformas de acordo com alguma estabilidade no tempo.

A este respeito Thévenot refere que existe uma grande e clara diversidade de discursos entre as associações envolvidas na defesa do ambiente. As suas ações podem desenvolver-se no âmbito dos diferentes tipos de recursos que podem estar envolvidos (1993, p. 497), isto é, juntar às retóricas justificativas ordens de grandeza e outros regimes de envolvimento da ação, no caso presente em plano, que as justificam como atrás estão referidas.

*Há, às vezes, grandes divergências, há fraturas e, às vezes, algumas pessoas desistem um bocado por causa disso, por vezes dizem “a Quercus está a seguir um caminho que já não é bem o que eu penso”, e há grandes divergências por vezes estruturais e de base, sei lá, de ecologia profunda, mas eu acho que isso é muito positivo. Quando não há é sinal de que as pessoas estão amorfas e indiferentes ou sem disponibilidade. Às vezes também há demais e é pena as fraturas e as*

*peessoas não saberem ou aceitar o compromisso e a maioria, mas nós temos um processo que é construído com toda a gente. Não há uma direção nacional que manda ou reina sobre toda a gente, não. Há um conselho de representantes do qual a direção nacional faz parte – um bocado à semelhança do governo e da assembleia – há uma assembleia em que reunimos todos os representantes. Os núcleos têm um representante e depois também está a direção nacional lá representada e todos construímos o caminho da Quercus. Este é o processo que foi aceite e construído por todos, o qual não é perfeito. Há aquela célebre frase de que eu gosto muito em que “a democracia é o pior dos sistemas de governação, excetuando todos os outros que foram tentados”. Não é um sistema perfeito e também se diz que é a ditadura das maiorias, é triste perceber que é a ditadura das maiorias, mas é um processo que é o mais justo e que vai funcionando. Uma divergência que é recorrente é o financiamento da associação. É um assunto muito sensível: de quem aceitamos financiamento, de que forma, quem excluimos, quem incluimos, quais são os critérios? (...) sim, não há empresas perfeitas. É um assunto super melindroso, é um assunto que eu entendo que, às vezes, as pessoas que estão mais... depois há pessoas que não estão a trabalhar com os projetos, portanto uma pessoa que nunca montou um projeto e não tem necessidade de arranjar financiamento é muito mais fácil para ela dizer “ah, não podemos aceitar este, aquele e aqueloutro, não podemos aceitar quase nenhuns”. Mas, se estivesse confrontada com um projeto que vai ter um impacto positivo sobre a sociedade, sobre o ambiente... realmente tem que se fazer alguns compromissos, tem que se fazer e ...é uma situação muito complicada e uma discussão eterna, acho que nunca a vamos resolver, porque nunca conseguimos definir critérios muito precisos de quem é que aceitamos ou não. Vai sempre haver perspetivas muito diferentes dentro da associação. (Ricardo, 37 anos, Engenheiro do Ambiente)*

Este voluntário destaca, como os anteriores entrevistados, sobre esta questão das disputas internas na Quercus, as controvérsias internas centradas nos modos de financiamento, fundamentalmente quando ele é feito por empresas. Este conjunto de registos permite-nos referenciar que talvez uma das maiores controvérsias dentro desta associação esteja centrada nas formas de financiamento, e mais concretamente de onde provém esse mesmo financiamento e da sua ligação aos projetos.

As ambiguidades ou mal-entendidos estão presentes justamente nas consequências positivas ou nefastas das relações entre a aquisição de fundos, a formulação dos projetos, no quadro dos entendimentos e compromissos tecidos sobre as qualidades atribuídas às categorias tais como “ecologia” e como estas são ressignificadas nas atividades realizadas pela associação. E as imprecisões deslizam para um trabalho crítico na confeção dos critérios a definir na criação e seleção dos projetos a executar.

Parece que as dúvidas se desfazem de acordo com os resultados destes e do seu impacto positivo, quer sobre o ambiente, quer sobre a sociedade portuguesa. A credibilização dos fundos e das fontes que os asseguram não deixa de estar conetada com as consequências, positivas ou negativas, dos projetos executadas. Até a averiguação dos seus resultados, as inquietações e dúvidas parecem subsistir tanto no domínio da definição dos critérios como nas ligações destes com os fundamentos morais e normativos dos projetos que corporizam a sua aplicação devida ou indevida.

Sintetizando deste conjunto de entrevistas podemos inferir que alguns conflitos nas tomadas de posição e de orientação das ações em termos internos da organização, dão origem a algumas cisões e até mesmo situações de abandono da associação por parte de alguns dos seus membros. Como um dos exemplos representativos desta situação, destacamos o financiamento de determinados projetos, cujos mecenas eram empresas com comportamentos lesivos para o ambiente em alguns domínios específicos, fazendo com que alguns voluntários defendessem que era uma atitude indigna, imoral e antiética de acordo com os valores e princípios estatutários da associação, alegando contrariamente outros, que o que estava em causa era a possibilidade de os projetos terem viabilidade e serem concretizados de forma efetiva, permitindo assim e deste modo, defender o ambiente. Isto significa que o compromisso de ser membro, da vinculação a uma comunidade, requer um trabalho político que passa justamente pela

definição de categorias que qualificam as finalidades do seu exercício, mas sobretudo dos critérios que fundam a sua existência enquanto ONG.

A este respeito, Thévenot e Lafaye referem que atualmente existem numerosos conflitos de ordem diversa que implicam ações coletivas, modos de coordenação, consigo próprios e com os outros e as suas particularidades de envolvimento (leia-se no âmbito do ambiente) – das ordens de grandeza às ações em plano. As expressões de desacordo, segundo os autores, apresentam-se fundamentalmente em três tipos de eventualidades, segundo o nível de importância que cada um deles requer: a) integração da natureza nas ordens de justificação já existentes; b) elaboração de uma nova ordem sobre o mesmo modelo; c) colocar profundamente em questão a matriz comum a essas ordens e o fundamento que oferece à crítica das injustiças (2001, p. 495). Ora, o trabalho visando a construção de plataformas de acordo, exige, como é declarado no último trecho, um trabalho fino, quase artesanal, o que nos vai obrigar, em próximas ocasiões, a assistir a estas assembleias. A cartografia ensaiada pelo olhar etnográfico, num mergulho mais efetivo e consequente nestas reuniões, assegura, por hipótese, descrever e interpretar as relações entre forma e conteúdo (Simmel, 2013) dos modelos de governança aplicados por esta associação.

#### **V.3.4.2. De mãos dadas com o Estado ou radicalizar a vigilância na atuação deste quando o *bom* ambiente está em causa?: as ambiguidades nas relações com o Estado**

*Realmente vejo que a Quercus tem já o estofo político para se poder sentar à mesa com as autoridades locais e nacionais. Que tem a capacidade de infiltrar a governança tem. Também tem a capacidade de dar pareceres técnicos e políticos e fá-lo muito bem. Deveria era ser complementando com a tal militância quando os governos não cedem e não querem ajustar as suas políticas e o interesse público está em causa. A Quercus tem sido mais um parceiro institucional do Estado e por isso tem-se apagado um pouco e talvez não conquistado tanto terreno como podia conquistar se apelasse às bases. A Quercus*



*neste momento para o Estado pode ser uma escapatória para ajustar algumas políticas para que fiquem mais aceitáveis, mas sem retirá-las ou modificá-las por completo. O ideal é que a Quercus nunca fosse um parceiro do Estado, mas uma entidade que fosse legitimamente chamada para opinar sobre políticas nomeadamente as ambientais que têm consequências sociais e económicas. Por isso a Quercus vai ter que crescer um pouco mais a este nível, não pode ficar uma organização meramente ambiental.* (Lanka, 50 anos, Gestora)

Esta entrevista denota que, para esta entrevistada, as disputas da Quercus estão na sua maioria relacionadas com o Estado, possivelmente devido aos princípios e objetivos defendidos por esta Associação e que as medidas tomadas ou possivelmente a vir a ser oficializadas pelo Estado, podem ser contrárias ao que é defensável pela organização.

As hesitações anunciam as ambiguidades que se expressam nas modalidades moralmente mais justas das relações que a Quercus deve ou não estabelecer com o Estado. Aqui dever significa a sua assunção em termos de obrigação moral no controlo da definição das políticas e ações públicas sobre a matéria diretamente ligada a uma conceção mais conservacionista, restrita e tradicional, como ocorre no início do movimento, ou mais ampla quando a categoria ambiente substitui a primeira (conservação da natureza) ou a secundariza.

Estas tensões também se transferem para o lado do próprio Estado. Por um lado, o Estado tem interesse em auscultar previamente antes de decidir e, por outro lado, apresenta-se à sociedade civil como estando interessado na constituição de novas formas de participação cidadã. Como garantia, para salvaguardar erros, ou por obrigação jurisdicional, as ações dos dirigentes estatais neste domínio também expressam as suas ambiguidades, quer quando o foco se concentra sobre as ações ministeriais segundo os seus pelouros, quer quando o centro da atenção se desloca para os representantes políticos na Assembleia da República.

Neste último sentido, Boltanski refere que supostamente “as novas representações do Estado e da condição profissional das pessoas (convenções

coletivas...), têm tendência a modificar as qualidades da cidadania (1991, p. 356). Da entrevista, fica reforçada a tese de que para a maioria dos membros da Quercus estes deviam assumir comportamentos mais distanciados com o Estado, com modalidades de parceria que não dificultassem a sua autonomia perante aquilo que é ali definido e aplicado, para desse modo assegurar a justeza e justiça das suas tomadas de posição críticas. Só assim a sua credibilidade e confiança ficam afiançadas, testadas, quer junto dos seus sócios, quer junto dos cidadãos. Sem permanentemente avaliação, a sua capacidade de ação e decisão no âmbito das controvérsias e disputas com o Estado pode ficar ferida ou mesmo completamente comprometida.

*Eu penso que é capaz de haver por parte do Estado, e se calhar esta palavra é muito forte, mas algum receio relativamente à Quercus porque sabe que a imagem que a Quercus tem na sociedade e da implantação da Quercus na sociedade tem a sua expressão, e sabe que tem que tomar atenção porque elas acabam por ter impacto, por exemplo, na comunicação social. Nós sabemos que o que aparece nos jornais e na televisão principalmente é o que conta, não é? É o que passa para as pessoas e muitas vezes os próprios jornalistas fazem sempre o contraponto, digamos assim, de algumas políticas e vão à procura da Quercus para tomarem uma posição. Nesse aspeto o Estado penso que percebe que a associação tem esse papel, digamos, do contraditório. Por outro lado, eu acho que, portanto, falou em qual é a imagem que o Estado tem para a Quercus. Mas no meio disto tudo há uma questão que penso que é muito importante que é que a Quercus procura sempre ser completamente independente, ou seja, seja qual for a política do governo, tomar as suas posições.*  
(Armando, 52 anos, Administrativo)

Destaca-se do excerto, que o Estado tem alguma cautela na tomada de decisões políticas em relação ao ambiente, em virtude da visibilidade que as atividades da Quercus assumem socialmente. Isto acontece em virtude de alianças e coligações

(Goffman, 1999) que a associação estabelece como os *media*. A questão da independência e distanciamento institucional deve ser sempre, para este militante, uma postura atuante nas relações desta com o Estado. Abonar pela ordem de grandeza de renome como fazedora de opiniões justas sobre o ambiente requer a conservação desta postura sem a mínima hesitação. Apela-se a congruências e a ações moralmente coerentes neste domínio.

Pode também eventualmente estar presente, nesta reflexão, o que Lascoumes e Galés defendem quando referem que “as elites políticas e administrativas mudam os seus modos de ação (...) os pequenos grupos de atores (públicos, privados, associativos), organizados de maneira formal ou informal, têm frequentemente um papel central nas políticas públicas em volta dos diferentes níveis de governação” (2012, p. 62).

*A nossa relação é institucional em primeiro lugar. Temos sido considerados como uma organização cívica a que de algum modo tem de se dar alguma atenção na medida em que pode ser, por um lado, um parceiro. Mas por outro lado devido ao facto ao longo dos anos termos construído um certo estatuto e de sermos uma associação com um certo peso, a associação foi granjeando uma certa respeitabilidade por parte do Estado. É um aspeto que eu considero positivo, que foi evoluindo, foi-se construindo e hoje já conseguimos ter, em momentos diferenciados, junto dos governantes, uma postura que eu diria que se foi reelaborando e que hoje diria até que é útil para os próprios governantes, porque os ajuda a refletir sobre questões sobre as quais, e como eles mudam com muita frequência, por vezes há questões sobre as quais os governantes não refletem tanto ou por vezes estão rodeados de um conjunto de técnicos e de colaboradores, consultores, que nem sempre refletem com eles a melhor forma de resolver determinadas questões, nomeadamente na questão que tem a ver com problemas ambientais. A verdade é que o que eu lhe poderia dizer é que a relação por vezes tem que atingir contornos de alguma pressão mais aguerrida, porque, por vezes, é*

*necessário radicalizar muito as nossas posições para que o Estado consiga ouvir-nos, ouvir-nos mesmo, e perceber a dimensão e a profundidade dos nossos argumentos. E nessa medida eu penso que funcionamos como parceiro por um lado, mas por outro lado também como um grupo de pressão, naturalmente, sobretudo quando as causas em que achamos que estamos a seguir um caminho e uma argumentação que é mais adequada à resolução de determinado problema, nomeadamente ambiental, de recurso natural, de conservação da natureza, naturalmente que, se sentimos que o Estado não está a seguir o melhor propósito, naturalmente que nós radicalizamos mais a nossa posição. (...) pois, mas eu ia já tocar na questão que me colocou e que tem a ver com o seguinte. Nós, a parceria é pontual, não significa que seja uma parceria. Por exemplo, há um Ministro que entra em funções e nós não estamos sempre a trabalhar em parceria com o Ministério. Não estamos. Nós somos parceiros em situações pontuais. Portanto, o ser parceiro aqui não significa ser parceiro sempre, é parceiro pontualmente. Por exemplo, se o Governo se propõe avançar com uma medida sobre um problema que existe no país e nós concordamos com a forma como o Ministério, do ponto de vista da sua estratégia, do ponto de vista da sua metodologia, dos recursos envolvidos, em termos financeiros e humanos, e nós concordamos, pois, é evidente que nos colocamos ao lado do Ministério para a resolução do problema. Isso passa por uma coisa chamada seriedade intelectual. Se efetivamente nós sentimos que, naquela situação concreta, o Ministério não está a ir no melhor caminho ou está a seguir uma política e a pensar em tomar medidas que são inadequadas para a resolução do problema, face àquilo que é o conhecimento científico, o conhecimento tecnológico, a disponibilidade tecnológica, pondo em causa valores ambientais absolutamente indispensáveis ou prejudicando ecossistemas, então, nós aí somos um grupo de pressão para dizer que não concordamos. E usamos os nossos métodos para dizer que não concordamos, com as formas que já lhe referi ou solicitando uma reunião, mais uma vez, para esclarecer o assunto e para pedir mais informação, fazendo uma*

*nota de imprensa, enfim, pelas formas que já lhe referi. Portanto, nós funcionamos um pouco em diferentes tabuleiros, depende da situação, que é analisada caso a caso e em função disso nós agimos. Nós é que definimos a agenda, não é o Ministério que define a agenda. Se o Ministério nos pede uma reunião, e isso pode acontecer, e já aconteceu, nós levamos também a nossa própria agenda. O Ministério terá a dele, mas nós também temos a nossa. Pode até no início da reunião haver um acordo entre o que se vai debater. A nossa experiência diz-nos, de há alguns anos a esta parte, que... E é assim, no início havia um confronto muito maior, era feroz, não no sentido agressivo, porque ainda não tínhamos adquirido o tal estatuto, fazíamos aquilo um bocado involuntariamente, não tínhamos nenhuma sabedoria sobre o assunto. Mas a verdade é que nós, para nos fazermos ouvir, tínhamos que usar estratégias um pouco mais agressivas, aguerridas, se quisesse. Estávamos na fase dos cabelos compridos, ainda havia resquícios dos anos 60, e, portanto, os anos 60 deixaram muitas marcas. O próprio movimento ambientalista deriva muito desses movimentos que pela Europa foram criando uma marca. Eles chegaram a nós mais tarde, mas a verdade é que também deixaram as suas marcas. Hoje as coisas, até porque hoje a informação é mais célere, é muito mais apropriada por parte de todos, em geral, e não há tanto desconhecimento, há até uma compreensão e um entendimento das questões diferente, quer por parte dos próprios governantes, quer não. (Lurdes, 62 anos, Professora)*

Opta-se transcrever este longo trecho pela sua riqueza que dá força aos nossos argumentos analíticos. Seguindo o raciocínio da entrevistada, compreende-se como as experiências, múltiplas, compósitas, ricas, tecidas com o Estado, não só alimentam as suas crenças sobre as formas e conteúdos como estas têm de ser operadas, reconhecendo também as suas dificuldades e as tensões aduzidas pelas complexidades que a relação vai dando sinais, de acordo com o modo como ela define as situações em que esta ocorre e corre historicamente.

Da gramática de razões por ela acionada para reforçar a tese de que, mesmo perante eventuais equívocos que esta relação proporciona, a Quercus tem de assumir uma postura institucional perante o Estado. Isto advém justamente das experiências resultantes dos acontecimentos que determinam as aproximações ou os afastamentos da agenda que o Estado apresenta à direção da associação. Não obstante a ambiguidade que a categoria parceria traz às formas de envolvimento dos seus dirigentes nas conexões com o Estado, segundo a sua perspetiva ajuizada, parceria não põe em causa nem a autonomia nem a boa temperatura que uma distância avisada proporciona na construção dos sentidos do justo. E vai mais longe ao afirmar que quem faz a agenda é a Quercus, isto é, são os sujeitos que têm em mãos a sua governança. Governamentalidade da Quercus exige aproximações cautelosas ao Estado, de modo a afiançar a sua credibilidade como instância confiável junto das opiniões públicas e publicadas. E o crédito vai-se obtendo neste vai e vem entre pontes de acordo que cimentam ou restabelecem laços com o Estado e portas abertas que mostram o desfazer desses laços, uma vez que a situação se altera e que do acordo se parte para o confronto, mesmo que este seja mais radical. Mas a natureza primordial do bem a atender não pode levar os seus dirigentes a abandonar esta postura institucional. Uma fuga para a frente traz tudo a perder.

#### **V.3.5. Da (in) visibilidade das disputas como expressão das controvérsias**

*Tenho visto exemplos de todas, ou seja, desde se calhar algumas que até poderiam ser mais mediatizadas. Se calhar as pessoas não têm a noção da quantidade de denúncias que são veiculadas, por exemplo, para a GNR, para a brigada do ambiente. Então em termos de núcleos, dada a proximidade é mais frequente esse tipo de ação. Reencaminhar queixas da vala que está a deitar mau cheiro, dos ninhos que foram destruídos. Portanto, esse tipo de ação é um bocado mais subterrânea, mas faz-se muito, portanto reencaminhar queixas para os órgãos competentes e depois há outro trabalho que dá mais nas vistas: petições na Assembleia da República, comunicados, notas de imprensa, queixas no tribunal, recursos. A Quercus tem por*

*obrigação mesmo, usar todas essas ferramentas.* (Jorge, 52 anos, Professor)

Este registo destaca como principais mecanismos de disputa, as petições, a comunicação social e a via judicial com as queixas apresentadas em tribunal.

Estes mecanismos inscrevem-se na tipologia que Tilly apresenta como sendo dos mais significativos no âmbito das ações efetuadas quer por movimentos sociais, quer por organizações que os enquadram: “barricadas (...), manifestações (...), marchas (...), petições (...) entendendo greve da fome (...), reunião pública, entre outras” (2010, p. 95).

A via principal da intervenção da Quercus sempre foi a comunicação social no sentido de conferir visibilidade às suas denúncias. A comunicação social dava e continua a dar destaque à Quercus sempre por esta solicitada em processos de amplitude nacional. No entanto, a invisibilidade não deixa de fazer parte das experiências dos entrevistados, nomeadamente quando estes estão ligados aos núcleos regionais. Nas escalas espaciais mais circunscritas, o raio da ação da visibilidade proporcionada pelos *media* é outro. E, neste âmbito, desde que o escândalo do objeto da denúncia não tenha ressonâncias nacionais, o silêncio da questão e do questionamento sobrepõe-se à sua exploração mediática.

*Embora também o objetivo da Quercus não era só defender uma visão do mundo diferentemente organizado era também a apresentação de ideias e propostas que eram viáveis e exequíveis em pouco tempo e a disputa, a discordância, enfim a apresentação de alternativas em relação a outras questões concretas que estavam no terreno – propostas, iniciativas ou projetos do Governo e de privados – que no nosso entendimento não faziam muito sentido e, portanto, tentávamos mostrar que aquilo que estávamos a propor era exequível, viável e na maior parte dos casos era mais económico. Portanto essa preocupação com a fundamentação daquilo que se propunha e essa*

*preocupação com a viabilidade e a profundidade da análise, sempre nos deu bastante visibilidade na comunicação social. Depois também se recorria a outros meios. Os tribunais nunca foram uma via particularmente relevante para a Quercus, até porque a maior parte das coisas em que a Quercus intervinha não eram propriamente questões de direito ou violação de leis, eram leis que no nosso entendimento não tinham a direção certa, ou eram projetos que não eram corretos. Portanto não eram coisas que se resolvessem no tribunal, eram de opção política, de orientação política, de decisões e não de tribunais. Não quer dizer que a Quercus não tenha recorrido aos tribunais, que recorre volta e meia, mas de facto a maior parte das questões que levanta não são questões de leis. Normalmente os casos em que há violação da lei a Quercus faz a comunicação desses factos ao Ministério Público e à Comissão da Proteção da Natureza da GNR, conforme as entidades que sejam responsáveis. Nós próprios só de vez em quando é que vamos por essa via, até porque envolve custos que tipicamente uma associação de voluntários não comporta. Depois, manifestações e assim também se fizeram, mas as ações espetaculares, como nós lhes chamávamos eram essencialmente formas de conseguir a atenção da comunicação social e levar que as nossas ideias tivessem possibilidade de ser transmitidas às pessoas e aos decisores. (João, 61 anos, Professor)*

Da análise do excerto da entrevista, constatamos que os mecanismos de denúncia são similares aos que foram relatados pelo voluntário da entrevista anterior. Destarte, inferimos que as modalidades e instrumentos da ação política da Quercus enquadram-se, hipoteticamente, no âmbito do uso de mecanismos e de dispositivos delineados por esta organização e que é transversal na ação de delatora em todos os Núcleos espalhados pelo país.

A este respeito Thévenot refere que os “dispositivos materiais e operações cognitivas estão ligados”, subentenda-se mecanismos de ação, “como indica a noção de «dispositivo cognitivo coletivo». O tipo de julgamento implicado no regime público de



envolvimento (...) reclama uma decomposição realizada num dispositivo organizacional adequado” (2006, p. 138).

*Estamos a falar também não só no núcleo de Lisboa, mas também, por exemplo, na Quercus em geral, não é? A Quercus em geral faz muitas coisas. Nós, dentro do núcleo de Lisboa, só começámos a trabalhar, ou seja, o núcleo foi reestruturado há relativamente pouco tempo, há pouco mais de um ano, mais ou menos, por isso ainda estamos assim um pouco limitados em certas questões e, nesse aspeto, também não lhe posso dizer assim grande coisa. Já fizemos um pouco de tudo, desde debates, palestras e, também, outros tipos de eventos e por aí fora, também já participámos, colaborámos também com outro tipo de eventos em conjunto com a Quercus nacional e também com outras associações. Já fizemos assim um bocadinho de tudo. Não fizemos, por exemplo, ou melhor, também colaborámos em petições, por exemplo, por causa também da questão das sementes tradicionais e tudo o mais. Mas a Quercus, de uma forma geral, sendo uma associação muito, mas muito, grande e tem, só em núcleos tem, se não me engano, dezoito ou dezanove núcleos. Denúncia pública, o que temos mais feito e isso... é muito relativo estar a dizer o que é que é mais eficaz, é um pouco relativo. Aquilo que fazemos em termos de denúncia pública é, essencialmente, através das denúncias que nós recebemos porque temos um departamento de denúncias. Quem trata disso é a Ana Cristina Figueiredo, porque ela já é tipo uma profissional nisso e já está nisto há muitos anos. O que a gente recebe normalmente é, temos uma parte do site que está dedicada para denúncias, por exemplo, para crimes ambientais, em qualquer zona da região de Lisboa que nós também estejamos assim envolvidos, porque cada núcleo tem uma determinada zona. A nossa zona de Lisboa não é a maior de todos os núcleos, mas é aquele núcleo que tem mais população, não é? E aquilo que tem acontecido é que nós normalmente, por semana, recebemos, em média, isto aqui também depende das alturas do ano, em média três, talvez quatro queixas,*

*pelo menos. Por exemplo, recebemos a denúncia, a primeira coisa que fazemos é tentar averiguar o que é que realmente se passa, tentar conseguir, com provas e outras coisas que sejam realmente relevantes, para também tratar dessa denúncia. Depois ver com a pessoa que fez a denúncia, se for necessário, normalmente não é necessário, porque a pessoa que faz a denúncia é normalmente só aquela pessoa que faz a denúncia, nada mais. É só para alertar. Depois tem que se tentar contactar a entidade ou outra pessoa, por exemplo, também depende porque pode ser um organismo, por exemplo, público, pode ser privado, uma empresa, pode ser apenas simplesmente uma pessoa com um terreno, ou o que seja, a cometer algum crime ambiental. Por exemplo, alguma coisa que chegue lá perto. Depois o que tentamos fazer é contactar essas pessoas que estão, assim, responsáveis por determinado ato, alegadamente, para ver o que é que é possível fazer, para confirmar se realmente é verdade ou não, para ver o que é que é possível fazer e, caso não seja possível fazer, isto também depende dos casos, não é, obviamente, levar a tribunal. Se for, por exemplo, coisas que envolvam Câmaras, Juntas de Freguesia, entidades, empresas... Depois há coisas que somos nós a tratar diretamente ou que vão, por exemplo, para o SEPNA, faz parte da GNR e é um Departamento do ambiente da GNR, basicamente. O que eles fazem... eles têm obrigação de averiguar e de tratar, se foi realmente, se foi contra a lei, de denúncias de crimes ambientais e por aí fora. Tudo o que esteja relacionado com esse tipo de questões. (...) Petições. Também petições, sim. (Lanka, 50 anos, Gestora)*

A plataforma da Internet é outro mecanismo hoje à disposição da associação para o trabalho de acolhimento e de sistematização de denúncias enviadas por cidadãos anónimos ou não. O trabalho de aferição da qualidade e credibilidade das denúncias é feito por profissionais. De outro modo a associação não dispunha de meios para o fazer. Neste sentido, as tecnologias de informação e de comunicação são também dispositivos para a visibilidade de casos com grandezas distintas. E há todo um conjunto de

procedimentos do apuramento ao tratamento das causas. E disso só em estudos posteriores é que será possível explorar os seus roteiros e itinerários.

### **V.3.6. Das gramáticas da mobilização e envolvimento dos voluntários na organização**

*Numa primeira fase é o gosto, a vocação que a pessoa tem nos valores naturais, a questão de ser interventivo, também. Na Quercus temos muitas pessoas que colaboram connosco na retaguarda, colaboram, mas porque uma não querem dar a cara, por uma questão profissional ou de feitiço, não querem intervir muito diretamente, que nos dão assessoria digamos, os tais especialistas, os nossos conselheiros. São pessoas ligadas ao meio académico por vezes. Por outro lado, as pessoas que são dirigentes têm uma exposição muito maior e têm que ter, julgo eu, alguma capacidade de intervenção e de mobilização e penso que numa primeira fase foi isso. Depois acabou por ser uma história de um acordo que houve, com muitas pessoas que se aproximam da associação. Comecei como voluntário, como sócio, daí para dirigente de um núcleo regional e depois dirigente nacional. Já tinha feito voluntariado anteriormente (...) tinha sido dirigente estudantil, fui presidente da associação de estudantes na faculdade, estive em alguns órgãos da universidade, antes da Quercus já tinha algum passado de associativismo numa associação ambiental, cultural, recreativa, esportiva, que era bastante mais abrangente. É evidente que existe, talvez seja um voluntariado diferente de outro tipo de voluntariado, numa instituição humanitária, de solidariedade social, numa associação de bombeiros voluntários, porque aí a solidariedade é muito no imediato para as pessoas que recebem e retribuem, no nosso caso é uma solidariedade para com um bem que é comum, que por vezes é representado por espécies animais ou vegetais que obviamente não podem retribuir da mesma maneira que nós entregamos, mas é uma solidariedade com valores, com algo*

*que a todos diz respeito, com respeito pela vida. Portanto existe esta solidariedade com algo que é de todos, de todo o planeta, de todos que aqui vivemos, por outro lado existe solidariedade entre as pessoas que trabalham nesta área. Existem ações nossas que são compreendidas no imediato pela população e essas dizem diretamente respeito às pessoas e aos problemas ambientais que têm à porta de casa e querem ver essas questões resolvidas. É evidente que se na Quercus trabalhamos sábados, domingos e feriados e noites, fora do nosso horário, fora do nosso horário de trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, é porque realmente existe essa solidariedade, mesmo encarada naquela perspectiva mais imediata para com as pessoas.*  
(Nuno, 46 anos, Professor)

Poder-se-á depreender que o vocabulário justificativo utilizado por este voluntário da Quercus para militar e se envolver nesta causa, tem por base uma dimensão que reflete uma consciência cívica para a intervenção na esfera pública. Disso são os exemplos que ele dá ao nível da sua participação enquanto dirigente associativo na faculdade e numa associação recreativa. São estas as experiências primeiras que contribuem para a sua adesão à associação. E a sua militância faz-se caminhando. Se primeiramente é o gosto pela natureza, o desejo transforma-se depois em vinculações mais interventivas.

Mas nem todos aqueles que apresentam o mesmo gosto estão disponíveis para a exposição pública que uma adesão desta natureza requer. E, neste caso, a defesa do bem comum não é retribuída no imediato como sucede quando a inclusão se faz em outras associações, como é o caso dos bombeiros. Esse não reconhecimento num tempo presente, mesmo que alargado, faz diferir no tempo as eventuais gratificações transferíveis para uma estima que se exerce sobre si próprio (Honneth, 2011).

É neste sentido que para Trom, “o motivo entendido como razão da ação, surge como articulado a uma gramática específica, que confere o estatuto particular das performances convocadas nas mobilizações” (2001, p. 101). E estas performances constituem a sua história feita em imersões sucessivas, retirando das experiências, das

suas crenças que ali ganham significado, um conjunto de motivos que a pouco e pouco são objeto de um trabalho reflexivo, transformando-se em razões que sustentam a sua adesão à causa.

*Desde que me conheço como gente trabalho no duro por razões familiares e por feitiço. Fui participando em coisas pequenas como grupos de teatro, na aldeia. Quando vim estudar para Coimbra, com doze anos, fui convidada para vir trabalhar ao domingo com os ciganos. Deve ter sido aí que eu comecei a minha atividade cívica. O que motiva é o contribuir com o pouco que eu possa dar e sobretudo com a perspectiva da aprendizagem, de eu perceber como é que funcionam aquelas coisas, como é que as pessoas vivem, quais são as suas motivações, que dificuldades é que elas têm. Fui a uma conferência, quando andava no antigo 7º ano, fui estando atenta às questões do ambiente e fui convidada pelo Dr. Jorge Paiva, ambientalista convicto desde que se conhece como gente, para constituir uma espécie de comissão instaladora do núcleo de Coimbra. Eu começo a perceber que o setor do ambiente é onde todos os campos de intervenção tocam. Do património. Da sobrevivência humana, no fundo, porque é uma rede que não se pode quebrar. Tem a ver um bocado com entrarmos num processo de rotinas e contactos com cidadãos muito diversos, desde o público escolar, ao público universitário, aos cidadãos em geral, aos técnicos especializados, em que éramos solicitados a participar em seminários, programas de rádio ou conferências de imprensa. Comecei a ser solicitada, quase sem eu me aperceber, para um conjunto de tarefas, convites, funções, etc., que sem querer quase que me empurraram para determinadas coisas. Eu não decidi ir para aquilo. Dali eu salto para a Direção Nacional, também não sei bem como. Encontrei uma forma de dar que catapultou e me motivou muito pela causa em si. Não é só por causa dos valores. É porque a dimensão que encerra é uma dimensão brutal. Porque é assim, como eu sou das artes, isto tem uma importância muito grande, quando se vê um problema ambiental*

*feio, as pessoas que são das artes, que gostam de coisas bonitas, não gostam daquilo. Se eu vejo um rio poluído aquilo choca-me, porque aquilo é feio. Também é uma questão estética, de gostar que a paisagem esteja bonita. Nada disto foi calculado, fui percebendo porque é que eu gostava, fui potenciando o meu conhecimento, apercebi-me que a natureza era fantástica, era o elemento fundamental para a sobrevivência humana, eu percebi que do ponto de vista artístico eu sabia dizer se gostava ou não gostava, eu comecei a perceber que eu podia lutar para que aquela coisa feia que eu tinha visto não podia voltar a acontecer e depois comecei a usar o pouco que eu sabia, a partilhá-lo com os outros (...) depois as pessoas também me exigiam essa partilha, exigiam entre aspas, obviamente. Há toda uma personalidade construída, desenvolvida um bocadinho nessa base da partilha, do cuidar daqueles que menos têm, do partilhar as minhas coisas, por espírito, por maneira de ser, por educação. (Lurdes, 62 anos, Professora)*

Para esta voluntária, o que a motivou para além do convite que lhe foi formulado, foi fundamentalmente o seu sentido de partilha, que para nós poderá ser entendido como um contributo pessoal para a defesa de um bem comum a conservar e a preservar.

A identificação pelo indivíduo de que o seu envolvimento prático ganha sentido tem por base, segundo Trom, a perceção de uma determinada suscetibilidade de “receber um predicado de ação e de o tornar sujeito de uma ação intencional” (2001, p. 103). E essa ação intencional resulta da sua aprendizagem política no contato com outras realidades ao deslocar-se para Coimbra. E esta intencionalidade reatualiza-se ao longo dos itinerários por si descritos na entrevista. De todos destaca-se o seu contato, ainda como aluna, com o professor de biologia, convicto defensor das questões ambientais, como a própria refere. E é justamente pelo rico relato dos seus itinerários, que não são lineares, que a militante vai tomando consciência da importância das vinculações políticas.

*Eu aderi, preenchi a ficha como qualquer pessoa. Não houve convite, não houve nada, preenchi a ficha, mas já conhecia a QUERCUS dantes. Na associação de que eu fazia parte em Coimbra, nós assistimos ao nascimento da QUERCUS. Eles precisavam de uma reunião no centro de país e nós facilitámos a sala. Eu assisti à reunião, depois assisti a um congresso e ainda não era sócio. Mesmo no início. Lembro-me de lá ter ido de bicicleta ao congresso do Porto. Fui de Coimbra lá e depois voltámos. Nessa altura não era sócio da QUERCUS. Mas depois a associação de que eu fazia parte acabou. Para mim, tinha sentido continuar o que fazíamos e pronto, era a QUERCUS. Eu tinha assistido ao nascimento e era uma associação nacional e havia em Coimbra e aderi. Já conhecia as pessoas que trabalhavam na QUERCUS, fiz umas saídas de campo com eles e inscrevi-me. Sou o sócio mil novecentos e não sei quê. Na altura os sócios iam aparecendo devagarinho. E por isso foi uma adesão normal. E os motivos são esses, continuar essa ideia de intervenção em defesa do ambiente. Foi coisas, não pela teoria, pela prática. Para mim a defesa do ambiente é a defesa da própria vida, por isso o valor maior será a defesa da vida, ao fim ao cabo. Da vida no global, não da vida humana, mas da vida global. Os direitos dos animais, o direito aos animais existirem, tudo. Porque nós somos uma pequena parte dos seres vivos que existem. E tem que haver uma relação de equilíbrio, até para a nossa própria sobrevivência. O valor é esse, a defesa da vida. (João, 54 anos, Desempregado)*

O registo de entrevista deste militante da Quercus, revela-nos uma intenção bem definida do que foi o seu motivo de adesão a esta causa ambiental. Ele associa a defesa e a conservação da natureza à preservação da própria vida humana, como tendo valores idênticos. Deste relato infere-se aquilo que Thévenot refere, que “se tivermos em linha de conta os ajustamentos da ação à situação (...) situa-se entre as referências aos valores, das normas ou das representações coletivas” (2006, p. 68). Só que os referidos

ajustamentos da ação às situações compõem-se com as experiências que delas os atores retiram, como o direito à vida dos seres na sua acomodação aos mundos que habitam, em defesa de um habitat confortável (Breviglieri, 2012).



## **CAPÍTULO VI: FRAGILIDADES E VULNERABILIDADES DO CORPO: DINÂMICAS EM TORNO DO VIH/SIDA**

### **VI.1. O VIH /SIDA no contexto associativo português**

O VIH / SIDA desenvolveu e continua a desenvolver um conjunto de desafios, quer aos estados quer à sociedade civil, que as políticas sociais tiveram que analisar e consequentemente negociar, e que em consequência desses mesmos desafios foram surgindo diferentes respostas públicas e privadas (Lopes, 2000).

Quando falamos num domínio de intervenção tão peculiar, convém alertar para o quadro de relações com uma carga de significação política e social acentuada, pois recai sobre questões como a liberdade, igualdade, direitos e os comportamentos (Lopes, 2000).

A mobilização da sociedade civil em Portugal em torno da defesa da causa do VIH / SIDA, acompanhou diferentes fases da doença entre os meados da década de 80 até metade da década de 90: 1 – doença associada a grupos estigmatizados socialmente (homossexuais); 2 – a SIDA passa a ser considerada como uma doença com repercussões globais, podendo afetar qualquer sujeito; 3 – a SIDA deixa de ser considerada doença terminal e passa a ser considerada doença crónica. Paralelamente a correspondência das reações da sociedade civil em cada uma destas fases manifesta-se do seguinte modo. 1 – mobilização pela ausência de políticas públicas; 2 – constituição de agendas de discussão e participação públicas que permitem desenvolver as primeiras respostas no domínio da informação e da prevenção; 3 – organizações da sociedade civil em ação competitiva e de alternativa aos serviços oferecidos pelo Estado (Lopes, 2000).

Em resposta ao universalismo associado às políticas de saúde do Estado português que não incide ao nível das exigências e que “determina a centralidade da adequação de respostas e das linguagens de intervenção às especificidades destes universos”, permitindo o Estado a constituição de espaços a intervenção de atores não estatais que vão de encontro às necessidades de respostas diferenciadas, pois como a autora supra:

O caráter reivindicativo e a força relativa dos agentes privados não lucrativos passa muito pela sua capacidade de inovação organizacional, nomeadamente ao nível da descoberta de formas alternativas de financiamento e gestão organizacional. [...] No caso português, a SIDA serviria para demonstrar como as ONG's podem ser agentes de peso na definição de políticas quando são escolhidas por exemplo, como a forma de manifestação e corporização dos interesses dos grupos minoritários (Lopes, 2000).

Neste sentido e como anteriormente já foi referido, a Abraço foi selecionada para fazer parte da nossa investigação, por estar associada à defesa de uma causa que muito preocupou a sociedade portuguesa quando surgiram as primeiras manifestações em meados dos anos oitenta, originando consequentemente e de forma natural, uma elevada exposição pública em torno desta doença. A Abraço é fundada em 1992, passando a deter um mediatismo desde a sua constituição inicial, não só pelas razões supracitadas, mas também e em certa medida, pela exposição e protagonismo da associação nos órgãos de comunicação social, nomeadamente a televisão, contribuindo de forma indelével para o esclarecimento da opinião pública, acerca das especificidades clínicas e sociais (incluindo a denúncia de formas de exclusão dos doentes infetados).

### **Princípios e objetivos da Abraço**

- 1 – A Associação tem como fins a realização da melhoria do bem-estar das pessoas infetadas e afetadas pelo vírus do VIH/SIDA e a prevenção da infeção VIH/SIDA.
- 2 – A Associação, na realização do seu objeto, leva a efeito iniciativas, atividades e prestações no âmbito da saúde e investigação, de prevenção, da ação social, formação e educação, promoção da qualidade de vida, e de intervenção e pressão sobre a ação política em matérias de interesse na área de atuação da Associação.
- 3 – A Associação tem ainda como objeto a cooperação e o desenvolvimento de atividades e parcerias com países estrangeiros, preferencialmente, de língua e expressão

oficial portuguesa, e de iniciativas desenvolvidas por outras organizações na área do VIH/SIDA nacionais ou internacionais.

4 – A Associação desenvolve e realiza ainda atividades de serviço ou interesse público que lhe sejam propostas ou solicitadas pelo Estado ou outras entidades públicas.

## **VI.2. Narrativas das formas de mobilização e envolvimento enquanto voluntário na ABRAÇO**

### **VI.2.1 A ABRAÇO enquanto associação de informação e de prevenção do VIH/SIDA**

*Criar uma ONG com estas características, para mais eu não sabia que havia ONG, eu vinha de uma área comercial e particular, e não era a minha área de trabalho trabalhar em ONG. Mas sou uma pessoa atenta à realidade do meu país e deparei-me com um amigo com problemas de VIH e deve-se a isso, pura e simplesmente. E deve-se também a outra coisa que é a minha tomada de consciência que, se eu não sabia nada sobre a SIDA, se os meus amigos que estavam ao lado nada sabiam sobre a SIDA, Portugal sabia muito pouco sobre a SIDA. E acho que tenho uma educação, uma formação, tenho 56 anos, vou fazer 57 este ano, tive uma formação política da parte da minha família, venho de uma família com um trabalho político bastante importante e de envolvimento em causas. E por isso, acho que o que veio a lume, no fundo, com essa minha envolvimento com o João Carlos, foi, no fundo, soltar também um bocadinho o meu trabalho político e a área que não foi escolhida, foi uma área que me calhou na sopa, como eu costumo dizer, foi o VIH. E, no fundo, pensar um bocadinho no meu país, porque o João morreu muito pouco tempo depois, eu podia ter entrado e ter saído e ter só apoiado um*

*hospital, como nós começámos com o apoio ao Hospital Egas Moniz a criar melhores condições, que foi esse o intuito. Claro que fomos alargando, fui juntando pessoas, sempre chamei a mim pessoas que sabiam bastante das áreas, acho que não tenho o dom de saber tudo, nem quero, e tenho a humildade de perceber as minhas capacidades. Eu sou uma boa relações públicas, tenho consciência disso, sou uma pessoa que consigo chegar aos sítios, desde que me envolva a sério, e foi nessa base que foi o trabalho, não foi nada do outro mundo, não foi nada pensado agora vou-me virar para ali, nem tão pouco mais ou menos. Eu estava a ganhar a minha vidinha, era relações públicas, produtora... sou considerada uma excelente produtora e então pus o meu know-how, porque no fundo a Abraço é uma grande produção, eu pus o meu know-how em função de uma causa. Foi a motivação. Agora, nada cai de para-quedas, não é? Há atrás de nós toda uma história familiar, há atrás de nós toda uma história política, toda uma envolvimento e que, no fundo, pode despoletar, ou não, para fazermos coisas diferentes. Eu não sou muito carreirista, odeio carreirismos, por isso não sou muito de estar incorporada em partidos, por isso, talvez, a minha forma mais fácil de cidadania seja nesta área das associações. E sente-se que, por exemplo, 90% das associações são dirigidas por mulheres, o que é engraçado, porque no fundo é uma parte política que não era muito normal os homens fazerem, até porque são associações, é trabalho voluntário, é tudo isso, mas que as mulheres sempre se envolvem mais, até por questões familiares, até por questões das crianças. E eu acho que isso tem a ver com a nossa cultura, não só feminina, mas também com uma cultura de cidadania que nos vai sendo passada ao longo dos anos. E a Abraço, claro que nós podíamos parar com a história do hospital, não, fomos alargando conforme as necessidades. De 92 a 96 fizemos um trabalho, a partir de 96 começámos, então, a criar projetos de apoio... E neste momento, estamos em 2010, com bastantes programas e projetos de apoio, mas realmente fomos tendo o cuidado de, conforme as zonas do país, de fazer umas*

*coisas e noutras fazer outras, conforme as necessidades, ter alguma atenção. E neste momento, para perceber, além dos voluntários que apoiam a Abraço, neste momento são 100 pessoas, quer dizer, a Abraço já não é... (...) no fundo, começa por um pequeno espaço, neste momento em Lisboa temos este espaço todo, como vê, depois temos Lisboa, temos o Porto, temos Gaia, temos Setúbal, temos Madeira, pronto, temos vários pontos de trabalho, vários postos de trabalho, mas, no fundo, a base começa em Lisboa e a base começa com o Hospital Egas Moniz. E foi nesse sentido. E depois é assim, eu neste momento também tenho a sorte, não estou obrigada a estar nos sítios, tenho uma vida mais livre, tenho pessoas com capacidade, quer dizer, eu tenho boas equipas, isso para mim é muito importante. Tenho pessoas que vestiram a camisola, isso para mim é a coisa mais importante, eu até nem gosto de estar em Portugal muito tempo... há todo um trabalho, no fundo, que não foi pensado, nem foi... surgiu. E há quem tome atitudes e quem não tome. E no fundo eu sou das pessoas... (63 anos, Relações Públicas)*

Este registo de entrevista, especifica os contornos da constituição da Abraço. Salienta-se, por um lado, a motivação da entrevistada na defesa de uma causa considerada injustamente tratada pelo Estado e pela sociedade portuguesa, e, por outro lado, o carácter inovador da doença, com todos os constrangimentos e medos associados a este tipo patologia. De referir que a entrevistada destaca a necessidade da existência deste tipo de associações, não só pela possibilidade do desenvolvimento das expressões de cidadania cívica, através do exercício de um trabalho em regime de voluntariado.

Verifica-se também que a ação desta militante se inscreve no âmbito de um regime de proximidade (amigo com problemas de VIH/Sida que acabou por morrer), enquadrando-se numa ordem de grandeza cívica (trabalho político de educação para a cidadania e envolvimento em causas no sentido de combater o desconhecimento/desinformação sobre a doença por parte da sociedade) e de ordem de grandeza de renome (ser boa relações públicas, chamar a si pessoas, congregar, ser capaz de chegar aos sítios). Inscreve-se também no regime de envolvimento na ação em

plano (criação de programas e projetos de apoio de acordo com as zonas do país e conforme as necessidades particulares), mas que também remete para a ordem de grandeza industrial (porque se os programas e projetos são específicos e adaptados é no sentido de terem maior eficácia).

*Há cerca de dois anos, vai fazer dois anos em março. Portanto, eu faço parte da história recente da associação, mas percebo que já foram quebradas várias barreiras, já se passou por várias fases do VIH e da história do VIH e das políticas, porque isto depois também gira muito à volta de política e da parte social. Mas percebo também que ainda há muito a fazer e portanto, o trabalho que chegámos até aqui...em termos de sensibilização. (...) de informação. Às vezes não é a questão de informação, informação há. E eu já fiz aqui muito trabalho também com os utentes, mas também de linha de atendimento, de pessoas que ligam com questões, com dúvidas e eu apercebo-me que informação há. Abre-se a internet, fala-se com alguma pessoa, as pessoas sabem... está lá a informação toda que precisam sobre o VIH/SIDA. Agora, isso não se transforma em conhecimento, isso não se transforma em práticas seguras e é isso que nós temos de perceber. E muitas vezes a informação que existe é errada ou é contraditória e as pessoas andam aqui um bocadinho a navegar, quer dizer, isto tem de se tornar conhecimento, isto tem de passar a informação, mas isto tem de ser interiorizado pelo sujeito que nós temos à nossa frente ou o grupo ou com quem estamos a falar. E atenção, eu acho que o VIH, e por isso é que acabou por ser uma área que me começou a fascinar, que me criou aqui qualquer coisa, porque é uma área em que há essa informação, mas nós temos de mexer com coisas muito complicadas, como é a sexualidade... Temos de falar em sexualidade, mas falar em sexualidade ao pormenor e perceber como é que isto se encaixa no sujeito. Também temos de falar de morte, temos de falar de luto, temos de falar de doença. Portanto, há aqui temas que são tabu e que são tabu na nossa sociedade.*

*Temos de falar aqui de temas muito complicados, portanto não basta só essa questão da informação, estão aqui os meios de transmissão, está aqui isto ou aquilo, não, isto tem de ser encaixado e muito bem encaixado, para se traduzir em conhecimento, em práticas seguras, em comportamentos seguros. Portanto, eu acho que passámos aqui muitas coisas, muitas fases, mas ainda há muito trabalho a fazer. E quando eu vou lá para fora e falo destes temas e vejo o tal afastar, até fisicamente, ou o desconforto... ainda me dá aqui um bocadinho mais de vontade de continuar. Ainda acho que há muito a fazer. E aliás, os números de doentes, não só para a população em geral, mas em termos de doentes e de utentes que nós temos, o número de casos de VIH em Portugal, e os que são sinalizados, atenção, estão a subir e subiram do ano passado para este ano. Portanto, eu ainda acho que há muito a fazer em termos da associação. (34 anos, Psicóloga)*

Esta entrevista destaca as várias fases porque passaram as políticas de saúde ligadas à doença do VIH/SIDA em Portugal tendo repercussões quanto à sua visibilidade e informação na opinião pública, e sobre a qual muito ainda terá que ser feito devido ainda ser um tema tabu na nossa sociedade.

Para Dodier, “a publicidade feita ao trabalho de pesquisa médica nos *medias* é um dos aspetos mais controversos da epidemia da Sida” se a comunicação social (...) “rapidamente e de forma abundante se mobiliza em torno da nova patologia” e sobre os avanços médico-científicos que lhe estão associados” (2003, p. 55).

*A minha ligação à Abraço tem a ver muito com a área da saúde, por aquilo que eu conheço da área da saúde e por aquela falha que eu via, e que era brutal e grave, muito grave. Eu via, pelos meus colegas, que além de mal informados, faziam questão de passar a mensagem que aquele é que é o modo de estar correto. Eu como*

*não sou carneiro, nunca fui, portanto, achava que o caminho não era por ali e que havia outro. E cheguei a determinada idade e não fui ao centro de saúde, como é óbvio, sentar-me com a técnica do centro de saúde, que até conhece os meus pais, porque o meio é pequeno. E e nós aprendemos mais com os amigos do que com quem é suposto. E eu achei sempre importante que alguém devia ter mais acesso àquela informação que eu tinha. Só que, na altura, era impensável ser voluntária, por muitas razões. Quando, entretanto, cresci (risos), decidi que queria fazer isso, achei que era uma mensagem muito importante a passar. Não tem a ver só com... aliás, uma das perguntas da minha entrada para a faculdade, no exame de entrada, tinha a ver exatamente com isso, com SIDA, com transmissão, formas de transmissão... e já aí a minha resposta foi muito controversa e gerou polémica. E eu achava que tinha de esclarecer esse aspeto. Acho que as pessoas, hoje em dia, não têm valores, não têm ninguém que os guie, ninguém que os oriente, vemos muito isso na Queima, muito, muito mesmo. Está tudo perdido, absolutamente. E têm acesso a muita informação que não sabem selecionar, os miúdos conseguem ir à net, veem tudo e mais alguma coisa, não sabem o que é para eles, o que não é, o que deve ser aplicado, em que altura ou não e têm acesso àquilo tudo assim, de repente, de uma vez. Depois ficam todos confusos, depois não sabem, depois há a história do estatuto social, do que é fixe e o que não é e não sei quê. (44 anos, Técnica do INEM))*

Verifica-se através do discurso desta voluntária que à semelhança da entrevista anterior, a informação é um dos aspetos de extrema importância como forma de prevenção e que, neste sentido a Abraço faz um excelente trabalho. Esta questão terá sido possivelmente um dos aspetos principais para militar nesta organização.



O trabalho de modernização terapêutica em torno da sida vem de acordo com Dodier, “integrar o ponto de vista das associações de luta contra a sida (...) cujos militantes não são médicos (...) nem especialidades alguma” (2003, pp. 15 – 16).

#### **VI.2.2. A comunicação Social como mecanismo de utilidade para a divulgação da ação da ABRAÇO**

*Ora bem... Eu vejo bem, porque eu sei que há muita gente dos media... é assim, há uns anos atrás, houve uma grande chatice aqui com a Abraço, fizeram uma grande injustiça. Tudo foi provado, graças a Deus, porque, de facto, foi... os media fizeram uma comunicação enganosa da questão e que, graças a Deus tudo foi resolvido porque deu muitas chatices aqui para dentro, sem justificação nenhuma. Agora, pergunta-se parte também do princípio por ser uma organização que trabalha com o HIV/SIDA, uma doença que, outrora, também era vergonha aqui em Portugal, que para alguns ainda é, porque é tabu, porque é algo... Mas eu acho que os media, porque a Margarida Martins, porque é o instrumento impulsionador desta ONG, graças à Margarida Martins a ONG também se mantém viva, porque a Margarida é um facto que é convidada para todas as atividades que possam surgir, em que os media estão sempre lá e... a Margarida muitas vezes também vai à televisão para explicar o funcionamento da ONG, bem como, também há pouco tempo, esteve, penso eu que um ano, em Marrocos, fez um livro muito bonito, muito bom (...) foi à televisão mostrar essa bela obra de arte, que muito, também, ajudou a dar visibilidade, é verdade... Eu acho que cada organização tem de trabalhar para a sua visibilidade, não é? Então a visibilidade é importante, porque...eu espero conseguir responder à sua questão porque... lá está, isto é um tema muito, que tem que ser ter cuidado, não é? É um tema que não tem que ser, de todo, um tabu, não pode ser, como o cancro não é, não pode. Eu acho que tem de ser tratado com dignidade, com a maior clareza possível e que... E eu acho que a visibilidade é importante, porque a pessoa que vai à comunicação social ou que é entrevistado pela comunicação social ou que está numa atividade de angariação de fundos para os projetos, eu acho que a*

*pessoa que é entrevistada saberá, e é a melhor pessoa, com certeza, da Abraço, que falará sobre um tema que conhece bem... Por exemplo, a Margarida Martins é uma pessoa extraordinária para falar disso, uma vez que está com a Abraço há vinte anos, não é? A vida da Margarida Martins foi sempre a luta pelo bem-estar do outro e a visibilidade é importante porque pode ajudar as outras pessoas, que tanto rejeitam esta questão do HIV/SIDA e querem ignorar, querem pensar que isto não existe, porque existe e vai sempre existir, para mudar também a mentalidade, a maneira de pensar, a maneira de agir perante uma situação que pode acontecer nas suas famílias, não é? Eu vou-lhe dar um caso específico. Uma coisa que, por exemplo, se passa em África é a falta de informação sobre o que é o HIV/SIDA. Eu lembro-me que fazer campanhas diárias quanto à prevenção do HIV/SIDA era a mesma coisa que estar a dizer que... aliás, eu tinha que repetir diariamente a mesma coisa, dizer que um mais um são dois, um mais um são dois, um mais um são dois. E ali eu estava nos centros de saúde e explicava o que é que era e... era muito complicado, porque também há uma falta de formação, uma falta de informação, há uma falta de... também da parte do próprio Governo - eu falo de Moçambique porque é o país que eu conheço melhor - do próprio Governo de Moçambique, de como implanta os programas de desenvolvimento ou de crescimento do país. E por isso digo sim, a visibilidade é importante, sem dúvida. Ler também é importante. Porque estas coisas podem acontecer a qualquer pessoa, podem acontecer comigo, podem acontecer... Eu acho que a questão da invisibilidade é... eu posso imaginar que eu sou a Margarida Martins, podem-me entrevistar, a comunicação social, porque eu acho que vai ajudar a Abraço, vai ajudar as pessoas que frequentam a Abraço, vai ajudar aqueles que ainda não sabem o que têm, ou que sabem o que têm, mas têm medo de se mostrar, para se dirigirem às pessoas que trabalham nessa área. Mas as pessoas também têm que respeitar a privacidade das pessoas que são portadoras do HIV/SIDA, porque nem todas querem que o mundo saiba: olá, eu sou a Francisca, estou infetada e sou afetada pelo HIV/SIDA, porque diariamente sou excluída da sociedade por causa disso. Ninguém se chega a mim. Porque a SIDA manifesta-se de várias formas, de organismo para organismo, nota-se também no físico, mas há tratamento, não é? Hoje em dia já não... é pena é aqueles que estão muito avançados e é difícil, há tratamento.*

*Se calhar, invisibilidade nessa questão, não é? Há que respeitar a privacidade do outro, se o outro não se quer mostrar ao mundo, por favor, vamos respeitar, ele tem razões para tal. Se calhar, um dia mais tarde, vai conseguir abrir-se mais com a família ou mais com o povo que o rodeia. Porque eu, que sou do sul, para que é que interessa saber que lá na ponta do Minho alguém sabe quem eu sou e sabe que eu tenho... ninguém tem que saber, o que me interessa é quem me rodeia. Eu acho que nessa parte é importante manter a privacidade e o respeito pelo outro e as decisões do outro. Mas a visibilidade de as pessoas saberem o que é a SIDA e há livros que falam sobre isso, ajuda a ir ao encontro... A SIDA é um problema, é, sim senhora. Antigamente não havia estratégias de prevenção, não havia como tratar. Infelizmente, no Terceiro Mundo são poucos aqueles que se pode tratar, agora com os comprimidos, mas eu, que vivo aqui em Portugal, já não sou tão ignorante à questão do HIV/SIDA e tenho que ver isto não como um problema, mas tratá-lo como algo positivo, porque também me pode tornar uma pessoa melhor, não é? Porque, às vezes, as coisas não acontecem ao acaso... (34 anos, Psicóloga)*

Do registo desta entrevista destacamos, as questões associadas à visibilidade invisibilidade da doença, pois relativamente às questões da visibilidade o voluntário sinaliza a importância da informação sobre o VIH/SIDA através da comunicação social no sentido de permitir, por um lado, dar informação adequada e, por outro lado, mudar as mentalidades. No que concerne à invisibilidade destaca-se o respeito pelo direito à privacidade da pessoa doente (Goffman), que em caso de conhecimento poderia originar diversos tipos de exclusão, tais como sociais, profissionais e inerentemente económicos.

A visibilidade poderá ser “um modelo detentor de instrução pública, caracterizado pela confiança, interesse e pelo respeito” latente dos jornalistas nos seus artigos por vezes de divulgação das evoluções clínicas obtidas no combate à doença. Quanto à invisibilidade diz respeito, Dodier refere que “o sofrimento dos doentes é tratado no quadro de um compromisso de compaixão individualizada, que acentua o caráter singular, sobre o plano ético da relação” (2003, p. 41).

*Tem sido extremamente importante. E eu, como trabalho em comunicação também aqui, sei-lhe dizer exatamente o seguinte... todas as informações que nós queremos passar para fora, todas as declarações de interesse, de divulgação e tudo o mais, eles têm sido uns aliados. Pelo menos é assim, portanto, nós temos todo, eu quando digo nós é porque me sinto parte da Abraço, porque, enfim, deixaram-me fazer parte das fileiras deles, embora seja mais a título de voluntariado do que outra coisa. Mas senti-me sempre muito bem-vindo. E aqui, neste caso, a importância tem sido sobremaneira relevante e imprescindível, porque sem eles, aquilo que nós queremos transmitir não existe. E vou buscar o Dia Mundial da Luta Contra a SIDA, que é no dia primeiro de dezembro. Com a ajuda dos media nós temos feito, efetivamente, um trabalho ao qual se tem dado visibilidade e temos tentado, todos os anos, apesar de o tema ser o mesmo, os temas são diferentes, muitas vezes devido também ao que sai da campanha internacional de luta contra a SIDA, (...) que nos dão os temas, os motes, para cada... Como por exemplo, este último agora foi o Getting to Zero, ou seja, portanto, reduzir para zero, zero infeções, zero mortes associadas à SIDA, zero discriminação e por aí adiante. Tem havido também muito trabalho feito neste sentido e muitos progressos, muita redução, até, inclusivamente, devido à terapia mais potente que se tem. Por conseguinte, os media, neste contexto também, têm-nos ajudado sobremaneira. E aliás, a Margarida tem um sem número de eu quase me atreperia a dizer, de amizades, já, nesses círculos, que a convidam inclusivamente. Mas há outros que somos nós, também, que temos de pedir para mostrarmos o que temos em mente, o que queremos denunciar, o que queremos apresentar, porque às vezes não são só as denúncias, há também a apresentação do tipo de trabalho que se está a desenvolver naquele momento, ou uma campanha nova... Por acaso, eu próprio, estou a trabalhar na cronologia da Abraço, por causa dos 20 anos e têm-me saído, nesse trabalho, umas coisas espetaculares que eu, às vezes, digo assim: eu não me lembro de*

*nada disto. Não morei cá sempre, em Portugal, como é óbvio. E então tenho achado umas campanhas, não digo escondidas, mas porque já foram feitas há uns anos atrás, acho que um revivalismo seria, até, adequado. E lá está, a prevenção, neste caso, é um dos pontos fortes, que é para isso também que existimos, porque se existir prevenção, feita de uma forma adequada, as pessoas estão mais educadas e mais alertadas, digamos assim, para este tipo de situações. Lá está, os media ajudam também aí. Há aqueles programas que me saltam à memória, a Praça da Alegria, À Conversa com, vários programas assim, que, de facto, se têm predisposto a ajudar-nos. E depois há uma outra parte, pelo facto de sermos uma ONGD, portanto uma Organização Não-governamental de Desenvolvimento, nós somos associados da plataforma das ONGD e, através de um desencadear de situações que se prendem com ações de sensibilização e por aí adiante, por acaso, neste caso, foi a nossa vice-presidente que lá foi, houve uma pequena intervenção sobre o ODM 6, que é exatamente este do VIH/SIDA, da malária e da tuberculose, entre outras doenças infecciosas. Portanto, mais uma vez, se deu a visibilidade. (48 anos, Professor)*

A gramática utilizada por este voluntário aponta para a importância da comunicação social, em virtude de, por um lado, serem extremamente relevantes quanto à comunicação orientada para a prevenção, por outro lado, esta compagina-se para a Abraço como uma aliada, pois divulgam as ações, as denúncias feitas pela associação, como também o trabalho por ela realizado e as futuras campanhas a desenvolver por esta organização.

Porém, apesar de se ter vindo a verificar que tem vindo a aumentar a divulgação dos saberes profissionais a "audiências cada vez mais amplificadas", este conjunto de saberes, apresentam problemas sobre os efeitos externos ao nível das conceptualizações que os leigos fazem sobre os mesmos (nomeadamente ao nível da distorção desses saberes) (Carapinheiro, (2006, p.159).

*É assim, é sempre importante. A comunicação social é sempre importante para a Abraço porque quanto mais divulgarem o problema, melhor, acho eu... Que até ainda havia de haver mais, que era para haver mais, quer dizer, para estarem mais pessoas ao corrente do problema. A população fica bem informada, porque é... eles, de cada vez que a Abraço pede à comunicação social para falar, eles divulgam bem as coisas, eu acho que não tem nada a ver com qualquer conflito que eles façam uns com os outros. (...) sim, nas políticas de saúde faz, ah, isso há sempre. Quanto mais publicação eles fizerem, melhor as pessoas ficam ao corrente do assunto. (77 anos, Reformado)*

Esta entrevista, reforça tal como as anteriores quanto à questão colocada, a importância da divulgação da informação sobre as formas de prevenção e tratamento e o trabalho da Abraço nestas vertentes.

### **VI.2.3. A importância que os voluntários dão à ABRAÇO, enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social.**

*A importância que tem é por causa do lobby que faz, as campanhas que faz também, porque associado a este tipo de problemática, que é o VIH/SIDA, inclusivamente, ainda existe, apesar de toda a informação disponível, muito estigma, muita discriminação e o que acontece é que, se ninguém fizer nada, infelizmente, as coisas ficam por isso mesmo e continuam as pessoas a sofrer de alguma forma. Portanto, tem sido um trabalho muito intenso, do qual eu tenho feito parte de forma quase direta, embora trabalhando nos bastidores. E de facto, em termos*

*políticos e em termos sociais, porque está aqui tudo muito interligado, na minha ótica, o que acontece é que, através de projetos nossos, eu posso citar já, que são bastante válidos, além de todos os outros, mas esses dois que eu dou especial enfoque, que é o Apoio Domiciliário, temos no Porto e temos cá, em Lisboa. E porquê esses dois? Porque é uma forma de, embora na legislação esteja, de facto, previsto este tipo de apoio por parte do Estado, efetivamente, neste campo, as ONG enquanto tal, e nomeadamente a Abraço, neste caso mais específico, substitui-se ao Estado enquanto tal. Daí esta luta de querermos manter os projetos e querermos ir por aí adiante. Quem fala do apoio Domiciliário, temos o outro todo de investigação, o Centro Médico-dentário e por aí adiante. Só que, de facto, em termos sociais, tem um impacto enorme, porque as pessoas, ditas utentes, que recorrem a nós, em situações muitas vezes aflitivas, têm, pelo menos, uma luz ao fundo do túnel, embora as coisas sejam um bocadito negritas, digamos assim. Pelo menos há algo, com as parcerias que existem e com os serviços que estão disponíveis, que não são muitos, mas é o que temos, temos de tentar, de facto, rentabilizar o que existe, quando eu digo rentabilizar não será em termos monetários, será em termos de serviços, em termos de pessoas que estão adequadamente preparadas para efetuar este tipo de serviço e para o prestar, melhor dizendo. E porquê? Porque é muito bonito o trabalho de apoio social, mas as pessoas têm de estar vocacionadas para aquilo que fazem, têm de gostar, porque no meio de tanta rosa há espinhos e há mais espinhos, muitas vezes. Então, a parte social aqui, a parte humana, é muito importante, também. Porquê? Porque muitas das pessoas que recorrem a nós, porque já foram estigmatizados pela família, já foram agredidos, inclusivamente, foram postos de parte, inclusivamente postos fora de casa por diversas razões, porque depois também há as outras problemáticas associadas, ou porque têm problemas mentais também, que decorrerão, ou não, da problemática do VIH, ou porque têm problemas de alcoolismo, problemas de*

*toxicodependência, problemas de todo o género e mais algum, porque as pessoas, em termos de vivência, digamos, não são estanques. Portanto, há toda uma panóplia de situações a que o comum do ser humano está exposto, e tendo algo, que por si só já é estigmatizante nesta sociedade, enquanto tal, efetivamente, as coisas tornam-se mais difíceis. E é por isso que nós estamos cá, para tentar, enfim, colmatar um pouco essas lacunas. E, ao longo de vinte anos, quase, que vai ser agora em junho, enfim, que estamos no terreno, enquanto Abraço. Efetivamente, olhando para a nossa cronologia, olhando para o nosso historial, nós temos conseguido, digamos, ultrapassar certas barreiras, muito ainda há a fazer, obviamente, mas isto é como tudo, vai a conta-gotas, mediante, também, os poucos recursos que se vão tendo, não é? E agora ainda menos, ainda mais complicado, portanto. As pessoas, inclusivamente as organizações, têm de recorrer, digamos, ao voluntariado. (48 anos, Professor)*

Destacamos deste excerto de entrevista, que a importância da Abraço está relacionada com o *lobby* em que está enquadrada, o que lhe permite quer social, quer económica, quer politicamente subsistir e desenvolver o seu trabalho enquanto organização na sociedade portuguesa, apesar do estigma que está associado à doença.

Neste sentido, Dodier explicita que o trabalho feito quer pelo Estado, quer por instituições “de luta contra esta epidemia, mobilizam-se para manterem o princípio do voluntariado” sendo estas últimas reconhecidas como parceiros na defesa desta causa (2003, p. 130).

*Quer dizer, a existência deste tipo de associações é extremamente positiva, até porque o Estado não cobre a maior parte das necessidades e, no caso do VIH, não cobre mesmo as necessidades da população infetada e afetada pelo vírus. Quem diz estas, diz em oncologia, se vamos falar em termos de saúde, a oncologia e por aí*



*fora. Portanto, as associações têm aqui um papel bastante importante na reivindicação de direitos, e não só, para os pacientes, e não só pacientes, ou seja, não só infectados, mas também os agregados familiares afetados, também. Politicamente, eu diria que as associações andam sempre a reboque das políticas, porque necessitam do dinheiro que vem do Estado, portanto, muitas vezes deixam de fazer aquilo para que estavam vocacionadas, porque têm de fazer aquilo que o Estado não faz, que é a única maneira de conseguir ter verbas para conseguir desenvolver os seus projetos. Portanto, a nível político, primeiro eu acho que estas associações devem existir, mas não se deveriam sobrepor ao papel do Estado, que é o que acontece em todas, sejam elas ambientais, sejam elas ligadas à saúde. Portanto, as associações fazem parte do papel que deveria caber ao Estado fazer. Depois, o Estado lida com as associações (...) porque, como muitos, é assim, não todos, por exemplo, na Abraço o Estado dá uma parte, quer dizer, a outra parte vem de projetos que são apresentados, tanto a nível nacional, como a nível internacional. Mas é óbvio que nós não podemos, até podemos estar contra, dentro da Abraço, eu falo agora em relação à Abraço, podemos estar contra uma medida tomada pelo Governo, neste caso Estado, mas se calhar temos de ter muito cuidado, temos de ser muito cautelosos, muito diplomatas, porque não podemos perder, depois, as benesses do Estado, porque acontece, como é óbvio, acontece. Se nós formos contra uma medida do poder vigente, o poder vigente retira-nos regalias, isso é claro, já aconteceu variadíssimas vezes, pelo menos desde o início da Abraço, já aconteceu variadíssimas vezes. Portanto, respondendo à sua pergunta, qual era o papel, acho que o papel das associações é fundamental na sociedade. (53 anos, Publicitário)*

Esta entrevista denota uma crítica contra o Estado, pois se, por um lado, estas associações desenvolvem uma ação que deveria em primeira linha caber ao Estado, por

outro lado, estas organizações paradoxalmente têm que seguir as políticas definidas pelo Estado em virtude dos fundos que advêm do orçamento do mesmo.

Dodier, relativamente a esta matéria refere o seguinte “a imagem das associações é reforçada pelas suas lutas contra os lados ilegais da modernidade do Estado”, o que se pode inferir que todas as linhas políticas seguidas pelo Estado podem não estar totalmente de acordo com os objetivos da prevenção e tratamento da doença. O autor acrescenta ainda que “os militantes associativos não são mais elementos «exteriores» à ciência e a este título toleram por compaixão”, porém fazem um esforço no sentido de que o trabalho que desenvolvem com os seropositivos possa dar garantias de que os resultados sejam alcançados em conformidade com o que é a política da organização (2003, p. 193).

*Bom, eu vejo esta Associação, que é a que conheço melhor, e que colaboro mais, mais em termos sociais, porque em termos políticos, claro que a Associação com certeza que tem apoios a nível político, porque tem que subsistir, e esta Associação não faz peditórios por telefone, a não ser no dia da SIDA, faz peditório na rua, que é dia 1 de dezembro, creio que é, no qual eu já participei em peditórios. Caso contrário, se sobrevive, tem que ser com estas ajudas do Estado. Porque também é assim, o tipo de pessoas que são acompanhadas pela Abraço tem de ser muito bem acompanhadas, porque são pessoas fragilizadas e são pessoas que, se não estiverem bem informadas e a serem bem acompanhadas, não só se estão a destruir a elas, como estão a destruir terceiros. Eu também tenho filhos, felizmente adultos, já, mas tenho netos... e gosto de estar informada para também os informar, para que não, porque infelizmente, agora (...) em termos sociais e apoios políticos. Aliás, eu acho que a parte política tem de estar muito por dentro disto, porque não é... Para dar apoio tem que saber a quem é que está a dar apoio. (74 anos, Reformada)*

Esta voluntária, coloca em destaque através das suas ligações filiais, por um lado, devido à importância e relevância social e política que a informação que a Abraço e as associações congêneres devem fazer, que permitem, por outro lado, ter uma sociedade mais esclarecida relativamente a este tipo de patologia.

**VI.2.4. As especificidades dos conflitos / disputas desenvolvidas na ABRAÇO, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa (Estado) e os sentidos de interpretação dos voluntários sobre os mesmos.**

*Eu não tenho visto nada nesse sentido porque... aliás, ainda não há muito tempo houve uma Assembleia Geral e, portanto, a Direção foi reconduzida. Portanto, eu por aí não vejo. Aqui não tenho de ser cauteloso ou menos cauteloso, porque, de facto, a realidade é essa, porque, enfim, houve toda, digamos, a divulgação e os próprios sócios estavam a par deste ato em termos de apresentação de lista e eles poder-se-iam, inclusivamente, também candidatar, se quisessem, e apresentar uma lista alternativa à lista única que houve, obviamente. Isso é uma das partes. Não estou a ver que essa disputa interna exista. Em relação ao eventual desalinhamento de projetos, os projetos, normalmente, são desenhados e implementados de acordo com os Estatutos. Portanto, obviamente, uns são mais específicos que outros, mas, no fundo, convergem todos para os nossos públicos-alvo, porque além de ser aquele que sofre com o VIH, depois tem as diferentes, entra tudo em leque, as diferentes situações agregadas, porque um não tem só VIH, tem outras coisas, como eu já falei algumas delas há pouco, ou podem ter situações, até mesmo falta de mobilidade ou que não têm tanta independência, por isso é que temos os apoios domiciliários, mas isso já é uma situação que advém da própria infeção e que, ao longo do tempo, poderá ser tão incapacitante que a pessoa já esteja dependente de. Em relação a outras disputas, eu nunca vejo como disputas, eu vejo, sim, é a tentativa sempre de ver*

*o que é melhor para o utente e as políticas que não são, porque eu não gosto muito de política, sou muito sincero, mas sei ver aquilo que está bem ou que não está e aquilo que vai para o lado melhor ou para o lado menos bom, pronto. Mas, o que eu penso é que, quando há algo que irá contra os interesses maiores dos utentes, e temos o caso, inclusivamente, das taxas moderadoras, que nós tivemos de tomar também uma posição. Mas isso, obviamente...mesmo enquanto organização, porque vai mexer com muitos cordelinhos aqui. Agora, não, a nível da organização não vejo esse tipo de disputas, não. Não, com certeza que não. (48 anos, Professor)*

Este voluntário, aponta para certo alinhamento interno, apontando os projetos que são desenvolvidos não apontando ou destacando disputas ou controvérsias internas na Abraço.

Os voluntários que subscrevem uma determinada linha de atuação institucional estrita que “insistem sobre o seu papel crucial” (projetos instituídos), “permitem garantir uma determinada ética” na forma de atuar por parte da organização (Dodier, 2003, p. 161).

*Porque é um lobby internacional de muitos contactos, fazem muito lobbying, percebe? Saíram todos da Abraço e que achavam que a parte social, que eu era sempre maluca, fazer a parte social. Agora, o que me interessa a mim se dentro do problema do país é um problema social, o que me interessa a mim fazer só a parte política? Diga lá. Então para isso estão lá os políticos, então vou para o Ministério ou então vou para deputada, não é? Isso foi uma grande cisão. Foi uma grande cisão dentro da Associação. Foi fraturante mesmo. Não, não. Foi aqui há uns cinco anos. Eu sempre trouxe projetos sociais para a Associação, sempre trouxe. Para mais, sempre que me venderam um projeto social eu sempre o*

*acarinhei. Na Madeira, no Porto. Isso é uma coisa acarinhada, porque eu acho que isso é que é a nossa grande vertente, percebe? Pronto, depois a parte política é importante, agora ser um trabalho político (...) mas só, mas viver só do trabalho político não queremos. E podiam ter ganho e tinham ficado com essa área, eu tinha saído, mas não ganharam, pronto, as pessoas estavam connosco nessa área, temos gente muito importante e que achou que não devia ser só a parte política. Pronto. Não, faziam parte da Direção. Houve uma altura que eu saí por uma questão de saúde e deu azo a que se criasse estas cisões, percebe? Eu saí, fui tratar um bocado de mim e pronto. Isto, no fundo, é triste, mas é verdade. Depois queria também, mesmo dentro das associações isso cria às vezes algumas ciúmeiras. Quando eu saí o que aconteceu é que, eu apesar de não ser a presidente todas as cartas que eu recebi, mesmo do Primeiro-ministro ou não sei quê, era com Margarida Martins, a presidente. Isso criava... uma reação de ciúmeira, percebe? (63 anos, Relações Públicas)*

A entrevistada destaca as controvérsias internas ou disputas na Abraço, justificando que esta patologia se enquadra no âmbito de um lobby internacional, tendo por essa razão originado na organização algumas cisões que foram de certa forma fraturantes.

Os militantes envolvidos na defesa desta causa podem apresentar posturas na defesa de uma “filosofia estrita (...) insistindo no papel crucial que os projetos que devem ser implementados permitem garantir uma ética” de organização interna que poderá vir a ser objeto de controvérsias no seio da organização (Dodier, 2003, p. 162).

*Nós estamos a falar de níveis completamente diferentes. Alguém que está dentro da organização tem acesso a esse tipo de disputas e de informação. Eu não tenho. Eu sou voluntária. Eu venho cá, faço a minha campanha, dou-me bem com os colegas que estão na*

*campanha, acabamos a campanha, vamos embora, adeus e até à próxima. Portanto, nós não estamos dentro da organização... espaço físico e a lidar com as pessoas que são fixas todos os dias. Portanto, eu lido, posso lidar, por exemplo, com a Edite numa campanha, posso lidar com o Nuno noutra campanha... esses problemas, essas disputas não passam pelos voluntários, pelo menos que eu tenha sentido, não passam para os voluntários. Não, eu não estou sensibilizada para esse tipo de situações. Não, nunca vim a nenhuma Assembleia, nunca intervim em nada que dissesse respeito a esse tipo de assunto. É fazer a campanha da melhor forma possível, de acordo com o briefing, de acordo com as instruções que temos. Portanto, eu também nunca me interessei em passar disso. Portanto, não sei se há outros voluntários que estão mais ativos nesses aspetos, mas comigo não se passa. O que se passa aqui dentro da instituição é assunto deles e eu respeito, a instituição em si não me diz respeito. (44 anos, Técnica do INEM)*

Do registo desta entrevistada, verifica-se que reconhece que poderão existir outros voluntários que poderão discutir e colocar em causa o funcionamento e as formas de atuação da Abraço, porém ele de certa forma ele abstem-se de entrar nesse tipo de disputas internas, possivelmente por se querer resguardar no estatuto de voluntário, justificando-se com o desconhecimento do que se passa no dia-a-dia da instituição, considerando ainda que se trata de assuntos reservados aos profissionais que trabalham na associação.

*É uma pergunta um bocadinho complicada. A minha sensibilidade, embora as coisas sejam complicadas e há uma conjuntura económica de crise, isso é perceptível para toda a gente... Mas pronto, o que nós sentimos é que, realmente, é extremamente complicado para nós... E atenção, por exemplo a situação do Gabinete Dentário, não sei se sabe... E atenção, estamos a falar de*

*um projeto que tem resultados visíveis. Se estivesse a falar da Psicologia, quer dizer, ia logo por terra, porque é muito subjetivo e podiam arranjar as razões que quisessem. Estamos a falar de um trabalho concreto, em que há números, há ganhos, veem-se resultados, é um sítio até de desenvolvimento, de estudos, quer dizer, há ali todo um potencial que está confirmadíssimo e que, mesmo assim, nos fecham a porta. E isto para nós é extremamente, e para quem trabalha com estes utentes e vê a diferença que é haver estes cuidados de saúde, tanto em termos de saúde como em termos de autoestima... (34 anos, Psicóloga)*

Este excerto de entrevista destaca o bom trabalho que a Abraço faz, mas que o Estado parece não querer reconhecer, pois para além dos cuidados de nível terapêutico, esta organização desenvolve uma ação complementar que se orienta para elevar a autoestima dos seropositivos, aspeto que denuncia porque o Estado não faz.

Para Carapinheiro, “existe ao longo da história das políticas de saúde em Portugal” uma contradição que vai persistindo, devido a “movimentos políticos cruzados no sistema de saúde, em que as “variáveis de política interna e internacional se vão sobrepondo variavelmente”. Pode-se, pois, inferir que a variabilidade das orientações políticas assumidas pelo Estado podem ter influência direta na relação e no reconhecimento que faz das associações que trabalham no domínio da saúde (Carapinheiro, 2006, p. 144).

*Eu não diria conflituosa, vamos dizer que acho que... é assim, felizmente, há leis que já defendem as pessoas que estão infetadas. Há pessoas que antigamente tinham infeção, estavam infetadas e não conseguiam arranjar emprego pelo simples facto de estarem infetadas. Felizmente, hoje em dia já há leis que protegem. Ainda há essa discriminação. O grande problema é saber, não há prova como a pessoa não deu o emprego porque a pessoa é infetada com VIH/SIDA. Mas, pronto, se conseguirmos comprovar, melhor*

*ainda. Agora, a nível do nosso Governo, isto é a minha opinião (...) A Abraço ajuda nessas questões legais, sim. Agora, a minha opinião pessoal, como estava a dizer, a relação da Abraço com o Governo, para além de haver poucos fundos, acho que não há apoio por parte do Governo. Acho que ainda não é uma prioridade nas políticas do Governo, mas também acho que (...) não deviam cortar na (...) na cultura e cortaram também. E acho que são pontos importantes também, mas isto é a minha opinião pessoal. Não há muito apoio. Há uma Comissão Nacional para a Pessoa com VIH, não sei bem o nome, mas eu sei que há um gabinete direccionado para isso (...) vê-se logo pelos anúncios, entre aspas, que eles fazem, que o trabalho não está a ser feito. Acho que não, que os fundos não estão a ser utilizados... sim, porque não concordamos com tudo o que eles fazem, há certos anúncios que eles fazem de prevenção, aquelas publicidades de prevenção que eles fazem focam uma imagem negativa, ou seja, querem assustar as populações de que não podem ficar infetadas porque senão vão ficar assim... Eu concordo com o facto de realmente prevenir as pessoas, eu concordo plenamente com isso, mas não como é transmitida a mensagem, eles não têm em conta os sentimentos das pessoas que estão infetadas. Eu acho que potencia, ainda mais, a estigmatização, a discriminação das pessoas com VIH/SIDA, em vez de pôr as coisas na tónica positiva, como nós fazemos. É sim, uma pessoa pode ficar infetada, é a realidade, mas já ninguém morre de SIDA, morre de complicações. Ninguém morre de SIDA. Hoje em dia, felizmente, já há um bom tratamento e as pessoas conseguem ter uma vida completamente normal. Mas preveni-las no sentido que, toda a gente tem relações sexuais, então vamos focar o aspeto positivo disso, vamos focar o preservativo. Podem continuar a ter relações sexuais, mas com preservativo, vamo-nos proteger. É uma tónica positiva que a Abraço tem relativamente à prevenção, comparativamente à Comissão Nacional... que eu não sei bem como é que (...) que foca o aspeto negativo, que eu acho que é mau porque só têm em conta as pessoas que não estão*



*infetadas, não têm em conta as pessoas que já estão infetadas e não tem em conta as várias populações que podem estar infetadas. Nomeadamente, focam muito as relações homossexuais, ou seja, as pessoas continuam a associar ao VIH/SIDA as populações homossexuais. (56 anos, Aposentada / Pensionista)*

Destaca-se desta entrevista dois aspetos muito significativos.

O primeiro diz respeito à relação entre a Abraço e o Estado, que no entender deste entrevistado para além da escassez de apoios deste, denuncia igualmente uma falta de investimento prioritário das políticas de saúde ao nível desta patologia, criticando igualmente a Comissão Nacional para a Pessoa com VIH, por transmitir com os conteúdos que divulga através da comunicação social, construir uma imagem negativa desta patologia que poderá contribuir para uma construção social de medo sobre o VIH/SIDA na opinião pública.

O segundo é referente ao estigma a que os portadores de VIH estão ou poderão estar sujeitos, devido à exposição das marcas e transformações corporais e que a doença incorpora nos sujeitos, interferindo assim negativa e significativamente nas formas de interação social dos sujeitos em sociedade, conduzindo-os eventualmente para determinadas formas de exclusão.

Destarte, e no que concerne ao segundo ponto que demos relevância neste excerto, Resende expressa que:

Nas interações diárias, os encontros entre diferentes atores não mostram só situações de equidade. Os usos sociais de ingredientes não modais, transformaram-se, nas sociedades ocidentais, em fatores de etiquetagem estigmatizante, sobretudo perante audiências que mostram possuir as marcas corporais bio-socio-culturais habitualmente conotadas com a maioria da população (...) Neste sentido, o estigma representa um forte desajuste entre dois tipos de identidade socialmente construídos (1999, p.25).

#### **VI.2.5. Mecanismos /meios utilizados pela ABRAÇO nos diferentes tipos de disputas /controvérsias.**

*E, de facto, através do lobbie que se tem vindo a fazer, também pelas campanhas, uma delas que me salta aqui à memória, que é a campanha contra o estigma, quer nós queiramos quer não, nós próprios, que estamos muito habituados, por vezes damos connosco a pensar de uma forma um bocadinho estigmatizante, mas espera lá, mas eu sei melhor do que isto, então não devo pensar assim e ficamos ai, ai, ai, ai. Portanto, quanto mais as pessoas que de facto nem pensam nisso, são levadas por aquele ímpeto, porque, efetivamente, não têm conhecimento, é a ignorância. É para combater essa ignorância, essa falta de informação, que nós também existimos. E porquê? Porque temos de alertar, temos que informar, temos que educar, é mais um bocado isso, é transformar, digamos, a informação em conhecimento. Por isso, temos outros projetos, também o Facebook, que está também, enfim, é um apoio que nós temos. Mas as ações de sensibilização, as campanhas, enfim, uma comunicação ou outra que tenhamos de fazer para dizer que estamos aqui, atenção que não é bem assim, para alertar e... não, tem que se... Eu acho que será mais o contestar o que se entende que não é, de todo, tão benéfico como deveria ser. E porquê? Porque, muitas vezes os tomadores de decisão... eu acho que... porque é assim, também não contestamos tudo e mais alguma coisa só pelo... mas é assim, um histórico, é por isso que a Abraço também existe, é denúncia, é contestar as políticas que não estão também tão bem, aliás, têm que tomar posições, obviamente, não é? Isso já foi muitas vezes dito por responsáveis, obviamente. Portanto, nesse caso, as coisas têm de ser vistas de uma forma realista, não somos uns bichos-papões, mas temos de ser assertivos e... pronto, o lobbie que existe é aquele que tem existido de há uns anos a esta parte. (37 anos, Gestora de Projetos)*

*Eu acho que a Abraço faz mais publicidade do que o próprio Estado, ou seja, eu não sei se junto do Estado se a Abraço chama a atenção ou não, são os tais projetos que eu não sei se eles fazem, se não se fazem. Suponho que os fazem porque, às vezes, ouço falar disso na comunicação social. Mas acho que para chegar às pessoas, acho que a Abraço se empenha mais do que o próprio Estado. Se calhar com fundos do Estado, até. São pormenores que me escapam. Provavelmente até com fundos do Estado, mas o nome que aparece é a Abraço, é essa a publicidade que passa, portanto, é esse o nome que chega às pessoas, mais da Abraço do que propriamente do Estado. Porque o Estado, lá está, está no centro de saúde, com os técnicos do centro de saúde... e não passa daí (...) conheço só a publicidade. (44 anos, Técnica do INEM)*

Salientamos, como os principais mecanismos de denúncia que a Abraço utiliza nestas duas entrevistas, as campanhas de sensibilização e a contestação às políticas de saúde feitas pelo Estado em relação ao VIH/SIDA.

Segundo Dodier, as primeiras instituições que começaram a trabalhar na defesa desta causa, utilizaram como mecanismos de contestação inicial a publicidade. Para o autor, esta informação está associada com:

A vontade de passar para a opinião pública moderna e liberal como forma de enquadramento da palavra publica. Os novos militantes apresentam um discurso muito inovador com a estigmatização (...) eles acentuam sobre a opinião pública uma perspectiva provocatória do estigma (...) trabalham uma nova *dramatização do espaço público* (...) o sentido da publicidade: a forma de aparecer em público e de conceber as formas públicas da confrontação (pp. 133-144).

*Creio que já se utilizou a via judicial, aliás, tenho a certeza. Sim, já se utilizou a via judicial. As outras que enumerou, a Abraço nunca utilizou nem petições, nem abaixo-assinados. Utilizou a via judicial em algumas circunstâncias, creio... E sobretudo é a denúncia aos meios, ou seja, se há alguma situação a denunciar, primeiro fala-se com os responsáveis de saúde, neste caso, Segurança Social, e se não há uma resposta em tempo útil, que normalmente é difícil, então aí faz-se uma denúncia aos meios, que foi o caso agora desta questão que foi hoje, se não estou em erro foi hoje que eu li isso, da questão da medicação, que já se anda a falar, que realmente ficou nos 30 dias, mas não é uma solução, os 30 dias não é uma solução. E não se percebe porquê. Tem a ver com a gestão dos hospitais, ok, tudo bem, mas esta até é muito fácil de gerir, até porque praticamente todo o dinheiro vem do jogo, para os medicamentos do VIH. Portanto, isto não faz sentido, não se consegue explicar, há coisas que se conseguem explicar, podemos estar contra ou não, mas esta não se consegue explicar. E é algo que faz recuar, nomeadamente há pessoas que são seropositivas e que vão deixar. Portanto, começa-se a tornar mais uma vez um caso de saúde pública e é complicado. Mas não, a Abraço sobretudo utiliza os meios de comunicação para denunciar. Antes disso, faz contactos prévios com quem deve fazer. Não tenho a certeza se foi a Abraço que fez ou não, há uns anos atrás, não tenho a certeza, foi um caso, não sei se foi a Abraço, mas pelo menos eu sei que a Abraço esteve envolvida e ajudou, de um cozinheiro que foi despedido porque era seropositivo, em Setúbal. E pronto, e eu sei que a Abraço esteve bastante envolvida nesse caso, como aconselhamento, portanto, tem um aconselhamento jurídico, obviamente, para os utentes. Para os utentes e para quem necessite, a Abraço não é fechada às pessoas, acho que é uma das coisas boas da Abraço, e da maior parte destas associações, é sempre aberto à população em geral. E, sobretudo, o que para mim é importante, na área da prevenção, é de que as pessoas percebam, realmente, o que é que é o VIH, não é um bicho de sete cabeças,*

*mas é preciso entendê-lo e sobretudo, no que me diz respeito a mim, é preciso que os jovens de tenra idade percebam que há cuidados que têm de ter, pronto, que é a área onde eu mais trabalho, eu meti-me muito pela educação sexual nas escolas. Pronto, houve essa questão do cozinheiro, lembro-me bem dessa, haverá outras questões, houve outras questões a nível judicial, mas realmente eu sei que a Abraço primeiro vai às instituições competentes e de seguida vai por via judicial. Abaixo-assinados, em 21 anos nunca vi nenhum abaixo-assinado, não creio que vá por aí e acho que essa questão já está muito banalizada. (53 anos, Publicitário)*

A comunicação social, apresenta-se também neste registo de entrevista como um dos mais, senão praticamente o único meio de denúncia, porém a Abraço num primeiro momento fala com as entidades competentes e responsáveis, como o Ministério da Saúde, Segurança Social e só depois recorre aos media, na ausência de resposta em tempo útil por parte dessas entidades estatais. Porém, a voluntária ainda refere que a via judicial, já foi utilizada como mecanismo de denúncia em algumas situações concretas e específicas, sendo que antes de recorrer a este mecanismo dialoga e interpela as instituições que podem ter comportamentos organizacionais lesivos dos direitos dos seropositivos enquanto cidadãos de plenos direitos cívicos.

#### **VI.2.6. Gramáticas da mobilização e envolvimento dos voluntários na organização ABRAÇO.**

*Vários. Portanto, eu, na altura, já nem sei que idade é que tinha, devia ter para aí uns 19 ou 20 anos. Na altura estive a viver em Paris, um ano, um ano e tal. Em Paris foi quando rebentou a questão do VIH, em que as pessoas, sobretudo em Paris, estava tudo muito preocupado, ninguém sabia muito bem o que é que era,*

*não é? Portanto, era a peste dos homossexuais, na altura. Eu, nessa altura, quando a coisa rebenta em Paris, que foi complicado, venho para Portugal e em Portugal não se falava rigorosamente nada, não se falava de nada. Depois, eu já conhecia a Margarida. Quando foi do João Carlos, a Margarida estava doida com as condições que havia nos hospitais, quer dizer, as enfermeiras atiravam comida para as enfermarias, não tocavam nos pacientes, quer dizer, era uma coisa muito complicada. E quando a Margarida cria a Abraço, com o Marques. E quando a Margarida fala comigo na questão de campanhas, de prevenção, eu disse: vamos lá. Era algo pelo qual eu me debatia, primeiro que as pessoas percebessem que isto não era uma doença de um determinado grupo, mas sim que iria afetar toda a gente. Depois, mais tarde, e sempre mantive essa ligação com a Abraço na área da prevenção, sobretudo na área da prevenção, e sempre nessa área que eu trabalhei com a Abraço. Mas foi um pouco por isso, porque fiquei muito chocado quando vi que, realmente, se as pessoas em Paris discutiam e falavam, ok, com muito medo, em pânico mesmo, mas falavam, portanto, falava-se do que era, do que poderia ser, do que não poderia ser, se havia cura, se não havia cura. E em Portugal, pura e simplesmente, era um silêncio. Sabia-se que ali morreu não sei quem, alguém ali está muito doente, mas não se falava, as instituições não falavam, os centros de saúde não falavam... havia um desconhecimento total sobre a doença. Portanto, aí, a Abraço teve um papel fundamental. Eu sei que em 10 anos, quando a Abraço fez 10 anos, foi comentado um estudo para ver qual tinha sido o impacto de 10 anos de campanhas de prevenção. E achei muito engraçado, porque os 10 anos, nós (...) conseguimos que as pessoas percebessem que tinha de usar o preservativo, mas no fundo, o que a gente conseguiu, em 10 anos, com as campanhas de prevenção, foi banalizar a palavra e o objeto preservativo, o que é muito bom. Não conseguimos mudar hábitos, mas conseguimos que o preservativo fosse um objeto banal e que a palavra preservativo não fosse um bicho de sete cabeças. Aliás, se*

*nós perguntarmos a uma criança, um jovem de 15 anos, o que é uma camisa-de-vénus, ele não sabe, sabe o que é um preservativo, mas não sabe o que é uma camisa-de-vénus. E na altura ninguém falava em preservativo, toda a gente falava em camisa-de-vénus, portanto, são coisas geracionais muito engraçadas, mas conseguiu-se realmente banalizar um objeto e uma palavra, o que torna tudo, depois, muito mais fácil na área da prevenção. Isto ao fim de 10 anos de trabalho. Fiquei contente, porque conseguimos atingir um dos objetivos que era essencial. Portanto, o que é que me leva a continuar? Bem, isso foi o que me levou (...) sintetizando, um foi ter chegado cá e perceber que não havia nada, que ninguém sabia de nada e vi a Margarida a correr de um lado para o outro feita, não era tonta, mas parecia uma barata tonta, a bater a todas as portas e aos gritos com toda a gente, porque tinha que ser mesmo assim, porque senão as pessoas, pura e simplesmente, não queriam ouvir, não queriam saber e estou a falar de pessoas ligadas à saúde, portanto, profissionais da saúde. Foi agarrar a causa. Depois, mais tarde, apesar de sempre manter, de há uns anos para cá, depois também trabalhei através das agências, a coordenação nacional, na altura era a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida. Fui responsável, durante três anos, pela comunicação deles. Depois, foi quando o Estado me convidou, através da Abraço, para ir à ONU, depois comecei a ir às conferências internacionais, portanto, comecei a ficar muito ligado. Depois, achei, há uns anos para cá, comecei a achar que devia parar um pouco, que devia entrar gente nova e que devia dar o meu lugar, deixei de ir às reuniões internacionais, deixei de ir aos congressos, porque havia muita gente nova a entrar, muita gente com outro tipo de formação, e achei que eu já tinha feito o meu papel. E então, cada vez mais na retaguarda, aliás, eu gosto sempre de estar na retaguarda. De qualquer forma, como também tenho um caso de VIH na família, e muito próxima... a minha ligação com a Abraço também deixou de ser só de voluntário, mas também como afetado. Portanto, eu, de alguma forma, de há uns*

*anos para cá, comecei também a usufruir da Abraço enquanto utente, enquanto afetado pelo VIH. Portanto, há aqui duas vertentes de ligação à Associação. (53 anos Publicitário)*

A gramática utilizada por este voluntário reflete não só a falta de informação que existia em Portugal relativamente ao VIH/SIDA, como também permite perceber a duplicidade de ser voluntário na Abraço, pois se por um lado, a ligação com pessoas que estavam a mobilizar-se para a defesa desta causa foi um dos motivos que o norteou para esta ação e envolvimento, por outro lado, o facto de ser seropositivo reforçou ainda mais a sua ligação a esta organização. Este último motivo poderá trazer vantagens significativas no trabalho desta associação, em virtude de ser alguém que compreende a patologia na primeira pessoa, permitindo desta forma promover um trabalho que incida na minimização do conjunto das angústias, das ansiedades e eventualmente, sobre as diferentes formas de estigma que os utentes com quem ele contacta quotidianamente podem trazer consigo.

*A minha ligação à Abraço tem a ver muito com a área da saúde, por aquilo que eu conheço da área da saúde e por aquela falha que eu via, e que era brutal e grave, muito grave. Eu via, pelos meus colegas, que além de mal informados, faziam questão de passar a mensagem que aquele é que é o modo de estar correto. Eu como não sou carneiro, nunca fui, portanto, achava que o caminho não era por ali e que havia outro. E cheguei a determinada idade e não fui ao centro de saúde, como é óbvio, sentar-me com a técnica do centro de saúde, que até conhece os meus pais, porque o meio é pequeno. E então informei-me e a Abraço foi uma das associações que, desde sempre, teve disponível muita informação, informação que eu achava correta, mais do que aquela que diziam os amigos, porque há alturas e que nós aprendemos mais com os amigos do que com quem é suposto. E eu achei sempre importante que alguém devia ter mais acesso àquela informação que eu tinha. Só que, na altura, era impensável ser voluntária, por muitas razões. Quando,*



*entretanto, cresci, decidi que queria fazer isso, achei que era uma mensagem muito importante a passar. Não tem a ver só com... aliás, uma das perguntas da minha entrada para a faculdade, no exame de entrada, tinha a ver exatamente com isso, com SIDA, com transmissão, formas de transmissão... e já aí a minha resposta foi muito controversa e gerou polémica. E eu achava que tinha de esclarecer esse aspeto. Acho que as pessoas, hoje em dia, não têm valores, não têm ninguém que os guie, ninguém que os oriente, vemos muito isso na Queima, muito, muito mesmo. Está tudo perdido, absolutamente. E têm acesso a muita informação que não sabem selecionar, os miúdos conseguem ir à net, veem tudo e mais alguma coisa, não sabem o que é para eles, o que não é, o que deve ser aplicado, em que altura ou não e têm acesso àquilo tudo assim, de repente, de uma vez. Depois ficam todos confusos, depois não sabem, depois há a história do estatuto social, do que é fixe e o que não é e não sei quê. (...) Sentimento logo de desencaxe, porque eu achava que não me encaixava naquilo que toda a gente dizia que era suposto ser e que era a verdade. Eu entendia que havia logo ali alguma coisa que não estava certo, que não batia bem. E tive essa necessidade de esclarecer. Portanto, logo, desde logo, aquela situação de não aceitar uma só opinião de ânimo leve, vamos todos por aqui, ok, é por aqui, então vamos. Portanto, desde logo esse sentimento de não pode ser. E depois de me aperceber da gravidade da situação, quanto mais sabia sobre o assunto, a necessidade que as pessoas se esclarecessem e que estivessem atualizadas sobre o que lhes podia acontecer. Mesmo a nossa preservação, a preservação do nosso bem-estar, porque é a nossa saúde que está aqui em questão, a nossa e a dos outros. Preocupava-me essencialmente isso, também, porque se nós fizermos mal a nós próprios, a responsabilidade é nossa e as consequências são sofridas por nós, mas neste caso, abrange toda a gente que está à nossa volta... e eu achava que era muito, era ser muito egoísta não querer saber e, por exemplo, estar contaminado e continuar a contaminar outros parceiros, outras pessoas. Eu*

*aderi à Abraço porque eu, todos os anos, no dia dos meus anos, faço alguma coisa de diferente, nomeadamente inscrições em determinadas associações e eu fui à Abraço inscrever-me como sócia, há uns anos atrás. Depois, entretanto, continuei a acompanhar as atividades da Abraço e soube que se podia ser voluntário, inscrevi-me como voluntária e nunca me chamaram para nada, nem para entrevista nenhuma, nem para nada, absolutamente. E eu também esqueci aquilo, deixei andar. Há uns anos atrás, liguei para a Abraço e disse: então, afinal como é que é? Eu inscrevo-me como voluntária há uns anos, ninguém me contacta. Como é que é? Querem, não querem, têm voluntários a mais, estão a precisar? Disseram-me: não, a informação não nos chegou. Portanto, eu continuava a pagar as minhas quotas como associada, mas como voluntária não tinha qualquer atividade. Pronto, tipo assim, num momento de rebeldia disse: como é que é? E eles então chamaram-me e eu comecei a fazer campanhas. (44 anos, Técnica do INEM)*

Por oposição ao registo motivacional da entrevista antecedente, verificamos que esta voluntária para além de sentir a necessidade de fazer algo diferente na sua vida que pudesse contribuir para o bem-comum, também a sua mobilização esteve ligada à perceção que foi tendo durante o seu percurso académico, relativamente à desinformação existente entre a comunidade académica sobre este tipo de doença e na comunidade jovem em geral. Também o excesso de informação a que os jovens atualmente têm acesso, sobretudo através da Internet, mas sem conseguirem selecionar ou assimilar pela ausência de princípios e valores que os norteiem e daí a importância das campanhas de sensibilização e prevenção como meios de esclarecimento tendentes à preservação da saúde e bem-estar individual.

Também é de realçar a motivação extra para o voluntariado que a levou inclusive a ser proactiva (“momento de rebeldia” nas palavras da própria entrevistada) e a contactar novamente e de forma direta a associação, na ausência de resposta face à

disponibilidade anteriormente manifestada para participar de forma voluntária nas campanhas através de uma inscrição.

## **CAPÍTULO VII: FORMAS DE EXPRESSÃO DE SI ATRAVÉS DA PERDA: O LUTO E AS SUAS CONFIGURAÇÕES PÚBLICAS**

O sofrimento humano pode apresentar múltiplas configurações, consubstanciadas e provocadas por fatores ligados a estados de miséria, necessidades de ordem vária, acidentes, catástrofes, ou ainda quando os sujeitos são confrontados com situações de morte e de luto, apresentando consequentemente diferentes maneiras sentir e de agir perante as adversidades.

O luto pode ser uma dessas formas de sofrimento que afeta os indivíduos de uma forma concreta e que, para Rebelo (2009, p. 77), se pode definir como um sentimento que incorpora duas dimensões interligadas entre si, sendo a primeira ligada ao tempo e a segunda à memória. O período temporal que medeia entre a “abertura do sofrimento”, causado pela perda de um ser íntimo e a “reabilitação para a vida” que se processa como um “apaziguamento”, é definido pelo autor como “tempo do luto”.

Para Parkes, “juntamente com o declínio da nossa capacidade para enfrentar a morte, pois como refere, advém de um declínio de confiança nos rituais que a acompanham e seguem. Os tradicionais costumes do luto têm sido largamente abandonados e os rituais de cremação ou enterro dos mortos perderam muito do seu significado emocional que, no passado, muitas vezes, fez deles fonte de conforto para os indivíduos de luto, em vez de se transformarem numa provação. Pelo menos, é o que afirmam psiquiatras e conselheiros chamados a prestar auxílio às pessoas enlutadas” (2003, p. 16).

Segundo Roudaut (2012, p. 13), morremos todos e perdemos um dia alguém que nos é próximo, é neste âmbito que o luto, e as diferentes manifestações externas dos outros relativamente ao indivíduo que sofre a perda<sup>69</sup>, podem inscrever-se num conjunto

---

<sup>69</sup> A dor / sofrimento contida na compaixão sentida para com o sofrimento dos outros, é completamente desproporcional com a dor sentida pelo próprio sofredor (Smith, 2002, p. 32).

de sentimentos que se enquadram naquilo que diferentes autores definem como compaixão.

Após esta abordagem, impõe-se desde já uma questão – poder-se-ão apresentar os indivíduos no espaço público, cujo sofrimento é motivado pela perda de um ser íntimo, como uma vítima?

A análise que Erner faz das vítimas é redutora, pois apresenta-as como objeto das diversas formas de ação, não aportando para a reflexão as competências que lhes estão associadas e que são acionadas na defesa de um «bem comum». Deste modo e na sequência das anteriores questões, poder-se-á colocar a seguinte pergunta de reflexão: que tipo de competências / sentimentos / regimes de envolvimento são acionados pelas vítimas, em que cenários e qual o fim último?

Esta pergunta resulta dos dados recolhidos junto de uma associação do luto (onde a maioria dos voluntários experienciou uma situação de luto) e sobre a qual iremos tentar responder e explicar no que concerne aos fatores que estão subjacentes à sua mobilização para o desenvolvimento de uma ação voluntária para com aqueles que detêm um sofrimento provocado pelo mesmo motivo, no sentido de estes últimos poderem desenvolver os respetivos processos do luto.

Esta análise, orientada para uma correlação, enlutado – vítima, é o resultado das interconexões conceituais, sobre as quais podemos inferir que, de certo modo, as pessoas cujo sofrimento está ligado à perda de seres íntimos podem ser consideradas como vítimas.

A relação vítima / injustiça (sofredor de uma ação vista como não justa) deve ser clarificada no âmbito de todos os processos de compaixão social e de vitimização, podendo estar na origem de uma outra relação vitimização / humanismo (o homem como o centro da atenção – sentido do humano).

Após esta viagem pelos conceitos que servirão de suporte teórico para a análise das entrevistas efetuadas, aqui apresentadas após uma seleção feita através do programa informático MAXQDA 11, deveremos destacar um fator relevante e primordial ligado aos voluntários, que poderá permitir não só a compreensão dos dados do estudo

efetuado junto dos diferentes CAPELOS<sup>70</sup>, como também ajudar a enquadrar na matriz teórica utilizada neste estudo, esses mesmos dados.

O fator supra com qual nos confrontámos durante a recolha de dados, prende-se com o aspeto de que a maioria, senão a totalidade dos voluntários da APELO, terem já tido uma experiência de luto pela perda de um ser íntimo.

Esta característica poderá originar um conjunto de questionamentos relacionados com o envolvimento dos voluntários, nomeadamente; perceber qual o período do luto após a perda de um ser íntimo em que se dispuseram e mobilizaram para uma ação associativa.

Apesar da pertinência da questão, que se prende primordialmente com a perceção do sofrimento causado pela perda, bem como uma possível desestruturação do quotidiano das pessoas e o retornar a essa mesma vida quotidiana, não possuímos dados no nosso estudo, nem os seus objetivos foram delineados nesse sentido, para responder a esta pergunta.

Destarte, socorremo-nos de um estudo sobre o luto realizado em Portugal, para podermos retirar algumas ilações que possam servir de explicação e que julgamos serem minimamente plausíveis e aceitáveis cientificamente.

Segundo Silva, o processo do luto pode apresentar fases diferenciadas consoante o autor, assim como a designação que lhes é atribuída, “Weizman & Kamm [...] apresentam cinco fases: Choque, Desconcerto, Raiva, Tristeza e Integração. Já Silverman [...] apresenta três fases: Impacto, Recuo e Acomodação; Cavanaugh [...] apresenta, também três fases, mas com nomes diferentes: Fase Inicial, Fase Intermédia e a Fase de Recuperação (2004: 66).

As fases de integração, acomodação ou recuperação, segundo a proposta do modelo supra apresentado, de acordo com a autora, permitem ao indivíduo o desenvolvimento de uma “nova” identidade. Ou seja, “significa que a pessoa não corta com o passado nem renuncia a ele; antes muda a sua relação com ele. [...] Por outras palavras, as suas lembranças constituem uma forma de ligar o passado e o futuro” (Silva, 2004: 66)

---

<sup>70</sup> A APELO é constituída por CAPELOS, núcleos localizados em diferentes pontos do país.

Outra proposta de fases de processo de luto é feita por Rebelo (2014, pp. 62-64), que são a fase do “Torpor”, “Desorganização emocional” e “Reorganização emocional”. A fase do “Torpor” enquadra, segundo o autor, um conjunto de emoções e de sentimentos tão diversos e com diferentes sentidos como os de “aflição” e de “raiva” iniciando-se tudo com uma comoção de choque, desenvolvendo-se posteriormente um “estádio de *negação* emocional”. Na fase seguinte denominada de “Desorganização Emocional”, os sujeitos sentem-se “agitados e desorientados”, manifestando sensações e emoções diversificadas como forma de se sentirem também culpados pela perda (s) sofrida (s) “ansiedade e medo, tristeza, agressividade”, fazendo com que se isolem dos familiares e inclusivamente dos amigos e do mundo em geral, passando posteriormente a experimentar “um sentimento de libertação em relação à perda”, partindo para uma fase de resignação e de aceitação. Nesta terceira e última fase, designada por “Reorganização emocional”, o autor levanta duas questões que no decurso desta pesquisa se apresentam como bastante pertinentes e que podem ser também de certo modo analisadas, ainda que de uma forma não determinantemente objetiva, através das respostas dos voluntários que através da sua gramática justificativa de envolvimento a uma organização ligada ao luto poderá deixar denotar o que Rebelo questiona. Na primeira procura saber se existe “um tempo bem definido para cada tipo de luto?” sistematizando e destacando para esta pergunta quatro elementos: o grau de vinculação com a pessoa que se perdeu; a capacidade de cada um na gestão das emoções relacionada com a personalidade do sujeito; o apoio que cada um pode obter e, por último, “o nível de aceitação social à expressão das Manifestações do luto”. Relativamente à segunda questão levantada pelo autor que recai sobre o modo como cada sujeito faz a gestão das suas emoções é muito significativa pois está indelevelmente ligado na forma como se vai processar a (re) integração social após a perda, “pois a capacidade de gerir emoções e o carácter mais ou menos extrovertido serão determinantes na resolução do luto”, em que o sujeito “deve ter uma consciência relacional” dos seus “limites físicos, intelectuais” e sobretudo emocionais, apresentando-se o acto de comunicar um fator primordial para a socialização e deste modo reduzindo e minimizando os putativos efeitos menos positivos que poderão impedir ou estar a inibir a (re) integração social do sujeito enlutado (2013, pp. 62-69).

Verificamos que na confrontação das duas propostas do processo de luto definidas por Siva e por Rebelo, existindo deste modo, praticamente uma similitude no

que ao período de luto e suas fases concerne. Assim, Silva e de acordo com Weizman & Kamm, também Cavanaugh e Silverman, nas suas análises sobre o processo de luto, apresentam uma fase de Choque com contornos semelhantes ao “Torpor”, Desconcerto, Raiva, Tristeza, e que tem paralelismo com as sensações e emoções sentidas pelo sujeito enlutado com a fase de “Desorganização Emocional” e a fase de Integração com a de “Reorganização emocional”. Rebelo patenteia em relação a Cavanaugh que apresenta igualmente três fases: Impacto, Recuo e Acomodação, sendo que identicamente Silverman sistematiza com a mesma designação as fases de Impacto, Recuo e Acomodação, sendo que esta última (acomodação) se sobrepõe em certa medida à última fase de Rebelo. Inferimos, pois, que o conjunto de argumentos analíticos e enquadramentos interpretativos sobre o processo de luto, emanados pelos diferentes autores, manifestam conteúdos praticamente análogos.

Através desta explicação, poderemos inferir que os voluntários da APELO poderão possivelmente ter-se envolvido associativamente na última fase do processo do luto, permitindo-lhes, tal como o já anteriormente referido por Thévenot, que uma «proximidade ao outro» poderá desenvolver-se «na familiaridade de experiências vizinhas», em que as Associações «contribuem para o acomodamento das tensões entre o compromisso cívico e o que se prende com uma ancoragem local ou pessoal», independentemente do conjunto de críticas e denúncias acerca da qualidade desses laços (1999).

Inferimos também que, após o exposto, o trabalho efetuado pelos voluntários em grupos de autoajuda nesta associação, permitirá certamente um envolvimento com contornos muito peculiares e específicos em virtude de, por um lado, possuírem uma experiência de sofrimento pela perda de um ser íntimo e, por outro lado, a ação de apoio que prestam ao outro, sofredor de uma causa idêntica.



## **VII.1. Narrativas das formas de mobilização e envolvimento enquanto voluntário na APELO**

### **VII.1.1 Da génese da constituição da Apelo – Apoio ao luto**

*Muito bem. Em 27 de janeiro de 2004, nós dirigimo-nos ao cartório notarial para registar a Apelo, Associação de Apoio à Pessoa em Luto. Quem é que se dirigiu? Eu e três outras pessoas amigas que decidiram dar-me apoio na fundação da Apelo. Eu digo dar-me apoio porque, efetivamente, a iniciativa é minha, sobretudo minha. E é minha, porquê? Porque (...) num acidente rodoviário, eu perdi a minha mulher e as minhas filhas... a minha mulher estava grávida, tinha duas filhas e, portanto, perdi toda a família próxima, toda a família que, na prática, eu estava a construir. Claro, vivi o meu luto, naturalmente. E como na altura não existiam associações, ou não existia apoio ao luto em Portugal, qualquer tipo de apoio, eu vivi-o de forma só, solitária, sozinha e isolada. Claro que foi um luto absolutamente complexo, muito complexo, porque estavam três, quatro, cinco lutos, sei lá quantos é que estavam ali a serem vividos simultaneamente. E ao fim de cerca de 10 anos, eu, talvez, costumo dizer sempre em tom de brincadeira, por deformação profissional, tendo vivido as emoções, decidi tentar consciencializar as emoções vividas. Então, a melhor forma que encontrei foi inscrever-me num curso de mestrado em Psicologia, em que fiz uma dissertação sobre Contributos para a Psicologia do Luto, que pode ser encontrada no Observatório do Luto, está lá a dissertação. A partir daí, no próprio mestrado, eu tive conhecimento da existência de uma associação que era relativamente recente e que se chamava a Nossa Âncora, de apoio a pais em luto. Contactei com eles, descobri que tinham aqui um grupo a funcionar, muito precário, estavam a funcionar, era um casal e uma senhora que se*

*encontravam periodicamente para se entreajudarem. E eu decidi contactá-los, no sentido de ir até lá e, eventualmente, dinamizar ou contribuir para participar num grupo de entreaajuda de pais em luto. No fundo, é isso, eu precisava de, pessoalmente, precisava de um apoio. Depois, mais tarde poderei referir, embora o luto seja uma atitude individual, muito íntima, mas é tão dilacerante o que se vive, que é muito mais fácil se se for apoiado. E então, ao procurar esse grupo, isto é mais uma curiosidade do que propriamente um testemunho relevante, eu descobri que não era um grupo de entreaajuda na prática, clássico, não é? Aquilo funcionava num salão paroquial e ao lado do cemitério, que é um bocadito mórbido. E então sugeri, o que veio a acontecer, que dinamizássemos o grupo noutras instalações e pedimos a uma junta de freguesia e pronto, mais airoso e tal e passámos a reunir, fizemos publicidade, etc. e o grupo chegou a ter 20 pessoas. Foi um grupo bastante ativo. Ao fim de dois anos de eu ter dinamizado o grupo, porque passei a ser, digamos, o moderador do grupo, eu considereei que teria que dar um outro passo e o outro passo era criar um espaço que não fosse exclusivamente de entreaajuda, mas que fosse um espaço mais alargado. Em primeiro lugar, que não fosse exclusivamente de entreaajuda e que não fosse exclusivamente em relação a pais em luto, porque eu também tinha ficado viúvo com aquela perda. E então, coloquei a questão na altura e achei por bem criar uma associação. Ainda cheguei a discutir com a Direção a possibilidade de se alargar o âmbito. Não consideraram oportuno na altura e eu então criei uma nova associação, a Apelo, Associação de Apoio à Pessoa em Luto, em termos globais. Como referi, isto foi em 2004 e começou a funcionar aqui em Aveiro, de uma forma dinâmica, tentando procurar caminhos para um apoio que não fosse exclusivamente a entreaajuda. Depois, mudámos a sede para Coimbra, mas sempre sem um espaço físico que fosse nosso. E, numa determinada etapa, decidimos criar, porque havia solicitações à Apelo de diferentes partes do país, e nós não tínhamos resposta para elas. Então, decidimos criar, digamos, uma*

*estrutura de proximidade, através dos voluntários que nos aparecesse em diferentes áreas, em diferentes regiões. E é assim que nascem os Capelos, os Centros de Apoio à Pessoa em Luto, que são as extensões regionais da Apelo. Neste momento, temos voluntários, digamos, muito precários, sempre tudo muito precário, porque aqui não há apoio absolutamente nenhum, externo, a desenvolverem trabalho em Barcelos, Marco de Canavezes, no Porto, em Aveiro, em Coimbra, Pombal, Alverca, Lisboa e Algarve. É isto mais ou menos que temos. Como digo, muito precário. Depois, a Apelo foi crescendo, foi ganhando nome. E, em dada altura, eu achei que deveria, porque depois surgiu uma grande confusão, isto é, o luto, estando associado à morte, de uma maneira geral, embora eu não concorde, não é eu não concorde, eu tenho uma visão mais alargada no âmbito daquilo que se conhece, e do ponto de vista teórico, de uma maneira geral, se conhece em todo o mundo, que o luto não é especificamente sobre morte, não é um processo que resulta exclusivamente da morte de um ente querido, mas, de uma maneira geral, em Portugal isso está associado. E então, tendo isso em consideração, convidei um conjunto de colegas universitários, porque... perdoe-me voltar atrás, a situação que se passava era esta: nós falávamos sobre luto e na Apelo começámos a ser solicitados para falar sobre luto, falar muito sobre o luto, mais do que, às vezes, intervir junto das pessoas em luto. E então havia quase que um desvirtuamento da própria Associação, dedicar-se mais à divulgação da temática do luto, do que propriamente à intervenção junto de pessoas em luto. Surgiu-nos, depois há aquelas questões associadas à dinâmica das próprias associações, começaram a surgir muitos jovens psicólogos, recém-licenciados ou estudantes, que queriam trabalhar naquilo, não sabemos às vezes se eram rigorosamente em regime de voluntariado ou não, havia ali situações dúbias. Mas, de facto, a estrutura ia funcionando, até que há um passo, que eu penso que é decisivo, e que é eu próprio, pensando que teríamos que dar um cariz científico para a temática do luto em*

*Portugal, que não existia, convidei um conjunto de colegas de diferentes universidades para um encontro aqui em Aveiro. Responderam as pessoas que, de facto, estão a trabalhar mais nisso, particularmente um colega meu da Universidade de Lisboa, o professor António Barbosa, da Faculdade de Medicina. E vieram outros colegas, da Universidade de Trás-os-Montes, da Universidade do Minho e daqui de vários departamentos da Universidade de Aveiro. E então, nesse encontro, decidimos criar duas instituições fundamentais para esta temática, que era: em primeiro lugar, uma sociedade, a SPEIL, a Sociedade Portuguesa de Estudo e Intervenção no Luto, que tem uma dinâmica essencialmente académica, no sentido de criar conhecimento, sobretudo científico, sobre a temática do luto. E, por outro lado, o Observatório do Luto, no sentido de ir observando quais são, digamos assim, as variações sociais e sociológicas do próprio luto em Portugal. Acontece que a partir daí estava criada a estrutura que se dedicaria a essa componente da investigação e da divulgação desta temática, o que deixaria à Apelo o espaço para a sua raiz, matriz fundadora, que é a intervenção junto das pessoas em luto. Agora, faltava um elemento, no meio disto tudo ainda faltava um elemento, e qual era esse elemento? Os agentes da intervenção. Quem é que daria o apoio ao luto. E então, nessa circunstância é que surge, em conversa, lá está, com o professor António Barbosa, aí já me sentia apoiado para discutir, mas surge-me de facto a ideia de se colocar quem é que deve dar o apoio ao luto. São os psicólogos? E eu, que também dou aulas a psicólogos, na área da Biologia, dizia: não, eles não são formados para isso, não são, eles têm de tratar das neuroses porque é esse, digamos, o grande objetivo do trabalho é a preparação que eles têm para isso, é uma agorafobia, é um tique, é isto, é aquilo que as pessoas têm e vão a um psicólogo para tentar repor, através das terapias que têm, o seu comportamento normal. O luto é um processo, é um processo normal, saudável até, que as pessoas têm e não há terapias que o permita resolver, a não ser quando ele é admitido*

*como um luto chamado patológico, um luto doentio. Então, era fundamental nós criarmos dois tipos de especialistas no nosso país, por um lado conselheiros do luto e, por outro lado, terapeutas do luto. Conselheiros do luto serão aquelas pessoas que vão tratar, ou melhor, que vão servir de suporte a quem viveu lutos. Quando eu vivi o meu luto gostaria de me ter apoiado em alguém e alguém com experiência para me poder suportar devidamente, que me abrisse caminhos, abrisse janelas para eu respirar um pouco de ar puro para dar mais dois passos e não ter eu que andar a abrir janelas, a fechar outras, etc. e dar passos pelo caminho e trambolhões, etc. E depois, os terapeutas, para tratar dos lutos doentios, é evidente que implica já uma supervisão psiquiátrica, sempre. Então, nesta perspetiva, tendo em consideração a existência da Apelo, a existência da SPEIL, a existência do Observatório e a necessidade de formar conselheiros do luto e terapeutas do luto, decidi criar o Espaço do Luto. Que é uma sede física, porque, efetivamente, nunca consegui que uma instituição qualquer, uma Câmara, etc. dissesse assim: pronto, tem aqui um espaço para desenvolver esse seu projeto. Então, olhe, sai-me do bolso, decidi eu. Então, a filantropia que eu hei de fazer é esta, é criar um espaço para desenvolver este tipo de atividades. E então, o Espaço do Luto criou o Curso de Conselheiros do Luto, o Centro de Bioética da Faculdade de Medicina de Lisboa cria o Curso de Terapeutas do Luto e estamos a criar essa mesma dinâmica. Aliás, já houve uma primeira edição do curso aqui em Aveiro, de conselheiros do luto, e saíram conselheiros que, neste momento, estão a dar apoio. Penso que começa agora a criar-se uma estrutura sólida de intervenção consciente e conhecedora sobre o luto e no apoio ao luto. (62 anos, Professor)*

A dimensão desta entrevista, justifica-se porque de que só assim se poderá compreender, de forma global, a génese da associação, desde a situação ou o fator que a despoletou até à sua institucionalização e posterior dispersão geográfica e

especialização em Capelos, por um lado, para o aconselhamento, apoio e acompanhamento no luto em casos concretos por especialistas formados para o efeito, e, por outro, o estudo e recolha de informações sobre a temática a nível académico.

Os países ocidentais, historicamente foram os que iniciaram o trabalho ou modelo dos cuidados do luto, em que o “aconselhamento individual” é desenvolvido por “voluntários selecionados, treinados e apoiados por profissionais” (Levine, 2003, p. 247)

Segundo Koury, os sujeitos submetidos e envolvidos à catarse da dor, desenvolvem um conjunto de práticas reintegrativas e reorganizativas no sentido de minimizar e eliminar as causas do sofrimento. Deste modo, podem constituir-se movimentos cujos “momentos de expressão organizativa” constituem-se como um “tempo experiencial da dor- com significado socialmente impresso e revivificado e ritualizado na contiguidade individualizada e interiorizada do sentimento”. Estas práticas coletivas de “reintegração e de reorganização no âmbito do binómio, indivíduo – coletividade, enfrentarão “lugares comuns de expressão de emoções (...) dolorosas no sentido de uma reintegração ou de uma desintegração potencial, isto é, da valorização do sofrimento como bem e como mal coletivamente estruturados” como forma de troca simbólica” (1999 pp.78 - 79).

A este respeito, (Laungani, P. e Young, 2003, p.269) referem que nos países ocidentais atualmente os conselheiros de luto são profissionalmente «especialistas em rituais» e que ajudam os sujeitos através de determinados instrumentos de ajuda desenvolvidos cientificamente.

*O objetivo é ajudar as pessoas, mas não no sentido de ser solidário e do coitadinho ou coisas desse género, ou de ajudar, por exemplo financeiramente, não temos esses objetivos. Não fazemos angariação de fundos, não fazemos nada disso. Mas é um apoio que as pessoas podem encontrar pelo menos para compreender o estado delas naquele momento. O apoio da Apelo é essencialmente o apoio ao luto, ajudar a pessoa em luto. É o ouvir o outro e tentar encontrar meios para o poder ajudar a suportar naquele momento*

*ou a compreender o seu próprio estado. Porque, no fundo, o luto é um estado, a pessoa tem de o viver e vai ter sempre de o viver, mas se puder compreender o que está a viver é mais fácil. A Apelo é nesse sentido, é atuar mesmo no momento do luto e do processo e ajudar nesse processo. (37 anos, Advogada)*

Para Koury, o trabalho do processo do luto é simultaneamente ritual e social, pois ajuda os sujeitos a “concluir a introjeção do morto, do objeto amado. Assim, deste modo, a pessoa que sofre a perda é auxiliada por outras pessoas ou organizações, no sentido de minimizar ou retirar ligação ao ente falecido e paulatinamente desenvolvendo um exercício de aproximação e reaproximação da realidade, diluindo a persistência do objeto da perda que tem tendência a manter-se” de acordo com Freud por “psicose derivativa alucinatória (2005, p. 148).

*A constituição do núcleo do Capelo de Pombal teve, efetivamente, a ver com uma perda significativa. Muito significativa. A perda do meu marido foi qualquer coisa que me fez ir à procura de questões, nomeadamente ligadas ao luto. E como é que eu fiz isso? Foi justamente através da literatura, através de livros, até que me cruzei, na FNAC, com livros de José Eduardo Rebelo, dois livros que ele próprio editou, Amor, Luto e Solidão e Desatar os nós do Luto, e achei muito interessante a perspetiva dele, da vida, porque era, era e é, biólogo, na Faculdade de Aveiro, e porque no mesmo acidente perdeu uma família inteira, mulher, filhos. Entretanto, tirou um mestrado em Psicologia, um doutoramento também nesta área e ele próprio, também com perdas muito significativas, lembrou-se que tinha de fazer qualquer coisa, também, no fundo, por ele. E nós, às vezes, temos um bocadinho esta capacidade, esta resistência, de querer ajudar os outros, mas também não admitir que nos ajudamos a nós próprios. Temos que admitir que isto está sempre subjacente, nós trabalhamos a nossa dor, com o objetivo de*

*ajudar os outros, mas também estamos a trabalhá-la, não é? E ainda bem que assim é. Nós não podemos criar aqui aquilo que se chama “carapaça”, sermos pessoas diferentes. Nós temos que ser, neste tipo de associações, o mais transparentes possível. E pronto, foi num dos livros dele que me cruzei e quis-me fazer voluntária da Apelo e ele respondeu, muito cordialmente, que eu tinha toda a capacidade para ser coordenadora de um Capelo, em Pombal. E pronto, cheguei à fala com ele e aqui estou, a caminhar muito devagarinho, muito devagarinho mesmo, e penso que daqui a uns tempos vai dar os seus frutos, o Capelo de Pombal, pelo menos é esse o objetivo. (46 anos, Psicóloga)*

Para Rebelo, os sujeitos em luto apresentam sintomas consequenciais ao nível físico e mental bastante penosos, constituindo-se desta forma como “um processo emocional muito complexo”. Uma das possíveis soluções para lidar com o processo do luto passa pelos sujeitos em sofrimento poderem recorrer a “grupos de entreajuda” que para o autor é uma das soluções de apoio social mais interessantes. Pois no âmbito das reuniões destes grupos os sujeitos têm um problema comum, “a perda de um filho, a perda de um irmão, a perda a perda de um pai, ou a perda de um marido” (2013, 142 - 143).

#### **VII.1.2. Da visibilidade associativa às sinergias com os envolvimento com a comunicação social**

*Eu julgo que existe uma boa relação com a comunicação social. Já existiram alguns programas dedicados ao luto, onde a Apelo surgiu nessas entrevistas. O próprio Professor José Eduardo Rebelo tem surgido em alguns programas. Isso dá-nos alguma visibilidade, obviamente. De qualquer modo, eu diria que será uma visibilidade que pode ser, de certo modo, enganadora. Dando um exemplo muito*



*simples: a Apelo Porto foi reativada há relativamente pouco tempo, todos os programas que pudessem dar sobre a Apelo, nesta zona geográfica, de pouco serviriam porque as pessoas têm muitas dificuldades em poder pagar por um serviço, quanto mais deslocarem-se para outra cidade ou para outro Apelo para poder fazer este atendimento. Nós não temos uma cobertura nacional, eu não sei se não será, a nível de visibilidade, mais adequado ela poder ser regional e não tanto nacional. Na minha opinião, obviamente. É ótimo que ela possa existir a nível nacional, não digo o contrário, não sei é se ela será a mais adequada. A visibilidade também deve ser medida para não criar falsas expectativas às pessoas que possam procurar a Associação. Mais uma vez, não nos podemos esquecer que estamos a falar de voluntários, voluntários que têm limites naquilo que conseguem dar e uma ampla visibilidade também pode originar uma ampla procura que, possivelmente, depois, também não vamos ter capacidade de resposta. Eu acho que as coisas devem ser feitas pouco a pouco. Devem ser estruturadas pouco a pouco. Vou-me restringir novamente àquilo que é a minha realidade, que é a Apelo Porto. Desde que nós arrancámos, arrancámos com passos firmes, vamos atendendo pessoas, vamos tentando iniciar grupos e depois, sim, depois de termos as coisas minimamente estruturadas e de termos tudo minimamente organizado, se calhar podemos procurar um bocadinho mais de visibilidade e mostrar um bocadinho mais aquilo que fazemos. Mas sempre dentro de uma noção realista daquilo que nós podemos fazer. Se o número de voluntários aumentar, nós se calhar podemos fazer mais, mas também se torna fundamental termos em atenção quem é que são esses voluntários. Se eles vierem à procura de um retorno financeiro, se eles vierem à procura apenas de visibilidade, para depois poderem ter retorno a nível profissional, nós vamos ter muito mais dificuldades. Se calhar vão surgir as tais disputas de que falava há bocado. Se tivermos pessoas que vêm apenas para poder ajudar, aí sim, se calhar vamos poder desenvolver um pouco mais de trabalho. (...) Parece-me que será uma questão mais de Apelo Nacional do que da Apelo Porto. Parece-me que isso*

*seria muito mais numa conjugação de tudo aquilo que é a atividade em cada um dos Capelos, do que propriamente do nosso Capelo em particular. Já tive experiências de interação com a comunicação social, não na Apelo Porto, mas sobretudo no Marco, ao nível da divulgação, quer ao nível de jornais regionais, quer a nível da rádio, por exemplo, e facilitaram-nos bastante o processo dando-nos alguma visibilidade, é certo, mas também me parece que esta informação rapidamente se perde, a não ser para as pessoas que, naquele momento, possa ter algum tipo de significado, ou seja, pessoas que estão em luto, em sofrimento, para elas pode, realmente, ter um significado forte e poderá levá-las a procurar. Para todas as outras, é algo que entra e acaba por sair e acaba por se perder. Se um ano depois ou meio ano depois precisarem da ajuda, não fazem a mínima ideia do que é a Apelo. Daí ser, na minha opinião, mais importante a informação estar concentrada em espaços, em organizações, em instituições onde a perda está presente. Eu estou-me a referir às juntas de freguesia, por uma razão muito simples, porque é lá que se concentram os cemitérios, por exemplo. Existe um conhecimento muito maior das pessoas, porque as juntas acabam por ter um serviço social e acabam por conhecer as pessoas uma a uma e conseguem fazer a passagem desta informação. Estou-me a referir aos centros de saúde, com os médicos de família, por exemplo, mais uma vez o conhecimento de proximidade. Eu acho que este tipo de estratégias ao nível da passagem da nossa imagem, ao nível da comunicação daquilo que é o nosso serviço, acaba por ser tão ou mais eficaz do que propriamente utilizando a comunicação social. A comunicação social pode ter muito mais peso ao nível das políticas, sem dúvida. Se estamos a falar de comunicação ao nível nacional, sem dúvida nenhuma. Mas mais uma vez eu vou-me referir àquilo que é o nosso tamanho, a nossa dimensão e a nossa capacidade de influência e acho que não devemos querer dar um passo maior do que aquilo que é a nossa perna. Se calhar começar por baixo, começar ao nível da influência daquilo que é a política local e depois sim, depois de termos uma organização bem estruturada a nível nacional,*

*poderemos aspirar a um bocadinho mais, senão corremos o risco de acontecer aquilo que aconteceu com a nossa Âncora, que é uma instituição mais antiga do que nós, que cresceu e que se calhar estava disseminada por muitos mais pontos do país e que depois acabou por fechar, infelizmente, porque o apoio já é pouco e assim torna-se muito menor. Portanto, parece-me muito mais importante termos em atenção estas realidades locais, antes de nós termos em atenção aquilo que é a realidade nacional. Se formos capazes de influenciar políticas locais, eu acho que a posteriori iremos influenciar a política nacional. (41 anos, Psicólogo)*

O entrevistado utiliza uma gramática justificativa sobre a relação da Apelo com a comunicação Social, onde destaca a boa relação com esta, referindo mesmo, alguns programas sobre o luto em que também através de algumas entrevistas que lhe foram feitas pode explicitar o trabalho que esta Associação desenvolve, não criando, no entanto, falsas expectativas em relação ao trabalho desenvolvido por esta através dos voluntários. Destaca também o poder que a televisão tem e que pode ajudar a dar visibilidade a esta questão do luto em geral à ABRAÇO em particular, mas mais a nível regional do que a nível nacional, acrescentando ainda que, no entanto, se pode influenciar as políticas nacionais, partindo em primeiro lugar das políticas locais.

De acordo com Boltanski, os média e principalmente a televisão dramatizam consideravelmente através dos seus telejornais e reportagens o sofrimento humano, no qual se incluem obviamente situações onde ocorrem situações de morte e de luto. Neste sentido, para este autor, O dilema ou os dilemas que podem recair nos espetadores, não são uma consequência direta e automática dos média modernos, com referência à televisão em particular, mas sobretudo e principalmente das exigências morais que se impõem ao espetador (1993, p. 9).

*Eu penso que não existe muito. Penso que não existe muito, à exceção de algumas reportagens, como referiu... A Apelo penso que tem alguma visibilidade nos media, mas penso que não seja muito notório,*

*que se fale muito. Enfim, penso que não. Mas, eventualmente, se tivesse uma relação mais próxima com os media e houvesse mais essa visibilidade, seria bom neste sentido, de sensibilizar para esta área, para o luto. Depois já tem um pouco a ver com o tipo de trabalho que nós desenvolvemos, a perspetiva que temos da intervenção no luto, ainda há muito o tabu, felizmente começa a não haver tanto e aí é importante a visibilidade nos media, precisamente por isso, mas ainda há muito tabu acerca do que é a morte e do que é lidar com a morte e essa visibilidade penso que pode funcionar no sentido de sensibilizar para desmistificar. Depois, também depende do tipo de visibilidade que estamos a falar, mas à partida acho que sim, que só terá a ganhar para se poder fazer o melhor trabalho na área do luto. (33 anos, Trabalhadora Call Center)*

Destaca-se do registo da análise feita pelo entrevistado a esta questão, a importância da dimensão da visibilidade que a comunicação social pode ter para com a Apelo porém esta relação é muito ténue. A visibilidade pode apresentar segundo ele, por um lado, uma forma de desconstrução do tabu em relação à morte e, por outro lado, permitir sensibilizar e desmistificar o que é o luto, podendo eventualmente conduzir o público em geral a mobilizar-se como voluntário neste tipo de associações.

Boltanski, a este respeito, reforça esta ideia do entrevistado quando refere que a palavra, o discurso sobre o sofrimento (morte e luto incluído) na comunicação social, poderá ser vista como um “recurso principal do espetador face às exigências morais suscitadas pela representação do sofrimento distanciado, podendo ser compreendida como uma palavra” que pode originar e “constituir-se como uma resposta adequada às exigências da ação” (1993, p. 270).

*Sinceramente nunca refleti muito sobre esse assunto... Eu acho que, hoje em dia, o que vende é o drama, é a história. Se calhar, alguns programas de televisão estariam mais abertos a receber uma pessoa que estivesse disposta a expor-se perante dez milhões de portugueses,*

*mais até. Eu não acho correto e não acho que seja por aí. Acho que sim, que deviam ter um papel muito mais ativo nesse aspeto, na parte da consciencialização das pessoas, do retirar o tabu do luto, se precisarem de ajuda procurem-na... mais nesse sentido, não tanto de as pessoas se exporem e partilharem as suas histórias, na minha perspetiva. (30 anos, Psicóloga)*

De acordo com esta entrevista, destacamos a negação da exposição pública do luto, defendendo como alternativa mais plausível os sujeitos enlutados partilharem a sua dor e os seus sentimentos através das histórias de vida de cada uma deles relacionadas possivelmente com o ente querido que perderam. Nesta linha de raciocínio, Rebelo refere que:

*“o isolamento constitui uma das barreiras mais difíceis de vencer (...) Perante tal, o apoio externo é essencial. Em face da necessidade extrema de desabafar, um pouco que seja, a mágoa que nos preenche, tentamos, com algum cuidado, para não incomodar, que alguém se disponha simplesmente a ouvir-nos”. Reforçando este autor que deverá ser “necessário recorrer ao exterior” (2013, pp. 141-142).*

### **VII.1.3. APELO enquanto organização no panorama da sociedade portuguesa no que concerne aos domínios económico, político e social: perspetivas dos voluntários**

*Eu acho que a resposta primordial deve ser sempre a de dar um apoio direto e eficaz às pessoas, neste caso, em luto e que sofrem. Esta deve ser a missão, apoiar quem sofre uma determinada perda (...) tem a nível social, não é? E emocional, comunitário, tem um grande valor em si mesmo. E depois existe uma outra vantagem, porque é uma resposta gratuita, ou pelo menos de baixo custo, para as pessoas que, por exemplo, eventualmente, estejam a passar*

*por um processo de luto, onde as questões financeiras se acumularam à dor e no meio daquilo tudo não vamos propriamente ter dinheiro para pagar funerais, tratar de papeéis e vivenciar isto e ainda ter que pagar a um médico ou a um psicólogo. Eu acho que tem esta vantagem, socialmente. E é maior, na minha perspectiva, obviamente. Não tem um apoio a nível de Estado, nem coisa nenhuma e poderia ter, porque eu acho que depois entraria aqui uma outra vantagem derivada desta, que era contribuir para a saúde mental das pessoas. Depois, daqui teríamos uma população, se calhar, um bocadinho menos destruturada e, se calhar, menos custos em medicações, em médicos, em tratamentos, etc., etc., menos baixas, etc., etc. Isto seria em cadeia. Portanto, acho que o valor máximo é esse. Não sei se respondi, mas acho que é esse. (34 anos, Psicóloga)*

Esta entrevistada destaca uma dimensão social, no sentido em que apoia as pessoas em luto, referindo que politicamente essa vertente do apoio deveria ser feita pelo Estado em virtude das consequências possíveis que os sujeitos enlutados possam deter em termos clínicos, com todos os encargos económicos inerentes, não só para a pessoa como também para a sociedade (baixas médicas).

Esta dimensão social é reforçada por Rebelo, pois para este autor os grupos de entreajuda têm uma extrema utilidade na “reorganização emocional do luto” (2013, p. 147) e que o “luto em si, não é uma doença e que até os sentimentos depressivos que experimentamos são necessários” (2013, p. 95).

*É uma pergunta complicada. Eu acho que a importância é total, sobretudo a nível social, no caso do luto. Existem muitas pessoas em associações de luto, muitas delas sem qualquer tipo de apoio. O luto tem algumas particularidades que leva a que estas pessoas se isolem. E mesmo aquelas que procuram ajuda, elas não têm propriamente muitas instituições a quem recorrer. Muitas vezes*

*elas são acompanhadas a nível médico, mas aquilo que acontece é que, pura e simplesmente, são-lhes prescritos medicamentos e não lhe é dado o apoio que estas pessoas se calhar procuram, que é muito mais falar da pessoa que perderam, que é muito mais organizarem-se a nível emocional. Esta organização não é passível de ser feita na família, porque a família não está disponível para o fazer, e quando estamos a falar de pais que perderam filhos que é, porventura, a população que mais nos procura, são estes pais, ou melhor, são estas mães, porque pais procuram-nos muito menos. Estas mães não têm no marido uma fonte de apoio, na medida em que, sobretudo pela questão educacional, os homens não são educados para expressar as suas emoções e os seus sentimentos. Estas mães sentem esta necessidade, mas não o conseguem fazer no seio da família, nem têm nenhuma instituição a nível social que lhes permita fazê-lo. No fundo, as instituições ao nível da saúde cuidam da vida e não da morte, portanto, quando nós temos alguém com uma doença a família tem todo o apoio, mas quando a pessoa morre, o apoio termina. Portanto, a nível social, digamos que a importância é fundamental. A nível económico, julgo que esse patamar não deve ser o nível que deve servir para mover estas pessoas que prestam apoio no luto, e não move. As pessoas que estão na Apelo ou outra instituição de apoio ao nível do luto, realmente não é a parte económica que as move. É muito mais um espírito de missão, um espírito de ajuda, do que propriamente outra coisa qualquer. A nível político, eu acho que ninguém se importa propriamente com esse tipo de questões. Eu não me recordo de ter existido qualquer tipo de apoio ou apreço, embora no caso da Apelo – Porto, nós estamos sediados numa instituição política, nós no fundo utilizamos um espaço que é uma junta de freguesia e realmente foi muito sensível e tem-nos dado todo o apoio, mas não é propriamente comum. Nós sentimos muitas dificuldades para podermos ter apoios que nos permitam desenvolver a nossa atividade. Eu não vejo ninguém a falar sobre o luto. O luto também é algo que está escondido, que está ocultado,*

*que é um tabu que não se fala e a nível político é exatamente a mesma coisa, ou seja, não importa propriamente muito aos agentes políticos estarem a falar de morte, de luto ou de sofrimento. Importa muito mais falar de aspetos positivos, transmitir esperança. A questão do luto não me parece, de todo, que seja uma questão que preocupe os nossos agentes políticos, pelo menos na sua generalidade. (41 anos, Psicólogo)*

Do relato desta entrevista destacamos que a nível social a importância deste tipo de organizações é fundamental, devido a muitas vezes as pessoas isolarem-se ou ficarem expostas a serem medicadas para os efeitos da perda de um ente como a depressão. Destaca também que politicamente a relevância é praticamente nula pois os responsáveis políticos não querem ter no âmbito da sua gramática e programa político questões que não apresentam uma dimensão positiva sobre a vida e a sociedade.

No que concerne ao isolamento, Rebelo destaca:

“os traços de ligação estabelecidos entre os adultos, ou seja, os comportamentos que revelam a incapacidade exibida por um indivíduo para se relacionar com outras pessoas (...) a pessoa isolada vive diversos sentimentos desagradáveis, em que se salientam uma situação continuada de cansaço, aborrecimento e tédio, uma ausência de objetivos em relação à vida e de projetos para o futuro, abandonando-se a uma existência minimalista e comezinha (...) o isolamento não incita ao esforço pela inclusão no meio social” (2009, pp. 175 -176).

O espírito de missão, de ajuda, de apoio no luto sem esperança de retorno em termos económicos, reenvia-nos em parte para o envolvimento em agapè (Boltanski) ou para a dimensão da dádiva (Mauss). Trata-se do amor desinteressado, do dar sem esperança de retribuição, apesar de, ao fim e ao cabo, ser uma forma da pessoa também se ajudar a si própria a ultrapassar situações de perda e processos de luto, aprendendo a saber lidar com as emoções e sentimentos.



*A minha percepção é a seguinte, como dizia há pouco em off, em Portugal, isto está demonstrado, fundamentalmente pelos seus colegas sociólogos e alguns antropólogos, Portugal, se nos pedirem uma descrição sintética, nós dizemos que Portugal é um país de poetas. Quando estamos a dizer isto, estamos a dizer uma coisa muito simples, Portugal é um país de pessoas profundamente individualistas e essa consequência é óbvia ao nível do luto, isto é, cada vez mais, numa sociedade cada vez mais hedonista, que está virada para a materialidade, uma enorme falta de tempo, para o bem, o bem no sentido do consumo, do bem-estar, nós o que é que constatámos? Constatámos que existe uma ausência efetiva de disponibilidade para a afetividade, para os elementos emocionais. É certo que, à partida, há predisposições inatas para sermos mais afetivos ou menos afetivos, disso não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. Mas, depois, a educação encarrega-se de reforçar uns e outros aspetos e quase que repreender quem seja afetivo, neste momento, enquanto há uns anos atrás repreenderia quem não fosse afetivo. Portanto, neste contexto, nós achámos que, no fundo, nos dias que correm, não temos disponibilidade para partilhar e para dar apoio a quem quer que seja, em termos emocionais. E, portanto, a pessoa que está em luto, que sabemos que todos passamos pelo mesmo, que a morte é inevitável, e, portanto, vamos lá, damos-lhe as condolências durante as exéquias, é um elemento importante, solidário, para quem está ter a noção de que não está sozinho, que é aceite do ponto de vista social, mas, fica-se por ali. E depois, o luto, cada um vive o seu e não o deve manifestar publicamente, para além daquele tempo que é considerado limite. Repare, as pessoas vivem numa vida de prazer, de conforto e quando lhes aparece alguém, passado um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, chorosa, vestida de negro porque perdeu um filho... Um exemplo, a atual ministra da Justiça*

*continua a vestir de preto, profundo, perdeu um filho há não sei quantos anos. Nós temos uma imagem de uma mulher que lhe morreu parte de si com a perda do filho. Constrange-nos. Aquilo não é moda já, constrange-nos, porque sabemos que aquilo foi pela perda de um filho e não gostamos daquilo, porque aparece gente vestida de preto e nós dizemos que é porque é moda, muito lindo, porque aparecem todas airosas, etc. Mas, quando sabemos que na origem está uma perda, constrange-nos. Quando vemos uma pessoa chorar, assusta-nos, pensamos eh pá, aquilo pode-me suceder em seguida, não é? Portanto, vamos afastar isso. O que é que acontece? Acontece que o processo de luto, a vivência do luto, torna-se cada vez mais íntima, mais isolante, sentimo-nos cada vez mais discriminados na vivência do luto, o que leva a que, efetivamente, as pessoas se retraiam mais. Ora, a criação deste Espaço, a criação da Associação, tem um único objetivo, é romper com esse tabu e esse amarfanhamento. Obviamente que haverá uma tendência para as pessoas que se sentem isoladas, ainda para mais se se lamuriarem relativamente ao que lhes aconteceu, procurarem alguém que os apoie. Nós aqui não fazemos isso. Nós aqui pegamos, dizemos que o luto é normal e vamos impô-lo à sociedade, exigindo simplesmente o seguinte, que a sociedade passe a ver este parâmetro como vê muitos outros, como um parâmetro seu e que não é um parâmetro para pôr para debaixo do tapete, é um parâmetro para lidar com ele como se lida com muitos outros, compreende? É esta a perspetiva que nós temos relativamente à nossa intervenção, no sentido de transformar, de certa forma, através da Apelo... Ou melhor, é esta a minha perspetiva pessoal, apoiado neste conjunto de instituições que eu entretanto fui criando e que, curiosamente, poderia perguntar assim: mas isto é um projeto seu? Mas não, repare que a Apelo tem delegações a nível nacional e tem peso nacional. A sociedade foi uma ideia minha e houve adesão, e vamos criar um congresso e vamos resolver isso tudo. Ouça, é evidente, eu poderei ser um dinamizador, etc., mas o que é certo é que o país precisa disto. Eu*

*posso às vezes viver na lua, mas isto tem expressão na Terra.* (62 anos, Professor)

A justificação prestada pelo entrevistado, permite inferir que quer a dimensão social, política e económica, não recaem simultaneamente nestas três dimensões, pois está consignada a um objetivo bem definido que passa por difundir a questão do luto e os seus contornos à sociedade, acrescentando que atualmente não existe uma disponibilidade para a afetividade nem para dar apoio, possivelmente pelas transformações ocorridas na sociedade portuguesa, que se inscreve nas sociedades de modernidade tardia.

Segundo Roudaut, a participação no ritual do luto, que para esta autora inclui o “ser com os outros: ao lado dos vivos” traduz-se em formas motivacionais de solidariedade, permitindo assim de maneira fundamental para uma entrada apoiada na participação das diversas ações que o sujeito enlutado tem de realizar, como também a um processo mais estruturado de (re) inserção social (2012, p. 90).

#### **VII.1.4. Os mundos políticos da Apelo: das controvérsias internas às disputas junto do Estado**

*Não, de todo. Não existe. Aliás, primeiro, porque neste momento a Apelo está a passar por uma fase de reestruturação e todas as decisões são tomadas pela Direção, claro que eu também sou suspeita ao falar sobre a Direção, mas todas as decisões são tomadas pela Direção e são como se fossem diretrizes, para todos os Capelos. Isto é uma forma de conseguir tornar a Apelo mais organizada, porque até há pouco tempo, porque estávamos no início, os Capelos faziam cada um o seu tipo de ação. A partir de determinado momento, não, começámos a criar as tais diretrizes gerais. Em relação à Capelo Aveiro, haver alguém a querer ou não querer, eu penso que não, porque nós estamos juntos nisto e já*

*fomos rodando, portanto, não temos essa pretensão. Mesmo na Direção, acontece o mesmo. O que acontece na Direção, é engraçado, porque se mantêm sempre algumas pessoas e as outras vão entrando e saindo, mas isso é pelos objetivos com que as pessoas estão nas associações. Nem todas as pessoas estão nas associações pelo mesmo. (...) Sim, há sempre. Nós temos uma Assembleia Geral por ano, tem sido em novembro, nós agora vamos passar isso para o dia da fundação da Apelo, que é em janeiro. Vamos fazer uma Assembleia Geral e dois encontros nacionais e nesses encontros, além do convívio, de estarmos todos os Capelos juntos e é sempre feito numa cidade diferente. Temos também a parte das eleições, quem quiser pode apresentar listas, portanto, quem não estiver contente com a Direção poderá sempre (...) Não sei, pode não concordar com a forma de apoio que está a ser feita. Mas pelo menos até agora isso nunca foi levantado. (37 anos, Advogada)*

A entrevistada apresenta um registo gramatical muito objetivo relativamente aos possíveis conflitos internos na APELO. Refere que a Capelo de Aveiro segue as diretrizes emanadas pela direção e que por esse motivo primordial não existem disputas internas.

Rebelo ao referenciar que o grupo de entreajuda “com a sua dinâmica própria, sendo um espaço privilegiado de partilha de experiências, sobretudo emocionais, reage de forma negativa à tentativa de desvirtuamento dos seus princípios essenciais e rejeita este tipo de comportamentos egoístas” (2013, p. 147), o que poderá deixar pressupor que não existe uma ação muito normatizada e de certa forma egoísta perante os diversos Capelos por parte da direção.

*Não, não, são aceites. Nós não temos autonomia para questionar. Nós temos a nossa, entre aspas, a nossa margem de manobra para trabalhar, mas, por exemplo, eu não posso instituir, sem mais nem*

*menos, um curso de formação e começar para aqui a formar pessoas, porque não me é dada essa possibilidade. Se alguém tiver que formar é a Associação Apelo, em Aveiro, através das tais pessoas que estão a ser, neste momento, formadas no curso específico para conselheiros do luto, para darem formação mais tarde. Mas a formação é sempre com base na Associação Apelo, eles próprios é que instituem e que lançam, inclusive, a formação.*  
(46 anos, Psicóloga)

Este relato segue a mesma linha de orientação de resposta dada na entrevista anterior, o que poderá denotar, por um lado, uma estrutura organizacional hierarquizada, como na perspetiva weberiana, e, por outro, uma rigidez e ausência de permissão para que cada Capelo possa desenvolver um trabalho de forma autónoma. Esta questão tal como se apresenta, poderá levantar uma questão deveras pertinente, mas que não será objeto de análise nesta pesquisa, tais como: o trabalho voluntário deverá ser supervisionado e orientado por uma estrutura que não permita uma certa autonomia de ação aos sujeitos?

*Sim, eu acho que existem, porque não há um fio condutor de todos os Capelos, cada um funciona muito autonomamente e com as suas regras, portanto, aquilo que aqui em Coimbra é delimitado como quem é que deve acompanhar as pessoas que estão em processo de luto, é muito diferente do que acontece em Aveiro ou no Porto ou noutra Capelo. Não há um fio condutor, nem uma linha que diga que a pessoa que está a acompanhar deve ter determinadas qualificações, pronto, como não há protocolo, não há nada que exija x, então, cada um acaba por trabalhar autonomamente e acaba por chocar com as ideias de outros Capelos. Se bem que agora acho que estão a tentar criar, para que seja mais uniforme o funcionamento de todos os Capelos e por isso estão agora a meter limites e isso também está a gerar, mais uma vez, discordâncias (...) O Capelo funciona só com*

*voluntários e a partir do momento em que eles começam a exigir que todos, quem dá apoio, tenha uma formação que eles fornecem, mas que é a pagar, isso vai logo limitar o número de voluntários e quem permanece aqui na Apelo. Estão a meter, o carácter voluntário, estão a meter a fasquia muito alta. É assim, a nível da Coordenação da Apelo em geral, acho que não há muito este, não dá para chegar muito, eles determinaram as regras, sozinhos, portanto, não foi algo pensado por todos os Capelos, foi pela Direção só e nós sentimos um pouco que ou aceitamos ou não aceitamos. E isto está a gerar, está a fazer com que nós começamos a andar a recuar e a meter em causa se queremos continuar, ou não, na Apelo, uma vez que não concordamos com as políticas que estão a ser implementadas agora. (30 anos, Estudante)*

Contrariamente ao que é referido pelos dois entrevistados anteriores sobre esta questão este revela que o funcionamento dentro da APELO poderá ser um pouco desregulada, não existindo uma relação efetiva possivelmente entre a Direção e os outros Capelos. Porém esta autonomia de cada um dos Capelos que é referida poderá ter a nosso ver um cunho ambivalente que passa por permitir mais liberdade a cada Capelo de estruturar o seu trabalho, ou então não existe de forma efetiva uma normatividade e ligação entre as estruturas da organização.

As exigências de formação que são referidas inscrevem-se a nosso ver numa matriz dicotómica. Pois se, por um lado, o trabalho voluntário apresenta uma gramática de motivos bastante significativos, apesar da fraca adesão dentro da sociedade portuguesa, por outro lado, a exigência de pagar uma formação para fazer voluntariado, contraria todos os princípios que lhe estão subjacentes (a este respeito, conferir os estudos sobre o voluntariado supracitados).

Perante o exposto, torna-se curioso o discurso de Rebelo (Presidente da APELO) quando refere “A entreatajuda é uma forma voluntária de organização em que as pessoas que sentem os mesmos problemas se juntam para discuti-los e se ajudarem a si próprias” (2013, p. 148). Convém, porém, salientar que, segundo Laungani e Young, “o valor dos

voluntários treinados” ligados ao luto “é reconhecido por organizações como a Cruse: Bereavement Care (...) em 1993-1994”, que desenvolveu um trabalho de “aconselhamento e apoio a aproximadamente 20 000 pessoas” (2003, p. 267).

*Sim, obviamente que sim. Acho que é de denúncia. Em todas as atividades que vamos desenvolvendo, em palestras para as quais somos convidados, realmente denunciemos a falta de apoios, a inexistência de apoios ao nível do luto. Não sendo estas atividades que são voluntárias, que não têm qualquer tipo de ajuda económica para as pessoas que desempenham este tipo de tarefas, não existe mais nada, ao ponto de termos hospitais a contactar-nos para podermos prestar ajuda a pais, por exemplo, que têm filhos com doenças terminais ou então pais que acabaram de perder familiares. Portanto, temos estas instituições a contactarem-nos, a nós, para prestarmos ajuda a estas pessoas, quando na realidade parece-me que esta resposta devia ser dada a nível institucional. Deviam existir políticas próprias, que fomentassem este tipo de ajuda a estas pessoas, porque estas pessoas, muitas vezes, deixam de trabalhar, aquelas que continuam no seu trabalho tornam-se menos eficientes, menos produtivas. O apoio do Estado poderia servir para recuperar estas pessoas a nível social, o que muitas vezes não acontece. Estas pessoas acabam por muitas vezes cair em situações de depressão profunda, sem que o Estado se preocupe, sem que existam políticas que se preocupem em prevenir estas situações, mas parece muito mais que as políticas acabam por contribuir para que elas realmente aconteçam. (41 anos, Psicólogo)*

Nesta entrevista verificamos que o entrevistado apresenta uma análise crítica e de denúncia em relação ao desinteresse por parte do Estado, pois refere a necessidade de políticas específicas para o apoio ao luto no sentido de permitir apoiar os enlutados.

Segundo Boltanski, a denúncia constitui-se como uma forma necessária entre orientação e a ação. Mas esta ação deverá simultaneamente constituir-se por uma mobilização e por uma estratégia (1993, p.99), o que no caso específico desta organização parece não deixar transparecer tal atitude.

*A relação praticamente não existe, neste momento. A Apelo existe independentemente do Estado, não tem nada a ver e não recebe qualquer tipo de apoio do Estado. Só poderia receber se fosse uma IPSS, teria que passar por aí para poder receber alguma coisa por estar a prestar este apoio. Relativamente ao que me está a dizer, do Estado apoiar ou não, o Estado, neste momento, não tem infraestruturas para apoiar o luto. Por exemplo, num hospital público, a notícia da morte não é dada sempre com esse cuidado, as pessoas não têm essa formação. Portanto, a Apelo está aqui a ocupar um espaço onde não existia nada nesta área. Como é difícil que uma associação tenha esse apoio, estão a ser criadas outras infraestruturas, ligadas à Apelo, ou onde a Apelo possa colaborar, como é o Espaço Luto, o Observatório e a Sociedade Portuguesa... a SPAIL, e essa Sociedade é que vai fazer, mais ou menos, essa ponte, porque essa Sociedade é que poderá depois vir a ter algum apoio. Mas de resto, nós não temos, nem projetamos isso. (...) Sim. Podemos dizer que, pelo menos, está a fazer um trabalho que o Estado nunca fez. Pois, nós tentamos é alertar nesse sentido, sensibilizar mais de que é necessário, muitas vezes, fazer essa sensibilização nos próprios meios, por exemplo, nos hospitais, nos centros de saúde, mostrar que é necessário ter essa formação. Nós não reivindicamos nada e fazemos isso sem estar a pensar no lucro que iríamos obter, porque não vamos. Mas tentamos sensibilizar, não diretamente, não vamos ao Estado, vamos aos organismos: hospitais, centros de saúde, lares da Santa Casa da Misericórdia, sítios onde nós podemos sensibilizar as pessoas e mostrar que as pessoas precisam de formação nessa área. Se nós formos a um hospital, todos os médicos e enfermeiros nos vão dizer isso, dizem que não têm formação nessa área, portanto, não conseguem*



*transmitir uma notícia sem ser daquela forma. (37 anos, Advogada)*

Este relato feito pelo entrevistado, afirma que não existem políticas direcionadas ao luto ou outro tipo de apoio do Estado, pois, segundo ele, o Estado não detém meios ou infraestruturas para fazer o trabalho que a APELO desenvolve. Neste sentido poderemos inferir por estas palavras que esta organização e outras congéneres estão a fazer o que terá que ser feito em benefício dos enlutados, constituindo-se desta forma como uma questão que diz respeito a toda a sociedade portuguesa apesar das contingências apontadas, e que para Boltanski, uma procura da verdade (leia-se procura de soluções a situações possivelmente injustas) deve incorporar simultaneamente “uma procura da verdade, ou de meios de opinião” tendo com finalidade “aumentar a adesão dos espíritos a um conjunto de propostas”, que neste caso específico seriam feitas pela APELO em relação ao apoio ao luto, (1993, p. 101).

*Eu penso que será um bocadinho de cada, penso que, de resto, trabalha assim num ciclo vicioso que é: o Estado não apoia, depois criam-se as instituições para dar o apoio às pessoas, o Estado como sabe que essas instituições já existem, depois também, se calhar, não se preocupa tanto porque é um serviço que já está a ser prestado de alguma forma. E depois chegamos, assim, a um ponto porque isto também agora estamos a falar numa altura de muita crise e que não há esses apoios e, muitas vezes, as pessoas, os voluntários, porque muitas destas instituições servem-se de voluntariado, os voluntários muitas vezes é que se desdobram para conseguir um espaço para trabalhar, por exemplo, para fazer esse acompanhamento às pessoas. Nós temos o exemplo aqui da Capelo de Coimbra, nós é que lutámos por arranjar uma sala só nossa, com condições, porque acho que, para a pessoa estar à vontade, precisa de um espaço que seja acolhedor e, no nosso caso, nós tínhamos que ter isso em atenção, as pessoas sentirem-se*

*minimamente confortáveis e confortadas. E então, desde arranjar o espaço, desde as coisas básicas, muitas vezes fazemos colóquios para poder angariar algum dinheiro porque tudo precisa... as coisas todas, hoje em dia, precisamos de dinheiro para as coisas poderem avançar e poderem evoluir e não sentimos esse apoio da parte do Estado, não sei se devido à crise, se há realmente essa falta de preocupação, porque o Estado se calhar serve-se um bocadinho destas instituições, não sei... não sei muito... Eu não tenho a certeza, portanto, não quero responder com clareza em relação a isso, mas penso que, lá está, todo o tipo de ajuda, se calhar esse tipo de ajuda, já foi pedido, mas se calhar não surtiu muito efeito e, daí, trabalharmos mais de uma forma independente. Mas não tenho... portanto, isso são questões mais a ver com a parte da Direção que é em Aveiro. É mesmo caminhar... se calhar caminhar sozinhos num caminho e não sentimos muito esse apoio, não. E como isto e vê-se pelo exemplo de tantas outras instituições, e até instituições muito maiores, e também não têm esse apoio. Acho que devíamos trabalhar, complementar, não é? A nossa boa vontade, o nosso espírito de ajuda, mas, lá está, se houvesse algum apoio da parte do Estado é muito mais fácil só caminharmos, por exemplo, com... se tivéssemos um sítio, se o Estado nos pudesse ajudar com um sítio, que pudéssemos sentir que era nosso para podermos trabalhar, algumas verbas para certos materiais que precisamos, ou mesmo para equipar a própria sala, nós precisamos de dinheiro, quanto mais não seja, ter um... o tal ambiente acolhedor que falei há bocadinho. Esse tipo de coisinhas que, para isso, é preciso... Se nós soubéssemos que podíamos contar com o Estado era muito mais fácil, de pequenas coisas podermos nos organizar, a nossa boa vontade com os aspetos mais materiais, tudo em conjunto acho que se tornaria muito melhor e nisso acho que estamos um bocadinho por nossa conta. A nossa boa vontade é que funciona para tudo. (34 anos, Desempregada)*

Na mesma linha de raciocínio do primeiro entrevistado, denuncia de forma bastante explícita que o Estado, ao saber da existência deste tipo de organizações que trabalham o luto, demite-se em certa medida de dar o apoio e fazer políticas que permitam ajudar e colaborar com elas. Este relato pode ser reforçado de acordo com Boltanski, quando este refere que “o discurso de denúncia apresenta-se por vezes de forma indignada e completo, emocional e factual” (1993, p. 103).

#### **VII.1.5. Diferentes tipos de mecanismos e meios utilizados pela APELO nas disputas /controvérsias.**

*Duas coisas muito importantes, e não se esqueça que nós vamos sempre pelo cunho da investigação científica, que é isso que fica com sustentabilidade, percebe? Fazer por carolice, qualquer um faz, mas depois não tem princípio, um meio e um fim, arrasta-se. Então, não, nós queremos fazer as coisas com princípio, um meio e um fim, de maneira que agarramos na pessoa, trabalhamos a pessoa de maneira a que ela saia daqui com o problema superado, porque não nos interessa andar a perpetuar lutos sem fim. Como é que conseguimos marcar a diferença e marcar a posição nesse sentido? Com duas ferramentas que foram fundamentais: o primeiro congresso do luto em Portugal, que se realizou no ano passado, e o segundo congresso do luto em Portugal que se vai realizar agora em abril, 19 e 20, em Lisboa. São essas as principais ferramentas, em cooperação com as outras instituições criadas em parceria, com dois visionários para o luto em Portugal, o professor Rebelo e professor António Barbosa. O professor Rebelo, para além da Apelo, criou o Espaço do Luto e em conjunto com o professor António Barbosa foi criada a SPEIL, Sociedade Portuguesa de Estudo e Intervenção no Luto e o OLP, o Observatório do Luto em Portugal. E estas são as ferramentas com as quais vamos conseguir marcar posição. (40 anos Diretora Executiva)*

Os mecanismos e as estratégias que esta entrevistada apresenta como as mais significativas no âmbito das controvérsias relacionadas com a ausência efetiva de apoio a este tipo de organizações, são a investigação científica (supostamente para que o apoio e a ajuda ao enlutado sejam mais eficazes), os Congressos do Luto em Portugal e a constituição das organizações SPEIL, Sociedade Portuguesa de Estudo e Intervenção no Luto e o OLP, o Observatório do Luto em Portugal. Esta ideia enquadra-se no que referem Laungani e Young relativamente à importância dos instrumentos desenvolvidos cientificamente que podem contribuir, por um lado, para a melhoria da ajuda prestada ao enlutado (2003, p. 269), e, por outro lado, com os Congressos e as organizações posteriormente constituídas desenvolver um sentido de cooperação interinstitucional que trará benefícios em termos académicos, paralelamente aos fatores ligados a processos de divulgação do luto.

*Não me lembro de nenhuma dessas medidas, em termos, por exemplo, de petições, nada disso. Acho que temos funcionado um bocadinho na lógica da divulgação, de participação em congressos, participação em simpósios, em seminários, numa tentativa de dar visibilidade e, no fundo, sempre com aquele grande objetivo que é chegar às pessoas, isso sim, e servir as pessoas, mas sem grandes alaridos. (56 anos Professor)*

O entrevistado utiliza uma argumentação que vai de encontro do que é referido pelo entrevistado anterior, o que poderá denunciar alguma concordância imbuída numa lógica organizacional a ser utilizada pela APELO.

*A Apelo tem um objetivo essencial, que é a intervenção junto de pessoas, famílias e comunidades em luto, no sentido de prestar um apoio. Portanto, funciona como uma organização não-governamental. Não reivindica absolutamente nada em relação ao*

*Estado, de que deveria ter feito ou que não deveria. Nós temos uma perspetiva sobre a sociedade, temos uma perspetiva muito clara sobre esta mesma sociedade, e o que nós fazemos é precisamente ao contrário, vamos criar ao Estado a necessidade de, daqui a uns tempos, reconhecer que é necessário fazer alguma coisa, porque, de facto, já está o trabalho completamente feito. É o que acontece em relação às leis. Sabe que uma lei só é escrita depois de existir uma necessidade. Enquanto a necessidade não é sentida, não é necessário regulá-la, regulamentá-la. Portanto, como tradicionalmente as expressões do luto eram questões íntimas de cada um, não era necessário prestar apoio. E, mesmo nós, não vê a casa cheia de gente, de pessoas à procura de apoio em relação ao luto, o que significa que ainda continua a ser um pouco isso. Mas há pessoas que sentem o contrário, que precisavam disso. Então, temos que rasgar um pouco esse tabu, no sentido de dizer assim: não tenham receio de vir bater à porta, entrar e de serem apoiadas em relação a algo que estão a sofrer e, obviamente, ninguém vos vai tirar o sofrimento, mas vai apoiar-vos no sofrimento, o que é completamente diferente. Agora, como lhe disse, na história muito breve, mas que já é interessante, da Apelo, nós temos dois momentos essenciais. Um momento que era de divulgação, de dar a conhecer que existia e de pensar que, efetivamente, através de uma intervenção direta, podíamos chegar junto das pessoas, etc. E houve coisas interessantes que fizemos. Fizemos encontros, fizemos umas jornadas com o Instituto Piaget de Viseu, precisamente em Viseu, lá no Instituto, que na altura do lançamento do meu segundo livro Amor, Luto e Solidão, que foi também lá lançado, tínhamos um programa de rádio semanal, que passava aqui em Aveiro e em Coimbra e que se chamava O Canto da Apelo, em que todas as semanas, durante uma hora, nós conversávamos com pessoas sobre afetos, construção, manutenção e perda de afetos e funcionou perfeitamente, sempre na expectativa de haver reações e as pessoas nos telefonarem e haver uma comunicação aberta, um lugar onde as pessoas podem falar e não se identificarem e*

*portanto... funcionou muito mal, isto é, havia pessoas que ouviam, tínhamos conhecimento disso, mas não estabelecemos um contacto de diálogo com as pessoas. A elaboração de artigos e a divulgação na comunicação social, eles são muito recetivos, tanto que lançámos umas jornadas e a comunicação social divulga. Já fizemos muitas entrevistas na televisão, em todos os canais, em muitos programas, nos principais jornais nacionais, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Público, Jornal de Notícias, etc. Portanto, desse ponto de vista até há divulgação. A divulgação é feita, mas depois a resposta de procura, de busca das pessoas é muito baixa, porque, do meu ponto de vista, há esses dois fatores que estão aqui conjugados. Por um lado, é o tabu, por outro lado é a perspetiva hedonista da vida, neste momento. (62 anos, Professor)*

Segundo a análise deste entrevistado, os mecanismos e meios passam muito por fazer sentir ao Estado a necessidade de atuar sobre as questões ligadas ao luto, passando possivelmente por existir uma normatividade regulamentar emanada pelo Estado.

Para ele, as estratégias principais da APELO passam pela divulgação através dos diferentes meios de comunicação social como a televisão e a rádio (com entrevistas e os jornais), lamentando que apesar da divulgação efetuada a procura desta organização por parte dos enlutados é baixa.

Pode inferir-se que deste relato e no que concerne aos níveis baixos de procura de ajuda nesta associação por diferentes ordens de razões, nomeadamente, o luto ser ainda visto socialmente como algo que deve ter pouca visibilidade, pois tal como refere Koury,

*A emoção do enlutado, o sofrimento resultante do trabalho de luto, (...) parece estabelecer-se para o indivíduo que os experiencia como um sentimento envergonhado e como tal, a atitude de*

*discrição enquanto comportamento público deve ser buscada. A emoção é mascarada publicamente em indiferença e parece dar lugar a uma reciprocidade fragmentada, quase mercantil, onde a pessoa se move em planos desconexos que impossibilitam a manifestação social dos sentimentos e desencadeiam o medo da contaminação (2003, p. 27).*

#### **VII.1.6. Das gramáticas de mobilização e envolvimento dos voluntários na organização APELO.**

*Há uma experiência pessoal de perda e já agora acrescento, eu acho que se fizer esse estudo, esse levantamento, facilmente se perceberá que numa grande percentagem das pessoas que se mobilizam para trabalhar nesta área são pessoas que trazem, também, elas próprias, uma experiência de perda. Como eu dizia, e estou perfeitamente convencido disso, de facto, a nossa sociedade, e quando eu digo a nossa sociedade não é a sociedade portuguesa, é a sociedade ocidental de uma maneira geral, tem uma grande dificuldade em lidar com este tema, por isso há uma grande conspiração do silêncio em torno destes temas e lida-se muito mal com eles, não é? Quando se tem uma experiência pessoal de perda, esse mecanismo de defesa que nós vamos tendo em relação à morte e ao sofrimento, deixa de existir, não é? Cai, pronto. E aí acontece o contrário. Eu penso que há aqui também, pronto, é uma visão muito... mas acaba por haver sempre aqui uma motivação algo egoísta, que depois se traduz numa motivação altruísta, que é um bocadinho o princípio de que ao ajudarmos os outros, nos estamos a ajudar a nós e isso eu acredito mesmo que acontece, e por isso há aqui uma motivação muito forte, um apelo muito forte no sentido de me colocar ao serviço de. (56 anos, Professor)*

Este entrevistado, refere igualmente na sua gramática justificativa para o seu envolvimento enquanto voluntário na APELO relacionada também com uma perda de um ser íntimo, apresentando ainda a fragilidade que os enlutados podem passar com a perda dos mecanismos de defesa em relação à morte e ao sofrimento.

#### Segundo Rebelo:

Aquando da perda de pessoas amadas, ocorre uma fratura temporária entre a razão e a emoção que tem como principal finalidade imprimir um sentido saudável a todo o processo que se seguirá. Sendo o luto um longo trabalho de reelaboração emocional, e tendo em consideração o estado quase caótico em que se agitam os sentimentos durante os períodos iniciais após a privação, a razão como que bloqueia a sensibilidade face ao desmoronamento emocional que ameaça. É um mecanismo de autodefesa que protege o enlutado de um desvario mental com consequências doentias e que conferem um tempo à componente emocional para iniciar muito lentamente a estruturação do processo do luto, começando por definir com muita clareza o seu objeto primeiro: a desvinculação da pessoa perdida (2009, p. 116 -117).

*Eu sou colega da Ana, como já lhe disse, e entrei na vida dela depois de ela ter perdido o marido. E às vezes nós costumamos dizer que não nos cruzamos por acaso. Eu fui, numa fase inicial, e vou usar aspas, uma muleta. E fiz também grandes aprendizagens. Eu própria nunca tive assim uma perda significativa, como já lhe disse, mas assisti de muito perto a tudo, a todo o sofrimento da Ana, todas as barreiras que ela tinha que vencer. E estou aqui essencialmente por ela... assisti a todas as estratégias que ela tinha de utilizar todos os dias de manhã para ir para o trabalho. Quantas vezes nós olhávamos uma para a outra e percebíamos qual era o sofrimento que estava do lado de lá. E eu acompanhei isto de muito perto, desde as visitas ao jardim da memória, que fiz*



*com ela... Eu não conheci o Carlos, mas acabei, a determinada altura eu acho que já conhecia o Carlos, partilhámos tanto as coisas do Carlos enquanto vivo, a Ana partilhava comigo, ela tinha essa necessidade de falar do Carlos enquanto vivo, de falar o que é que ele foi, de falar tudo acerca dele, que eu acho que fiquei a conhecer o Carlos. Por exemplo, quando íamos, e vamos, à Figueira, as duas, embora a Ana me diga: olha, vamos beber um copo, vamos à Figueira. Eu sei que ela quer ir à Figueira, ela não diz porquê, mas eu sei porque é que ela quer ir. Por exemplo, vamos na ponte e ela diz assim: oh Carlos, olha, vou beber um copo mais a Margarida. Ela fala diretamente para ele. Isto, no início, para mim, também foi muito complicado, aprender a gerir isto. Agora não. Agora vou e o Carlos faz parte da nossa conversa. E eu interajo, também e digo: oh Carlos, agora também bebias e uma e tal. E fazemos desta questão uma coisa mais leve, mas temos aprendido as duas a fazer isto. Por exemplo, saímos do trabalho, quando acabamos de dar formação, e eu digo: oh Ana, está ali uma estrelinha. E ela: olha, pois está. Tipo, estas coisas que eu às vezes acho que lhe dá algum conforto. Já chorámos as duas, lá no jardim da memória, agarradas uma à outra... Eu não conheci o Carlos, mas parece que o conheço. Também pela minha ligação com a Bruna, porque acho que a Bruna, em determinadas alturas precisa de outro carinho que não o da mãe. O da mãe é indispensável, sem dúvida nenhuma, mas às vezes acho que ninguém dá aquilo que não tem, não é? A gente só pode dar aquilo que tem e, às vezes, o desgaste de viver isto tudo sozinho, é muito complicado. Pronto, e costumamos dizer, eu e ela, que não nos cruzámos por acaso. Se calhar temos uma missão na vida uma da outra e a minha missão será esta, também, passar por aqui, para ajudar e para eu própria trabalhar estas coisas. Eu também sou animadora num lar e, para já, sou uma pessoa extremamente emotiva, não sei se é do signo, mas sou assim já por natureza, entrego-me na totalidade às causas que agarro, mas depois também tenho a outra parte, que me leva a algum sofrimento. Eu,*

*estando no lar, e quando vim para aqui também foi uma das coisas que eu pensei, já estou lá há um ano, primeiro foi um trabalho que eu pensei que não ia gostar, fui quase empurrada para lá. Depois, aceitei e tenho alguma dificuldade em lidar com a perda. Eu entro e vejo os sofás vazios, olho para um lado, olho para o outro, pergunto onde está a Joaquina, onde está o Júlio. A Joaquina está para o hospital e do Júlio ninguém responde, por exemplo, foi o último caso. E eu sei que, pronto, se ninguém responder é porque a pessoa morreu. Esse senhor Júlio, e isto é interessante e foi uma experiência também recente, quando eu programava os passeios à rua, com eles, o Júlio nunca queria ir porque ele tinha extrema dificuldade em andar. E na semana antes de eles morrer, eu convidei-o. Eu convidava-o sempre. E ele disse: olha, eu hoje vou. Sabes porquê? E é lógico que na altura não associei a nada, só depois, porque é a última vez que eu vou contigo à rua. Nunca mais vou. E eu na altura não valorizei, não é? E o que é facto é que foi mesmo. E pouco tempo antes de ele falecer, eu não sei o que é que posso chamar a isto, mas sei que isto aconteceu. Ele pegou-me nas mãos, com um olhar muito fixo, ele tinha também uma doença nos olhos... e disse-me: olha, eu gosto de ti como se tu fosses minha filha, nunca te esqueças disso. E depois, passado uma semana e tal ele faleceu. E sofri com alguma angústia a perda de alguns utentes lá do lar. Fiz um esforço enorme para continuar a minha atividade até ao fim. Parecendo que é uma coisa fácil, não é, porque eu tenho que estar muito bem interiormente para transmitir o positivo, a motivação, essas coisas todas. Tive alguma dificuldade e cheguei ao carro e comecei a chorar com saudades. Lembro com facilidade, principalmente o Júlio, porque era uma pessoa que falava, que manifestou algum sentimento e eu senti que era verdadeiro. Lembro-me algumas vezes dele, daquilo que ele me disse, das nossas conversas, da forma como lhe transmitia o positivo e ele para o fim já me dizia: olha, é pensamento positivo, pensamento positivo. E ele próprio alinhava no pensamento positivo. E também por isso, ouvindo as experiências das outras*

*peessoas, que me irá ajudar a trabalhar esta parte, que não é fácil trabalhar, mesmo como profissional. (51 anos, R.V.C.)*

Esta entrevistada apresenta um conjunto variado de justificações para a sua mobilização e envolvimento com a APELO, concretamente o dar apoio a uma amiga e colega cujo marido faleceu, bem como devido à profissão que exerce num lar, contacta diretamente e de forma regular com a morte. Devido a este conjunto de fatores necessitou de fazer um curso de conselheiros do luto no sentido de se ajudar a si própria em termos profissionais e procurar apaziguar-se tranquilizando-se pelas emoções fortes que sentia no âmbito das situações experienciadas.

A este respeito Rebelo (2013), descreve que os grupos de entreajuda funcionam com “um duplo sentido.” Constituindo-se estes espaços grupais como “um fator de arrumação efetiva, pois as outras experiências auxiliam-nos na reconciliação com o passado e na reorganização das emoções, tendo em vista ficarmos em paz com o presente e abrimo-nos para o futuro” (2013, p. 147)

*Ora bem, eu aderi ao voluntariado primeiro porque fiz a formação de conselheiros do luto aqui no Porto. A partir daí, o intuito também da formação seria conseguirmos abrir um Capelo com os primeiros conselheiros do luto aqui no Porto. Então, decidimos voluntariamente juntar-nos e, de acordo com a nossa disponibilidade, fazer parte da Associação. Apesar de na faculdade nós darmos estas áreas, este era um curso diferente e sobretudo, o mais gratificante foi mesmo a partilha de experiências. A partir daí, ao perceber que esta partilha era tão rica, achámos que realmente seria um bem fazer isto em prol de alguém que também precisasse. (39 anos, Psicopedagoga)*

Conforme os relatos dos anteriores entrevistados, estes enquadram-se num mesmo registo de estar a passar por um processo de luto, fazendo posteriormente o

curso de conselheiros do luto, incentivando, nalguns casos outros colegas a mobilizar-se no sentido de abrirem um Capelo no Porto.

O âmbito das motivações que orientaram a mobilização dos voluntários para a APELO, estão ligadas fundamentalmente a experiências ligadas a situações de luto e associadamente a uma procura de respostas para compreender melhor as perdas, assim como, sentimentos de compaixão relacionados com a demonstração de sofrimento de quem perdeu um ser íntimo, de ajuda a essas mesmas pessoas e também a si mesmos.

A gramática de justificação de ação utilizada pelos voluntários para as suas integrações associativas, denota, uma certa identificação com os clientes da APELO (que ultrapassa a simpatia de Smith) decorrente de uma união ou partilha estreita e profunda de sentimentos idênticos (Thévenot, 2006, p. 104).

Estas mobilizações podem ser vistas como compósitas pois inscrevem-se, por um lado, num regime de familiaridade, e são ações que se podem designar de convenientes, desde que devidamente adaptadas às situações para que possam ser validadas como bem-sucedidas e, por outro lado, num regime de ação pública publicamente justificável, porque mais do que uma intenção comum é o modo de justificação que é procurado (Thévenot, 2006, p. 107).

## **CAPITULO VIII: CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA E DOS SENTIDOS DA (IN)JUSTIÇA: REGIMES DE ENVOLVIMENTO NAS MODALIDADES DE MOBILIZAÇÃO**

### **VIII.1. Gramáticas de motivos e de envolvimento conexos**

Este último capítulo incidirá na análise sobre a construção da crítica e os sentidos de (in) justiça envolvidos, relacionados com determinadas situações que para os voluntários são vistas como indignas, injustas, imorais e lesivas de um bem (comum ou em si mesmo), originando através das diferentes formas de mobilização a construção da mesma, alicerçada em controvérsias, denúncias e disputas.

Esta análise será feita, tal como foi feito em todo este trabalho de investigação, sob o domínio da sociologia pragmática e mais especificamente sob o enquadramento da *Sociologia da Crítica*. Optou-se por este eixo sociológico em virtude de, no nosso entender, este apresentar-se como o mais se ajustado para a compreensão do nosso objeto de estudo.

Passando a explicitar mais detalhadamente, o paradigma da *Sociologia da Crítica* coloca a sua prioridade na dimensão descritiva, quer dizer propriamente sociológica, e não sobre os aspetos críticos. Nós queríamos continuar e mesmo amplificar a âncora no âmbito de uma sociologia empírica rigorosa, que constitua para nós uma contribuição fundamental do trabalho desenvolvido no quadro deste paradigma, oferecendo as melhores descrições da atividade dos atores em situação. Parece-nos necessário para este efeito, de colocar em parêntesis um dispositivo explicativo muito poderoso, cuja utilização mecânica poderia esmagar os dados (como se o sociólogo conhecesse já com antecedência o que ele iria descobrir), para poder observar, de alguma forma, ingenuamente, o que os atores fazem, a maneira como eles interpretam as intenções dos outros, a forma como eles argumentam a sua causa. O nosso paradigma consiste em rebascular da orientação crítica para a pesquisa de uma melhor descrição, o que testemunha mais uma vez do carácter instável das construções

sociológicas que colocam em primeiro plano a questão da crítica e talvez da Sociologia em geral, habitada pela tensão entre as suas exigências de descrição e a sua orientação normativa (Boltanski, 2009, pp. 46-47).

Após este pequeno esclarecimento paradigmático no que às opções sociológicas concerne, os motivos que os voluntários apresentam para militar, mobilizar e envolver-se nas causas /questão, possibilitar-nos-á através das narrativas expostas nas entrevistas efetuadas, compreender quais os regimes justificativos de ação em situação que estão presentes. Este trabalho analítico seguirá a categorização delineada e trabalhada no Programa Informático de análise qualitativa MAXQDA 11.

Deste modo, foram definidas duas *categorias* que emergiram naturalmente tendo por referência o delineamento do nosso objeto de estudo. A primeira, está relacionada com os motivos para militar em causas / questão, tendo como *subcategorias* a consciência cívica, defesa de um bem comum, a causa em si mesma, proteger a natureza / ambiente, defesa da vida, dar sentido à vida, solidariedade, fazer voluntariado, influência pelo contexto, dever e direito a participar, altruísmo. A segunda *categoria*, diz respeito às formas de envolvimento nas associações, sendo constituída pelas seguintes *subcategorias*, participação em manifestações, subscrever petições / abaixo assinados, ações de informação / sensibilização, ações de prevenção e divulgação, formação a novos voluntários, palestras conferências, reuniões com órgãos políticos, interposição de ações em tribunal, denunciar situações nos meios de comunicação social, participar na elaboração de boletins.

Este conjunto de categorias e subcategorias foi trabalhado no âmbito do paradigma da análise compreensiva, cuja análise de conteúdo, tendo por base os conceitos utilizados nesta pesquisa, permitiu formular algumas inferências (relativamente aos sentidos de (in) justiça e modos de expressão crítica conexos, motivações para a ação voluntária e formas de envolvimento), agregar regularidades, denotar diferenças e semelhanças extraídas das narrativas dos voluntários, permitindo o programa informático comparar respostas, no que concerne ao investimento de forma dos militantes nas associações.

Perante o exposto, torna-se pertinente que nos centremos inicialmente sobre as questões da ação coletiva e dos motivos para militar, cujas diferentes bases de entrada na ação coletiva, são de acordo com Cefaï (2001) a *coordenação*, a *intenção* e a *semântica*.

No seu exercício de militância os sujeitos podem mostrar: *Coordenação*, em que cada indivíduo contribui de forma distinta para um fim comum, submetendo-se a uma mesma regra em interação e adotando uma perspectiva de reciprocidade; *Intenção*, (repartida) pois tem como finalidade o comum, onde os sujeitos articulam a ação, podendo apresentar duas versões que se opõem, a individualista, eu / nós, para um fim comum (intencionalidade comum), ou holística (totalizante); *Semântica* da ação situa as questões de coordenação, composição e de agregação entre parêntesis, pelo que não considera as condições de identificação de um sujeito prático, mas antes sujeitos práticos que fazem parte de um coletivo implicados nas suas formas de vida ou seja os distintos mundos em que habitam.

Segundo o autor, as três entradas citadas vão determinar cada tipo de investigação empírica, podendo ser feitas diferentes formas de mobilização, tais como: *mobilização como performance* e *performance e bem comum*.

A *performance* deve ser entendida como uma ação complexa em contexto, ou seja, uma ação em situação, contextualizada e determinada por fatores de ordem social e político, enformando-a num sentido bastante específico.

Deste modo, a *mobilização como performance* revela um género de mobilização<sup>71</sup> que, para a constituição de um coletivo, apela a um trabalho concertado e articulado entre os sujeitos, sendo utilizada para o efeito uma gramática política ligada a certas *performances*, a qual aparece no momento em que se forma e compõe o coletivo.

A *performance e bem comum* é de cariz eminentemente político, onde se faz a passagem do público ao privado, comportando formas de conexão e articulação convocando questões de justiça. Utiliza uma gramática que conjuga um interesse de carácter político.

As ações centram-se na reclamação, denúncia, protesto e reivindicação que estão em conformidade com uma gramática política com o intuito de aceder à visibilidade e legitimidade pública (utilizando também para o efeito a comunicação social), existindo, porém, uma reversibilidade entre situações públicas e não públicas. Esta forma de basculamento necessita de uma argumentação reflexiva no sentido de permitir fazer

---

<sup>71</sup> A mobilização está sempre ajustada às situações e tem uma determinada duração, são disso exemplo as manifestações, reuniões, desfiles, placards e petições. A mobilização também pode ter outras configurações como a forma «affaire» que implica a denúncia de uma situação injusta ou escandalosa.

valer os seus pontos de vista (Thévenot, 1990, 1998, 2000) ou ainda, nos momentos em que surge um problema, o qual deverá ser objeto de uma análise e consequente ação mais ajustada à situação (Bréviglieri, Stavo-debaugé & Trom, 2000), pois a validade e a eficácia das *performances*, serão sempre provisórias entre ação e coletivo.

A mobilização constitui o coletivo, através de um trabalho sustentado na representação que supõe “formas de qualificação e de equivalência das pessoas”, ao mesmo tempo que se expõe publicamente. A questão de coordenação não se coloca neste caso, pois os sujeitos personificam e representam um coletivo, onde partilham uma gramática comum de teor marcadamente político, acrescentando ainda que a gramática dos motivos, possui dispositivos de atenuação da responsabilidade e mantém uma identidade normal, assegurando desta maneira à recondução de uma ordem normativa, Cefaï (2001, p. 110). A ação motivada configura o contexto apropriado e tematiza-se no âmbito do estatuto do sujeito.

Segundo Mills, o “motivo assegura a passagem de uma teoria da linguagem a uma pragmática da ação, pois por um lado a ação é situada, ocasional e contextualizada e por outro lado, a ação em situação é concebida como sendo uma relação de determinação recíproca”, acrescentando ainda que, através dos motivos, as condutas das pessoas são qualificadas e inteligíveis e é no ato de qualificação que a ação emerge como ação individual (Cefaï, 2001, p. 111).

Ainda de acordo com Mills (citado em Cefaï, 2001), os motivos constituem-se como um complexo de significações que não são pessoais, pois estão de certa forma circunscritos por um vocabulário de motivos em relação a uma situação. A sua aceitação (consubstanciado o motivo por razões satisfatórias), implica um julgamento e a sua validação, pois é uma condição da compreensão da situação.

Para Cefaï, “os motivos não são impulsos íntimos, mas maneiras típicas de dizer o que se quer fazer ou o que se fez, em contextos de variados graus de publicidade. A compreensão não se exerce em atitudes e opiniões” que os sujeitos desenvolveriam no seu íntimo, “mas em justificações, em releituras ou em anúncios que organizam a experiência que os indivíduos têm da situação e de suas intenções respetivas. Os motivos são atos de enunciação em público que reordenam a ordem de interação” (2009, p. 29).



No que concerne ao envolvimento dos atores na defesa de determinadas causas, este possui uma determinada “textura moral”, pois é-lhes por vezes imposto, quando confrontados com uma determinada situação em contexto. Com a sua possível recusa em poder participar (...) “estarão suspensos num espaço de possibilidades abstratas, ficando por vezes reféns dos sistemas materiais”, tendo-se que se reposicionar quanto à sua opção, pois quase que obrigatoriamente têm que se envolver (Cefai 2007, p. 631-632).

Como as sociedades contemporâneas se caracterizam por serem sociedades individualistas, não no sentido egoísta do termo, mas porque as identidades dos sujeitos são compósitas, devido a um determinado poder de reflexividade característica da modernidade tardia, cada sujeito apresenta uma determinada singularidade específica, podendo alguns deles, agir em conformidade com ações de militância cívica, mobilizando-se e envolvendo-se em causas /questões, cujas motivações estarão certamente enquadradas por julgamentos efetuados sobre determinadas situações, interpretadas por eles como injustas ou indignas. Neste sentido, as nossas sociedades apresentam uma capacidade de reflexividade que lhes permite interrogar-se em tempo real sobre o seu futuro (Giddens, 1994, Beck 2008).

Segundo Ion, passámos de uma sociedade holística, característica do Antigo Regime, “concebida como uma hierarquia de estados” para uma sociedade democrática e plural. Esta conceção de sociedade, segundo este autor, sofre uma alteração após a Revolução Francesa em virtude de libertar os cidadãos de um determinado tipo de alienação<sup>72</sup> que lhes coartava a liberdade individual no âmbito dos conjuntos supra-individuais (2012, p. 75-76).

As interações que os atores vão desenvolvendo no seu quotidiano, possuem elas próprias uma “determinada configuração que os obriga ao envolvimento”, obrigando-os a arquitetar a sua participação partindo de questões associadas à “solidariedade, à moral,

---

<sup>72</sup> Em relação ao conceito de alienação, Karl Marx em primeiro lugar e Max Weber posteriormente, trabalharam este conceito. Karl Marx atribuía a culpa da falta de liberdade e a alienação dos proletários e outros trabalhadores assalariados às relações materiais de produção, podendo na sua perspetiva alterar-se este *status quo* se emergisse uma consciência de classe pela via da revolução, através da luta de classes. Max Weber na mesma linha de Karl Marx, apesar de interpretar a tese do seu antecessor como redutora, outorga essa mesma falta de liberdade a uma determinada alienação dos sujeitos na sociedade devido à burocracia, sendo o Estado o seu expoente máximo.

à tradição ou pura e simplesmente por lealdade a uma pessoa ou organização”; esta “textura moral” como a “solidariedade, lealdade, desejo de vingança e ódio da tirania” são transportados por eles para a situação em concreto (Cefaï, 2007, p. 632).

O processo de envolvimento convoca nos atores, por um lado, um determinado sentido de responsabilidade e de fidelidade e, por outro lado, um investimento nos seus sentimentos permitindo-lhes a identificação à entrada.

Tendencialmente os atores comportam-se de acordo com as conveniências, de acordo com o “respeito para com a situação e a consideração para que os pares, utilizando uma determinada linguagem corporal e facial” (Cefaï, 2007, p. 633).

De acordo com Dewey, “a ordem pública mantém-se no seu conjunto devido à participação dos indivíduos” através das formas de integração e de envolvimento em “processos de comunicação e de cooperação, cuja mobilização tem como finalidade a resolução de problemas públicos (...) auto-organizando-se” em associações com a finalidade de ver resolvidos os problemas em situação de uma maneira urgente (citado em Cefaï, 2007, p. 634).

Este tipo de envolvimento ancorados numa determinada situação, possuem “dimensões cognitivas, afetivas e morais, que podem ser perturbadas por incidentes” derivados por controvérsias, disputas ou conflitos no quadro das interações em que o indivíduo se vê envolvido.

Porém, apesar da possibilidade de poderem existir incidentes no conjunto das interações, politicamente, são-lhes reconhecidas e atribuídas determinadas qualidades morais que podem passar pela “correção, pela fiabilidade, pela credibilidade, a sinceridade, a constância, a tolerância, a compaixão, a delicadeza, a coragem, a prudência, o charme, o respeito, e que estão diretamente ligadas à não violação das regras de um envolvimento situado” (Cefaï, 2007, p. 634 – 635).

Atualmente a ação militante segundo Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P. (2005), não pode ser vista à luz da ideologia do progresso, encontrando-se talvez menos associada a uma determinada atração da esfera política que tem orientado durante muito tempo a definição de ação militante. A fronteira porosa que separa o envolvimento público e o envolvimento político, o voluntariado associativo e o militantismo, merece hoje sem dúvida estar desatualizada por se abrir uma nova reflexão sobre o estado do lugar de implicação pública dos sujeitos.

A ação de militar é atualmente pensada, não somente como um meio trazer uma resposta imediata a uma situação, mesmo provisória, aos problemas considerados, mas também como a ocasião de torná-los públicos e simultaneamente de fazer existir socialmente os sujeitos que são portadores desse problema, tornando visível a necessidade de cuidado político, bem como conceder liberdade de cidadania a alguns que não têm voz no espaço público.

Para estes autores, um envolvimento pragmático ou agir de forma pragmática, refere-se a conciliar o imediato e o concreto com a finalidade de obter um resultado, ou seja, esta visão pragmática do envolvimento ecoa como uma reação à fatalidade, pois é uma forma rápida de agir quando parece impossível esperar pelos poderes públicos. O que muda é uma representação do tempo, “amanhã será melhor que hoje, mas amanhã existe o risco de ser pior do que hoje”, apresentando-se a ideia de risco como sendo central, em sintonia com os contextos e as formas de se mobilizar, Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P. (2005, p. 12).

Convém, porém, sublinhar que os envolvimento estão cada vez menos relacionados com os sistemas de associação que constituíam a matriz dos investimentos militantes. As mobilizações são confeccionadas mais a partir de experiências concretas de situações interpretadas como difíceis, em que a solidariedade não se implanta dentro de uma lógica de proximidade social, mas segundo uma apreensão «humanitária» relativamente aos outros que sofrem (Boltanski, 1993).

Agir, aqui e agora, é uma questão cada vez mais pertinente que se coloca aos sujeitos que militam em determinadas causas. Deste modo, eles somente visam permitir uma mudança real das situações com as quais são confrontados, inscrevendo as suas ações num tempo de urgência que impõe atos concretos e eficácia, deixando para isso de usar os modos de alerta radicais para intimar as autoridades públicas a «fazer qualquer coisa» Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P. (2005, p. 16). O envolvimento para estes autores, consubstancia de forma articulada três componentes: a urgência, a eficácia e a radicalidade, cuja dimensão pragmática não esgota o significado da especificidade destas ações.

A urgência já não se constitui uma categoria excecional, mas tende a impor-se como uma nova temporalidade da ação política.

Por seu turno a eficácia tem como penhor a especialização, cuja limitação de objetivos de ação é reivindicada precisamente pela preocupação de a preservar. Para não se inscrever no campo político, afastando-se mesmo deliberadamente, o objetivo da eficácia muitas vezes ressoa como uma crítica à inação das autoridades públicas. A ação circunstanciada e localizada pelo poder político, apresenta-se como um desafio público em relação ao jogo político, acusado de não ser suficientemente eficaz, ou de não agir concretamente sobre as situações denunciadas.

No que concerne à radicalidade, as grandes associações organizadas no plano nacional exibem mais a sua força pela manifestação ou pela petição. Atualmente, hesitam menos a atacar a opinião por ações espetaculares, mesmo que não seja subestimada a forte relutância das organizações tradicionais em torno destes modos de ação radicais que não fazem parte da sua cultura política. Assim, a ação direta é sem dúvida menos analisada numa perspectiva insurrecional, do que como um dos meios de promoção pública duma causa e como ultimato à negociação com os poderes públicos (exemplo as ações do *Greenpeace*) (Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P., 2005, pp. 16-23).

Perante as especificidades supra expostas sobre as componentes diferenciadas de envolvimento, poder-se-á ainda referenciar segundo Ion no que ao envolvimento concerne que os indivíduos mobilizam afetos nas suas práticas individuais, as quais são indelevelmente influenciadas pelos sentimentos e pelas emoções (2012, p. 84). Ora nesta linha de raciocínio, a individualização dos valores está sempre presente nas opções assumidas pelos indivíduos, dentro da lógica democrática de uma cultura que permite as escolhas de forma autónoma.

A este respeito, Livet e Thévenot, referem que, no quadro da ação individual na prossecução de fazer o comum e dependendo das situações, estão sempre presentes formas de investimento emocional. Paralelamente, existe uma obrigação que o sujeito deve ter em atenção, e que se refere à utilização de uma retransmissão de noções perante as problemáticas como a interiorização das normas. No entanto, as emoções devem ser transformadas, reelaboradas, dirigidas, socializadas por se inscreverem em julgamentos de valor (1993, p. 2).

Segundo estes autores, as emoções contêm sentidos de julgamento, originando consequentemente que estes tenham que ser em alguns casos justificados consubstanciados mediante um acordo para uma “reconciliação” em concordância com

os contextos em situação. Para Boltanski e Thévenot no seu livro *De la Justification – Les économies de la grandeur*, referem:

A exigência para uma pessoa proceder a reaproximações comuns nem sempre se impõe com a mesma força. Mesmo nas situações orientadas para um horizonte de justificação, as pessoas podem contornar esta exigência e mostrará que uma das formas de evitar consiste em retornar às circunstâncias – o que nós designaremos por *relativizar* (1991, p. 49).

Retomando a importância que é dada aos sentimentos e emoções nos modos de ação, em estreita ligação com a questão do julgamento, Livet e Thévenot sistematizam um conjunto diferenciado de formas de investimento emocional, tais como: o sangue frio do julgamento válido, que está associado a situações em que as emoções estão ligadas à agressão ou defesa da integridade, cujo quadro de justificação não implica acordo; emoção de uma avaliação que interrompe a ação, neste caso concreto, no decurso de uma ação, o sujeito interrompe o controle das referências cognitivas e o processo de ajustamento; a inquietude de ser julgado e o sentimento de injustiça, a avaliação é feita publicamente comportando críticas e justificações cujo sentimento último é de injustiça; emoção como garantia de um envolvimento autêntico, nesta situação, o julgamento retém ou fixa as emoções de acordo com as referências comuns; por último é-nos referido pelos autores *os ambientes emocionais nas diferentes ordens de justificação*, onde o pedido de envolvimento é concretizado pela expressão de uma emoção, que deverá ser apropriado à convenção em vigor (1993, pp. 3-6).

De acordo com o exposto, Livet e Thévenot (2003), desenvolvem um esboço de uma teoria das emoções públicas, que apresenta as reações de teor emocional e de como estas podem ser interpretadas no âmbito das ações e do envolvimento dos sujeitos.

Assim, dentro de uma perspetiva puramente cognitiva, as emoções são desencadeadas casualmente por traços, objetos ou de situações. Percebidos e categorizados, esses traços induzem a crenças ou são ligadas a crenças de fundo e a desejos ou preferências dos sujeitos. As abordagens comportamentais, ligam as emoções a modos de reação e às situações, ou seja, mais precisamente a emoção está situada numa cadeia de acontecimentos desencadeados, como uma etapa de preparação a uma reação. Os autores fazem também referência que a emoção não implica unicamente um estado afetivo de disposições às reações e a um modo de seleção de

traços da situação, implicando, no entanto, uma relação interativa com outras pessoas, acrescentando que, para a justificação das intenções ligadas às emoções, propõem três etapas: a) emoção para ser avaliada; b) intimação de conduta responsável; c) indecisão sobre as intenções atribuídas aos outros.

Para estes autores, as emoções têm um papel na transformação do julgamento de facto (em situação) em julgamento de valor que é um julgamento de análise, onde existe uma exigência de coerência entre o julgamento de valor e os fundamentos emocionais. Acrescentam também que a coordenação das emoções apesar de se privar de exigências fortes em relação à percepção, as qualificações implicadas nas justificações relacionam-se com ordens de grandeza permitindo uma categorização de traços avaliativos.

Na sequência do exposto, relativamente à relação entre as emoções e o envolvimento dos sujeitos, Livet e Thévenot (2003) propõem um conjunto de regimes coletivos de avaliação, referenciando que a emoção ligada às avaliações permite a constituição de coletivos e de regimes próprios a esses coletivos. Convém, porém, sinalizar que estes regimes coletivos de avaliação são apresentados pelos autores tendo por referência os mundos comuns e as ordens de grandeza trabalhados por Luc Boltanski e por Laurent Thévenot no livro “*De la Justification - Les Economies de la Grandeur*” (confrontar as com as designações por eles adotadas para cada um destes regimes).

*Regime doméstico e generalização do julgamento de confiança* – O regime de coordenação pela grandeza doméstica de confiança é aquele que enquadra mais diretamente o apoio sobre a familiaridade adquirida nas ações em comum. Esta avaliação é marcada por dois caracteres que serão encontrados na generalização de ligações familiares a um regime geral de coordenação “doméstico”: uma tendência à personalização do processo de julgamento (o “superior comum” é uma autoridade); assimetria de posição, será facilmente traduzida numa hierarquia de autoridade e de confiança. Nas relações de familiaridade existe a distribuição da emoção sobre um largo conjunto de coisas ou de traços personalizados, que se constituem ao seu redor e conduzem a um tipo de feticismo dos objetos e dos rituais.

*Regime de renome* – Neste regime fixado a rituais, reconhecemos a avaliação pelo lado dos modelos exemplares (indivíduos emblemáticos) e pelo outro dos traços convencionais de diferenciação entre grupos. Os traços reconhecidos (gestos, objetos) devem ser investidos por uma emoção expressa publicamente por seres válidos.

*Regime de opinião* – neste regime, nos conjuramos a incerteza da nossa auto-avaliação por uma avaliação indireta através da opinião dos outros como coletivo. Nós começamos a partir de traços que podem ser particularizados originalmente e que devem poder reproduzir-se e ser largamente reconhecidos por um outro anónimo.

*Regime inspirado e estético* – este regime, para os autores, tem um carácter muito subjetivo no que concerne à emoção que é explorado no regime inspirado, como resposta aos problemas de indecibilidade. A autenticidade da inspiração enquadra a suspensão do controle de si. Não se interessa a identificar a intenção dos outros avaliadores, não se concentrando na interpretação dos outros, mas sobre a suspensão do controle da sua ação. O princípio superior comum não está ligado a uma autoridade, nem se inscreve numa opinião coletiva, operando no âmbito desta suspensão do controle.

*Regime cívico* – Podemos aproximar o regime cívico que é frequentemente implicado pelo vocabulário do “coletivo” ou do “social” ou numa perspetiva Aristotélica, como uma aposta na emoção seguida de uma reconversão dos litígios sobre as convenções (entre os diferentes grupos da *cité*). Neste caso, a avaliação da emoção é usada para a elaboração de uma emoção pública que tem em linha de conta o facto de cada um (ou qualquer outro grupo) ser também um avaliador.

*Regime industrial* – O regime industrial de eficácia coletiva deve permitir gerar uma coordenação de ações faltando uma âncora familiar que suporte o regime doméstico, uma coordenação com os sujeitos anónimos. A desaprovação da avaliação dos outros, opera para a relação com o objeto. A avaliação da emoção é transferida para uma emoção associada ao envolvimento dos objetos técnicos.

*Regime comercial* – Este regime permite coordenar igualmente as ações entre indivíduos anónimos na ausência de familiaridade. Para isso ele enquadra igualmente o apoio sobre uma grande variedade de objetos que servem de intermediários no ajustamento das ações. A emoção de base é estritamente privada e ligada ao desejo e ao prazer da apropriação, sendo também coletivizada e transformada numa emoção pública na paixão de fazer negócio, que depende de uma avaliação da transação particular comparando o preço justo ou normal.

Livet e Thévenot (2003) esclarecem que procuraram na emoção, o movimento inicial que faz o sujeito desprender-se do egocentrismo próprio na ação, inquietando-se

com a avaliação dos outros. Este movimento é uma peça essencial na construção de um julgamento de valor na elaboração de formas de fazer coletivos que estão associadas a uma noção de bem comum.

Por último, salienta-se, de acordo com Livet e Thévenot, que as formas de investimento emocional, bem como a proposta de um conjunto de regimes coletivos de avaliação, onde as emoções em articulação com as avaliações possibilitam a constituição de coletivos com regimes próprios, adstritos a esses coletivos, constitui-se como mais um contributo para a compreensão da dinâmica existente entre emoções e envolvimento, onde as formas de avaliação e os julgamentos de valor se inscrevem de forma significativa para a análise das ações dos sujeitos.

Destarte, esta perspectiva teórica poderá complementar as inferências que seguidamente faremos, de algumas das narrativas dos voluntários que colaboraram nesta investigação e que serão desconstruídas analiticamente, no que ao envolvimento concerne, através dos regimes de envolvimento na ação propostos por Laurent Thévenot em *L'action au pluriel – sociologie des regimes d'engagement*, em que o autor identifica três diferentes regimes de envolvimento na ação, a saber: o *regime* «familiar», o *regime* de «plano», e o *regime* «público».

## **VIII.2. Construção da crítica e dos sentidos de (in) justiça pelas narrativas dos voluntários da Quercus, Abraço e Apelo**

As formas de militância pragmática passam pelo exercício de ações que conciliem o que os preocupa em concreto com a finalidade de obter resultados relativamente às suas perplexidades e angústias.

Os sentidos da crítica e de militar dos voluntários das associações, inscrevem-se fundamentalmente, por um lado, com a concordância na defesa das causas / questões em que estão envolvidos e, por outro lado, com um conjunto disposições e emoções que individualmente os convocou.

Neste sentido, os resultados obtidos no âmbito do processo de tratamento e correspondente estudo das entrevistas através do programa MAXQDA, enquadraram-se, conforme já foi descrito, no âmbito do paradigma da análise compreensiva, em que os



conceitos utilizados nesta investigação permitiram formular um quadro de análise das narrativas (análise de conteúdo) dos voluntários.

As narrativas, que aqui se apresentam, são representativas do universo em estudo, no que concerne a serem as entrevistas mais relevantes de acordo com as categorias e subcategorias delineadas e em função do produto obtido pelo programa informático que desta forma as destacou (este processo metodológico foi também aplicado nos mesmos termos nos capítulos V, VI e VII). Acresce dizer que o programa informático MAXQDA permitiu codificar as entrevistas, possibilitando-nos fazer uma sistematização analítica dos dados nele inseridos.

Encontraram-se e agregaram-se regularidades, que através de um processo comparativo destacou diferenças e semelhanças quanto às motivações para militar numa determinada associação e também quanto às formas de se envolverem e mobilizarem.

Para a análise que será efetuada no âmbito da sociologia pragmática, convém relembrar quais as categorias e subcategorias que serão analisadas em concordância com o nosso objeto de estudo.

À categoria, *motivos para militar em causas / questão*, correspondem as subcategorias, *consciência cívica, defesa de um bem comum, a causa em si mesma, proteger a natureza /ambiente, defesa da vida, dar sentido à vida, solidariedade, fazer voluntariado, influência pelo contexto, dever e direito a participar e altruísmo*.

Quanto à categoria *formas de envolvimento nas associações*, inscrevem-se as subcategorias, *participação em manifestações, subscrever petições / abaixo assinados, ações de informação / sensibilização, ações de prevenção e divulgação, formação a novos voluntários, palestras / conferências, reuniões com órgãos políticos, interposição de ações em tribunal, denunciar situações nos meios de comunicação social, participar na elaboração de boletins*.

### VIII.2.1. Motivos para militar em causas / questão

#### Consciência cívica:

*Ou seja, a nível individual e coletivo, pouco ou muito, todos nós temos a responsabilidade de fazer alguma coisa e eu, como senti essa responsabilidade, comecei pouco a pouco a entrar também nesses campos, não é, e comecei a colaborar aqui e aqui. Aqui e ali. E eu a nível pessoal também ganhei muito com isso, não só a nível de desenvolvimento pessoal mas a também a nível de conhecer, sei lá, outras pessoas, de ver e experienciar também muitas coisas, por isso eu acho que também, foi não só positiva a minha contribuição para o mundo, a nível local, nacional e internacional, por exemplo, mas aquilo que eu recebi, também foi muito positivo, também para mim, não é? (48 anos, informático)*

Do trecho retirado à entrevista realizada a este voluntário, destaca-se o motivo que ele aponta para militar relacionado com uma determinada consciência cívica que ele possui. Esta consciência cívica, por ele traduzida como uma “*responsabilidade*” recai, por um lado, sobre todos os sujeitos de uma sociedade “*todos nós temos a responsabilidade de fazer alguma coisa*” e, por outro lado, incide numa dimensão política sobre o justo. Deste modo, pode-se inferir que as ações cívicas, constituem experiências que podem ser a nível ambiental ou de outra ordem, bem como modalidades de exercício de socialização política. A sua vinculação a uma organização para a defesa de uma causa, enquadra-se na convicção dos valores e das virtudes de uma sociedade democrática e republicana (figura harmoniosa de ordem natural) de ordem de grandeza<sup>73</sup> cívica, em que é um ser reconhecido e que se identifica e aspira aos direitos cívicos, mas simultaneamente de ordem de grandeza doméstica, pois exige

---

<sup>73</sup> As grandezas (medida) são modelos de ajustamento que qualificam as situações (Boltanski, 1990, p. 26)

responsabilidade e respeito cujo princípio superior comum (em relação à primeira ordem de grandeza) é a proeminência dos coletivos.

O voluntário denota com a sua narrativa uma determinada reflexividade, congruente com um sentido moral e um sentido natural, permitindo-lhe fundamentar o seu ajustamento (social) que pode ser justificado ou injustificado, expondo a sua “*responsabilidade*” dentro de uma ordem natural, cuja disposição que apresenta vai no sentido de se ajustar à situação coordenando as suas ações num mundo comum. Para que os sujeitos se possam envolver num mundo comum de forma natural, implica que detenham determinadas faculdades indispensáveis em que os sujeitos sejam capazes de se dar à situação. Os princípios de justiça e os mundos em que se realizam, não estão ligados às pessoas ou aos grupos, mas apreendidos às situações. Cada um encontra, no decurso da sua vida quotidiana, situações relevantes de diferentes justiças e ser capaz de se conduzir com naturalidade, de as reconhecer e de se ajustar (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 182).

#### Defesa de um bem comum:

*Sim. Em Portugal estamos muito habituados a que o Estado faça tudo e não há uma cultura de que as pessoas tomem nas suas mãos o tentar conseguir os objetivos que pretendem. Portanto chamar a si, formar grupos. Não tem nada a ver com a política nem com o estado nem com coisa nenhuma, portanto são movimentos de cidadãos que se formam para conseguir um determinado objetivo. A defesa de um bem comum. (46 anos, Professor)*

Infere-se desta entrevista, que o voluntário nos remete para a relação entre o (s) indivíduo e a comunidade, sendo possível salientar a proteção da sociedade, em termos da conservação da sua unidade, não permitindo a fragmentação social, enquadrando este desiderato no cumprimento das normas sociais vigentes. Verifica-se que, atualmente, esta questão do bem comum está adstrita com o interesse público “*são movimentos de cidadãos que se formam para conseguir um determinado objetivo*”, que pode ser diversificado em consonância com os objetivos a alcançar dentro de uma putativa causa,

que no caso da presente investigação pode ser a preservação e conservação do ambiente (Quercus), a prevenção e o apoio psicológico aos seropositivos – VIH / Sida, englobando também assegurar o acesso a terapêuticas, no quadro das políticas públicas de saúde, mediante a pressão sobre o Estado (Abraço), e o acompanhamento às pessoas em luto por perda de seres íntimos (Apelo).

Neste sentido, Boltanski & Thèvenot referem que “as pessoas revelam todas uma mesma justiça porque têm uma consciência que é construída à imagem da consciência coletiva à qual são suscetíveis, escutando a voz da sua consciência, de subordinar a sua própria vontade à vontade geral. Essa consciência dá-lhes «a vontade de se organizar» (1991, p. 231).

A noção de bem comum está ligada a gramáticas políticas e a determinadas filosofias políticas. O sentido que elas propõem correspondem a “expressões sistemáticas de formas de bem comum às quais se faz hoje recorrentemente referência na nossa sociedade” (Boltanski & Thèvenot, 1991, p. 87). Para que esta noção de bem comum seja devidamente compreendida, os autores propõem que se consiga identificar formas de equivalência, em que é conferindo um acordo e uma legitimidade que formule um princípio universal destinado a reagir a uma ordem de grandeza. Dever-se-á, pois, procurar nas obras clássicas, que põem em evidência as fundações dos modelos de *cités*, as quais estabelecem gramáticas do foro político” (Boltanski & Thèvenot, 1991, p. 94).

Perante o exposto e de acordo com a narrativa apresentada por este militante, estamos perante a ordem de grandeza cívica, onde o princípio superior comum é a proeminência dos coletivos e da vontade geral, renunciando os sujeitos à vontade particular.

#### A causa em si mesma:

*O que me fez entrar para a Apelo de Coimbra foi o facto de ter um papel social, ou seja, de ajudar outras pessoas. Agora, o que eu quero dizer com isso é que a importância da Apelo, ou do Capelo, só tem sentido se houver uma ajuda, se o Capelo ou a Apelo estiver integrada num meio social, ou seja, ir ao encontro dos indivíduos.*

Essa é a mais-valia que a Apelo, ou qualquer associação que se digne a ajudar as pessoas, é disto que se trata, ajudar as pessoas. E sendo uma associação ou uma organização que ajuda as pessoas [...] para a problemática do luto, que acho que é bastante negligenciada na nossa sociedade, porque acho que a morte ainda é estigmatizante. (30 anos, Psicóloga)

Esta entrevista denota que, para esta voluntária, a defesa de uma causa em si mesma (neste caso o apoio ao enlutado) deve estar imbuída de um determinado sentido de entrega ao outro “ajuda as pessoas [...] para a problemática do luto” (ou ao coletivo, acrescentamos nós). A Apelo, enquanto organização, resgatou da sociedade uma situação problema, constituindo-a devidamente como uma causa a defender, dando-lhe alguma visibilidade no âmbito da (in) visibilidade que tem socialmente “a morte ainda é estigmatizante” estando “bastante negligenciada na nossa sociedade”. Esta narrativa permite compreender que a militante, por um lado, reconhece a causa em si mesma e, por outro lado, em virtude desse mesmo reconhecimento, ela mobilizou-se e envolveu-se nessa causa com o intuito de poder contribuir com a sua ação para os objetivos definidos pela associação.

A adesão a uma causa tão específica, porque requer da parte dela um certo envolvimento altruísta na ajuda às pessoas em luto sem nada requerer em troca, pressupõe que se enquadra numa atuação em «agapè», ou seja, «agapè-amor» cujo regime de ação se caracteriza por ações desinteressadas, de proximidade de familiaridade, existindo uma ausência de prova, exceto o desejo de dar (dádiva gratuita de si para o outro), havendo, no entanto, uma necessidade de acordo, na justa medida em que é este acordo que caracteriza as relações de amor filial ou de amizade, não necessitando de um princípio de equivalência pois não necessita de retorno nem sob a forma de objeto, nem mesmo sob a espécie imaterial de amor em retorno. Convém, porém, reter que pode haver um duplo processo de basculamento entre amor e justiça, pois todas as pessoas podem ter acesso a esses dois regimes, podendo alimentar esse basculamento no decurso da interação com o outro (Boltanski, 1990, p. 173).

Proteger a natureza / ambiente:

*A Quercus tem dois lados, o lado mais pela conservação da natureza não no sentido de mudar certas políticas, mas por outro lado tenho visto outro tipo de campanhas que de facto têm ali uma dimensão de intervenção muito política, como é agora o caso da diretiva sobre as sementes, com a qual nós não concordamos e de portanto nos questionamos no sentido de tentar saber o que podemos fazer para a impedir de entrar em vigor ou de a modificar, existem ainda e também outro tipo de atividades de sensibilização e educação ambiental que já não estão ligadas a ações de ordem política. Portanto estas duas coisas são feitas e não têm que colidir uma com a outra. (29 anos, Desempregada)*

Destaca-se, do excerto desta entrevista, o reconhecimento pessoal da importância da causa ambiental. A militante faz referência a um duplo eixo de ação da Quercus (“conservação da natureza” e as “atividades de sensibilização e educação ambiental”), os quais se complementam dentro dos objetivos traçados por esta organização. O propósito conservacionista permite-nos inferir que a ordem de grandeza está alicerçada na questão doméstica, enquanto que as ações cívicas constituem experiências de sensibilização ambiental, modalidades de exercício de socialização política, possivelmente junto de escolas, por intermédio de intervenções de educação ambiental. Ou seja, em primeiro plano a Quercus apresenta uma dimensão mais conservacionista, para posteriormente reatualizar a sua ação enquanto organização, num alargamento da conservação da natureza para a defesa do ambiente com a educação ambiental, tornando-o habitável para todos os tipos de seres.

A voluntária destaca igualmente a relevância da intervenção política da associação que aparece engrandecida na base da economia de grandeza cívica. As políticas e as ações públicas definidas pelo Estado são nalgumas ocasiões objeto de oposição contra (segundo o entendimento do coletivo) as más práticas ambientais.

Configura-se nesta narrativa duas grandezas (doméstica e cívica) cuja complementaridade advém da ação dos sujeitos habitarem em diferentes mundos de

acordo com ação em situação, independentemente de esses mundos terem princípios superiores comuns diferentes, cujo princípio de coordenação constitui uma convenção, ou seja, formas de equivalência para se chegar a um acordo. Neste sentido, a ordem de grandeza doméstica tem como princípio superior comum a geração (de nascer / procriar) e a tradição, enquanto a ordem de grandeza cívica apresenta como princípio superior comum a proeminência dos coletivos (Boltanski & Thèvenot, 1991, p. 177).

#### Defesa da vida:

*Para mim a defesa do ambiente é a defesa da própria vida, por isso o valor maior será a defesa da vida, ao fim ao cabo. Da vida no global, não da vida humana, mas da vida global. Os direitos dos animais, o direito aos animais existirem, tudo. Porque nós somos uma pequena parte dos seres vivos que existem. E tem que haver uma relação de equilíbrio, até para a nossa própria sobrevivência. O valor é esse, a defesa da vida. (54 anos, Desempregado)*

Infere-se, do registo deste voluntário, que a defesa da vida deve ser considerada como um bem e um valor<sup>74</sup> supremo, pois segundo Breviglieri (2012) a vida é portadora de humanidade (condição humana e as suas faculdades). A vida carrega a humanidade no sentido de que ela se constitui como uma base consubstancial para si mesma.

Segundo Cohn:

---

<sup>74</sup> Todo o elemento da realidade social, do universo espiritual ou moral, pode ter um aspeto de «valor» na medida em que esse elemento é estimado ou recusado, preconizado ou condenado. Esse elemento é qualificado por um julgamento como precioso ou desprezível, bom ou mau, útil ou inútil, verdadeiro ou falso, desejável ou indesejável, bonito ou feio, a sentença obtida é um julgamento de valor. Os valores tornam-se normas, as quais comandam regulamentam condutas, prescrevem uma linha de ação. As normas tendem a conformar os comportamentos e os envolvimento aos valores declarados. Os portadores de valores são atores individuais ou coletivos, estando adstrito aos valores a noção de preferência. No âmbito dos sistemas de valores podem surgir debates como a interrupção voluntária da gravidez e todos os participantes podem estimar o valor da vida, porém alguns vão salvaguardar a criança concebida, enquanto que outros vão dar a prioridade à decisão da mulher grávida (Rezsohazy, 2006, pp. 5-7)

“para o homem, a vida não é um *bios*, mas uma experiência vivida, ou seja, a vida no que ela tem de significativo. E o valor é outra das designações atribuíveis a esta vida que se expressa, não devendo a mesma expressar seja o que for. Aspirar ao valor da experiência vivida implica uma concetualização, uma transposição para o universal que sustenta a ponte lançada sobre o abismo do individual. Quem diz valor cria a possibilidade de uma experiência comum e de uma inteligibilidade partilhada” (2007, pp. 359-360).

O militante ao verbalizar que “*tem que haver uma relação de equilíbrio, até para a nossa própria sobrevivência*”, podemos de acordo com Thévenot dizer que se tivermos em atenção, os ajustamentos da ação à situação esta situa-se entre as alusões aos valores, das normas ou das representações inferidas coletivamente (2006, p. 6). Porém o aludido ajustamento da ação às situações é composto com as experiências que os atores delas retiram como o direito à vida dos seres na sua adaptação aos mundos que habitam em defesa do um habitat agradável (Breviglieri, 2012). A alusão feita pelo voluntário a uma “*relação de equilíbrio*” remete para uma ordem de grandeza doméstica, onde o respeito e a responsabilidade se evidenciam, o que neste caso é bem patente em relação à defesa da vida humana e de todos os seres vivos na sua generalidade (Boltanski & Thèvenot, 1991).

#### Dar sentido à vida:

*Eu conheci a Apelo por experiência pessoal de luto, porque perdi a minha mãe e nessa altura, no meio do sofrimento de quem tem uma perda recente, numa pesquisa na internet descubro a Apelo e percebo que a Apelo tem um serviço de acompanhamento e faço esse contacto, que nunca chegou até mim, portanto, a resposta do contacto nunca chegou e eu pensei: pronto, a ideia até era boa, ainda bem que há uma Associação que ajuda as pessoas, mas afinal não ajuda muito porque não há resposta. E aquilo ficou por ali, apesar de que na minha ideia ficou sempre a ideia de que havia*



uma Associação em Aveiro, não havia no Porto, mas que havia uma Associação, algures no país, que se dedicava a estes assuntos. A motivação é principalmente pessoal. Agarrando esta motivação pessoal de trabalho interior em termos de luto, eu decido fazer a dissertação de mestrado na área do luto. Então, aqui, retomo uma nova pesquisa, que é quem é que fará investigação na área do luto, quem é que não faz, se há alguma universidade mais sensível a este tema ou não e aqui volto a chegar à Apelo e aí volto a fazer um novo contacto. Desta vez não no sentido de ser utente dos serviços de intervenção em luto, mas no sentido de perceber que estudos estavam a ser feitos e que investigação faria o Dr. Rebelo, qual seria disponibilidade dele para co-orientar um estudo na Universidade do Porto... E aí recebo uma resposta direta do Professor Rebelo, que me convidava a conhecer a Associação e aí conheço todo o projeto. E tudo começa aí, quando começo a perceber que existe um curso de conselheiro do luto e a seguir põe-se a questão: então há a possibilidade de fazer voluntariado nesta área. A motivação maior foi pessoal, no sentido de ser conselheira de luto. Na altura parecia, e foi, uma boa estratégia de resolução do próprio luto, o ajudar o outro como eu gostaria, numa altura inicial, de ter sido ajudada. E portanto, isso ajudou também no meu processo. A motivação principal está aí.

Então, acho que valores muito ligados à solidariedade, ao ajudar o próximo, à compaixão e à empatia pela dor do outro. Em termos de sentimentos, com a experiência de conselheiro de luto... eu já fiz outros voluntariados e o sentimento é sempre de partilha, um sentimento positivo de felicidade e especificamente na área do luto, esse sentimento é muito grande, no sentido em que é um sentimento de alívio, por um lado, é um sentimento de [...] Estou a pensar porque isto da diferenciação dos sentimentos... Eu associo o voluntariado, o voluntariado produz em mim sentimentos muito bons, de bem-estar, de felicidade, sentimentos de dever cumprido,

*que não é um sentimento, mas eu acho que é mais nesse sentido.*

(31 anos, Estudante)

Destaca-se do excerto da entrevista que esta militante decidiu fazer voluntariado como forma dar algum sentido enquanto pessoa à sua vida quotidiana, podendo desenvolver uma ação cívica em que estando a ajudar outras pessoas contribuía, não só para o seu bem-estar, como também para um bem comum.

Ela revela que a ação que desempenha enquanto voluntária produz em si mesmo um conjunto de “*sentimentos muito bons, de bem-estar, de felicidade, sentimentos de dever cumprido*”, o que é muito significativo do ponto de vista motivacional, pois a opção de fazer voluntariado foi marcadamente pessoal, desenvolvendo simultaneamente outros sentimentos como “*solidariedade, ao ajudar o próximo, à compaixão*” que revelam pela “*à empatia pela dor do outro*” uma certa alteridade, pois com a sua ajuda ela consegue colocar-se no lugar da outra pessoa, podendo dessa forma compreender melhor o que a pessoa sente e deste modo a ajuda que ela presta ser mais ajustada às necessidades de quem precisa dessa ajuda.

Podemos inferir que estes sentimentos se podem inscrevem num regime de ação de «justeza» (primeiro regime de paz), ou seja de ação ajustada à situação, pois segundo Boltanski (1990) este regime caracteriza-se pela existência de acordo (que pode ser mais ou menos durável) não explícito sobre a grandeza das pessoas e das coisas. Porque as equivalências estão inscritas implicitamente nas coisas, no instar das condutas rotineiras, o ajustamento dos sujeitos à situação é efetuado de forma natural. A primeira característica deste regime passa pela estabilização das relações entre as pessoas, em função da suposta equivalência, porque as convenções da vida social do nosso quotidiano são a despeito de aparências, de uma importância crucial para conter as tensões inconscientes que, caso contrário, ocupariam antecipadamente a quase totalidade dos nossos momentos (1990, p.111).

A voluntária na sua ação implica sentimentos que sente e que estão ajustados à situação, fazendo com que essa mesma ação lhe confira a noção de um dever cumprido em termos cívicos (ordem de grandeza cívica) mas dentro duma lógica egoísta contrária ao altruísmo, pois retira em seu benefício um certo bem-estar e uma felicidade muito própria e pessoal.

## Solidariedade:

*Os motivos é mais uma situação de âmbito social. Porque, como eu já lhe falei também, trabalho na parte contra a homofobia e violência, portanto, também há estigma aí e discriminação envolvida, obviamente. E foi por ver que, mesmo no terreno, mesmo em Inglaterra, há muito trabalho feito sobre isto e eu depois comecei a ver as diferenças, porque há muito mais a fazer em todo o lado no Mundo, tudo bem. Uma motivação social e uma motivação, digamos, de apoio. Tanto psicológico, no fundo... dar coragem a ajudar o outro, é um bocado por aí. É solidariedade mesmo. (37 anos, Desempregada)*

Pode-se inferir deste excerto que a voluntária entra no domínio das emoções no âmbito da ação que desenvolve na organização. A narrativa denota o que (Cefaï, D.& Trom, D., 2001, pp.140-141), referem por *emoções afetivas*, (“dar coragem a ajudar o outro”) que se constituem através do estabelecimento de laços mais fortes e duráveis com os sujeitos e com a sociedade. Conferem igualmente uma determinada confiança que detém o mesmo nível de relevância que o amor e o ódio, pois podem promover a configuração das nossas preferências e estabelecendo ao mesmo tempo a ligação aos outros cidadãos.

A solidariedade aqui expressa é segundo a militante de ordem ou “*âmbito social*” e, portanto, pertencente a uma ordem de grandeza cívica (Boltanski & Thévenot, 1991), podendo ser capitalizada na elaboração e conceptualização de medidas e políticas sociais que possam vir a beneficiar quem é apoiado com a sua ação. Refere também que “*trabalho na parte contra a homofobia e violência, portanto, também há estigma<sup>75</sup> aí e discriminação envolvida*” apresentando-se nestes casos a solidariedade como instrumento de luta contra os dispositivos de exclusão social, sendo concebida de uma forma extensiva, apresentando-se atualmente como um valor cada vez mais sentido,

---

<sup>75</sup> Segundo Goffman, o estigma deve ser entendido como um “atributo profundamente depreciativo (...) sendo na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (1988, p. 13).

partilhado e divulgado pelos cidadãos de todas sociedades modernas, integrando-se como um eixo permanente dos discursos e das políticas sejam sociais ou de outra ordem. É conveniente, porém, salientar que as medidas de solidariedade desenvolvidas pelo Estado, assim como as inúmeras iniciativas provenientes da sociedade civil (Chevallier, 1992, pp. 6-7) que têm expressão coletiva, através das diversas organizações que defendem determinadas causas de forma solidária, podem ser portadoras de algum tipo de sofrimento, pois os destinatários das mesmas podem ser entendidos como vítimas.

#### Fazer voluntariado:

*Sou bombeira voluntária já há alguns anos e faço voluntariado na pediatria de oncologia do Hospital de São João e sou voluntária também noutras áreas que não têm nada a ver com a saúde. Portanto, já há muitos anos. Desde muito cedo. (44 anos, Técnica do INEM)*

A entrevista desta voluntária, que se enquadra na grandeza de ordem cívica (Boltanski & Thévenot, 1991), denota a experiência que já teve e continua a ter no campo do associativismo. Durante o seu percurso de vida, “bombeira voluntária (...) faço voluntariado na pediatria de oncologia do Hospital de São João (...) sou voluntária também noutras áreas”, promoveram de forma natural na militante um conjunto de competências, cujos sentidos que daí retirou e extraiu, enquanto pessoa cujas ações, contribuíram e contribuem ainda certamente, na orientação do seu projeto de vida, incentivando-a para novas experiências em outros contextos.

As competências por ela adquiridas, possivelmente contribuíram para a combinação de um sentido de crítica perante situações consideradas de injustas, possibilitando-lhe através de gramáticas utilizadas e ajustadas a cada uma das experiências de ser voluntária, possa justificar e denunciar o sentido injusto em relação a determinadas situações com que putativamente elas se debatam (enquanto organizações com públicos e objetivos diferenciados), procurando desta forma a sua minimização ou resolução.

Influência pelo contexto:

*Aderi porque tive uma perda de um familiar próximo, porque a minha mãe criou o Capelo aqui em Pombal e porque gosto de ajudar, de entrar em projetos novos. Vamos ver se corre bem. (24 anos, Estudante)*

A partilha da experiência que o entrevistado relata “*Aderi porque tive uma perda de um familiar próximo*”, enquadra-se numa lógica de práticas distintas que permitem alargar, a cada um dos sujeitos, um conjunto diferenciado de perspetivas sobre o luto. A consistência dessa partilha, para nós está imbuída de um forte motivo para militar numa associação, que, por um lado, foi “*a minha mãe criou o Capelo aqui em Pombal*” e, por outro lado, permite-lhe ajudar as pessoas a ultrapassar, ou pelo menos minimizar, a dor que sentem após uma perda de um ser próximo, tal como lhe sucedeu.

A combinação desta dupla situação que o fez aderir a esta questão, enquadra-se num regime de familiaridade Thévenot (2006), não só em relação à parente (neste caso a mãe) que constituiu a organização, como também em relação à situação da sua própria condição de enlutado, enquadrando-se simultaneamente numa dupla ordem de grandeza, doméstica, na medida em que o seu investimento de forma na ação em situação foi de rejeitar um certo egoísmo (no sentido de poder não querer partilhar com outros a sua dor pela perda de um ser íntimo, fazendo exatamente o oposto) e cívica em virtude de um investimento de forma de renúncia ao particular.

Esta decisão por ele assumida, inscreve-se num regime de ação desinteressada de «agapè-amor» (Boltanski), no sentido de dar (dádiva sem interesse de retorno, de si ao outro) em que o significado de dádiva de acordo com Mauss (2011), também está presente, quando refere “*porque gosto de ajudar*”, dando simultaneamente um propósito a esta sua determinação.

### Dever e direito a participar:

*Eu acho que o que está na base de todos é algo absolutamente pessoal, não é? É eu acreditar, eu Ana, acreditar que tenho uma missão a cumprir, seja porque decidi estudar Psicologia e fazer isso com as minhas ferramentas de trabalho, seja porque sou um ser humano que acha que tem que fazer algumas coisas pelo que está à minha volta. Acho que isto está na base de tudo, claramente. Portanto, se eu tenho tempo, se eu tenho saúde, se eu tenho possibilidade, eu acho que tenho esta obrigação. Eu digo obrigação, mas que não pesa, eu acredito mesmo que é um dever, um direito...*

*É altruísta, mas no sentido de comunhão, porque eu não me vejo separada do mundo. Portanto, não é um altruísmo de só os outros é que interessam, não é isto, é que eu acredito que posso, que devo e que tenho algo para dar e tenho obrigação e direito e possibilidade de o dar e, portanto, dou. Acho que é um bocadinho isto. Porque acredito que se todos fizermos a nossa parte, um dia poderemos acordar num mundo melhor. [...] Em prol humano, para melhorar, depois também a questão relativamente a um envolvimento com o sofrimento dos outros. (34 anos, Psicóloga)*

Do relato desta militante, destacamos a defesa de determinados direitos, como o direito enquanto cidadã a participar em ações em prol dos outros ou de um coletivo, como igualmente os direitos humanos “*é um dever, um direito (...) seja porque sou um ser humano (...) Em prol humano, para melhorar*”. Esta narrativa está eivada de uma essência fundamental de legitimação para a questão na qual milita e está envolvida, pretendendo putativamente que estes direitos sejam salvaguardados, no âmbito de uma sociedade democrática, justa e plural “*porque eu não me vejo separada do mundo*”.

A voluntária ao destacar “*é que eu acredito que posso, que devo e que tenho algo para dar e tenho obrigação e direito e possibilidade de o dar e, portanto, dou*” apresenta também uma dimensão moral altruísta “*É altruísta*” que se nos apresenta

também como uma forte motivação, para a mobilização no sentido de se dar sem estar à espera de receber algo em troca, enquadrando-se desta forma no sentido conceitual da dádiva de Marcel Mauss (2011) e num regime de paz em «agapé- amor» (Boltanski, 1990).

A ação de militância desta pessoa inscreve-se numa grandeza de ordem cívica, pois o seu envolvimento está imbuído de uma determinada dignidade que aspira aos direitos cívicos (Boltanski & Thévenot, 1991).

#### Altruísmo:

*Altruísmo, generosidade e desejar para os outros o mesmo percurso que eu fiz para bem viver. Se eu não tivesse conseguido ter este apoio, se calhar hoje não estava aqui a falar consigo. Então, depois de ver a minha caminhada e que com ajuda, com apoio, com aconselhamento, foi tão menos dolorosa, é o que eu mais desejo para os outros* (40 anos, Diretora Executiva)

O trecho desta voluntária recai, por um lado, sob o “Altruísmo” da sua ação e, por outro lado, no reconhecimento que ela faz à “ajuda, com apoio, com aconselhamento, foi tão menos dolorosa” que obteve no contexto de uma vivência para si dolorosa.

O Altruísmo inscreve-se numa moral universal dentro de uma lógica Kantiana e que induz os sujeitos a uma tendência à moralidade que os leva a escolher o altruísmo em lugar do egoísmo, ou seja, a procurar o bem dos outros em vez do seu. Neste sentido, a ordem do *impulso* altruísta deve ser separada da razão, em virtude de cada uma ter a sua própria lógica, sendo irredutíveis uma à outra. Porém, atualmente nas sociedades de modernidade tardia, o *impulso* altruísta e a razão devem ser considerados paralelas e complementares, pois têm correspondências e são ambas indispensáveis nas suas combinações “a moral não existe sem o altruísmo nem sem a razão. O altruísmo puro, por si só, não é moral, como não é moral por si só, a razão pura. A reflexão moral

deve alimentar-se desta duplicidade. Requer um olhar duplo” (Alberoni & Veca, 2000, pp. 78-79).

Esta narrativa integra-se numa ordem de grandeza cívica (a renúncia ao particular) (Boltanski & Thévenot, 1991), como também num regime de envolvimento de familiaridade, pelo facto de com outras pessoas poder partilhar as suas experiências menos positivas de uma forma diríamos que íntima, Thévenot (2006).

### VIII.2.2. Formas de envolvimento nas associações

#### Participação em manifestações:

*Claro que muitas vezes também não se pode considerar uma manifestação de rua, mas quando nós tínhamos salas cheias com 900/1000 pessoas, nas casas do povo, por exemplo, contra a coíncineração, suposto ser também candidata, a fábrica da Secil, também uma candidata a receber a coíncineração, nós lá estávamos ainda no âmbito do estudo de impacto ambiental, que na altura ainda era objeto de discussão pública. Agora é só de consulta pública, na altura era de discussão pública, em que os governantes davam a cara, os promotores da empresa que ia acolher o processo, nomeadamente os administradores, ou alguém por eles designados, dava também a cara. E estava também a Quercus, mesmo que não fosse convidada para estar na mesa, era convidada para estar junto da população, ali, a esgrimir também os seus argumentos. E a população, por acaso por vezes desvaloriza-se, nós não desvalorizamos, mas penso que por vezes se desvaloriza, a população tem uma importância brutal na pressão que ajuda a fazer junto dos governantes, quando as medidas não são boas em termos ambientais. A população, se persegue, e o povo português tem, de facto, momentos de lucidez fantástica, e quando percebe que aquilo não lhe é favorável, é quando toca o sino a rebate e sai mesmo para a rua. E então se*



*tiver alguém que informa melhor e que argumenta melhor, de facto ajuda muitíssimo. (62 anos, Professora)*

Esta entrevista denota que para a entrevistada as disputas da Quercus estão também relacionadas com o Estado “*na altura era de discussão pública, em que os governantes davam a cara*”. Verifica-se que a partir do momento em que a situação se torna insustentável e é considerada lesiva (para as populações) parte-se para o confronto (manifestações ou formas de manifestação pública de indignação – reuniões plenárias) mesmo que este seja a via mais radical “*Claro que muitas vezes também não se pode considerar uma manifestação de rua, mas quando nós tínhamos salas cheias com 900/1000 pessoas*”.

A participação desta militante na luta contra a coíncineração teve para ela uma forte expressividade política, podendo nós inferir que está relacionada com o despoletar de uma disputa que ao mesmo tempo originou um conflito com o Estado, no sentido de desenvolver uma ação de defesa de um bem comum (saúde pública) com implicações para as populações.

O envolvimento desta voluntária à organização, tem cabimento pela sua implicação em ações de disputa política com o Estado em virtude das medidas e políticas por ele delineadas em relação ao ambiente, situando deste modo a sua conduta como militante junto das populações “*E estava também a Quercus, mesmo que não fosse convidada para estar na mesa, era convidada para estar junto da população, ali, a esgrimir também os seus argumentos*”.

Podemos inferir que a ação da militante da Quercus se insere na ordem de grandeza cívica, cujo princípio superior comum é a proeminência dos coletivos, em que os sujeitos são pessoas coletivas e os seus legítimos representantes, sendo o modelo de prova a manifestação por uma justa causa (Boltanski & Thévenot, 1991). Relativamente ao regime de ação inscreve-se num regime de «disputas em justiça» onde a ação é justificada. O que caracteriza este regime de ação, é a necessidade de se justificar e de recorrer sistematicamente para um cenário em equivalência<sup>76</sup> das pessoas e das coisas. É

---

<sup>76</sup> A equivalência serve por consequência de critério para determinar a especificidade de cada regime de ação. Ela constitui a base das relações estáveis no regime de justiça. É um princípio que sustenta a ideia de medida, de grandeza como uma forma de avaliação, supõe uma referência a uma ordem, a uma escala

esta equivalência que é objeto de disputa (Boltanski, 1990). No que concerne ao regime de envolvimento na ação estas manifestações inserem-se num regime de justificação de envolvimento público, onde são definidas convenções coletivas de ação publicamente justificáveis, pois mais que uma intenção comum é um modo de justificação comum que se procura obter (Thévenot, 2006).

Subscrever petições / abaixo assinados:

*depois há outro trabalho que dá mais nas vistas: petições na Assembleia da República, comunicados, notas de imprensa, queixas no tribunal, recursos. A Quercus tem por obrigação mesmo, usar todas essas ferramentas. (52 anos, Professor)*

O registo desta entrevista a este militante, que destaca como forma de luta contra o Estado as “*petições na Assembleia da República*”, permite-nos inferir que as petições promovidas pela Quercus, apresentam-se como possuidoras de um determinado tipo de força política dentro do panorama nacional, consubstanciando-se em ações de tipo estratégico e de promoção pública da causa ou causas a defender, constituindo-se desta forma como um instrumento de negociação com os poderes públicos.

O voluntário ao referenciar que “*A Quercus tem por obrigação mesmo, usar todas essas ferramentas*”, induz que existe uma panóplia de instrumentos ao dispor desta organização que são utilizados em concordância com o teor e gravidade da situação em questão. Neste sentido podem ser utilizados também outro tipo de instrumentos mais ajustados aos casos em análise considerados como injustos, indignos ou lesivos do bem comum, permitindo-nos assim poder depreender que existe uma “escala” de utilização de instrumentos mais ou menos radicais a serem acionados para a defesa de cada causa por parte da associação.

---

onde o carácter justo pode ser revelado. Para que ele seja revelado, deve obedecer às exigências de equivalência pedindo uma ordem justificável.

Esta linha de ação da Quercus e dos seus militantes nela envolvidos, enquadra-se numa ordem de grandeza cívica, ou seja, quem apresenta a petição são os sujeitos que são pessoas coletivas com os seus representantes, cujos dispositivos utilizados são formas legais podendo como forma de evidência utilizar o texto da lei (Boltanski & Thévenot, 1991). O regime de ação inscreve-se num regime de «disputas em justiça» onde a ação é justificada (Boltanski, 1990). Relativamente ao regime de envolvimento na ação estas petições incluem-se num regime de justificação de envolvimento público onde se prepara a possibilidade de uma coordenação convencionada, por referência a uma ordem e a uma avaliação comum no sentido de procurar ajustar as disputas (Thévenot. 2006).

#### Ações de informação / sensibilização:

*A Quercus funciona sobretudo para alertar, para sensibilizar a população, neste caso, para problemas ambientais. Funciona muito no sentido de motivar as pessoas para o que está bem e o que está mal, procurar soluções, junto com a população, para esses problemas. (31 anos, Estudante)*

Do relato desta entrevista, destaca-se que esta organização envolve os seus voluntários em ações de sensibilização junto das populações para os problemas ambientais “*funciona sobretudo para alertar, para sensibilizar a população*” e através destas informações específicas e especializadas promover uma certa motivação nas pessoas “*motivar as pessoas para o que está bem e o que está mal*” no sentido de que possam passar a ajustar condutas e comportamentos que podem ser lesivos do ambiente, conseguindo eventualmente e simultaneamente com a transmissão dos esclarecimentos, poder haver uma retransmissão dos conhecimentos a outros públicos não presentes na ação.

Esta ação enquadra-se numa ordem de grandeza cívica, pois as ações de sensibilização enquadram-se no âmbito das relações naturais entre os seres, por reuniões para uma ação coletiva (que visa alertar e alterar condutas prejudiciais ao ambiente). Também se inscreve esta ação na ordem de grandeza industrial, pois o seu princípio

superior comum é a eficácia (transmissão de informações de forma eficaz), sendo a figura harmoniosa da ordem natural a organização (preparação das ações de sensibilização), (Boltanski & Thévenot, 1991). O regime de ação inscreve-se num regime de «disputas em justiça» onde a ação é justificada com a luta contra as agressões ambientais e na defesa de comportamentos ajustados e comprometidos na proteção do ambiente por parte das populações, ou seja, uma disputa por um planeta mais saudável e sustentável para as gerações vindouras (Boltanski, 1990). Relativamente ao regime de envolvimento na ação, estas ações de sensibilização incluem-se no regime de envolvimento em «plano» que congrega um projeto mais racional de acomodação a um objetivo previamente delineado (sensibilizar e informar as populações para as questões ligadas ao ambiente), instando uma maior extensividade das relações entre os seres em presença, na medida em que vai para lá do círculo das solidariedades construídas pelo uso íntimo (Thévenot, 2006).

#### Ações de prevenção e divulgação:

*Agora, nós somos uma área que é a prevenção da SIDA, não podemos estar escondidos, nós temos que falar com a população diariamente e foi esse o motivo [...] A área que nós temos é uma área que tem que ser totalmente aberta e imperiosamente a pressão constante da opinião pública, no sentido de prevenção.* (63 anos, Relações públicas)

*No início, foi numa perspetiva de amizade, de apoio, é que participei em muitas ações de prevenção. Após ter ficado desempregada, foi o fator que ajudou, também, o facto de vir para a Abraço foi o facto de ter os meus amigos aqui. Mas a Abraço defende algo em que eu acredito mesmo, que é informar as pessoas (...) e sobre como se protegerem relativamente a (...)* (37 anos, Desempregada)

Do excerto destas duas entrevistas, verifica-se que as questões ligadas aos comportamentos preventivos e da informação sobre a doença e dos comportamentos que

não sejam de risco no domínio do VIH / SIDA, são centrais no âmbito dos objetivos de ação da Abraço. Os voluntários que se envolvem nestas ações de prevenção “*somos uma área que é a prevenção da SIDA*” (...) “*participei em muitas ações de prevenção*” e de informação “*Abraço defende algo em que eu acredito mesmo, que é informar as pessoas*” desenvolvem uma ação junto das populações e da opinião pública que promove a transmissão de conhecimentos técnicos especializados. Estes conhecimentos, vão no sentido de alertar para os riscos de uma doença que no seu período inicial (surgimento da doença) não tinha cura e que tem associada um conjunto de estigmas colocados sobre os doentes seropositivos perante a sociedade em geral, remetendo-os para uma situação de resguardo e de (in) visibilidade em virtude, de não se poderem expor como portadores desta doença, obrigando-os a uma situação de “segredo” (Simmel, 2013), perante o seu estado de enfermidade, comprometendo o estabelecimento de relações naturais de confiança entre sujeitos que habitam em coletivos partilhados (sinais corporais visíveis que a doença comporta – magreza extrema, equizemas no rosto e olhos encovados).

Esta ação de prevenção e informação, enquadra-se numa ordem de grandeza cívica, em virtude destas ações se inserirem nas relações naturais entre os seres através de reuniões. Inscreve-se na ordem de grandeza industrial no sentido de atingir com a organização destes eventos o máximo de eficiência possível com os conhecimentos veiculados (Boltanski & Thévenot, 1991). Envolve-se num regime de «disputas em justiça» onde a ação é justificada na luta contra o HIV /SIDA (Boltanski, 1990). O regime de envolvimento em «plano» é o que define um determinado objetivo para ser desenvolvido, tal como se configura a situação em análise (Thévenot, 2006).

#### Formação a novos voluntários:

*Fiz a formação por uma questão de formação, enriquecimento pessoal e também porque estava a atravessar um processo de luto e achei que poderia, de certa forma, tranquilizar-me ao procurar alguma resposta para aquilo que eu estava a passar.* (41 anos, Psicólogo)

O trecho da entrevista deste militante, revela que a formação é uma das componentes essenciais na preparação de novos voluntários nas organizações. A narrativa deste voluntário salienta que *“Fiz a formação”* a qual teve a qualidade de o dotar de capacidades que o engrandeceram enquanto pessoa, mas também, certamente, de competências que lhe permitiram desenvolver a sua ação na associação de forma mais esclarecida e competente. Neste caso concreto, a formação desempenhou um duplo papel, o de lhe dar a formação específica e necessária para desenvolver as ações na associação, mas também de o ajudar a apaziguar e possivelmente ultrapassar um processo de luto *“estava a atravessar um processo de luto e achei que poderia, de certa forma, tranquilizar-me ao procurar alguma resposta para aquilo que eu estava a passar”*. Convém realçar que grande parte, senão a maioria dos voluntários da Apelo, tiveram experiências de perda de seres íntimos facilitando deste modo a sua integração, pois é mais um entre pares com o mesmo problema e por outro lado o trabalho que vai desempenhar em termos de ajuda a outros enlutados, vai dotá-lo de uma certa alteridade (colocar-se no lugar do outro), permitindo-lhe assim compreender melhor a dor e o sofrimento dos que recorrem a esta organização na procura de ajuda.

Esta formação tão específica (formação em conselheiros do luto), promove nos futuros voluntários um envolvimento altruísta na ajuda às pessoas enlutadas, enquadrando-se posteriormente a ação dos militantes numa atuação em «agapè», ou seja, «agapè-amor» em que o regime de ação se caracteriza por comportamentos desinteressados (dádiva gratuita de si para o outro), de proximidade de familiaridade, existindo uma ausência de desejo e de prova, excetuando o desejo de dar (Boltanski, 1990), inscrevendo-se simultaneamente numa ordem de grandeza doméstica, cujo investimento é a rejeição do egoísmo e o modo de expressão de julgamento passa por saber como confiar e conceder a confiança (Boltanski & Thèvenot, 1991). O regime de envolvimento na ação é o regime familiar, porque na relação entre voluntário e enlutado existe uma simbiose de sentimentos idênticos dentro do que é íntimo (Thévenot, 2006).

Palestras / Conferências:

*Quando cá cheguei, como eu não tenho o curso de psicólogo, não poderia fazer muito, ou seja, a minha ajuda aqui*

*dentro foi basicamente na organização de colóquios, nunca estive diretamente ligado a uma pessoa que tivesse sofrido uma perda, a pessoas que estão a passar por um processo de luto, nunca tive acesso a esse tipo de pessoas. Aquilo que eu posso falar é noutra tipo de ajuda ou sensibilização que existiu, ou que existia, por parte do Capelo de Coimbra, que era a organização de eventos, neste caso congressos, colóquios, tertúlias, nesse sentido, de consciencializar as pessoas para a problemática do luto, que acho que é bastante negligenciada na nossa sociedade. (38 anos, Desempregado)*

*Nós, quando vamos para escolas falar com alunos, fazer palestras sobre o VIH/SIDA, há pessoas, há pais, há professores que simplesmente não diria que nos insultam, mas que não concordam minimamente connosco. (56 anos, Aposentada)*

Do excerto destas duas entrevistas, podemos destacar que as associações no âmbito da esfera dos seus objetivos desenvolvem com alguma regularidade a “*organização de colóquios (...) congressos, colóquios, tertúlias (...) palestras*”, no sentido de poderem transmitir informação especializada.

Esta informação é de preponderante importância para as organizações, na medida em que consciencializam e sensibilizam os seus públicos para questões de prevenção (VIH / Sida), proteção (ambiental) ou de formação para ações mais íntimas e sensíveis (luto), podendo nós inferir que este conjunto de atividades podem ser efetuadas quer para o interior, quer para o exterior das associações, de acordo com as necessidades que elas próprias definem.

Neste sentido, as palestras e conferências enquadram-se numa ordem de grandeza cívica, por se inserirem nas relações naturais entre pessoas através de reuniões e simultaneamente na ordem de grandeza industrial pelo facto de tentar atingir com a organização destes eventos o máximo de eficiência (Boltanski & Thèvenot, 1991). Inscrevem-se no regime de «disputas em justiça» onde a ação é justificada na luta contra o HIV /SIDA, agressões ambientais e no regime de «agapè-amor» para que existam relações desinteressadas entre o conselheiro do luto e o enlutado (Boltanski, 1990).

Coadunam-se com o regime de envolvimento em «plano» pois definem um objetivo para ser atingido, independentemente da causa /questão que defendem (Thévenot, 2006).

#### Reuniões com órgãos políticos:

*Com o Estado, neste momento acho que somos um pouco... Neste momento somos aqueles que dizem ao Estado o que está a fazer mal. Pronto somos um bocado “os polícias” daquilo que o Estado faz. Basicamente é isso. Podemos ir a reuniões e apresentar os nossos pontos de vista, e vamos a nível nacional, mas o resultado é nulo, é nulo. Depois há o policiamento, dizer está a acontecer isto e através da GNR. Agora já não é tanto através da comunicação social. (54 anos, Desempregado)*

O registo da entrevista deste voluntário, remete-nos para as relações que as organizações têm com o Estado e o nível de importância caso não haja acordo possível entre eles, não só para as possíveis ações de luta a definir (associações) como também as putativas medidas políticas a delinear e definir (Estado).

Por um lado, o Estado precisa das organizações como parceiros para dialogar e negociar ações políticas, por outro lado, as associações posicionam-se como interlocutores do Estado para poderem mais facilmente reivindicar ou reformular algumas medidas já assumidas e postas em prática que, no entender das associações, podem ser lesivas do bem comum. É no âmbito desta configuração relacional que o voluntário refere “Pronto somos um bocado “os polícias” daquilo que o Estado faz”, na medida que o Estado sente permanentemente a supervisão crítica que as organizações da sociedade civil fazem à confecção de algumas medidas políticas. Destarte, o Estado chama para a mesa das negociações as associações mais representativas de cada área, no sentido de ser possível mais facilmente cumprir as políticas definidas para cada setor “Podemos ir a reuniões e apresentar os nossos pontos de vista, e vamos a nível nacional, mas o resultado é nulo, é nulo”, ocorrendo muitas vezes uma inexistência de acordo entre as partes.



Perante o exposto, as reuniões com órgãos políticos inscrevem-se na ordem de grandeza cívica em que as pessoas coletivas e os seus representantes tentam dirimir os seus argumentos na esfera de uma disputa com um órgão institucional (Boltanski & Thévenot, 1991), enquadram-se no regime de «disputas em justiça» em que a ação justificada está relacionada com acordos ou desacordos (Boltanski, 1990) e incluem-se num regime de justificação de envolvimento público onde se confeciona a hipótese de uma coordenação convencionada, por referência a uma ordem e a uma avaliação comum no sentido de procurar ajustar as disputas (Thévenot, 2006).

#### Interposição de ações em tribunal:

*É contactada a Câmara Municipal, os Institutos, as Juntas ou o Ministério do Ambiente e Agricultura. Caso nada disso funcione pode partir para a denúncia através da comunicação social, ou através do seu site e por fim acabam por ir mesmo processos a tribunal.* (46 anos, Funcionário Público)

Este relato de entrevista, denota que independentemente do problema ambiental em questão com que a Quercus pode ser confrontada, esta desenvolve uma ação imediata que lhe exige enquanto associação a preservação e a conservação da natureza (de acordo com a gravidade da situação), parecendo-nos que o faz, com uma urgência e uma eficácia, que pode incluir o recurso a determinadas organizações “*Câmara Municipal, os Institutos, as Juntas ou o Ministério do Ambiente e Agricultura*” ou ainda às instâncias judiciais “*por fim acabam por ir mesmo processos a tribunal*”. Esta urgência no tratamento das situações “tende a impor-se como uma nova temporalidade da ação política. Porém a ação circunstanciada (...) e localizada apresenta-se como um desafio público sob o signo do jogo político, acusado de não ter eficácia e de não agir concretamente sobre as situações denunciadas” (Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P., 2005 p. 18). Esta configuração de ação associativa é na ótica de Boltanski (1990) interpretada como uma disputa em justiça, cujo regime de envolvimento dos militantes

se situa no regime de justificação de envolvimento público (Thévenot, 2006) e simultaneamente na ordem de grandeza cívica (Boltanski & Thèvenot, 1991).

Denunciar situações nos meios de comunicação social:

*O que fazemos mais é encaminhar as pessoas, porque hoje em dia a GNR tem um departamento próprio para tomar conta destas ocorrências. Basicamente, agora quem manda são eles, mas há alguns anos atrás era preciso contactar as Câmaras e dizer o que se passava e denunciar na Comunicação Social. Hoje em dia não. A coisa vai para a GNR e só se a GNR tratar muito mal daquilo, ou se for um caso tão ridículo que a gente diga “Isto não pode acontecer” e aí vai para a Comunicação Social. De outra maneira as coisas vão sendo encaminhadas. Normalmente é a GNR e depois a GNR encaminha para o Ministério do Ambiente, para o Ministério disto ou daquilo, e a coisa segue. Há uma grande diferença hoje em dia. (54 anos, desempregado)*

A entrevista deste voluntário, faz sobressair a necessidade que as organizações têm atualmente de utilizar a comunicação social como instrumento que lhes permite denunciar situações consideradas indignas, injustas ou lesivas de um bem comum “*denunciar na Comunicação Social*”.

Ao amplificar a sua mensagem para a opinião pública (através da televisão, rádio ou imprensa escrita), permite às associações dar uma outra visibilidade às causas que defendem e aos bens em disputa, podendo através de uma gramática justificativa capitalizar apoios de vária ordem que se podem constituir como essenciais para a minimização ou a resolução de uma determinada situação problema.

Neste sentido, Thévenot refere que os “dispositivos materiais e operações cognitivas estão ligados”, subentenda-se mecanismos de ação, “como indica a noção de «dispositivo cognitivo coletivo». O tipo de julgamento implicado no regime público de

envolvimento (...) reclama uma decomposição realizada num dispositivo organizacional adequado”, neste caso a comunicação social (2006, p. 138).

Denunciar situações na comunicação social enquadra-se num regime de ação de «justeza», ou seja, uma ação ajustada que necessita de um acordo (Boltanski, 1990) e inscreve-se numa ordem de grandeza cívica (Boltanski & Thèvenot, 1991).

#### Participar na elaboração de boletins:

*ajudei no processo de acreditação de formação, ajudei a organizar o peditório, ajudei a organizar a festa de Natal das crianças, também faço ações de prevenção em outdoor, em contexto festivo, arraiais, festivais, também em sítios onde as pessoas saem à noite, Bairro Alto, por acaso Bairro Alto, não, nunca fizemos, mas geralmente onde há festas, estamos lá. (56 anos, Aposentada)*

Infere-se da entrevista que as ações dos voluntários em algumas associações são bastante diversificadas, o que pode induzir, por um lado, a um reduzido número de militantes disponíveis ou, por outro lado, ao leque de competências e aptidões que eles podem deter “*ajudei no processo de acreditação de formação, ajudei a organizar o peditório, ajudei a organizar a festa de Natal das crianças*”.

Destaca-se também que as organizações utilizam instrumentos de divulgação muito diferenciados para conseguir transmitir a sua informação para a opinião pública, como por exemplo os panfletos, boletins, comunicação social e as petições / abaixo assinados.

Os boletins por norma são pequenos jornais elaborados pelas próprias associações, com o objetivo de dar a conhecer (muitas vezes aos associados) especificidades das atividades desenvolvidas ou a desenvolver, bem como artigos de opinião que recaem geralmente por norma no domínio da ação das organizações, ou então artigos de teor mais técnico ou científico sobre o ambiente ou VIH / Sida.

Podemos, pois, referenciar que em relação aos boletins estes inscrevem-se numa ordem de grandeza industrial pois o princípio superior comum é a eficácia com

transmitem as suas mensagens (Boltanski & Thévenot, 1991), enquadram-se num regime de envolvimento em plano que é uma ação conveniente (Thévenot, 2006) e num regime de ação de «justeza», ou seja, uma ação ajustada aos objetivos que pretendem atingir (Boltanski, 1990).



## CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida nesta tese, permitiu desenvolver e engrandecer um conhecimento e uma compreensão acrescida no âmbito dos movimentos sociais e associativos. A forma de como estes se compõem através de arranjos e acordos em coletivos constituídos, devidamente definidos quanto à sua linha de ação e quanto às formas como defendem e engrandecem as respetivas causas que se propuseram a defender, em sociedades de modernidade tardia em que o conjunto das relações entre sujeitos individuais e sujeitos coletivos é cada vez mais complexa. Para esse facto contribuíram de maneira efetiva os processos de globalização social, económica e cultural, os quais apoiados pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação vão desmaterializando as relações sociais e económicas e financeiras de um modo geral em que o binómio espaço-tempo fez encurtar distâncias e temporalidades, renovando permanentemente as formas e os enquadramentos das relações e dos estilos de vida de uma forma global.

Neste sentido, Norbert Elias (2006) referia que sempre existiu uma «evolução» das sociedades, composta por transformações gerais numa direção determinada, que influenciou a regulação dos afetos individuais e por inerência a estrutura da generalidade das manifestações humanas, passando a ser utilizada uma determinada linguagem para referenciar as sociedades atuais, mesmo as que se encontram em vias de desenvolvimento, como estando mais civilizadas do que eram anteriormente. Ainda segundo o mesmo autor, as transformações a longo prazo das estruturas sociais, foram-se perdendo de vista, tal como aconteceu com as estruturas da personalidade.

Todo este conjunto de transformações operadas nas sociedades atuais, trouxeram consigo alterações no quotidiano dos indivíduos, em que as relações familiares, laborais ou de lazer foram afetadas, cuja modificação estrutural se foi operando de forma mais célere nas últimas décadas. Influenciaram não só as relações sociais dos indivíduos, na sua generalidade, como também os quotidianos dos mesmos em que a regulação do tempo para a diversidade de papéis a desempenhar com competências diferenciadas, lhes foi retirando alguma qualidade de vida e capacidade para se poderem dedicar a atividades de carácter lúdico e de carácter cívico ficando de certa forma comprometida a sua disponibilidade.

Perante o exposto, podemos dizer que todo este conjunto de transformações que se foram verificando nas sociedades aportaram novos desafios e exigências quer aos sujeitos numa dimensão individual, quer aos sujeitos coletivos. E é neste sentido que o nosso objeto de estudo também incide, na medida em que os movimentos sociais e os movimentos associativos foram paralelamente operando transformações estruturais, tendo que fazer ajustamentos requeridos pelos requisitos, por vezes idiossincráticos, dos processos de modificação das estruturas sociais, económicas, políticas e culturais que se foram afirmando nos contextos que os envolvem.

No que concerne ao contexto nacional, verificou-se a falência das formas mais clássicas de intervenção pública, em condições marcadamente opostas daquelas em se processou a edificação do Estado-Providência, coloca alguns obstáculos que vão cercear o exercício de uma cidadania plena. Paralelamente com a reorientação dos direitos sociais delineados pela interposição do Estado, contribuíram para uma maior preponderância para os direitos de integração social. Às políticas sociais (de natureza mais abrangente) atualmente a vigorar, permite que a sociedade portuguesa se envolva num trabalho feito pelos cidadãos a partir da conjugação de parcerias e em rede, sustentando por um lado, os processos de autonomização das pessoas na sociedade e por outro lado ganhando preponderância a sociedade civil no trabalho permanente de articulação e negociação com o Estado.

A abordagem que tem sido feita aos movimentos sociais em termos científicos, revela-nos que a análise teórica, foi acompanhando o processo de transformação dos movimentos, nomeadamente quanto às formas de organização e objetivos adjacentes, enfatizando diferentes explicações para a associação e organização coletiva dos atores sociais. Assim, podemos verificar que as primeiras teorias que se destacaram na década de 70 do século XX incidiam sobre o comportamento coletivo cujo enfoque se situava nos mecanismos de integração, as teorias de mobilização dos recursos e a crença na racionalidade do comportamento humano (teoria dos jogos, a lógica da ação coletiva em Olson, a abordagem estratégica e a análise da ação coletiva), recaiam a sua análise na racionalidade estratégica dos atores face à obtenção de fins desejados, transitando para um novo paradigma nas décadas de 70 / 80, sobre os novos movimentos sociais que realçavam a oposição às atuais formas de organização social, a teoria dos quadros de referência (*frame theory*), e a crença na construção «experencial» dos modelos condutores de ação que se inicia nos anos 80 avançando até ao princípio deste século,

cujo olhar teórico se centrava na procura de novos significados para a vida coletiva, em que todas estas teorias valoriza diferentes dimensões de explicação da mobilização dos atores. As explicações decorrem no quadro de tentativa de elaboração de uma teoria geral da vida social, apesar das diferenças nos pressupostos, quer no que diz respeito ao papel dos atores, quer no que diz respeito ao papel das estruturas sociais e dos seus constrangimentos sobre a vida social. Por último a teoria do avanço da democracia e da crise de legitimidade: à procura de outras formas de decisão sobre a vida quotidiana, mais conhecida como corrente da «democracia participativa», não só retoma a teoria sociológica, mas também tem um grande desenvolvimento na ciência política, emergindo de forma transversal nos discursos das várias disciplinas que se confrontam com a problemática da mobilização dos atores ou da participação da população. A grande questão problemática emerge com a grande diversidade de vocabulários, de acordo com a disciplina e o período em que é estudada (Guerra, 2006).

Podemos concluir, de acordo com supracitado que estes movimentos sociais que as diferentes teorias foram analisando, eram compostos por pessoas singulares com as suas especificidades e subjetividades concretas. Ora, estes seres envolvem-se a partir ou de gramáticas de motivos alicerçados em indignação, ou em outros casos, em gramáticas de motivos de denúncia (Trom, 2001b). Contrariamente, Bourdieu (2001, 2002) analisa estas ações a partir dos interesses e de atos inconscientes, seguindo a linha de Dewey e de Pierce, coloca o acento no trabalho lógico, isto é, cognitivo, através da relação dos atos elocutórios, comunicacionais com as interpretações com incidência nas formas de agir. É esta interpretação que se pode dar aos atos de julgamento e às operações críticas, fazendo nós como opção teórica a interpretação das formas de agir de acordo com a sociologia pragmática de Luc Boltanski e de Laurent Thèvenot.

Há aqui um exercício, que se inicia com as razões da indignação que se organizam em razões de denuncia, pois apesar da possível distinção que se possa fazer entre indignação e denuncia, é preciso conhecer as condições que fazem passar da indignação à denuncia, ou como a indignação faz operar a denuncia (Boltanski, 1990).

Com o envolvimento nas causas / questão que foram analisadas nesta investigação, verificámos que existe outro trabalho que os atores fazem que é acomodar-se às condições estruturais dos movimentos sociais e mais concretamente às organizações em que militam, apresentando-se essas condições alimentadas pelas



dinâmicas atuantes de uns para com os outros fazendo subir de tom as questões trabalhadas por Marcel Mauss (2011) sobre o *don*.

É todo um trabalho lógico, cognitivo, que se opera num vai e vem entre o envolvimento e a suspensão momentânea do envolvimento, ou seja modos de agir que suscitam dúvidas, pois as crenças iniciais podem ser postas em causa, e os hábitos podem ter que se renovar, ou como afirmava Simmel (2013) que é na dualidade entre proximidade e a distância que se inscreve a vitalidade humana.

Efetuiu-se neste sentido, um trabalho de categorização que incidiu nas noções como bem comum, reinterpretadas a partir de outras noções como a natureza, o ambiente, ou como seres vulneráveis, como é o caso dos doentes seropositivos, ou ainda sobre a figura do luto e dos enlutados.

Esta categorização só tinha sentido, se fizéssemos um devido enquadramento dos sujeitos que fazem parte da nossa pesquisa, tendo como base de referência o objeto de estudo que norteou esta investigação e que se centrava primordialmente em tentar compreender os motivos que os sujeitos apresentavam para militarem e se envolverem nas organizações selecionadas como voluntários (Quercus, Abraço e Apelo, metodologicamente selecionadas de acordo com uma amostragem não probabilística por escolha racional), na defesa de determinadas causas / questão que analisavam como sendo injustas, indignas ou lesivas de um determinado bem comum (ou bem em si mesmo).

Neste sentido, ficámos a perceber a realidade atual do voluntariado nacional, tendo sempre o cuidado de através dos estudos apresentados (Estudo Europeu de Valores de 1999 promovido pelo ICS, Estudo de Caracterização do Voluntariado Português promovido pela CNAIV de 2002 e o Estudo sobre a caracterização do voluntariado em Portugal de 2013) comparar alguns indicadores de significativa relevância para o exercício desta atividade que se compagina com um conjunto diversificado de sentimentos e emoções que podem ser indutores para a uma prática conotada como sendo cívica.

Registámos, assim, que no espaço nacional tem existido nas últimas décadas um aumento do número de associações e de ONG's que incorporam atividades de voluntariado, existindo por isso uma necessidade de regulamentar o seu exercício. Dos dados selecionados nos estudos citados destacamos: uma menor percentagem de

portugueses (16%) a fazer voluntariado, comparativamente à média europeia (37,6%); entre 1990 (19%) e 2002 (13%) verificou-se uma tendência de diminuição de portugueses a realizar esta atividade, baixando ainda para os 12 % em 2007; 34% das organizações do terceiro setor em 2002 não acolhiam voluntários; 27% tinham apenas voluntariado de direção; 39% tinham voluntariado de execução. Da totalidade do universo de voluntários, 25% eram voluntários ocasionais, 75% participava em ações pelo menos uma vez por mês, 53% dedicavam do seu tempo entre 5ª 10 semanas e 61 % demonstrava uma propensão para exercer a atividade de voluntário, por um período superior a dois anos, 17% tinha menos de 20 anos, 64% eram casados, 54% exerce uma profissão, 19% são reformados, 16% detinham à época diplomas de cursos superiores e 33% tinha menos que o 2º ciclo.

Fazendo uma comparação do conjunto destes dados, com os que nós obtivemos na nossa pesquisa, salientamos que o voluntário mais jovem da nossa investigação tem 23 anos, contra os 17% de indivíduos com menos de 20 anos do estudo da CNAIV, relativamente às habilitações literárias 66% dos militantes da nossa investigação tem formação académica superior, contra os 16% das pessoas do estudo da CNAIV e no que concerne à condição perante o trabalho 9% dos voluntários da nossa investigação são reformados, contra os 19% do estudo da CNAIV.

Podemos inferir que atualmente a população começa a fazer voluntariado em idades menos jovens (talvez devido aos fatores relativos à escolaridade obrigatória, como também o prosseguimento dos estudos no ensino superior, possam ser possivelmente um obstáculo ao exercício desta atividade), os militantes são uma população mais escolarizada e a população em condição de reforma apresenta agora uma menor propensão para militar na condição de voluntário, avançando nós com a probabilidade justificativa de poderem ingressar mais cedo em instituições para a terceira idade, contribuindo eventualmente para este facto uma maior oferta neste setor na atualidade, comparativamente à oferta disponível em 2002, assim como as medidas de comparticipação dadas pelo Estado às IPSS, no sentido de poder cobrir o remanescente das despesas em relação ao subsidio de reforma que auferem (convém ter, no entanto, em atenção que o nosso estudo constitui-se apenas como uma amostra residual, obtida apenas em três organizações).

Na mesma linha de comparação dos resultados obtidos na nossa investigação com os estudos apresentados e no que aos motivos para exercer uma atividade como

voluntário concerne, podemos referir que os militantes do estudo realizado pela CNAIV apresentaram as seguintes razões: em primeiro plano, pela afirmação do desejo de ajudar os outros, a satisfação e a felicidade decorrente da ação de ajudar os necessitados, num segundo plano de motivações, surgem a ocupação de tempos livres, promoção da sua própria saúde, o estabelecimento de relações de amizade e convívio social, aquisição de conhecimentos e competências, obtenção de prestígio e reconhecimento na sua comunidade. Na nossa pesquisa os motivos invocados foram os seguintes: a consciência cívica, defesa de um bem comum, a causa em si mesma, proteger a natureza / ambiente, defesa da vida, dar sentido à vida, solidariedade, fazer voluntariado, influência pelo contexto, dever e direito a participar, altruísmo.

Da análise comparativa nos dois estudos, verificamos que maioritariamente os motivos apresentados pelos sujeitos para exercer atividade de voluntário parecem ser diferentes, excetuando a similitude entre a afirmação do desejo de ajudar os outros e a felicidade decorrente da ação de ajudar os necessitados com o altruísmo e possivelmente também os motivos, consciência cívica, defesa de um bem comum e a causa em si mesma.

Apesar de as designações serem diferentes, a análise poder-nos-á permitir inferir que para os voluntários de ambos os estudos existe uma vontade de poder ajudar as outras pessoas, o que denota em primeiro lugar um desprendimento de si mesmo para a entrega do seu tempo e da sua dedicação em atividades que possam modificar alguma coisa em benefício de outrem e em segundo lugar o verbo “ajudar” (os outros, os mais necessitados) tem inerentemente por trás um conjunto de sentimentos e de emoções que não foram verbalizados, induzindo que esses mesmos sentimentos e emoções, que poderiam ser uma determinada solidariedade ou compaixão, terem sido o fator que teve talvez mais preponderância para que eles se viessem a mobilizar.

Destacamos também nesta comparação que os voluntários do estudo realizado pela CNAIV apresentaram alguns motivos de ordem mais pessoal, podendo até poder ser interpretados quase como apresentando um sentimento egoísta como os exemplos, ocupação de tempos livres, promoção da sua própria saúde, o estabelecimento de relações de amizade e convívio social, aquisição de conhecimentos e competências, obtenção de prestígio e reconhecimento na sua comunidade. Contrariamente, não se reconhece este tipo de sentimento nos motivos apresentados pelos voluntários da nossa investigação, até pelo contrário praticamente todas as razões estavam orientadas para

uma entrega total de si, como é o caso do altruísmo como exemplo mais relevante, ou seja exercer uma atividade que se enquadra no âmbito da dádiva, no sentido dado por Marcel Mauss (2011), um dar sem esperar algo em troca ou um retorno de qualquer ordem de espécie, seja material ou imaterial.

As razões que se podem apontar para este desfasamento motivacional entre os sujeitos dos dois estudos, pode estar em que os voluntários analisados pela CNAIV terem feito voluntariado sem ter por trás uma controvérsia ou disputa que se lhes tenha sido colocado nalgum momento, enquanto que os voluntários da nossa investigação têm um enquadramento diferente, pois exercem a atividade no sentido de defenderem uma causa / questão como o ambiente, VIH /Sida ou o luto que se lhes apresentam como problemas ou situações que em determinado momento lhes causaram sentimentos de injustiça ou de indignação que os orientou deste modo para o voluntariado. Por outro lado, convém também salientar que os voluntários da nossa pesquisa são também denominados de militantes, fazendo toda a diferença essa designação, ou seja, envolvem-se com as causas / questão que defendem porque para eles existe a necessidade da defesa de um bem comum ou um bem em si mesmo de uma forma muito explícita e concreta. De referir ainda que estes últimos voluntários fazem parte de organizações que se constituíram tendo como alicerce base determinados movimentos associativos que se desenvolveram em torno de uma situação controversa ou lesiva da comunidade, o que originou que do conjunto de contributos individuais articulados formaram um coletivo com objetivos definidos sendo reconhecido socialmente e pela opinião pública, enquanto organização ou associação que luta por finalidades devidamente definidas.

Da articulação do conjunto dos diferentes aspetos já referenciados, podemos também concluir que os sentimentos, tem um valor e um significado muito específico e próprio nas razões que conduzem os sujeitos a militar em organizações como as que foram apresentadas nesta investigação.

Assim, se nos debruçarmos sobre o que dizem os diferentes autores citados, nomeadamente Livet e Thévenot (2003), que no desenvolvimento de uma teoria das emoções públicas, apresentam as reações de teor emocional como podendo ser compreendidas no âmbito das ações e do envolvimento dos sujeitos na defesa de determinadas causas.

Destarte, segundo eles as emoções são desencadeadas casualmente por traços, objetos ou de situações, os quais percebidos e categorizados, esses traços impellem à efetivação de determinadas crenças, assim como a desejos ou preferências dos sujeitos. Os comportamentos dos indivíduos, ligam as emoções a formas de reação diferenciadas às situações, situando-se a emoção numa cadeia de acontecimentos que foram ocorrendo, conduzindo os sujeitos para a preparação de uma reação.

Os autores referenciam também que a emoção não implica forçosamente apenas um estado afetivo de disposições às reações, comprometendo ao estabelecimento de uma relação interacional com as outras pessoas. As emoções têm deste modo um papel fundamental na transformação do julgamento de facto (em situação) em julgamento de valor que é um julgamento de análise, estando presente uma exigência de conformidade entre o julgamento de valor e os fundamentos emocionais. Por outro lado, no exercício de coordenação das emoções, as qualificações implicadas nas justificações estão relacionadas com ordens de grandeza possibilitando uma categorização avaliativa. Livet e Thévenot (2003) propõem ainda um conjunto de regimes coletivos de avaliação, apontando que a emoção ligada às avaliações permite a constituição de coletivos e de regimes próprios a esses coletivos, nomeadamente: *Regime doméstico e generalização do julgamento de confiança*, *Regime de renome*; *Regime de opinião*; *Regime inspirado e estético*; *Regime cívico*; *Regime industrial* e o *Regime comercial*.

Estes autores ao referirem que a emoção pode ser considerada como o movimento inicial que faz o indivíduo a desapegar-se do egocentrismo próprio na ação perturbando-se com a avaliação dos outros. Salientamos por último, de acordo com Livet e Thévenot que as formas de investimento emocional bem como a proposta de um conjunto de regimes coletivos de avaliação, onde as emoções em articulação com as avaliações possibilitam a constituição de coletivos com regimes próprios, existindo uma dinâmica concreta entre emoções e envolvimento, em que as formas de avaliação e os julgamentos de valor se inserem de forma significativa para se conseguir a análise das ações dos indivíduos.

Os resultados da sistematização analítica que podemos fazer às narrativas produzidas pelos militantes da Quercus, Abraço e Apelo às questões por nós colocadas nas entrevistas através do guião aplicado, a saber: Como analisa a constituição desta associação para a defesa de uma determinada causa /questão e defesa do ambiente / VIH/SIDA e Luto?; Como interpreta a constituição desta associação, nos domínios

sociais, políticos e económicos na sociedade portuguesa?; Qual a importância que atribui à comunicação Social como mecanismo simultaneamente de utilidade para a ação e de visibilidade da Associação? Que tipo de conflitos / disputas são desenvolvidas na Associação, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa (Estado) e quais os sentidos de interpretação que lhes dá sobre os mesmos?; Que tipo de mecanismos / meios, são utilizados pela Associação nos diferentes tipos de disputas /controvérsias? e O que o (a) levou a militar e mobilizar-se nesta associação e que formas de envolvimento desenvolve na defesa da causa / questão no âmbito dos objetivos por ela definidos? Permitem-mos inferir uma leitura comum e simultaneamente diversificada consoante as organizações em questão e a forma como os voluntários pensam. Por um lado sobre a missão / objetivos, problemas e as ações desenvolvidas e a desenvolver pela sua associação e por outro lado a sua forma específica de envolvimento na causa / questão, denota configurações narrativas diferenciadas que nos remetem possivelmente para os fatores motivacionais para militar e os sentimentos conexos, como também se verificou em alguns casos em particular, o seu nível de conhecimento mais aprofundado, como é o caso desta voluntária quando refere a *“Quercus tem sempre procurado na sua intervenção ter abordagens diferentes. Nós temos uma abordagem de denúncia, mas também temos muito trabalho de base, quer para preparar essas denúncias, nomeadamente com propostas alternativas, quer nos projetos no terreno”* (41 anos, Investigadora) ou um desconhecimento quase total sobre a história e a vida da organização em que milita”, ao verbalizarem coisas como, *“Pois, não estou a par”* ou ainda simplesmente *“Não sei”* (56 anos, Aposentada / Pensionista) limitando-se a estarem informados apenas sobre o desempenho do seu papel na implicação da ação ou ações a desenvolver na defesa da causa / questão em que estão inseridos.

Fazendo uma análise mais detalhada, apesar de sintética, a cada uma das respostas dadas pelos militantes das três organizações às diferentes perguntas efetuadas, podemos inferir o seguinte: as repostas à questão “Como analisa a constituição desta associação para a defesa de uma determinada causa / questão e defesa do ambiente / VIH/SIDA e Luto? Quase todo emitiram uma opinião mais ou menos aprofundada, em virtude da questão estar intimamente liada à causa / questão que defendem *“Eu acho que acaba por ser um bocadinho polémica pela ajuda que presta. Pela ajuda que presta não, pelo departamento ao qual presta ajuda, porque nós ainda temos muito esse tabu: ah, é um doente com HIV; ah, é um doente com SIDA; ah, é da Abraço. Por exemplo, eu*

*às vezes vou, como voluntária, vou com os meus colegas buscar donativos e vários tipos de coisas e eu chego lá e às vezes há uma distinção, não sei se me estou a fazer entender. Chego lá: viemos da Abraço. A pessoa fica logo, pronto. Não aceitam tão bem como, se calhar, se fosse outra instituição” (37 anos, Médico).*

No que concerne à pergunta “Qual a importância que atribui à comunicação Social como mecanismo simultaneamente de utilidade para a ação e de visibilidade da Associação?”, praticamente todos os voluntários tinham uma perspetiva bem definida, na medida que todos eles interpretam a comunicação social como um instrumento que eles podem utilizar enquanto organização permitindo-lhes amplificar as suas informações para a opinião pública, obtendo muitas vezes o retorno necessário ou ajustado para aquilo que objetivaram “*É assim, é sempre importante. A comunicação social é sempre importante para a Abraço porque quanto mais divulgarem o problema, melhor, acho eu... Que até ainda havia de haver mais, que era para haver mais, quer dizer, para estarem mais pessoas ao corrente do problema*” (77 anos, Reformado).

Relativamente à questão “Como interpreta a constituição desta associação, nos domínios sociais, políticos e económicos na sociedade portuguesa?” os respondentes, na sua maioria enunciou uma ideia de forma mais ou menos consistente e consciente, como é disso exemplo “*A Quercus é bastante importante porque muitas vezes acaba por substituir aquilo que os governos deviam fazer a vários níveis. Por vezes são estas associações que acabam por dar a cara e denunciar situações e as próprias autarquias e institutos não têm conhecimento ou não mostram muito interesse e é a este tipo de associações que os cidadãos muitas vezes recorrem. Sobretudo a nível político. O social é importante porque há um mundo urbano e um mundo rural, no mundo urbano as pessoas das cidades têm alguma sensibilidade para os problemas do ambiente e no mundo rural, é necessário por vezes fazer essa interligação. A nível económico, há os apoios da união europeia, mas a nível nacional a Quercus não recebe apoios do Estado*” (52 anos, Administrativo)

As respostas à pergunta “Que tipo de conflitos / disputas são desenvolvidas na Associação, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa (Estado) e quais os sentidos de interpretação que lhes dá sobre os mesmos?” foram apresentadas respostas em relação à dimensão interna bastante abertas e sem qualquer tipo de tabús e conhecedoras da realidade interna das organizações, como também houve casos em que os militantes praticamente não se pronunciaram ou por desconhecimento, ou por um

qualquer tipo de receio “*Eu acho que todas essas tentativas tiveram o seu tempo, não é. Talvez nos anos iniciais havia alguma luta ideológica, entre parêntesis, em termos de estratégias para ... por que os princípios estavam lá. Agora, hoje em dia, aquilo que eu observo é mais as questões ligadas ao financiamento, algumas dúvidas, por exemplo, talvez entre núcleos há sempre disputas de dinheiro isso é inevitável, dinheiro das quotas, para aqui e para acolá, com é que fica para os núcleos, como é que deve ficar para a direção, se a direção tem outras fontes de financiamento que os núcleos não têm, há sempre estas tricas. Depois vejo mais como fonte de conflito interno as questões ligadas aos projetos, a apropriação de determinados recursos da organização para determinados projetos. Às vezes questões como um caso da Quercus que são os projetos muito bem financiados a questão dos voluntários e daqueles que não são voluntários e que já são pagos*” (52 anos, Desempregado). Relativamente às disputas externas (Estado), aqui as respostas diversificaram-se, mas na sua maioria apresentou uma conceção ou muito crítica relativamente à forma de como este atua e se articula com as organizações ou de entendimento e negociação “*Na altura em que eu estava ativo tínhamos imensos diferendos com o Estado e outras situações em que se chegava a acordo rapidamente. Havia outros casos em que nós nem nos apercebíamos, enfim a nossa capacidade de intervenção também estava limitada às pessoas que intervinham na Quercus, mas tivemos muita intervenção e houve políticas do Estado que foram claramente influenciadas pela intervenção da Quercus, eu até diria, fortemente influenciadas pela intervenção da Quercus. Quer em casos concretos quer em leis gerais*” (61 anos, Professor).

De acordo com a pergunta “Que tipo de mecanismos / meios, são utilizados pela Associação nos diferentes tipos de disputas /controvérsias?” alguns dos militantes apresentaram uma panóplia diversificada de instrumentos que utilizam nas suas disputas, manifestando um conhecimento ativo, pressupondo nós que quase todos os voluntários fizeram uso deles, enquanto que outros foram mais comedidos quanto à sua utilização pelas organizações “*O que eu gostaria de fazer centrar a questão mais na discussão do assunto, não necessariamente só passando pelo mundo dos tribunais. Nós temos vários textos estratégicos. Quanto às petições verificamos que hoje em dia há uma certa profusão de petições. Nem tudo tem de ser discurso público, pode ser público, mas podemos ter documentos internos de reflexão estratégica*” (57 anos, Professora).



No que concerne à última questão “O que o (a) levou a militar e mobilizar-se nesta associação e que formas de envolvimento desenvolve na defesa da causa / questão no âmbito dos objetivos por ela definidos?”, esta foi devidamente trabalhada no VIII capítulo, em virtude de os motivos para militar em Causas/questão era uma das categorias definidas metodologicamente de acordo com o nosso objeto de estudo.

Concluimos em relação à análise de conteúdo no âmbito da sociologia pragmática relativamente às categorias e subcategorias definidas nesta investigação, a saber: A primeira, relacionada com os motivos para militar em causas / questão, tendo como *subcategorias* a consciência cívica, defesa de um bem comum, a causa em si mesma, proteger a natureza / ambiente, defesa da vida, dar sentido à vida, solidariedade, fazer voluntariado, influência pelo contexto, dever e direito a participar, altruísmo. A segunda *categoria*, diz respeito às formas de envolvimento nas associações, constituída pelas seguintes *subcategorias*, participação em manifestações, subscrever petições / abaixo assinados, ações de informação / sensibilização, ações de prevenção e divulgação, formação a novos voluntários, palestras conferências, reuniões com órgãos políticos, interposição de ações em tribunal, denunciar situações nos meios de comunicação social, participar na elaboração de boletins, que a justificação dada para as suas ações enquanto militantes no que concerne às suas motivações e formas de envolvimento.

Concluimos que estas enquadraram-se no âmbito nas ordens de grandeza doméstica, cívica e industrial. Quanto aos regimes de envolvimento na ação inscreveram-se nos regimes familiar, em plano e publicamente justificável. Por último, em relação aos regimes de ação, estes inseriram-se nos regimes de «agapè-amor», ação desinteressada, «disputas em justiça», ação justificada e «justeza» - ação justificada.

O conjunto de análises produzidas ao nível das ciências sociais, mais concretamente pela sociologia, constituem-se como um fator relevante cientificamente, pois possibilita uma compreensão mais aprofundada em determinados domínios, no caso em análise, sobre os movimentos sociais e movimentos associativos e as formas motivacionais como os indivíduos se mobilizam e envolvem em determinadas causas ou questões.

Esta tese não permitiu explorar na sua totalidade todas as imensas dimensões que o objeto convocava, permitindo deste modo que no futuro se possam realizar outras

pesquisas que cubram outros eixos que aqui não foram objeto de análise, enriquecendo deste modo a Sociologia.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia estrangeira citada

- Accardo, A., & Corcuff, P. (1989). *La Sociologie de Bourdieu - Textes choisis et commentés*. Bordeaux: Éditions Le Mascaret.
- Alberoni, F., & Veca, S. (2000), *O altruísmo e a moral*. Venda Nova : Bertrand Editores.
- Arendt, H. (1988). *Da revolução*. São Paulo: Ática.
- Arendt, H. (2001). *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
- Akoun, A., & Ansart, P. (1999), *Dictionnaire de sociologie*. Paris: Seuil.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. Lisboa : Edições 70.
- Barril, C., Carrel, M. et al. (orgs.) (2003). *Le publique en action – Usages et limites de la notion d'espace publique en sciences sociales*. Paris: L'Harmattan.
- Beck, U. (1997). Subpolitics. Ecology and the Disintegration of Institutional Power. *Organization Environment*, vol. 10 (1): pp. 52-65.
- Beck, U. (2008). *La société du risque – Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Éditions Flammarion.
- Boltanski, L. (1990). *L'amour et la Justice comme compétence*. Paris: Éditions Métailié.
- Boltanski, L., & Thevenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris : Éditions Gallimard.
- Boltanski, L. (1993). *La Souffrance à distance – Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Éditions Métailié.
- Boltanski, L. (2009). *De la critique – Précis de sociologie de l'emancipation*. Paris : Gallimard.
- Boudon, R. (1969). *Les méthodes en sociologie*. Vendôme : PUF.
- Bourdieu, P. (2001a). *O Poder Simbólico*. Lisboa : Difel.
- Bourdieu, P. (2001b). *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta Editora.

- Bourdieu, P. (2002a). *Esboço de Uma Teoria da Prática – Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2002b, Agosto). *Le sens pratique*. Paris : Les Éditions de Minuit.
- Breviglieri, M., Stavo-Debaugé, J. & Trom, D. (2000). *Ordes politiques, ordes esthétiques. Compétences sensibles en milieu urbain*. Paris : EHESS.
- Breviglieri, M. (2012b). L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir : un essai d'approfondissement sociologique de l'anthropologie capacitaire de Paul Ricoeur. *Etudes ricoeuriennes*, vol. 3, no 1, p. 34-52. DOI 10.5195/errs.2012.134
- Castel, R. (2006). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Gallimard.
- Cefaï, D., (2001). Les cadres de l'action collective – Définitions et problèmes. In Cefaï, D., & Trom, D. (eds.), *Les formes de l'action collective – Mobilisations dans des arènes publiques*, (pp. 51-97), (Raisons pratiques n°12). Paris: Éditions L'EHESS.
- Cefaï, D. (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on? – Les théories de l'action collective*. (1<sup>a</sup> ed.). Paris: Éditions La Découverte.
- Cefaï, D. (2009). Como nos mobilizamos ? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Revista Dilemas (Revista de Estudos de conflito e controle social)*, vol.2 - n° 4 – ABR-MAI-JUN.
- Cefaï, D. (2009, Outono). Comment se mobilise-t-on ? L'apport d'une approche pragmatiste à la sociologie de l'action collective. *Revue Sociologie et société*, vol. 41, n° 2, 245-269.
- Cefaï, D., Mello, M, Mota, F., & Veiga, F (Org.) (2011). *Arenas Públicas – Por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro : Editora da UFF.
- Cefaï, D. (2011). Como uma associação nasce para o público : vínculos locais e arena pública em torno da Associação La Bellevilleuse, em Paris. in Cefaï, D., Mello, M, Mota, F., & Veiga, F (Org.) *Arenas Públicas – Por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro : Editora da UFF.

- Claudette L., & Laurent T. (1993). Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue française de sociologie* XXXIV, 1993, 495-524.
- Chevallier, J. (1992). Présentation. In *La solidarité : un sentiment républicain ?* (pp.5-7). Paris: PUF.
- Corcuff, P. (2001). *As Novas Sociologias – Construções da Realidade Social*. Sintra: Editora VRAL.
- Cottureau, A., & Quéré, L., (2003), Postface. In Barril, C., Carrel, M., Guerrero, J-C., & Marquéz, A. (orgs.) (2003), *Le publique en action – Usages et limites de la notion d'espace publique en sciences sociales*. (1<sup>a</sup> ed.). Paris : L'Harmattan.
- Diéguez, V. (1996) “Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservacion y el desarrollo local” em IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp. 501-510
- Dodier, N. (2003). *Leçons politiques de l'épidémie de sida*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Durkheim, É. (2013). *De la division du travail social*. (8<sup>a</sup> ed.) Paris: PUF.
- Eder, K. (1996). *The Social Construction of Nature. A Sociology of Ecological Enlightenment*. London: Sage Publications.
- Elias, N. (2006). *O processo civilizacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Erner, G. (2006). *La Société des Victimes*. Paris: Éditions La Découverte.
- Fillieule, O., & Péchu, C. (2008). *Lutter Ensemble – Les théories de l'action collective*. Paris: L'Harmattan.
- Foucart, J. (2003). *Sociologie de la souffrance*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université.
- Foucault, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Galés, P., & Lascoumes, P. (2012). *Sociologie de l'action publique*. Paris : Armand Colin.

- Giddens, A. (1994). *Conséquences de la modernité*. Paris : L'Harmattan.
- Giddens, A. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito*. Oeiras: Celta Editora.
- Goodwin, J., Jasper, J., & Poletta, F. (2000). *The return of repressed: the fall and rise of emotions in social movement*. *Mobilization* (online, 5 (1), pp. 65-84.
- Goffman, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro : LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Goffman, E. (1999). *Os momentos e os seus homens*. Lisboa : Relógio D'Água Editores.
- Hajer, A. (1996). «Ecological Modernisation as Cultural Politics», in SCOTT, L. *Risk, Environment & Modernity – Towards a New Ecology*. London: Sage Publications, 246-268.
- Hannigan, J. (2009). *Sociologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Haroche, C. (1992). La compassion comme amour social et politique de l'autre au XVIIIème siècle. In Chevallier J. (Org.). *La solidarité : un sentiment républicain ?* (pp.11-25). Paris: PUF.
- Hobbes, T. (2008). *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Honneth, A. (2011). *Luta pelo reconhecimento – Para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa : Edições 70, Lda.
- Ion, J., Franguiadakis, S., & Viot. P. (2005). *Militer aujourd'hui*. Paris: Éditions Autrement.
- Ion, J. (2012). *S'engager dans une société d'individus*. Paris: Armand Colin.
- Jamison, A. (1996). «The Shaping of the Global Environmental Agenda: The Role of Non-Governmental Organisations», in SCOTT, L. *Risk, Environment & Modernity – Towards a New Ecology*. London: Sage Publications, 224-245.

- Karsenti, B. (2006). *La Société en personnes. Études durkheimiennes*, Paris: Economica.
- Laire, B. (2004). *À quoi sert la sociologie?*. Paris: La Découvert / Poche.
- Latour, B. (2012). *Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência*. São Paulo: Editora 34.
- Jasper, j. (2012). "De la estructura a la acción? La teoria de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas". *Sociológica*, 27, pp. 7-48.
- Karsenti, B, (2006). *La société en personnes. Etudes durkheimiennes*. Paris, Economica, coll. Etudes sociologiques.
- Koury, M. (1999). A dor como objeto de pesquisa social. *Ilha Revista de Antropologia*, Folorianópolis, vol.1, nº 0, 73-83.
- Koury, M. (2003). *Sociologia da emoção – O Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis : Editora Vozes
- Koury, M. (2005). *Amor e dor. Ensaio em Antropologia Simbólica*, Recife : Edições Bagaço.
- Lakatos, E. (1990). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Laville, J-L. (2010). *Politique de l'association*. Paris: Éditions du Seuil.
- Laungani, P. & Young, (2003). Conclusões I: Implicações práticas e políticas. In Parkes, C., Laungani, P. & Young (Org.). *Morte e luto através das culturas*. Lisboa : Climepsi Editores.
- Levine, E. (2003). Perspectivas e tradições judaicas da morte. In Parkes, C., Laungani, P. & Young (Org.) *Morte e luto através das culturas*. Lisboa : CLIMEPSI EDITORES.
- Lipovetsky, G. (2010). *O crepúsculo do dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Livet, P. & Thevenot, L. (2003). Modes d'action collective et construction éthique – Les émotions dans l'évaluation. In Dupuy, J.P. & Livet, P. (eds.), *Les limites de la rationalité, tome 1, Rationalité, éthique et cognition*, (pp. 412-439). Paris: La Découvert.
- Mauss, M. (2011). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- McDonald, K. (2004). Oneself as another: from social movement to experience movement". *Sociology* (online), 52 (4), pp. 575-593.
- McDonald, K. (2006). *Global Movements. Action and Culture*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Melucci, A. & Leonardo, A. (2000). «Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space», in *Social Science Information*, 39 (4), pp. 507-527.
- Nachi, M. (2010). *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris: Armand Colin.
- Nickman (Ed.), *Continuing Bonds: New understandings of Grief* (pp. 3-27)). London: Taylor & Francis.
- Neveu, E. (2005). *Sociologie des mouvements sociaux*. (4<sup>a</sup> ed.). Paris: La Découvert.
- Offe, C. (1985). « New Social Movements : Challenging the Boundaries of Institutional Politics », *Social Recsearch*, n° 52, pp. 817-868.
- Olson, M. (1998). *A Lógica da Ação Coletiva – Bens públicos e teoria dos grupos*. (1<sup>a</sup> ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Parkes, C., Laungani, P. & Youg (Org.) (2003). *Morte e luto através das culturas*. Lisboa : Climepsi Editores.
- Péchu, C. (2009). Répertoire D'action. In Fillieule, O., Mathieu, L., & Péchu, C. *Dictionnaire des mouvements sociaux* (pp. 454-460). Paris: Presses de Sciences Po.
- Pollak, M. (1986). *Vienne 1900: une identité blessée*. Paris: Gallimard.
- Quéré, L. et Ogien, A. (2006). *Les moments de la confiance. Connaissance, affects et engagements*. (dir.) Paris: Economica, Coll. « Etudes sociologiques ».



- Ricouer, P. (1995). *O Justo ou a Essência de Justiça*. Lisboa: Editora Piaget.
- Ricouer, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola.
- Roudaut, K. (2012). *Ceux qui restent – Une sociologie du deuil*. Rennes: Press Universitaire de Rennes.
- Rezsohazy, R. (2006). *Sociologie des valeurs*. Paris: Armand Colin.
- Sachs, J. (2017). *A era do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Artipol – Artes Tipográficas, Lda.
- Simmel, G. (2013). *Sociologie – Études sur les formes de la socialisation*. (2<sup>a</sup> ed.). Paris: PUF.
- Smith, A. (2002). *Teoria dos sentimentos morais*. (2<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Sommier, I. (2009). Émotions. In Fillieule, O., Mathieu, L., & Péchu, C. *Dictionnaire des mouvements sociaux*. (pp. 197-204). Paris: Presses de Sciences Po.
- Stavo-Debaugé (2014). L'idéal participatif ébranlé par l'accueil de l'étranger. L'hospitalité et l'appartenance en tension dans une communauté militante, in *Revue Participations*, n° 9, pp. 37-70.
- Thévenot, L. (1986). *Les investissements de forme*, in *Conventions économiques*, Cahiers du Centre D'études de L'emploi, (21-71), Paris : Presses Universitaires de France.
- Thévenot, L. (1990). L'action qui convient. In Pharo, P. & Quéré (eds), *Les formes de l'action, Sémantique et sociologie*, Paris: Éditions L'EHESS, (pp. 39-69) (Raisons pratiques n°1).
- Thévenot L. (1993). Essai sur les objets usuels - Propriétés, fonctions, usages. In Conein, B., Dodier, N., & Thévenot, L. (eds.), 1993, *Les objets dans l'action*, (pp.85-111), (Raison pratique 4). Paris: Éditions l'EHESS.
- Thévenot, L. (1995). Émotions et évaluations dans les coordinations publiques. In Paperman, P., & Ogien, R. (eds.), *La couleur des pensées. Emotions, sentiments, intentions*, (pp. 145-174), (Raisons pratiques n°6). Paris: Éditions L'EHESS.

- Thévenot, L. (1998). Pragmatiques de la connaissance, in Borzeix, A. Bouvier, A. & Pharo, p. (eds), *Sociologie da la connaissance. Nouvelles approches cognitives*, (pp. 101-139). Paris : CNRS Éditions.
- Thévenot, L. (1999). Faire entendre une voix – Régimes d’engagements dans les mouvements sociaux, *Mouvements*, n°3, mars-avril (La Découverte), 73-82.
- Thévenot, L. (2000). L’action comme engagement, in Barbier, J-M (ed), *L’analyse de la singularité de l’action*, (pp. 213-238). Paris : PUF.
- Thévenot, L. (2001a). Constituer l’environnement en chose publique – Une comparaison franco-américaine. In Blais, J.-P., Gillio, C. & Ion J. (eds.), *Cadre de vie, environnement et dynamiques* (pp. 203-219). Paris: PUCA.
- Thévenot, L. (2001b). S’associer pour composer une chose publique. In Chopart, Jean-Noël et al (eds), *Actions associatives, solidarités et territoires* (pp. 267-274). Saint-Etienne: Publications de l’Université de Saint Etienne.
- Thévenot, L. (2006). *Associatives L’action au pluriel – sociologie des régimes d’engagement*. Paris: Éditions La Découverte.
- Thévenot, L. (2014). Community-engaged art in practice. In Zembilas, Tasos (ed), *Artistic practices* (pp. 132-150). London: Routledge.
- Tilly, C. (2010). Répertoires, performances et stratégies d’action. In Fillieule, O., Agrikoliamsky, É., & Sommier, I, (eds.), *Penser les mouvements sociaux – Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*, (pp. 77-99). Paris : La Decouvert.
- Tocqueville, A. (2007). Da democracia na América. Estoril: Principia.
- Touraine, A. (1965). *Sociologie de l’action*. Paris: Essais.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.
- Touraine, A. (1999). *Como Sair do Liberalismo*. Lisboa: Terramar
- Trom, D., (2001). Grammaire de la mobilisation et vocabulaires des motifs. In Cefaï, D., & Trom, D. (eds.), *Les formes de l’action collective – Mobilisations dans des arènes publiques*, (pp. 99-134), (Raisons pratiques n°12). Paris: Éditions L’EHESS.

Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline - Les deux crises de la modernité*. Paris: Éditions Métailié.

### **Bibliografia estrangeira consultada**

Bourdieu, P. (2001). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Dejours, C. (1998). *La souffrance en France. La banalisation de l'injustice sociale*. Paris : Seuil.

Cavanaugh, J. (1993). *Adult Development and Aging*. California: Brooks/Cole Publishing Company.

Renault, E. (2008). *Souffrances Sociales. Philosophie, psychologie et politique*. Paris : La Découverte.

Silverman, R., & Klass, D. (1996). Introduction: What's the Problem? In Dennis Klass, Phyllis R. Silverman, & Steven L. Nickman (Ed.), *Continuing Bonds: New understandings of Grief* (pp. 3-27). London: Taylor & Francis.

Weizman, S., & Kamm, P. (1987). *About Mourning. Support & Guidance for the Bereaved*. New York: Human Sciences Press. Wuthnow, R. (1991). *Acts of compassion, caring for others and helping ourselves*. Princeton: University Press.

### **Bibliografia nacional e bibliografia sobre Portugal citada**

Almeida, A., & Ferrão, J. (Coord.). (2002). *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa: Editor: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.

Albuquerque, C. (2011). Sofrimento social e política da piedade. Dimensões e controvérsias da inscrição do sofrimento como categoria de acção pública. In J. Resende., A. Martins., B. Dionísio., C. Gomes & P. Caetano, (Orgs.),

- Pluralidades Públicas do Público – Controvérsias em educação, saúde e nos modos de ser solidário* (pp. 227-241). Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.
- Amaro, R. (Coord) (2002a). *Estudo de caracterização do voluntariado em Portugal*. Lisboa: PROACT.
- Amaro, R. (2002b). *O voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza*. Lisboa: Edição Comissão para o Ano Internacional do Voluntariado.
- Campenhoudt, L.&, Quivy, R. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.
- Carvalho, A., & Mouro, H. (1987). *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha.
- Carapinheiro, G. (Org.) (2006). *Sociologia da saúde – estudos e perspectivas*. Porto: Pé de Página Editores, Lda.
- Casteleiro, João (org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa – Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coutinho, M. (2003). *Economia Social em Portugal – A Emergência do Terceiro Setor na Política Social*. Lisboa: CPIHTS/APSS.
- Cruz, M. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Delicado, A. (2002). Caracterização do Voluntariado Social em Portugal, *Revista Intervenção Social*, nº 25/26, 127-140.
- Delicado, A. (2003). A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo. In J. Vala., M. Cabral., & A. Ramos, (Orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 5* (pp. 199-256). Lisboa: ICS.
- Guerra, I. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia.
- Knoch, M. (2003). A deontologia dos Assistentes Sociais como ética profissional. *Revista Intervenção Social*, nº 27, 5-31.

- Duarte, P. (2008). Cidadania ou vitimização? Mobilização política e militantismo público – Questões preliminares. In *Atas do VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, 25-28 junho 2008.
- Fernandes, E. (2003), O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática, *Revista Intervenção Social*, nº 27, 159-190.
- Ferreira, J., Marques, R., Peixoto, J., & Raposo, R. (orgs.) (1996). *Entre a Economia e a Sociologia*. (1ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Guerra, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*. (1ª ed.). Estoril: Princípia.
- Machado, J. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Martins, J. (2005). Historial da Associação Quercus. 20 Anos na Defesa do Ambiente em Portugal, in *20 anos Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza*. (pp. 30 – 49). Lisboa: Quercus.
- Martins, S. (2003). Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº43, 103-132.
- Monteiro, A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. (1ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Nunes, C. (2014). O conceito de movimento social em debate, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº75, 131-147.
- Patriarca, F. (1995) (Vol. I), *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pina, C. (2005). «A legislação como instrumento de defesa do ambiente», in *1985/2005 - 20 anos Quercus*. Lisboa: Quercus, pp. 80-93.
- Pinto, S. (2002), «A Formação dos Voluntários para uma Intervenção de Qualidade: Algumas Reflexões», in *Revista Intervenção Social*, nº 25/26, pp. 157-170.

- Rebelo, J. (2009). *Amor, Luto e Solidão – Como construir e preservar o amor, que trilhos adotar no divórcio e no luto e como evitar a solidão*. Alfragide: Casa das Letras.
- Rebelo, J. (2013). *Desatar o nó do luto – uma ajuda a todos quantos vivem, ou viveram a perda de pessoas amadas e aos que com eles se sentem solidários*. Alfragide: Casa das Letras.
- Resende, J. (1999). A construção social do corpo nas sociedades de modernidade tardia, *Forum Sociológico*, IEDS/UNL, nº 1/2 (IIª série).
- Rodrigues, E. (1995). Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal, *Oficina do CES*, nº 60.
- Schmidt, L. (2003). *Ambiente no ecrã – emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: ICS.
- Schmidt, L. (2008). «Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes», in Cabral, M. Wall, K. Aboím, S., & Silva, F. (orgs.), *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS, pp. 285–315.
- Schmidt, L. (2008). *Portugal: Ambientes de mudanças – Erros, mentiras e conquistas*. Lisboa: Temas e Debates Círculo de Leitores.
- Schmidt, L. Nave, J. & Guerra. (2010). *Educação ambiental – Balanços e perspetivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: ICS.
- Schmidt, L. (2014). *Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia - a opinião dos portugueses*. Lisboa ICS.
- Serapioni, M., Ferreira, S., & Lima, T. (2013). *Voluntariado em Portugal – Contextos, Atores e Práticas*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.
- Silva, F. (2002), *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: ICS.
- Silva, M. (2002). *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora.
- Silva, A., Coutinho, A., Cohn, D., Gordon, D., Lourenço, E., Vilar, E., Mâche, F-B., Francia, G., Atlan, H., Damisch, H, Bouveresse, J., Petitot, J., Dupuy, J-P., Levinson, J., Antunes, J., Keane, J., Margolis, J., Chiara, M., Nerhot, P.,

Tunhas, P., Dagem, P., Giuntini, R., Pylyshyn, Z. (2007). *Que valores para este tempo*. Lisboa: Editor Gradiva.

Soromenho-Marques, V. (2005). «A declaração de princípios da Quercus. Uma identidade voltada para o futuro», in *1985/2005 - 20 anos Quercus*. Lisboa: Quercus, pp. 18-23.

## **Documentação consultada**

Boletim Quercus Ambiente (2009)

Boletim Quercus Ambiente (2015)

Boletim Quercus Ambiente (2017)

Lei n.º 9/70. (1970). *Lei da Protecção da Natureza e dos seus recursos*. *Diário do Governo* n.º 141/70 (1970-06-19), *Série I*.

Lei n.º 10/87. (1987). *Lei das Associações de Defesa do Ambiente*. *Diário da República* n.º 79/87 (1987-04-04), *Série I*.

Lei n.º 11/87. (1987). *Lei de Bases do Ambiente*. *Diário da República* n.º 81/87 (1987-04-07), *Série I*.

Lei n.º 71/98. (1998). *Bases do enquadramento jurídico do voluntariado*. *Diário da República* n.º 254 (98-11-03), *I Série-A*, Pág. (s) 5694-5696.

Lei n.º 58/2007. (2007). *Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)*. *Diário da República* n.º 170/2007 (2007-09-04), *Série I*.

Lei n.º 31/14. (2014). *Estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e excepciona a sua aplicação ao ordenamento e à gestão do espaço marítimo nacional*. *Diário da República* n.º 104/14 (2014-05-30), *Série I*.

- Decreto Lei nº 613/76. (1976). *Novo regime de protecção à Natureza e criação de parques nacionais. Diário da República n.º 174/76 (1976-07-27), Série I.*
- Decreto Lei nº 208/82. (1982). *Define o quadro regulamentar dos planos directores municipais. Diário da República n.º 119/82 (1982-05-26), Série I.*
- Decreto Lei nº 451/82. (1982). *Institui a reserva agrícola nacional. Diário da República n.º 265/82 (1982-11-16), Série I.*
- Decreto Lei nº 321/83. (1983). *Cria a Reserva Ecológica Nacional. Diário da República n.º 152/83 (1983-07-05), Série I.*
- Decreto Lei nº 338/83. (1983). *Estabelece as normas a que deverá obedecer o plano de ordenamento do território. Diário da República n.º 165/83 (1983-07-20), Série I.*
- Decreto-Lei nº 186/90. (1990). *Sujeita a uma avaliação de impacte ambiental (AIA) os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente. Transpõe para a ordem jurídica nacional o disposto na Directiva nº 85/337/CEE (EUR-Lex), do Conselho de 27 de Junho. Diário da República n.º 130/90 (1990-06-06), Série I.*
- Decreto-Lei nº 45/94. (1994). *Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos. Diário da República n.º 44/94 (1994-02-22), Série I.*
- Decreto Lei nº 389/99. (1999). *Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado. Diário da República I Série-A. Nº229 (1999-09-30), Pág. (s) 6694-6698.*
- Decreto-Lei nº 226-A/07. (2007). *Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos. Diário da República n.º 105/07 (2007-05-31), Série I.*
- Decreto-Lei nº 56/2012. (2012). *Institui a Agência Portuguesa do Ambiente. Diário da República nº 51/12 (2012-03-12), Série I.*



Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/00. (2.ª série). (2000). *Aprova a estrutura orgânica do programa Polis-Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Diário da República n.º 152/00 (16.05.2000), 2.ª Serie, Nº 113, Pág. 8404.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/01. (2001). *Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Diário da República n.º 236/01 (2001-10-11), Série I-B.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/07. (2007). *Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS). Cria um grupo de trabalho operacional para acompanhar e monitorizar a execução da ENDS e assegurar a sua articulação com a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável. Diário da República n.º 159/07 (2007-08-20), Série I.*

Anúncio de Procedimento nº 4711/2017. (2017). *Apoio na implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas e Plano Nacional Integrado em matéria de Energia e Clima. Diário da República n.º 109/17 (2017-06-06), Série II.*

Deliberação nº 717/17. (2017). *Atribuição das áreas protegidas de interesse nacional, dos sítios e zonas de proteção especial da Rede Natura 2000 e das áreas florestais sob gestão do ICNF, I. P., aos departamentos de conservação da natureza e florestas. Diário da República n.º 144/17 (2017-07-27), Série II.*

## **Teses**

Silva, M. (2004). *Processos de luto e educação.* (Dissertação de Mestrado) Universidade do Minho.

## Sites - Recursos digitais

Associação ABRAÇO (2017). Disponível em: <https://abraco.pt/>

APELO (2017). *Início – Objeto*. Disponível em: [http:// www.apelo.web.pt](http://www.apelo.web.pt)

Lopes, A. (2000). “RCAAP” Portugal: disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13782>.

Quercus (2013). *Apresentação*. Disponível em:  
<http://www.quercus.pt/home/quemsomos/apresentacao>

## **APENDICE I**

### **Guião de entrevista aos voluntários / dirigentes associativos**

Como analisa a constituição desta associação para a defesa de uma determinada causa/questão e defesa do ambiente / VIH/SIDA e Luto?

Como interpreta a constituição desta associação, nos domínios sociais, políticos e económicos na sociedade portuguesa?

Qual a importância que atribui à comunicação Social como mecanismo simultaneamente de utilidade para a ação e de visibilidade da Associação?

Que tipo de conflitos / disputas são desenvolvidas na Associação, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa (Estado) e quais os sentidos de interpretação que lhes dá sobre os mesmos?

Que tipo de mecanismos / meios, são utilizados pela Associação nos diferentes tipos de disputas /controvérsias?

O que o (a) levou a militar e mobilizar-se nesta associação e que formas de envolvimento desenvolve na defesa da causa / questão no âmbito dos objetivos por ela definidos